

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HUGO RINCON AZEVEDO

**ENTRE A BATALHA E O MOSTEIRO: MEMÓRIAS LEGITIMADORAS DA  
DINASTIA DE AVIS (SÉC. XV)**

GOIÂNIA

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E  
DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**  **Dissertação**  **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Nome completo do autor: Hugo Rincon Azevedo

Título do trabalho: Entre a batalha e o mosteiro: memórias legitimadoras da Dinastia de Avis (Séc. XV)

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  **SIM**  **NÃO<sup>1</sup>**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Hugo Rincon Azevedo  
Assinatura do (a) autor (a)<sup>2</sup>

Data: 08/03/2017

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

<sup>2</sup>A assinatura deve ser escaneada.

Hugo Rincon Azevedo

**ENTRE A BATALHA E O MOSTEIRO: MEMÓRIAS  
LEGITIMADORAS DA DINASTIA DE AVIS (SEC. XV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades

**Linha de Pesquisa:** História, Memória e Imaginários Sociais

**Orientadora:** Prof. Dra. Armênia Maria de Souza

Goiânia

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Azevedo, Hugo Rincon  
Entre a batalha e o mosteiro: memórias legitimadoras da Dinastia  
de Avis (Séc. XV) [manuscrito] / Hugo Rincon Azevedo. - 2017.  
CXC, 190 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Armênia Maria de Souza.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2017.  
Bibliografia.  
Inclui siglas, fotografias.

1. Memória. 2. Legitimação. 3. Mosteiro da Batalha. 4. Morte. 5.  
Dinastia de Avis. I. Souza, Armênia Maria de, orient. II. Título.

CDU 94(100)



PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA UFG



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Hugo Rincon Azevedo**. Aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete (2017), com início às 14h30min, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Hugo Rincon Azevedo**, cujo título foi “**Entre a Batalha e o mosteiro: memórias legitimadoras da Dinastia de Avis (Séc. XV)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº001/17-FH, de 07 de fevereiro de 2017, pelos seguintes Professores Doutores: **Armênia Maria de Souza (UFG)**, **Gilberto Cézar de Noronha (UFU)** e **Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG-Jataí)** e, como suplentes **Adriana Vidotte (UFG)** e **Terezinha Oliveira (UEM)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às \_\_\_\_\_ horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato **APROVADO**.

Prof. Dr. **Gilberto Cézar de Noronha (UFU)** Ass.: .....

Decisão (**APROVADO**)

Prof. Dr. **Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG-Jataí)** Ass.: .....

Decisão (**APROVADO**)

Presidente da Banca Prof. Dr. **Armênia Maria de Souza (UFG)**, Ass.:

Decisão (**APROVADO**)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: .....

Prof. Dr. **Marlon Jeison Salomon**

Secretária: .....

Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva

## **AGRADECIMENTOS**

A produção desta pesquisa não seria possível sem a contribuição de diversas pessoas que foram de fundamental importância para que esta pudesse ser realizada. Dessa forma, gostaria de deixar meu sincero agradecimento à todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta Dissertação de Mestrado.

Em primeiro lugar, agradeço à querida orientadora Dra. Armênia Maria de Souza, por seu carinho, incentivo, atenção e compromisso com a minha orientação, não apenas durante a produção deste trabalho, mas nessa jornada que vai desde a elaboração do Projeto de Pesquisa em 2014, que resultou no texto aqui apresentado. Agradeço também por me possibilitar todo o acesso às fontes e a bibliografia, e pela oportunidade e confiança concedidas para que tivesse o privilégio de ser seu orientando.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa, concedido por meio da bolsa de Mestrado. Sem esse recurso, dificilmente conseguiríamos ter nos dedicado da mesma forma na produção de nossa Dissertação.

À querida Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento, com quem essa pesquisa começou ainda sob a sua orientação na graduação em História pela PUC Goiás (2010 - 2014), deixo meus profundos agradecimentos não apenas pela participação nas bancas de qualificação e defesa desta dissertação, mas também por sua orientação, suas correções, sugestões e o acesso a bibliografia que nos permitiu iniciar essa pesquisa e que no seu atual estágio ainda possui grande relevância para a sua realização.

Ao Prof. Dr. Gilberto Cézar de Noronha, agradeço pela participação nas bancas de qualificação e de defesa desta dissertação. Deixo meus sinceros agradecimentos a toda a colaboração dada pelo Prof. Gilberto em sugestões, críticas e correções, e principalmente na discussão sobre memória que foi fundamental para a realização desta pesquisa e para a sua continuidade em nosso projeto de doutorado.

À Dra. Adriana Vidotte por ter aceitado o convite para participar como suplente na banca de defesa desta dissertação.

À Dra. Terezinha Oliveira por ter aceitado o convite para participar como suplente na banca de defesa desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Saul António Gomes, da Universidade de Coimbra, por suas importantes obras, que foram o grande referencial teórico deste trabalho. Agradeço também pelas importantes sugestões e orientações durante os congressos em que tive a oportunidade de encontrá-lo.

À Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos, agradeço pelas importantes discussões e leituras realizadas durante a sua disciplina "Idade Média Ibérica: Sociedades, Poderes e Imaginários", ofertada pelo PPGH-UFG, que certamente tiveram grande relevância para a nossa pesquisa. Agradeço a professora Dulce também pelo acesso a uma importante bibliografia sobre o tema.

Ao Prof. Dr. Eugênio Carvalho, agradeço por seus ensinamentos e o grande suporte teórico dado a nossa pesquisa por meio da sua disciplina "Os Tempos da História e dos historiadores", que com certeza auxiliaram muito para nosso conhecimento de teoria da história e no maior entendimento das fontes utilizadas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq) durante o período de 2012 à 2014, que foi fundamental nas primeiras etapas de nossos estudos.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás pela atenção e o auxílio dado sempre que requisitado.

Aos meus colegas das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em História, pelos diálogos, incentivos e a disponibilidade em ajudar os companheiros de pós-graduação nos momentos de dificuldade. Agradeço especialmente aos amigos Johnny Taliateli e Cleusa Teixeira, que ajudaram de várias formas na produção de nosso texto.

À todos os professores do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que contribuíram para a minha formação enquanto professor e pesquisador de História.

Especialmente ao Prof. Me. Antônio Luiz de Souza, por sua disposição em ler e corrigir meus artigos ao longo da Graduação, sempre com importantes orientações e indicações de leituras. Agradeço também ao Prof. Me. Paulo Rodrigues Ribeiro, por suas importantes contribuições teóricas ainda no início desta pesquisa. Suas indicações de leituras e suas aulas foram de fundamental importância para a discussão e compreensão de alguns conceitos utilizados.

Por último, e não menos importante, agradeço aos meus familiares pelo incentivo aos meus estudos, à minha irmã, Natane Rincon, pelas leituras dos meus textos e a revisão ortográfica e gramatical desta dissertação, e especialmente à minha mãe, Ana Paula Rincon, que sempre incentivou e deu todas as garantias para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a pesquisa.

## **RESUMO**

A Crise Dinástica portuguesa de 1383 - 1385 levou à entronização da dinastia de Avis, representada por seu fundador, D. João I. Devido a sua origem ilegítima, o monarca e posteriormente seus sucessores, utilizaram de diversos recursos de evocação do poder régio, objetivando garantir a legitimidade de seu reinado. A nossa proposta nesta pesquisa é entender como esses mecanismos de representação do poder político reforçados pelos membros da casa avisina, e registrados em "vestígios de memória escrita" (crônicas régias e demais registros oficiais) aliados aos "vestígios de memória em pedra" (monumentos e construções arquitetônicas), levaram à construção simbólica da Dinastia de Avis no século XV. Dentro de nosso recorte cronológico (1383 - 1433), que compreende o período dos anos finais do reinado de D. Fernando (1367 - 1383) ao reinado de D. João I (1385 - 1433), analisamos para além do discurso cronístico, as políticas centralizadoras adotadas pelos monarcas, o culto a memória e a morte do Rei fundador da dinastia e os membros de sua Casa, representados pela monumentalização do Mosteiro da Batalha, pontos que foram fundamentais na consolidação dessa dinastia.

**Palavras-chave:** Memória; Legitimização; Dinastia de Avis; Morte; Mosteiro da Batalha.

## **ABSTRACT**

The Portuguese Dynastic Crisis of 1383 - 1385 led to the enthronement of the House of Avis, represented by its founder, King John I of Portugal. Due to its illegitimate origin, the monarch and later his successors, used several resources of evocation of the royal power, objectifying to guarantee the legitimacy of his reign. The aim of this research is to understand how these mechanisms of representation of the political power reinforced by members of the House of Avis, and registered in "vestiges of written memory" (royal chronicles and other official registries) allied to the "vestiges of memory in stone" (monuments and architectural constructions) led to the symbolic construction of the Avis Dynasty in the 15th century. Within our chronological section (1383 - 1433), which covers the period of the final years of the reign of King Ferdinand I (1367 - 1383) to the reign of King John I (1385 - 1433), analyzing beyond the chronicistic discourse, the centralizing policies adopted by the monarchy, the cult to the memory and the death of the dynasty's founding King and the members of his House, represented by the monumentalization of the Monastery of Batalha, points that were fundamental in the consolidation of this dynasty.

**Keywords:** Memory; Legitimation; House of Avis; Death; Monastery of Batalha.

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO .....** ..... 11

## CAPÍTULO 1

**UM REI PREDESTINADO: DA CRISE DINÁSTICA (1383-1385) À BATALHA DE ALJUBARROTA .....** ..... 22

1.1 - Da Crise Sucessória à ascensão do Mestre de Avis ..... 23

1.2 - Do Cerco de Lisboa (1384) às Cortes de Coimbra (1385) ..... 36

1.3 - Um reinado legitimado pelas armas: das Batalhas contra Castela à Aljubarrota ..... 50

    1.3.1 - D. Nuno Álvares Pereira ..... 50

    1.3.2 - O papel simbólico da vitória portuguesa contra os castelhanos ..... 54

1.4 - A memória petrificada de Aljubarrota: a construção do Mosteiro da Batalha ..... 66

## CAPÍTULO 2

**ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DO REINADO DE D. JOÃO I (1385 - 1433) ...** 77

2.1 - A aliança com os ingleses: o Tratado de Windsor - 1386 ..... 77

2.2 - A Paz com Castela: dos tratados de tréguas à definição da paz (1389 - 1411) ..... 82

2.3 - Dona Filipa de Lencastre e o seu papel na Corte de D. João I (1387 - 1415) ..... 84

2.4 - A Conquista de Ceuta (1415): a legitimação dos Infantes de Avis ..... 97

2.5 - A governabilidade de D. João I: da centralização à evocação do poder real ..... 109

    2.5.1 - A centralização frente a nobreza ..... 109

    2.5.2 - As entradas régias como estratégia de poder ..... 115

## CAPÍTULO 3

**MEMÓRIAS IDEALIZADAS DA MORTE RÉGIA: DO DISCURSO CRONÍSTICO AO PANTEÃO DA BATALHA .....** ..... 119

3.1 - A celebração da memória da morte ..... 120

3.2 - Os Panteões Régios portugueses entre os séculos XII e XIV ..... 126

3.3 - A Morte de D. João I ..... 131

3.4 - As memórias da morte régia: D. Filipa e D. Duarte ..... 147

3.5 - A memória da morte em pedra: os monumentos fúnebres da Batalha ..... 155

3.6 - O Panteão da Batalha: Lugar de Memória ..... 168

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	180
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	184

## INTRODUÇÃO

Em diferentes períodos da história, governos recém instaurados, implantados a partir de crises e em transição sucessória, utilizaram-se e ainda utilizam-se de meios de dominação onde podem demonstrar e legitimar seu poder perante o povo e sua sociedade. Entendemos que a Dinastia de Avis, instaurada em Portugal a partir do reinado de D. João I, após a Crise Dinástica (1383 – 1385) utilizou de ritualizações, práticas simbólicas e representações para legitimar o seu governo. O Mestre de Avis, filho ilegítimo de D. Pedro I (1357 - 1367), necessitava de meios para consolidar-se enquanto rei e garantir à sua linhagem o trono português. Enfatizando as formas de poder, pretendemos relacionar a construção simbólica da dinastia por meio do diálogo entre os vestígios de "memória escrita" (as crônicas e demais registros sobre os monarcas de Avis) e os vestígios de "memória em pedra" (monumentos e construções arquitetônicas), com a idealização e o culto à morte régia, culminando na edificação de um monumento arquitetônico, e necrópole régia, como símbolo-mor de um rei e de sua dinastia: o Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

O período que abrange nosso estudo (de 1383 a 1433) foi marcado por uma época de construção simbólica da nova dinastia, a casa de Avis. Partindo da Crise Dinástica (1383 – 1385) e do reinado de D. João I (1385 – 1433), entendemos que as características desses processos inseriram-se no contexto das transformações pelas quais passavam o mundo Europeu tardo-medieval, diretamente influenciado por fatores externos, como o Cisma do Ocidente e a Guerra dos 100 anos, problemas que afetaram o reinado do Mestre de Avis, e consequentemente a política adotada, além das medidas de propagação e afirmação do poder real. Dentro desse contexto histórico é importante ressaltar que o período tardo-medieval foi um momento favorável para as tentativas de consolidação das monarquias, outras dinastias em diferentes reinos apropriaram-se de diversas práticas para a centralização do poder em torno da figura do rei, as construções arquitetônicas ganharam força como recurso simbólico para esses monarcas.

O nosso objeto central consiste no estudo do processo de construção simbólica da Casa de Avis. Portanto, pretendemos investigar e compreender os usos do passado para a legitimação e consolidação política da Dinastia de Avis. Para tanto, partiremos do pressuposto do recurso a idealização das memórias do reinado de D. João I, como também do culto à morte régia no processo de construção e reforço do poder monárquico. Nesse sentido, consideramos um problema essencial de nosso estudo tentar entender como se dá o processo de legitimação de um governo. Assim, propomos investigar quais são os fundamentos

políticos legitimadores, que nos leva à uma importante questão: como os acontecimentos que antecedem e compõem a tomada e manutenção do poder são evocados? Entendemos que os cronistas oficiais da Corte de Avis desempenharam um papel fundamental na cristalização da "boa memória" do Mestre de Avis e tendo como base a Batalha de Aljubarrota (1385), evocaram memórias do reinado de D. João centralizadas na idealização desse evento. Portanto, questionamos quais os mecanismos, estratégias e dispositivos do poder foram empregados pela dinastia, no acontecimento vivido, mas principalmente em outros tempos e espaços, com a construção e evocação de memórias idealizadoras da realeza.

Um dos nossos objetivos consiste na análise do culto e a idealização da memória da morte dos monarcas de Avis (D. João I, Dona Filipa e D. Duarte), relacionando-as com a concepção do Mosteiro da Batalha enquanto Panteão Régio da dinastia. Nesse sentido, levantamos mais algumas questões acerca do nosso objeto, as quais tomaremos como pontos cardinais durante nosso texto, tais como: De que forma o Mosteiro da Batalha, a partir do culto a memória e a morte de D. João I, e edificado no local da Batalha de Aljubarrota (1385), tornou-se símbolo e monumento da vitória e independência perante Castela, se tornando a manifestação física da consolidação política de uma dinastia recém instaurada em meio a problemas sucessórios e de legitimidade? Buscamos discutir as práticas políticas e a monumentalização da memória da morte, entendendo o Mosteiro da Batalha como lugar de memória, e a sua contribuição no processo que levou à perpetuação e legitimação da Dinastia de Avis em Portugal, a partir do reinado de seu fundador, D. João I.

Para a realização desta pesquisa, priorizamos a seleção de fontes documentais relacionadas ao reinado de D. João I e D. Duarte, como Crônicas, Cartas Régias e alguns relatos, em sua maioria, documentos oficiais. A escolha dessas fontes se deu de acordo com o objeto essencial desta pesquisa: a representação, idealização e evocação do poder monárquico por meio da memória construída pelos registros oficiais da realeza. A seleção dos documentos (cartas régias, crônicas e testamentos) deve-se ao objetivo de entender como se deu o processo de legitimação da Casa de Avis, e como este discurso aliou-se a idealização da morte dos monarcas, culminando no Mosteiro da Batalha como símbolo de poder da nova dinastia e, para além disso, como o Mestre de Avis e seus descendentes apropriaram-se desses elementos para legitimar e propagar o seu poder.

As principais fontes para a nossa pesquisa concernem às crônicas régias, principalmente a *Crônica de D. João I*<sup>1</sup>, de Fernão Lopes<sup>2</sup>, a *Crônica da tomada de Ceuta*<sup>3</sup>,

---

<sup>1</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro, 1977. Tomo I. \_\_\_\_\_, *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos:

de Gomes Zurara<sup>4</sup>, e as *Crônica de D. Duarte*<sup>5</sup> e *Crônica de D. Afonso V*<sup>6</sup>, de Rui de Pina<sup>7</sup>, nas quais problematizaremos o discurso construído em prol da idealização da monarquia avisina por meio do culto à morte. Analisaremos também as obras escritas por D. Duarte<sup>8</sup>, como *O leal conselheiro* e o *Livro da ensinância do bem cavalgar*, além dos livros de chancelaria de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, que entendemos serem de grande relevância para discutir o processo de consolidação da Casa de Avis. Para a análise do contexto do Mosteiro da Batalha como panteão régio, os principais documentos escolhidos foram selecionados na obra organizada por Saul António Gomes<sup>9</sup>, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI (Volumes I- IV)*, na qual o organizador publicou diversas fontes relacionadas ao Mosteiro da Batalha. Neste compêndio, priorizamos os documentos que datam ou narram o recorte cronológico de 1386 a 1450, como o Testamento de D. João I, Cartas régias outorgadas por D. Afonso V, entre outros.

Importantes fontes deste trabalho, as crônicas, inspiradas pelo modelo de narrativa bíblica, foram se transformando durante os séculos finais da Idade Média em uma importante ferramenta de propagação do poder dos reis. Nesse aspecto, as crônicas régias tornaram-se mais do que uma biografia ou narrativa dos grandes feitos destes monarcas, elas se tornaram seu legado registrado. O processo de laicização das narrativas refletiu diretamente na produção das crônicas. Sobre as transformações das crônicas no período tardo-medieval,

Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990, v. 2. Doravante, utilizaremos as siglas CDJ I e CDJ II quando citarmos estas fontes.

<sup>2</sup> O cronista Fernão Lopes nasceu em Lisboa entre os anos de 1380 e 1390. Vindo de uma família de artesãos, passou a servir na corte de D. João I, sendo nomeado guarda-mor da Torre do Tombo pelo rei em 1418. Entre as décadas de 1430 e 1440, escreveu a crônica de D. João I, sob encomenda do rei D. Duarte, função que cumpriu até por volta de 1449 quando foi substituído por Gomes Zurara, que veio a escrever a terceira parte da narrativa sobre o fundador da dinastia, narrando a conquista de Ceuta. Lopes faleceu no ano de 1460 na cidade de Lisboa. Analisaremos ao longo deste estudo, o cronista, sua característica narrativa e o seu importante papel na cristalização da memória e construção simbólica do rei D. João I.

<sup>3</sup> ZURARA, Gomes Eannes. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Ao citarmos esta crônica usaremos a sigla CTC.

<sup>4</sup> Gomes Eanes de Zurara (1410 - 1474) foi um cronista português que substituiu Fernão Lopes a partir de 1454 como guarda-mor da Torre do Tombo. O cronista foi o responsável pela escrita da terceira parte da crônica de D. João I, narrando a conquista da cidade de Ceuta em África. Sobre Zurara discutiremos ao longo da dissertação, sua característica narrativa e papel na construção simbólica da Casa de Avis.

<sup>5</sup> PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914. Doravante, utilizaremos a sigla CDD para citar esta fonte.

<sup>6</sup> Pina, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Afonso V*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 1930-32.

<sup>7</sup> Rui de Pina (1440 - 1522/23) foi um cronista e diplomata português. Pina ocupou importantes funções nas cortes dos reis portugueses no final do século XV e início do XVI. Prestou serviços ao reinado de D. João II (1481 - 1495) e D. Manuel I (1495 - 1521), e por ordenação do segundo, escreveu as crônicas de vários reis portugueses, como a de D. Duarte, a qual utilizamos como importante referência em nossa pesquisa.

<sup>8</sup> D. DUARTE (Rei de Portugal). *Leal conselheiro e Livro da ensinância de bem cavalgar toda sella, escritos pelo senhor Dom Duarte...*: fielmente copiados do manuscrito da Bibliotheca real de Paris. Na typographia Rollandiana, 1843.

<sup>9</sup> GOMES, Saul Antônio (Org.). *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha: Séculos XIV-XVI*. Batalha: IPPAR. 2002. (v. I- IV)

Marcella Guimarães<sup>10</sup> afirma que as crônicas continham “[...] tudo que era memorável para o público ao qual eram dedicadas, no mosteiro ou fora dele, ou seja, nas cortes, que passaram a se interessar e a viabilizar a escrita do que era digno de sobreviver à memória frágil do homem”.<sup>11</sup> Os cronistas baseavam-se em escritos e testemunhas orais, e construíram assim as suas narrativas. Nas cortes, as crônicas começaram a ser escritas por clérigos, mas depois, dentro de um movimento crescente de laicização da cultura, “[...] homens ligados ao serviço régio e nobres começaram a escrever crônicas que passaram a ser lidas como exemplos para o caminho reto de monarcas e outros nobres”.<sup>12</sup>

É importante ressaltar que as crônicas são narrativas e vestígios materiais do “lembra do passado”, assim como também é o Mosteiro da Batalha, ainda hoje de pé, a testemunhar não apenas acontecimentos do passado, mas como um objeto, registro, lugar de evocação da memória que liga o presente (da época que foi escrito) a determinado passado. São fontes da história, mas também são vestígios da memória. As crônicas são fontes de memória em dois sentidos: elas possibilitam ao historiador acessar os mecanismos e as imagens-lembrança (registros) dos autores que evocaram o passado para determinados fins, em épocas determinadas, e permite também acompanhar o uso destas produções como objetos de rememoração. Elas são instrumento - meios de elaboração de imagens-lembrança, exercício de memória e, como registro, verdadeiros lugares de memória que fazem parte do processo de legitimação.

Entendemos que toda narrativa parte de um sentido e uma intenção, neste contexto, a narrativa de Fernão Lopes<sup>13</sup> pretende a legitimação do reinado do Mestre de Avis e seus descendentes. O cronista “[...] tinha uma intenção ao escrever: historiar a monarquia portuguesa de forma a esclarecer uma ruptura dinástica representada pelo alçamento de D. João I”.<sup>14</sup> Enquanto “cronista oficial” do reino, o papel de Fernão Lopes foi importante na consolidação da casa de Avis. O testamento de D. João I<sup>15</sup> também tem grande relevância à nossa pesquisa, pois o rei ressaltou a importância de seu Panteão Régio, o Mosteiro da

<sup>10</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Capítulos de história: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymará Educação, 2012, p. 86.

<sup>11</sup> Idem, 2012, p. 86.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Sabe-se que D. Duarte, filho e sucessor do Mestre de Avis, contratou e ordenou Fernão Lopes como responsável por narrar a história dos reis de Portugal, mas especialmente, o legado da nova dinastia e os grandes feitos de seu pai. Lopes, enquanto “cronista oficial” dos Avis, insere-se no contexto tardo-medieval, na qual a crônica encaminhou-se a passos largos em direção à “particularização, que resumiu ou supriu todo o caminho que fundamentava o universalismo, em prol de uma realidade mais próxima ao cronista ou mais próxima à dinastia à qual ele servia”. GUIMARÃES, Marcella Lopes. *op. cit.*, 2012, p. 90.

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. *op. cit.*, 2012, p. 97.

<sup>15</sup> TESTAMENTO DE D. JOÃO I (1426). In: GOMES, Saul Antônio (Org.). *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR. 2002. (v. I- IV), v. II.

Batalha, ao exigir que fosse sepultado no local, junto a sua consorte, D. Filipa, que lá jazia desde o ano de 1416.

Analisando estas fontes, torna-se possível entender como se deu o processo de construção simbólica dos reinados de D. João I e seus sucessores. O discurso presente nas crônicas régias, no Testamento de D. João I, nos escritos deixados por seus sucessores, como a obra de D. Duarte e as Cartas Régias de D. Afonso V, demonstram claramente a importância do panteão batalhino para a nova dinastia reinante. Problematizar estas fontes, relacionando-as à produção historiográfica sobre o tema, é a proposta desta pesquisa para compreender o processo de consolidação simbólica da Dinastia de Avis com o seu ápice representativo de poder e de culto a morte na monumentalização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Em relação à produção historiográfica sobre a Dinastia de Avis, especialmente o reinado de D. João I, podemos destacar a importante contribuição de Maria Helena da Cruz Coelho. A historiadora voltou sua abordagem do tema para um forte diálogo com a história cultural e a antropologia, além da chamada Nova História Política, onde buscou compreender o período histórico estudado através dos diversos mecanismos de práticas, representações e estruturas simbólicas de poder, o que consideramos essencial dentro da nossa perspectiva de análise. Para nosso estudo, três textos desta autora foram fundamentais, uma biografia científica sobre D. João I<sup>16</sup>, o livro *Dona Filipa de Lencastre: a inglesa Rainha*<sup>17</sup> e o artigo *Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis*<sup>18</sup>. Consultar a historiografia clássica e os primeiros trabalhos de historiografia portuguesa do século XX é de suma importância, por isso, utilizamos também como referência uma obra sobre D. João I<sup>19</sup> de Damião Peres<sup>20</sup>. Entre a produção historiográfica portuguesa e brasileira sobre o tema, vários autores nos aparecem como referências em nosso trabalho, destes, podemos citar Fátima Regina Fernandes<sup>21</sup>, Marcella Lopes Guimarães<sup>22</sup>, Renata Cristina de Sousa Nascimento<sup>23</sup>,

<sup>16</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

<sup>17</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. Filipa de Lencastre. A inglesa Rainha, 1360-1415*. 1. ed. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

<sup>18</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010b. pp. 61 – 79.

<sup>19</sup> PERES, Damião. *D. João I*. 2. ed. Porto: Vertente, 1983.

<sup>20</sup> Damião Peres (1889 - 1976) foi um historiador português de grande produção sobre a história portuguesa na primeira metade do século XX, tendo lecionado nas universidades do Porto e de Coimbra.

<sup>21</sup> FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85) In: GUIMARÃES, Marcella L. Guimarães; FRIGHETTO, Renan. (Coords). *Instituições, poderes e juridições na Baixa Idade Média portuguesa*. Curitiba: Juruá, 2007.

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas Ibéricas Medievais*. Marcella Lopes Guimarães (Org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 121 – 156.

Maria de Lurdes Rosa<sup>24</sup>, Joel Serrão e António H. De Oliveira Marques<sup>25</sup>, Manuela Santos Silva<sup>26</sup>, Armindo de Souza<sup>27</sup>, Salvador Arnaut<sup>28</sup>, Margarida Garcez Ventura<sup>29</sup>, Adriana Zierer<sup>30</sup>, Rita Costa Gomes<sup>31</sup> e José Mattoso<sup>32</sup>. Todos esses autores foram relevantes para entender as perspectivas de construção simbólica da Casa de Avis.

A eleição do Mosteiro de Santa Maria da Vitória para se tornar o local de descanso após a morte foi realizada pelo primeiro monarca da Casa de Avis, para cultuá-lo e preservar a memória do seu reinado, dialogando com a sacralização do poder real. Para entender esse processo e analisar as fontes documentais é de suma importância para esta pesquisa as obras do historiador Saul António Gomes sobre o Mosteiro da Batalha. A historiografia acerca do Panteão da Batalha tem como grande expoente as pesquisas deste autor. Neste estudo, os principais referenciais bibliográficos foram: *Vésperas Batalhinas estudos de História e Arte*<sup>33</sup>, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV subsídios para a História da Arte Portuguesa*<sup>34</sup>, além de outros textos e obras como a organização da já citada *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI* (Vols I- IV). As pesquisas de Saul Gomes oferecem um rico subsídio para o estudo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória enquanto Panteão Régio da Dinastia de Avis em Portugal no século XV.

A maior parte das investigações acerca do Mosteiro da Batalha está voltada para o estudo da arte, analisando a questão das ordens que o administraram, como os Dominicanos<sup>35</sup>,

<sup>23</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. A expansão das fronteiras da cristandade no século XV: sacrilígio e legitimidade do projeto político da casa de Avis. In: FERNANDES, Fátima Regina. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

<sup>24</sup> ROSA, Maria de Lurdes. *Santos e demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010.

<sup>25</sup> SERRÃO, Joel; MARQUES A.H. de Oliveira (dir.). *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Vol. IV.

<sup>26</sup> SILVA, Manuela Santos. *A Rainha Inglesa de Portugal*. Filipa de Lencastre. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

<sup>27</sup> SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I* (um tema de propaganda dinástica). Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

<sup>28</sup> ARNAUT, Salvador Dias. *A crise nacional dos fins do século XIV (A Sucessão de D. Fernando)*. Tese de Doutoramento, Coimbra, 1960.

<sup>29</sup> VENTURA, Maria Garcez. *A Corte de D. Duarte: política, cultura e afectos*. Lisboa: Verso da História, 2013.

<sup>30</sup> ZIERER, A. M. de S. Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433). 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

<sup>31</sup> GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

<sup>32</sup> MATTOSO, José. *Poderes invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

<sup>33</sup> GOMES, Saul António. *Vésperas Batalhinas: Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997a.

<sup>34</sup> GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV: subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras. 1990.

<sup>35</sup> A Ordem de São Domingos surgiu na região da atual França no século XII. No reino português iniciou sua atuação em meados do século seguinte, alcançando o seu auge a partir do reinado do Mestre de Avis, quando o Mosteiro da Batalha foi entregue. A escolha dessa Ordem, em meio ao Cisma do Ocidente, inseriu-se no contexto diplomático da posição do reino português perante o papado romano. Entendemos que, em um período de diversas guerras contra Castela, como foi nas duas décadas finais do século XIV, o apoio do papado romano, visto que o inimigo apoiava-se em Avinhão, seria fundamental, e isso justificava a escolha da Ordem de São Domingos.

e principalmente os fatores artísticos<sup>36</sup> e arquitetônicos, como a estrutura gótica dos prédios e das sepulturas. Nestas, encontram-se elementos importantes para se entender o processo político pelo qual passou o reino português naquele século. Nesse aspecto, a produção historiográfica sobre a Batalha é importante para se entender a “[...] história do monumento como panteão régio e como ente significante sob um ponto de vista sociológico da história do poder nos finais da Idade Média”.<sup>37</sup>

Para o estudo das fontes documentais e materiais (crônicas régias de Fernão Lopes, Gomes Zurara, Rui de Pina e demais referências, e o próprio monumento da Batalha) propomos analisá-las utilizando também como referencial teórico Pierre Bourdieu, que em sua obra, *O poder simbólico*<sup>38</sup>, nos oferece um rico subsídio para a análise das representações, tanto discursivas, quanto ideológicas de dominação e perpetuação de um grupo social sobre os demais. O conceito de poder simbólico é entendido pelo autor como aquele “[...] poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder que descrevem as relações sociais como relações de força”.<sup>39</sup>

A utilização da representação como elemento simbólico faz parte da interpretação de Bourdieu referente ao uso do poder simbólico pelos grupos dominantes. O autor concebe que “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>40</sup> Portanto, este pode ser apropriado pelo grupo dominante objetivando legitimar uma ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e assim legitimando as distinções entre os grupos dominantes e dominados.<sup>41</sup> Entendemos que esse mecanismo de reforço do poder régio através do discurso fúnebre esteve fortemente presente nos ritos, cerimônias e monumentos utilizados pelos monarcas de Avis como meio de propagar a sua autoridade e realeza.

<sup>36</sup> Entre as obras de cunho artístico e arquitetônico encontramos os estudos: *Memória inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha* (1854) de Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque; Mosteiro da Batalha (1989) de Sérgio Guimarães de ANDRADE; *Arquitectura da Idade Média em Portugal. Dois Estudos acerca da Igreja do Mosteiro da Batalha* (1944) e *Arquitectura Gótica em Portugal* (1981) de Mário Tavares Chicó; *Memória Histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória, chamado vulgarmente da Batalha, Obras Completas* (1827) de D. Francisco de São Luiz; *Arte Gótica, História da Arte Portuguesa* (1995) de José Custódio Vieira da Silva; e os importantes estudos de Vergílio Correia, *Batalha. Estudo histórico-artístico – Arqueológico do Mosteiro da Batalha* (1929) e *Batalha – II. Estudo Histórico-Artístico da escultura do Mosteiro da Batalha* (1931). Essas pesquisas, mesmo não sendo diretamente ligados a nossa proposta de discussão sobre o Mosteiro da Batalha no campo político, são importantes fontes para ampliar a discussão e contribuição à nossa pesquisa.

<sup>37</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1997a, p. 20.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>39</sup> BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, 2010, p. 15.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 10.

Um conceito de suma importância para a realização da nossa pesquisa é o de Imaginário. Em nosso estudo, utilizamos o conceito de imaginário medieval presente na obra *O imaginário medieval*<sup>42</sup> de Jacques Le Goff. O autor define esse conceito como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões do intelecto. Para Le Goff, esse conceito trata-se de uma história da criação e do uso das imagens, concebidas pelas formas de uma sociedade agir e pensar, que resultam da cultura, da mentalidade e sensibilidade da sociedade que o compartilha. O conceito evoca um conjunto de representações, imagens, ideias e construções formuladas pela sociedade, dentro da consciência coletiva.

Partindo dessa perspectiva, pretendemos entender como o discurso régio, as crônicas e o Mosteiro da Batalha, junto às práticas simbólicas da realeza difundiram um caráter legitimador e de propagação da autoridade real, influenciando na construção de uma consciência coletiva dentro do imaginário da sociedade lusitana nos fins do período medieval. Dessa forma, entendemos que o exercício do poder passa pelo “imaginário coletivo, e é por ele reforçado e multiplicado através da conjugação das relações de sentido e pela apropriação de símbolos”.<sup>43</sup>

O projeto de legitimação e construção simbólica da Casa de Avis em Portugal do século XV passou diretamente pela formulação de uma ordem social na qual o imaginário coletivo teve papel fundamental em sua difusão e estabelecimento, pois os imaginários sociais “proporcionam a um grupo a designação de uma identidade e de uma representação sobre si próprio, auxiliando ainda na distribuição de papéis e funções sociais, expressão de crenças comuns e modelos”.<sup>44</sup> O imaginário poderia criar uma ordem social, reforçando sua importância como dispositivo de controle da vida coletiva e de exercício do poder. Essa legitimidade se dará através de relações de sentido, não somente pelo uso das relações de força, seja por meio do direito divino ou pelas leis constitucionais. Essa legitimidade é conferida a partir da crença dos grupos dominados de que essa dominação é justa e juridicamente legal.

Um dos objetivos de nossa pesquisa é entender como a dinastia de Avis utilizou como recurso de evocação política a junção entre "vestígios de memória escrita" (crônicas régias, chancelarias e demais documentos oficiais) e "vestígios de memória em pedra"

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa. 1994.

<sup>43</sup> BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991, p. 28.

<sup>44</sup> ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história. *Revista Textura – Periódicos ULBRA*, pp. 49-56, 2004, p. 54.

(monumentos e construções físicas), além do próprio processo da construção do Mosteiro da Batalha enquanto local de memória. Partindo dessa premissa, para o conceito de memória, utilizaremos como referência os estudos de Pierre Nora<sup>45</sup>, Fernando Catroga<sup>46</sup>, Jacques Le Goff<sup>47</sup>, Paul Ricoeur<sup>48</sup> e Durval Albuquerque Júnior<sup>49</sup>. Entendemos que a memória é uma construção social e agenciada por transformações sociais, e as memórias individuais dos homens seriam um ponto de vista sobre a memória coletiva. Portanto, as memórias são "cruzamentos entre signos emitidos pela empiria e o trabalho sobre eles do consciente ou do inconsciente".<sup>50</sup> Partindo da concepção que as memórias coletivas e individuais são construções sociais, a memória individual, voluntária ou involuntária, a primeira relaciona-se à lembrança, a recomposição do passado e à rememoração, e a segunda ao fruto da civilização, da disciplinarização e da absorção do meio social, que são também construtoras e resultados da memória coletiva.

Nesse sentido, pretendemos discutir os elementos evocadores da memória e representantes do discurso legitimador da Casa de Avis, influenciando diretamente na construção de uma memória coletiva que beneficiasse e fosse ao encontro dos interesses da nova dinastia. Pretendemos também discutir a utilização política da memória coletiva pelos monarcas de Avis por meio de práticas simbólicas, tendo como referência a obra de Paul Ricoeur, pois para o autor, a consciência individual e a sua memória, integram-se na memória coletiva por um conjunto dos traços deixados pelos acontecimentos que influenciaram o curso da história de determinados grupos sociais e a quem se reconhece o poder de trazer à cena lembranças em comum por ocasião de ritos, festas e celebrações políticas.

Ainda dentro da discussão sobre o conceito de memória, para nossa proposta de analisar o Mosteiro da Batalha como lugar de memória é fundamental o aporte teórico dos estudos de Pierre Nora, Jacques Le Goff e Fernando Catroga sobre a relação entre monumento e memória. Conforme Le Goff, o monumento "tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos".<sup>51</sup> Desse modo, entendemos que o panteão batalhino foi uma tentativa consciente de um grande monumento que exteriorizasse a perpetuação do poder dos reis de Avis, e a partir das

<sup>45</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, 1993, p. 7 - 28.

<sup>46</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

<sup>47</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>48</sup>: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>49</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

<sup>50</sup> Ibidem, 2007, p. 204.

<sup>51</sup> LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, 2013, p. 486.

cerimônias fúnebres e comemorações das mortes régias no mosteiro, a memória passaria a ser narrada na linguagem pública e pela instituição do rito, pois "comemorar, na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas"<sup>52</sup>, assim perpetuando uma propagação política que permeia a esfera da memória coletiva. O Mosteiro da Batalha é um lugar de memória, pois conforme Nora, o monumento é um vestígio materializado do "se lembrar" do passado, subsistindo uma consciência comemorativa e uma história que a evoca.<sup>53</sup>

Para a realização dos passos apresentados concebemos a Dissertação em três capítulos: No primeiro capítulo, intitulado *Um Rei Predestinado: da Crise Dinástica (1383 - 1385) à Batalha de Aljubarrota*, pretendemos fazer uma análise do processo de idealização da imagem de D. João I durante o período que vai da morte de D. Fernando à vitória sobre os castelhanos em Aljubarrota. Partimos da problematização do discurso construído por Fernão Lopes que se alinha entre a predestinação e o messianismo régio, especialmente na construção da memória de três eventos históricos marcantes do período: a defesa de Lisboa durante o cerco (1384), a realização das Cortes de Coimbra (1385) que elegeu D. João como rei de Portugal, e a vitória em Aljubarrota, que não só garantiu o trono pelas armas, mas se tornou um marco essencial dentro da construção simbólica da Casa de Avis, como veremos adiante.

No segundo capítulo, intitulado *Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385 - 1433)* buscamos entender como durante o seu governo, D. João utilizou de diversos elementos visando a evocação da autoridade régia e da consolidação do seu reinado. Desse modo, partimos do pressuposto que a experiência adquirida por D. João I nos anos que passou enfrentando os castelhanos nos abre algumas questões. A nossa hipótese é que essas questões estão estritamente ligadas a construção simbólica da Casa de Avis. Mais do que a utilização de alguns desses elementos pelo monarca, aqui nos importa as estratégias legitimadoras evocadas pelos cronistas Fernão Lopes e Gomes Zurara objetivando a idealização dos feitos do rei biografado. A primeira dessas estratégias consiste na aliança com a Inglaterra pelo Tratado de Windsor de 1386. A partir dessa aliança política com os ingleses, o tratado seria selado com o matrimônio do rei português com Filipa de Lencastre, neta do rei inglês Eduardo III e filha do Duque de Lencastre, a mais poderosa casa senhorial daquele reino, que traria maior suporte para a causa do Mestre de Avis e sua reivindicação pela legitimação papal de seu reinado. Analisamos também os discursos construídos pelos

---

<sup>52</sup> CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2015, p. 26.

<sup>53</sup> NORA, Pierre. *op. cit.*, 1993, p. 13.

cronistas sobre a imagem da rainha, a quem atribuem um papel fundamental no reinado de seu marido, além do ideal de rainha cristã "perfeita". Os tratados de paz com Castela assinados principalmente entre a última década do século XIV e a primeira do século XV, também consistiriam como um dos elementos de legitimação da causa do Mestre de Avis. Outra estratégia consiste na Conquista de Ceuta em 1415, que dentro do ideal cruzadístico, evocados na memória registrada principalmente por Gomes Zurara, traria a legitimidade pela espada aos infantes de Avis. Por último, analisaremos o recurso ao cerimonial e aos rituais de demonstração de poder durante o reinado de D. João I, como as entradas régias, além da forte política centralizadora iniciada pelo monarca.

No terceiro capítulo, intitulado *Memórias idealizadas da morte régia: do discurso cronístico ao Panteão da Batalha*, pretendemos analisar os discursos construídos pelos cronistas que biografaram os reis de Avis, especialmente Gomes Zurara e Rui de Pina, e como estes construíram memórias idealizadas dos membros da realeza. Nos propomos relacionar o processo de "domesticação" da morte na Idade Média, e como essa questão se aliou também ao culto e idealização da morte dos "chefes", que na tentativa de se apropriar do passamento dos líderes políticos como projetos de memória e poder, se efetivaria na edificação de grandes monumentos fúnebres, como no caso de Portugal já na baixa idade média, na utilização de mosteiros como panteões régios. O discurso construído pelos cronistas, principalmente Rui de Pina, sobre a morte de D. João I, refletiria-se na comparação e contraposição as memórias da morte de Dona Filipa e de D. Duarte, e mais ainda, esses discursos aparecem também materializados nos monumentos fúnebres do Mosteiro da Batalha, em que esses membros da realeza foram os primeiros a serem sepultados no local, além de ter uma ligação forte com o monumento. Portanto, na relação entre "morte, memória e poder", pretendemos entender como os cronistas, assim como os monumentos da Batalha, evocam o culto e a memória da morte régia no processo de construção simbólica da Dinastia de Avis.

## CAPÍTULO I

### UM REI PREDESTINADO: DA CRISE DINÁSTICA (1383 - 1385) À BATALHA DE ALJUBARROTA

As narrativas cronísticas e as memórias construídas sobre o período da crise dinástica portuguesa, especialmente aquelas redigidas por Fernão Lopes, narram os acontecimentos ocorridos durante esse período em cima da ideia da predestinação de D. João I. Fernão Lopes redigiu os dois primeiros volumes da crônica de D. João I entre as décadas de 1430 e 1440, narrando o período que vai de 1383 à 1411. Enquanto cidadão de Lisboa, e nascido nos primeiros anos do reinado do fundador da casa de Avis, é bem provável que a memória construída por Fernão Lopes sobre os feitos do Mestre de Avis, vão além do serviço encomendado por D. Duarte e do que retirou das fontes que consultou.

O cronista provavelmente carregava consigo a idealização da imagem de D. João, que já vinha sendo edificada desde as próprias políticas evocadoras de poder do monarca. Mas seria Fernão Lopes um dos principais cristalizadores da boa memória de D. João I, como notaremos em elementos do seu discurso analisados aqui, construídos cerca de cinco décadas após os acontecimentos que narra.

Todo o discurso construído pelo cronista e demais registros reforçam a ideia de que o irmão bastardo do Rei D. Fernando, então Mestre da Ordem de Avis, eram um eleito dos céus para salvar o reino português em meio ao caos instaurado após a morte do último monarca da dinastia de Borgonha e a invasão castelhana. Toda a narrativa traz elementos idealizadores dessa predestinação que levariam a sua consagração em dois momentos, o primeiro na sua eleição como rei nas Cortes de Coimbra em 1385, e meses depois na grandiosa vitória em Aljubarrota, que nas memórias construídas evocam a noção de que esse Mestre de Avis e rei predestinado era eleito não apenas pelos homens, mas também por Deus. É nessa perspectiva que abordaremos o período histórico de 1383 à 1385, do início da crise sucessória à legitimação do reinado de D. João pelas armas em Aljubarrota.

## 1.1 - Da crise sucessória à ascenção do Mestre de Avis

O reinado de D. Fernando (1367 – 1383) foi marcado por diversos problemas políticos e sociais que desestabilizaram o reino português e resultaram, após a sua morte, na Crise Dinástica de 1383 - 1385. Seu reinado sofreu com diversas crises externas, em um contexto histórico contemporâneo a Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453)<sup>54</sup>, a Peste Negra<sup>55</sup> e ao Cisma do Ocidente<sup>56</sup>, que refletiram diretamente no reino português, devido a posições assumidas por D. Fernando, marcadas por vários conflitos e alianças com Castela. O cronista Fernão Lopes<sup>57</sup> descreveu o rei D. Fernando como:

Gram criador de fidalgos, e muito companheiro com elles. Fez muitas doações de terras aos fidalgos de seu reino, tantas e muitas mais que nenhum Rei antelle fosse. Desfalleço esto quando começou a guerra, e naçeo mundo novo mujo contrairo ao primeiro, passados os folgados anosdo tempo que reinou seu padre, e veherom depois dobradas tristezas com que mujtos choraram suas desventuras.<sup>58</sup>

Fernão Lopes, dentro do contexto do projeto legitimador da casa de Avis, procurou exaltar a imagem de D. João I, realçando o caráter político inconstante do reinado de D. Fernando. As "tristezas e desventuras" mencionadas pelo cronista acerca do monarca lusitano que fizeram com que muitos "chorassem", provavelmente refletem-se das disputas com Castela, que se alternaram entre momentos de guerra e alianças entre os reinos, ligados a conflitos da Guerra dos Cem Anos e ao Cisma do Ocidente. Em meio à crise, D. Fernando manteve-se neutro, mas manteve alianças, hora com ingleses, hora com franceses, postando-se a favor em alguns momentos ao papado Romano e, em outros, ao de Avinhão. A neutralidade

<sup>54</sup> Após a morte dos três filhos de Felipe, o Belo (1285 - 1314), seu neto Eduardo III (1327 - 1377), filho da Infanta Isabel da França e do Rei Eduardo II da Inglaterra (1307 - 1327) reivindicou o trono francês com a justificativa de ser o seu legítimo herdeiro. Essa questão que pôs fim à linhagem direta dos capetíngios na França, a sua pretensão ao trono, e as disputas pela posse do ducado de Aquitânia somada aos constantes conflitos entre os dois reinos estão na gênese da Guerra de Cem Anos.

<sup>55</sup> Grande epidemia, com origem no Oriente, que devastou a Europa entre os séculos XIV e XV, a Peste Negra também influenciou na disputa da Crise Dinástica portuguesa, segundo os levantamentos bibliográficos e documentais, beneficiou na guerra os partidários de D. João I. Para ver mais sobre os efeitos da Peste Negra em Portugal. Cf. MARQUES, A. H. Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença. 1987.

<sup>56</sup> O Cisma do Ocidente, desenrolou-se entre maio de 1378 a novembro de 1417, como resultado da política francesa de afirmação continental frente aos outros reinos e ao Papado Romano, desdobrando na alternativa do Papado de Avinhão. Essa divisão da Igreja em dois papados acabou por dividir também os reinos durante o período em que o papado esteve sob sua obediência. Durante o reinado de D. Fernando houve certa instabilidade e em alguns momentos uma posição neutra portuguesa nesse conflito. A partir da entronização de D. João I, este apoiou-se no Papado Romano, visto também sua aliança com a Inglaterra e o fato de seus inimigos de Castela estarem sujeitos ao Papado da Cúria Avinhonense.

<sup>57</sup> LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Porto: Civilização Editora, 1986. Doravante, utilizaremos a sigla CDF para citarmos esta fonte.

<sup>58</sup> CDF, pp. 3 - 4.

e jogo político feito por D. Fernando seria, portanto, um grande trunfo dos reinos da Península, seria "[...] moeda de troca em relação à França e à Inglaterra que patrocinavam cada uma das Sés Pontifícias. Enquanto não se decidissem por um dos lados seriam cortejados pelos dois; esta é a base da política peninsular em relação ao Cisma".<sup>59</sup>

A primeira das “desventuras” de D. Fernando, mencionada por Lopes, teria sido a primeira guerra com Castela. O motivo desta guerra seria o desejo do monarca lusitano de entrar na disputa sucessória pelo trono castelhano. Ao assumir o trono português, D. Fernando manteve

A postura de neutralidade em relação a Castela já adotada por seus antecessores, ratificando no primeiro mês de seu governo os acordos de paz e amizade que D. Pedro celebrara com Aragão e Castela. Entretanto, após o assassinato do legítimo rei de Castela, Pedro I (23 de março de 1369), por seu irmão bastardo Henrique de Trastâmara (Henrique II), o monarca português apoiado por várias cidades da Galiza e por partidários de Pedro I, reivindica a coroa castelhana alegando ter-lhe direito por ser bisneta de Sancho IV.<sup>60</sup>

Devido a problemas externos, como o perigo de ameaça de invasão de outros reinos, a guerra é encerrada com o Tratado de Alcoutim (março de 1371), pelo qual os dois reis deveriam desistir dos territórios conquistados. O monarca firmou o compromisso de se casar com a infanta D. Leonor de Castela, o que não aconteceu. Poucos anos depois, D. Fernando celebrou tratados com a Inglaterra, rompendo com o tratado de Alcoutim (pois ao aliar-se aos ingleses, Portugal rompia a paz com Castela, no contexto da Guerra dos Cem Anos, aliada da França). Devido a este acontecimento, o rei castelhano, Henrique II invadiu Portugal, dando início à segunda guerra entre os reinos no período fernandino. Nessa guerra, Portugal perdeu sucessivas batalhas e territórios para o reino castelhano. A batalha principal aconteceu em Lisboa, com o exército português desorganizado, este acabou por abandonar a luta. Após as sucessivas derrotas, restou a Portugal se render. Com a derrota lusitana, Castela impôs em Santarém (1373), as condições de paz, nas quais, D. Fernando deveria combater os ingleses e expulsá-los do reino.

---

<sup>59</sup> FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85) in: Marcella Lopes Guimarães; Renan Frighetto (Coords.). Instituições, poderes e juridições na Baixa Idade Média portuguesa. Curitiba: Juruá, 2007. p. 141.

<sup>60</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *As duas faces da moeda: a influência da nobreza (1367-1373) e da alta burguesia (1374-1383) na política de D. Fernando.* 192p. Dissertação de (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998, p. 84.

A terceira e última guerra entre Portugal e Castela, deu-se no ano de 1381. Agora governado por Juan I (1379 - 1390)<sup>61</sup>, o reino castelhano novamente venceu a guerra contra o monarca lusitano. D. Fernando tentou o apoio dos ingleses, mas estes “comportaram-se como inimigos chegando mesmo a saquear várias cidades”.<sup>62</sup> Para finalizar o conflito, Portugal e Castela assinaram o tratado que está na origem dos problemas sucessórios que resultaram na Crise Dinástica (1383 – 1385). Após a partida dos ingleses, o reino se enfraqueceu bélicamente, além disso, o recuo castelhano devido as últimas tréguas decretadas com os portugueses não duraria muito. A partir dessa questão, D. Fernando ao tomar conhecimento que a Rainha Leonor de Castela havia falecido e deixado o Rei Juan I viúvo, com base em seu Conselho, determinou que a solução seria casar sua filha Dona Beatriz com o monarca castelhano, garantindo assim a paz e a aliança aos castelhanos.<sup>63</sup>

No ano de 1383 foi assinado entre os reis D. Fernando de Portugal e D. Juan I de Castela, o Tratado de Salvaterra de Magos. Pelo tratado, D. Juan I casou-se com a Infanta D. Beatriz, e aos filhos destes caberia a sucessão ao trono de Portugal. Esse tratado assinado em abril de 1383 consistia em uma afirmação de paz que colocava fim no conflito entre os reinos. Pelo acordo firmado, o rei português casaria sua filha Dona Beatriz com o rei castelhano, e após a sua morte, o herdeiro dos dois assumiria o trono quando completasse a sua maioridade. Caso o monarca viesse a falecer enquanto o filho fosse menor, este deveria ser criado em Portugal sob a tutela da Rainha Dona Leonor<sup>64</sup>, que seria a regente do reino durante este período.

A política bélica do monarca português trouxe enormes prejuízos ao reino. Houve desvalorizações monetárias e grandes gastos do erário régio com as tropas, armamentos e navios. Os conflitos com Castela trouxeram grande destruição de vilas e cidades, ocasionando também em prejuízos para a zona rural. Questões que obviamente resultavam em exorbitantes aumentos de preços, e mortes não só pela guerra, mas pela fome. Políticas pelas quais Portugal não obteve nenhum proveito.<sup>65</sup> Esta política aliada aos adventos relacionados ao

<sup>61</sup> Segundo rei da dinastia de Trastâmara e filho de Henrique II, D. Juan reinou Castela e Leão entre os anos de 1379 e 1390. Neste trabalho, utilizaremos o nome na língua castelhana. Alguns autores utilizam da versão em português (João I de Castela), mas para evitar confusões com o nome do Mestre de Avis, utilizaremos seu nome na versão castelhana.

<sup>62</sup> NASCIMENTO, Renata C. de S. *op. cit.*, p. 89.

<sup>63</sup> ARNAUT, Salvador Dias. *A crise nacional dos fins do século XIV (A Sucessão de D. Fernando)*. Tese de Doutoramento, Coimbra, 1960, p. 39.

<sup>64</sup> Dona Leonor Teles, foi consorte do Rei Dom Fernando e Rainha de Portugal entre 1371 e 1383. Após a morte do Rei D. Fernando, se tornou regente do reino, permanecendo no cargo por pouco mais de um ano, abrindo mão da regência em nome de seu genro, D. Juan I de Castela.

<sup>65</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *op. cit.*, 1998, p. 90.

tratado, ocorridos posteriormente a sua morte ainda no ano de 1383, estão na origem da Crise Dinástica portuguesa que deu início a Dinastia de Avis, com D. João I.

Após a morte de D. Fernando, em 1383, iniciou-se uma sucessiva disputa pelo trono lusitano, que resultaria na Crise Dinástica de 1383 - 1385. Pelo Tratado de Salvaterra de Magos, até que os filhos de Juan I de Castela e D. Beatriz atingissem a maioridade, para posteriormente assumir o trono, governaria como regente a viúva do rei português, a rainha D. Leonor Teles<sup>66</sup>.

Com a morte de D. Fernando, Juan I de Castela exigiu o cumprimento do tratado, e que sua consorte fosse aclamada rainha. Nesse momento, instaurou-se uma crise que dividiu o reino, com grupos sociais apoianto diferentes candidatos ao trono, criando uma grande instabilidade e movimentação coletiva. Nesse contexto, Juan I recebeu apoio da alta nobreza e do partido pró-Castela, que apoiaram a aclamação de D. Beatriz enquanto Rainha de Portugal. Por outro lado, as pessoas de várias cidades pretendiam tornar rei o infante D. João de Castro<sup>67</sup>, filho de D. Pedro, o Justiceiro e de D. Inês de Castro e também meio-irmão de D. Fernando. O Rei D. Pedro I de Portugal (1357 - 1367) teve vários filhos com sua esposa legítima, D. Constança Manuel, com D. Inês de Castro, sua amante e grande amor (como registra a historiografia), entre outras damas. Sobre a descendência deste rei, além do Mestre de Avis, com uma senhora natural da Galiza, da sua legítima esposa, Dona Constança, o rei tivera depois o Infante Luís, que faleceu, a Infanta Dona Maria, que se casou com o Infante de Aragão D. Fernando, e o herdeiro do trono português D. Fernando, nascido em 1345. Posteriormente com a Dona Inês de Castro, teve mais quatro filhos: D. Afonso (que morreu cedo), D. João, D. Dinis e D. Beatriz. A morte de Dona Inês, se deu por sentença do Rei D. Afonso IV (1325 - 1357), pai de D. Pedro, e seus conselheiros, que temiam uma grande influência da linhagem dos Castro junto ao então Infante D. Pedro. Após a morte de D. Fernando, vários desses seus irmãos viriam a disputar o trono português.<sup>68</sup>

Em meio a disputa entre os partidários da Rainha D. Beatriz e dos Castros, com base no infante D. João de Castro, surge o Mestre de Avis, meio-irmão de D. Fernando, filho

<sup>66</sup> Rainha de Portugal e consorte de D. Fernando, D. Leonor de Teles sofria de enorme desprestígio no reino. Sabe-se que a união do rei com esta dama não agradou ao povo lusitano e parte influente da nobreza. Ao se casar com D. Leonor, D. Fernando rompeu com hegemonia dos Castro e aumentou o prestígio da família Teles de Meneses, principalmente com confisco de terras dos primeiros, e concessão de terras e títulos nobiliárquicos a família da nova rainha.

<sup>67</sup> Para evitar confusões com o nome do Mestre de Avis, nos referiremos ao Infante D. João, filho de D. Pedro I com Dona Inês de Castro, como João de Castro.

<sup>68</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. D. João I. In: MENDONÇA, Manuela. (Org.) *História dos Reis de Portugal: Da Fundação à perda da independência*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2010b, p. 446. Por utilizarmos como referência outro texto desta autora publicado no mesmo ano, citaremos este como 2010b.

bastardo do Rei D. Pedro I. O Mestre de Avis nasceu em Lisboa, no dia 11 de abril de 1357, filho de D. Pedro com Teresa Lourenço, que além da breve menção de Fernão Lopes, pouco se sabe. O ilegítimo filho do monarca lusitano, como reforça a historiografia, não estava na “fila da sucessão” de seu pai ao trono português. Quando criança, ele foi entregue a Lourenço Martins, proveniente de Lisboa que o criou no início da infância, sendo em seguida entregue a D. Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo. Pretendia-se assim que D. João vivesse uma carreira eclesiástica, no campo das Ordens Militares. Seu pai, D. Pedro I, o ordenou cavaleiro e após a morte do Mestre da Ordem de Avis, D. Martim de Avelar, D. João foi elevado a mestre da ordem ainda aos sete anos de idade. Nesse contexto, “[...] o espírito religioso e cavaleiresco das ordens militares terá moldado o carácter e a destreza militar do adolescente D. João”.<sup>69</sup>

Durante a adolescência o mestre conviveu na corte de seu meio-irmão, D. Fernando, ordenado rei no ano de 1367. Sabe-se que desse convívio na corte fernandina, D. João pôde ver de perto os problemas enfrentados no reinado do seu irmão, como os diversos conflitos com Castela e os efeitos das crises da segunda metade do século XIV na Europa, como a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos. A experiência de D. João na corte de seu irmão lhe permitiu compreender as dificuldades sentidas no reinado de D. Fernando, que passou por diversas crises internas.

A experiência do mestre na corte de seu meio-irmão influenciou posteriormente seu reinado, buscando adotar políticas diferentes das de D. Fernando, que nas palavras de Oliveira Marques, “[...] comportava-se como um monarca feudal, reinando entre pares e presa dos seus interesses e caprichos”.<sup>70</sup> Deste modo, D. João adotou uma política diferente de seu irmão, mas obviamente no seu jogo político com a nobreza, favoreceu aqueles que o apoiaram durante a guerra com Castela.

Aos poucos, certos elementos de linhagens fidalgas, principalmente filhos bastardos e secundogênitos, “[...] alguma clerezia e cavaleiros das ordens militares, o povo de Lisboa e uns quantos oficiais da cidade organizam-se em torno do Mestre de Avis, o único descendente real presente no reino”.<sup>71</sup> De acordo com Fátima Regina Fernandes, morrendo D. Fernando, no dia vinte e dois de outubro de 1383, ele foi sepultado quase em segredo no Mosteiro de São Francisco, e o reino estava desgostoso com o seu senhor e os caminhos políticos traçados. Assim, o Mestre de Avis se tornaria um agente inconsciente dos rumos que

<sup>69</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. D. *op., cit.*, 2010b, p. 447.

<sup>70</sup> SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (Dir.). *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. V. IV, p. 510.

<sup>71</sup> SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (Dir.). *op. cit.*, 1987, v. IV, p. 451.

Portugal tomaria ao definir a aliança com os ingleses e com Roma. Do lado de Castela, ao tomar conhecimento da notícia da morte de seu sogro, Juan I viria logo a suprimir a regência da viúva de D. Fernando, fundindo as armas de Portugal com as de Castela, reivindicando o trono português "[...] e invadiria o reino português tentando assumi-lo oficialmente para o eixo-franco-castelhano e para Avinhão".<sup>72</sup>

É na figura de D. João e nos diversos acontecimentos que viriam a beneficiá-lo, que Fernão Lopes evocaria a memória da predestinação régia, que colocaria aquele que nem estava na linha sucessória no trono português. Estes são importantes elementos que se misturam entre a idealização e a propagação de poder que tornava aquele cavaleiro o legítimo merecedor do trono. Um dos primeiros elementos que possivelmente contribuíram para a construção da imagem do Mestre de Avis como o "Rei Predestinado" esteve diretamente ligado ao início da Crise Sucessória de D. Fernando, no conflito entre a Rainha regente Dona Leonor e o Mestre após este ser encarregado de matar o Conde de Andeiro<sup>73</sup>.

Na corte do rei português eram grandes os boatos da traição da rainha e seu envolvimento com o Conde João Fernandes. O cronista Fernão Lopes, no primeiro volume da *Crónica de D. João I*<sup>74</sup> dedicou os primeiros capítulos da obra para narrar esses acontecimentos com o objetivo de enaltecer o papel daquele que viria ser o rei de Portugal, e assim também deslegitimar D. Leonor e consequentemente a sua filha e herdeira do trono, a infanta Dona Beatriz. Provavelmente, Lopes dava prosseguimento aos questionamentos ao direito que a rainha de Castela teria ao reino lusitano, pois a infidelidade de D. Leonor colocaria a prova a verdadeira descendência do Rei D. Fernando, assim dando maior legitimidade a causa do Mestre de Avis.

Nesse contexto, a Rainha D. Leonor representou a canalização do ódio do povo português, projetando nela as falhas da política fernandina, seu favorecimento a nobreza e aproximação a Castela. A proximidade que a Rainha tinha com João Fernandes, o Conde de Andeiro, em vida, era uma afronta a imagem de D. Fernando e, após a sua morte, feria a sua memória. Portanto, a morte do conde lavaria a honra régia, atacando também os interesses de D. Leonor, o que seria também "[...] dar um decisivo golpe na alta nobreza e nas ambições

<sup>72</sup> FERNANDES, Fátima Regina. *op. cit.*, 2007, pp. 147 - 148.

<sup>73</sup> João Fernandes Andeiro (1320 - 1383), o Conde de Andeiro, foi um nobre português. O Conde teve um papel importante nas diversas tramas políticas no reinado de D. Fernando e posteriormente na sua crise sucessória. Apontado por muitos na época, e como registra Fernão Lopes, como amante da Rainha Dona Leonor.

<sup>74</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro, 1977. Tomo I. (CDJ I).

sociopolíticas que ele e outros alimentavam e sustentavam junto da rainha, visando manter poder graças a uma forte aliança com Castela".<sup>75</sup>

Os primeiros capítulos da Crônica de D. João I narram várias tentativas frustradas contra a vida do Conde João Fernandes. Nessas narrativas, dois são os principais nomes envolvidos, o do Mestre de Avis, visando honrar e vingar seu irmão, o Rei D. Fernando, e a do Conde de Barcelos, João Afonso Teles, irmão da Rainha, que visou limpar a honra de sua família.<sup>76</sup> Lopes justifica que as tentativas frustradas de matar o Conde deviam-se a interferência divina, pois Deus teria evitado o assassinato, pois este não deveria ser feito por ninguém menos que o Mestre, que era destinado a limpar a honra e a memória de seu irmão. Conforme o cronista

O muito alto Senhor Deus, cuja providência nada falta, tinha disposto que o Mestre se tornasse Rei e que nenhum outro o matasse (ao Conde) senão ele; e isto, em tempo marcado e com certos motivos, embora tivesse sido possível fazê-lo de outra maneira. Porque, usando o Conde de tão grande maldade, pois dormia com a mulher de seu senhor, de quem recebera tantas mercês e tantos benefícios, ao Mestre se lhe gerou um grande e marcado desejo de vingar a desonra d'el Rei D. Fernando.<sup>77</sup>

Ainda em vida, para o cronista, D. Fernando suspeitaria da relação da rainha com o conde. O rei teria cogitado enviar o próprio Mestre de Avis como encarregado de matar João Fernandes, mas aconselhado por seu escrivão, desistiu da iniciativa. O escrivão chegou a redigir a carta que seria enviada ao mestre com a missão de eliminar o conde, mas o monarca acabou convencido de que esta ação poderia aumentar o prestígio de seu meio-irmão e assim ameaçar a sucessão ao trono por sua filha D. Beatriz. O escrivão de D. Fernando argumentou que o mestre era bem querido em todo o reino, e recebendo como recompensa pela missão a fortaleza do castelo de Coimbra, falecendo o Rei D. Fernando, os da cidade, e outros lugares, poderiam juntar-se ao mestre e torná-lo Rei, deserdando a sua filha Dona Beatriz, o que dificultaria para esta depois reclamar o trono. O escrivão aconselhou que o rei evitasse tais ordens, e se futuramente resolvesse novamente pela morte do conde que o fizesse de outras formas.<sup>78</sup> Notamos nesse momento um primeiro indicativo da popularidade do Mestre de Avis, e uma cogitação de que este poderia vir a se tornar rei em meio a apelos "populares".

---

<sup>75</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 44.

<sup>76</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 44.

<sup>77</sup> LOPES, Fernão. CDJ I, cap. I, pp. 19 - 20.

<sup>78</sup> CDJ I, cap. III, p. 24.

Após o falecimento de D. Fernando, o mestre foi convencido de que estava destinado a matar o Conde de Andeiro. Temos nessa questão uma grande influência do Conde de Barcelos e de Álvaro Pais<sup>79</sup>, que foram diretamente responsáveis por convencer D. João de sua missão. Foram dois os principais argumentos de que ele deveria matar o Conde: primeiro porque deveria honrar e vingar o rei seu irmão; segundo porque estando João Fernandes vivo, isso seria um risco para a sua própria vida, pois o conde e a rainha já viam o mestre como um perigoso adversário político nas pretensões ao trono.<sup>80</sup>

Em dezembro de 1383, concretizou-se a morte do Conde de Andeiro. Com a morte de D. Fernando, Dona Leonor convocou os fidalgos e vassalos a comparecerem nas exéquias régias. Assim, o Conde João Fernandes permaneceu no Paço da Rainha. No dia seis de dezembro de 1383, após jantar com a rainha e os fidalgos, o mestre chamou o conde para uma conversa em particular, tendo "[...]mais desejo de o matar que de travar-se de razões com ele[...]", desferiu-lhe um golpe na cabeça, mas que não foi mortal. João Fernandes, ainda agonizando, tentou recolher-se para a câmara da rainha, mas recebeu o golpe final que o atravessou pela espada de Rui Pereira, que acompanhava o mestre, caindo morto.<sup>81</sup>

O assassinato do Conde de Andeiro na narrativa de Lopes aparece como um grande elemento de legitimação do futuro Rei D. João I. O mestre cumpria antes mesmo de sua entronização uma das mais significativas funções régias: garantir a justiça. Sua ação não fora um simples assassinato, mas um poderoso ato que culminava com um homem que era tido como responsável por grande parte dos problemas que passava o reino. Assim, D. João eliminou aquele que por pouco não foi senhor dos destinos de Portugal.<sup>82</sup> A narrativa de Fernão Lopes sobre o assassinato do conde por D. João, dentro do projeto legitimador da Casa de Avis, reforçava que no Mestre de Avis se encontravam fundamentos de um futuro rei e de uma nova dinastia, não baseado apenas em um simples homicídio, mas na realização de um ato que muitos acreditavam ser a única solução para acabar com os problemas de um reino que estava constantemente ameaçado por forças internas e externas. Assim, no discurso do cronista, D. João aparecia como aquele que era o predestinado a executar a justiça, tal como cabe aos reis fazer, para depois, entre os meses de crise e guerra, "[...]que se segue nos

---

<sup>79</sup> Álvaro Pais (1330 - 1390) foi um nobre e oficial régio português que ocupou cargos importantes nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando, sendo Chanceler-mor em ambos os reinados.

<sup>80</sup> CDJ I, cap. VI, p. 30.

<sup>81</sup> CDJ I, cap. IX, p. 39.

<sup>82</sup> PERES, Damião. *D. João I*. 2. ed Porto: Vertente, 1983. p. 20.

capítulos subsequentes da crónica joanina, constituir a fundamentação da legitimidade do poder real que, em cortes, se haveria de reclamar o Mestre de Avis".<sup>83</sup>

Após a morte do Conde de Andeiro, a relação entre o Mestre e a Rainha Dona Leonor se estremeceu e viria a coincidir com a invasão castelhana, com a reclamação do trono por parte do Rei de Castela, Juan I, que a princípio atenderia ao pedido de ajuda por parte da sua sogra, mas como apontam os cronistas Fernão Lopes, e até mesmo o castelhano Ayala<sup>84</sup>, com o objetivo de se assenhorear-se de Portugal.

Anteriormente ao episódio da morte do Conde de Andeiro, quando a Rainha D. Leonor convocou os fidalgos à cerimônia fúnebre de D. Fernando, discutiu-se sobre a defesa do reino naquele instante, pois surgiam rumores de que o rei de Castela não respeitaria o Tratado de Salvaterra dos Magos, ao contrário, estaria reunindo sua armada e invadiria o reino português reivindicando o seu trono. Reunido o conselho da rainha regente, o Mestre de Avis foi nomeado como fronteiro, dando à D. João a tarefa de defender o reino do iminente ataque castelhano.<sup>85</sup>

No entanto, após a morte do Conde João Fernandes, além de estremecidas as relações entre a rainha e o mestre, houve um grande alvoroço no Paço da Rainha. Não atentos ao que realmente acontecera e incitados por Álvaro Pais, os lisboetas acreditavam que o Conde João Fernandes havia assassinado D. João sob as ordens da rainha, o que ocasionou um grande levante e revolta popular. Lopes narra que a população tentou invadir o castelo, desferindo ásperas palavras contra a Rainha, na tentativa de vingar o mestre, e que outros "[...] clamavam por lenha, que viesse lume para deitar fogo aos Paços e queimarem o traidor e a adúltera"<sup>86</sup>. Evocando ao carisma do sangue real da presumível vítima "Acorramos ao Mestre que o matam amigos, acorramos ao Mestre que é filho de el-Rei D. Pedro!"<sup>87</sup> Álvaro Pais fez um forte apelo à mobilização coletiva e popular. Fernão Lopes descreveu a cena deste modo:

Soaram os gritos [...] pela cidade, ouvindo todos [...] que matavam o Mestre; e, assim como viúva que não tinha rei, e como se este lhe ficasse em vez do marido, todos se moveram, de armas na mão, correndo à pressa para os Paços, a fim de darem a vida e impedirem a morte do Mestre. [...] E, por vontade de Deus, todos feitos um só coração com desejo de o vingar, quando chegaram às portas do Paço, que já estavam cerradas, e (até) antes de

<sup>83</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I...*, op. cit., 2008, pp. 46 - 47.

<sup>84</sup> AYALA, Pedro López de. *Chronica d'el Rey D. Juan I*. In: PERES, Damião. op. cit., 1983, p. 14.

<sup>85</sup> CDJ I, cap. VII, p. 32.

<sup>86</sup> CDJ I, cap. XI, p. 42.

<sup>87</sup> CDJ I, cap. XI, p. 42.

chegarem, com palavras de espanto começaram a perguntar: ‘Onde mataram o Mestre? Que é do Mestre?’.<sup>88</sup>

Observamos na descrição de Lopes, que além da histeria coletiva causada pelo temor da morte do mestre, o cronista sustenta a ideia de que o povo acreditava que D. João era o sucessor nato de D. Fernando, traçando um paralelo entre "a viúva que não tinha rei" (o povo que acabara de viver o falecimento de seu senhor) e "como se este lhe ficasse em vez do marido" (a figura do mestre em substituição a do monarca). Após algumas pessoas verem o Mestre por uma das janelas, a população se acalmou com a notícia de que D. João estava vivo. A rainha, temendo por sua vida e desgostosa com toda a situação vivida, os perigos da corte e do povo de Lisboa, partiu para a vila de Alenquer em busca de segurança. De acordo com Damião Peres<sup>89</sup>, o levante popular em apoio a D. João na morte do Conde de Andeiro, transformou-se em instrumento de legitimação da causa do mestre e dos desdobramentos que viria a seguir.<sup>90</sup>

Além da morte do conde, o fato de o povo de Lisboa ter se voltado contra a rainha agravou a situação dela com o mestre. Após tais acontecimentos, D. João ainda tentou obter o perdão de Dona Leonor. Dirigindo-se a ela, desculpou-se por matar o conde em seu Paço, o que poderia lhe render grande desonra, mas justificou que o fizera porque João Fernandes de Andeiro representava perigo à sua vida. A soberana relutou em aceitar o pedido do mestre, contudo, por estar em meio a fidalgos, de acordo com o cronista, "falsamente" perdoou D. João<sup>91</sup>. Na narrativa, após esse evento, chegou a informação que a rainha após deixar Lisboa, desejava uma retaliação à cidade e ao mestre pelos males cometidos contra sua pessoa, e assim, havia enviado uma carta à Juan I de Castela, pedindo o seu auxílio para manter a sua regência. Temendo por sua vida, D. João cogitou a possibilidade de se refugiar na Inglaterra, mas foi convencido pela população de Lisboa a ficar na cidade e defendê-la.

Dois foram os principais motivos que levaram o povo de Lisboa a pedir que o mestre ficasse e defendesse a cidade e o reino. Conforme Fernão Lopes, essas razões

<sup>88</sup> CDJ I, cap. XI, p. 42.

<sup>89</sup> Por se tratar de uma obra escrita nas primeiras décadas do século XX e além disso, da corrente historiográfica que o autor pertencia, este utiliza de alguns conceitos (marxistas) dos quais não nos apropriamos para entender a Crise Dinástica portuguesa (como "classes sociais", "burguesia", "golpe de Estado" e "Corrente Revolucionária", etc.), mas consideramos a sua colocação pertinente a problematização do contexto histórico que estamos analisando.

<sup>90</sup> Conforme Peres, "sem dúvida, obedecendo ao plano anteriormente traçado e com o fim de transformar em golpe de Estado o assassinato de Andeiro, enquanto no Paço a tragédia se consumava, Álvaro Pais lançando mão do seu predomínio, levantava em massa o povo de Lisboa e levava-o sob as janelas da régia morada a reclamar são e salvo o Mestre de Avis, pois lhe fizeram crer que a vida deste corria perigo. Assim, o crime individual do Mestre ia ter o *referendum* popular, e o atentado transformava-se em primeiro elo de uma corrente revolucionária". PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 21.

<sup>91</sup> CDJ I, cap. XIII, p. 48.

baseavam-se na iminente invasão castelhana: Juan I desrespeitaria os tratados e o grande temor do povo por uma provável busca por vingança da rainha. Portanto, para o cronista;

Um dos cuidados era terem-se visto ficar sem paz firme, à morte d'el Rei D. Fernando, pois ele-Rei de Castela não queria respeitar os tratados [...] e vinha contra o Reino para tomar posse dele. Além do mais, esperavam ser postos em grande sujeição sob o poder dos castelhanos, temendo ser subjugados por eles como se fossem seus mortais inimigos. Por outro lado, haviam grande temor da Rainha, lembrando-se do grande mal que antes tinham recebido aqueles que contradisseram o casamento d'el Rei D. Fernando com ela. Quanto mais, então, que não só estiveram contra a Rainha, ajudando o Mestre na morte do Conde João Fernandes, mas ainda soltando-se em desonestas palavras e insultos que lhe foram, e ela, muito graves suportar. Assim, ficando à mercê da Rainha, que conheciam de vontade muito vingativa, tinha muito fortes razões para esperar a sua execução.<sup>92</sup>

Temendo a invasão do rei de Castela, que levaria não só grande perigo ao reino, mas as suas vidas, o povo buscava em D. João a figura do salvador, que os livraria dos perigos castelhanos. Dessa forma, "[...] era preciso congregar forças. Era impiero so haver um chefe. E o povo rogava então ao Mestre que não abandonasse o reino e instavam-no para que tomasse o poder".<sup>93</sup> A principio, o mestre deveria proteger a terra até que o infante D. João de Castro, seu irmão, se libertasse da prisão castelhana, para que então pudesse assumir o trono. Muitos dos que apoiaram o mestre, principalmente a fidalguia, viam neste infante o possível sucessor de D. Fernando. O cronista narra que o povo lisbonense em meio ao alvoroço que tomava conta da cidade, em grandes dúvidas, via no Mestre de Avis a autoridade para defendê-los, que desejava tê-lo por Senhor porque a "[...]sua descrição e força são tantas que bastarão para empurrar todos os perigos que nos possam vir".<sup>94</sup> Baseando-se nisso argumentara ao mestre que aceitasse o cargo, que não desamparasse o povo e ficasse no reino como Senhor e governante, prometendo a ele toda a ajuda possível com seus corpos e riquezas a seu serviço.

Com a ameaça da invasão castelhana, em 1384 D. João é elevado pelo Concelho de Lisboa como defensor do reino<sup>95</sup>, e pautando-se nesse evento, Lopes inicia a construção de um messianismo político associado a imagem do futuro monarca, que no restante da narrativa viria a se alastrar. O mestre teria relutado em aceitar o cargo, visto as grandes dificuldades e responsabilidades que cairiam sobre si. Ele acatou os conselhos terrenos, mas também buscou

<sup>92</sup> CDJ I, cap. XIX. p. 58.

<sup>93</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 48.

<sup>94</sup> CDJ I, cap. XX, pp. 60 - 61.

<sup>95</sup> CDJ I, caps. XIX - XXVI.

os divinos, consultando frei João da Barroca (? – 1400), a quem era atribuído boa fama por seus bons conselhos e "adivinhações". Em sua conversa com o frei, D. João teria argumentado sobre todas as razões contrárias para não assumir tal responsabilidade, mas foi prontamente convencido após argumentação do religioso. Frei João da Barroca teria dito ao Mestre que "[...] não fosse embora do Reino e começasse a sua empresa com esforçada coragem, pois a Deus prazia que o Mestre fosse rei e senhor do reino, e seus filhos após a sua morte".<sup>96</sup> Deste modo, Fernão Lopes reforça a imagem daquele que era escolhido pelos céus para salvar o reino, as revelações do Frei aparecem como a representação do profeta que surge em tempos de crise, como os do reino de Israel, "[...]anuncia a vontade de Deus, agora para o reino de Portugal. Anúncio que, por ser de profeta castelhano, vindo miraculosamente de Jerusalém a Lisboa, mais adensava a mensagem salvífica desta cidade e do seu prometido".<sup>97</sup>

Este acontecimento é um ponto importante da narrativa de Lopes, nele, o cronista reforça a "eleição de D. João como o escolhido de Deus para reinar Portugal", ideia transmitida por um religioso, de pureza espiritual, que atravessara o mundo, vindo do oriente para anunciar um milagre em missão divina. A previsão do frei Barroca, na crônica de Lopes, "[...]é capaz de mudar todo o destino do reino, pois graças à sua interferência, o eleito de Deus, o Mestre de Avis, resolve permanecer e lutar contra os invasores personificados na figura de João de Castela".<sup>98</sup>

O fato de o mestre ter aceitado o cargo de Regente e Defensor do Reino trouxe grande repercussão em Lisboa, e conforme Lopes, "[...]o Mestre aceitou, deste modo, assumir a responsabilidade e a regência do Reino, toda a tristeza ficou fora das gentes e os corações alegres e em boa esperança[...]"<sup>99</sup>, e assim se comprometeram na missão de ajudá-lo a salvar Portugal. Na sua nova condição, D. João escolheu os homens do seu governo, tendo como um dos principais nomes o Doutor João das Regras<sup>100</sup>, jurista, que se tornou seu Chanceler-mor. Desta maneira, tomando seus oficiais, o mestre também ordenou o modo como deveriam ser regidas as suas Cartas (oficiais). Entre suas primeiras ações, foram rapidamente feitos

Dois selos, um pendente e outro chão, com as armas certas de Portugal, acrescentando entre os castelos a cruz da Ordem de Avis. E fez o Mestre seu

<sup>96</sup> CDJ I, cap. XXIV, p. 66.

<sup>97</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 49.

<sup>98</sup> ZIERER, Adriana Maria de Souza. O Messianismo na Legitimização Simbólica de D. João I (1383-85/1433). *Politéia* (UESB), v. 6, p. 123-148, 2006, p. 132.

<sup>99</sup> CDJ I, cap. XXVI, p. 69.

<sup>100</sup> O Doutor João das Regras teve um papel muito importante na resolução da Crise Sucessória e nos anos iniciais do reinado de D. João I. Sobre este personagem, trataremos no sub capítulo referente as Cortes de Coimbra.

Chanceler-mor o doutor João das Regras que era muito grande letrado; e as palavras que determinou se escrevessem em todas as cartas diziam deste modo: ‘Dom João pela graça de Deus, filho do muito nobre Rei Dom Pedro, Mestre da Cavalaria da Ordem de Avis, Regente e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve’.<sup>101</sup>

Após a nomeação de D. João como Regente do Reino em Lisboa, a Rainha D. Leonor que já dirigia-se às proximidades das fronteiras com Castela, via ameaçados os seus direitos a regência do reino e então recorreu ao seu genro, D. Juan I, que viesse e invadisse Portugal em seu socorro. D. Leonor esperava que o monarca tomasse Lisboa, depusesse o mestre do seu cargo e então devolvesse a regência do reino a ela<sup>102</sup>. Ao receber as cartas de sua sogra, Juan de Castela partiu com a sua esposa para Santarém, entrando em Portugal, aonde encontrou Dona Leonor. Este encontro não teve o desfecho que a viúva de D. Fernando desejava, pressionada pelo seu genro, foi obrigada a abdicar a seus direitos sobre a regência do Reino em nome de sua filha Dona Beatriz, e consequentemente ao poder de Juan de Castela.<sup>103</sup>

Após a transferência dos direitos de Dona Leonor para seu genro, embora este já se intitulasse Juan I, Rei de Castela, de Leão, Portugal e do Algarve, também passou a utilizar essa denominação em documentos oficiais e em seu brasão fundiu as armas de Portugal e Castela.<sup>104</sup> Após reunir seu conselho, o rei castelhano discutiu como levaria guerra à Portugal. Parte dos conselheiros, retratados por Lopes como "verdadeiros e bons conselheiros", defendiam que o rei deveria mandar representantes ao reino português, visando discutir as questões referentes aos problemas sucessórios dentro da legalidade e respeitando os tratados firmados com D. Fernando. A outra parte, retratados pelo cronista como "meros bajuladores", apenas reforçavam a vontade do seu rei de tomar o trono lusitano, aconselhando que invadisse o reino e tomasse posse da Coroa que era sua por direito. Obviamente, esta outra parte de conselheiros venceu a discussão, pois deram prosseguimento aos desejos do monarca.<sup>105</sup>

Decidido a invadir o reino de Portugal e assenhorear-se de seu trono, Juan I de Castela mandou juntar sua frota e armada, e nesse mesmo ano de 1384, levantaria o cerco a cidade de Lisboa, que duraria quase cinco meses e foi um importante episódio da Crise Dinástica, em que nas narrativas, diversos elementos foram utilizados na legitimação do poder

<sup>101</sup> CDJ I, cap. XXVII, p. 71.

<sup>102</sup> CDJ I, cap. LXI, p. 128.

<sup>103</sup> CDJ I, cap. LXV, p. 133.

<sup>104</sup> CDJ I, cap. LXVI.

<sup>105</sup> CDJ I, cap. LVI.

do Mestre de Avis, baseados na evocação de uma memória relacionada ao messianismo político.

### **1.2 - Do Cerco de Lisboa (1384) às Cortes de Coimbra (1385)**

Segundo a narrativa de Fernão Lopes, no episódio do Cerco de Lisboa, D. João garantiria a defesa da cidade que o acolhera como seu defensor, e o cronista evocaria na imagem do futuro monarca a idealização de um rei predestinado e escolhido "pelos céus" para salvar o reino português. Tal questão seria fundamental na argumentação do Doutor João das Regras<sup>106</sup> ao defender o direito ao trono que pertenceria ao Mestre de Avis.

Aos finais de maio de 1384, D. Juan de Castela chegava com a sua armada para cercar Lisboa, contando sob suas ordens com 6.000 besteiros, 5.000 lanças, 1000 ginetes, e uma frota de 40 naus que se aproximava da cidade.<sup>107</sup> O rei castelhano levantou um acampamento na vila de Santos que estava completamente abastecida, com fartura de alimentos, medicamentos, mercadorias, físicos, boticários, "mulheres mundanas", ouro, prata, etc., a maior parte, de produtos levados por comerciantes de Santarém até o local com certa facilidade, pois o monarca escolheu uma localização de fácil acesso e cercado por simpatizantes aos castelhanos. A estratégia de Juan I baseava-se na premissa de que tomindo Lisboa, conquistaria o reino português, pois a grande resistência aos castelhanos permanecia na cidade com o mestre e seus seguidores.

Por outro lado, as pessoas da cidade de Lisboa, sob o comando de D. João, preparavam as suas defesas para resistir a tentativa da tomada do local. O mestre nomeou fidalgos e bons homens para o cuidado das torres e buscou formas de garantir mantimentos a população.<sup>108</sup> Apesar do empenho da população da cidade, as semanas passavam em meio ao cerco e devido a impossibilidade de receber novos mantimentos, as pessoas estiveram prestes de ser subjugados pela fome. O cenário narrado pelo cronista traz imagens de homens, mulheres e crianças sofrendo com a agravante falta de abastecimento. Na cidade dificilmente encontrava-se trigo para vender, e se conseguisse encontrar, o preço era tão alto que a maior parte do povo não podia pagar. Faltando o principal ingrediente para a fabricação do pão, muitos improvisavam a alimentação e consumiam alimentos impróprios que levaram vários à morte. Na falta do trigo, alguns comiam uma espécie de pão feito de bagaço de azeitona,

---

<sup>106</sup> Cf. CAETANO, Marcelo. As Cortes de 1385. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1952, v. 2. pp. 5 - 86.

<sup>107</sup> CDJ I, cap. CXIV, p. 214.

<sup>108</sup> CDJ I , cap. CXV, p. 218.

queijo de malvas e raízes de ervas, outros alimentavam-se de melaço. Fernão Lopes narra que nos locais onde era vendido o trigo, quando alguns rapazes encontravam grãos caídos no chão, colocavam-se prontamente a comer com terra e tudo. Outras pessoas alimentavam-se basicamente de ervas e bebiam muita água, sendo encontrados pela cidade vários mortos, corpos de adultos e crianças inchadas, o que o cronista atribui a famigerada alimentação.<sup>109</sup>

Faltava também a carne, a qual os pobres não tinham acesso. E quando tinham, provinha do sacrifício de suas bestas (cavalos). A situação era tão crítica que afetara até os grandes senhores da cidade. O cronista relata crianças implorando por comida para suas mães, e tudo que estas podiam lhes oferecer eram suas preces e lágrimas. A situação chegava a um ponto em que as mulheres que tinham filhos recém nascidos não conseguiam lhes amamentar, pois devido a pobre alimentação, não produziam leite.<sup>110</sup>

Não podendo manter a todos, pessoas de grupos sociais marginalizados e que não poderiam contribuir na resistência aos castelhanos, como os judeus e as prostitutas, eram expulsos. Pois na necessidade do momento, a lógica empregada pelo cronista era de que se não serviriam para lutar e defender a cidade, não deveriam usufruir do pouco mantimento que restava para aqueles que ajudavam na luta aos castelhanos. Ao narrar esse acontecimento, Fernão Lopes reforça a imagem negativa do Rei de Castela que ele reproduz durante a *Crônica de D. João I*.<sup>111</sup> Nesse episódio da expulsão de grupos da cidade, o cronista parece relativizar a posição do Mestre de Avis<sup>112</sup>, que este foi obrigado a tomar essa decisão pela cruel e injusta guerra que o rei castelhano o levara. Não apenas isso, mas em seguida, Lopes narra que a princípio, os castelhanos davam acolhimento e alimentavam essas pessoas, mas quando o Rei percebeu que estes vinham por causa da fome, e visando desgastar mais a resistência lisboeta, os expulsavam de seu arraial, e se não quisessem partir, mandava os açoitar, obrigando-os a retornarem a força. Assim, para elas, era difícil voltar para Lisboa, mesmo chorando não esperavam serem recebidos, preferiam ser cativos no arraial do rei castelhano a morrer de fome.<sup>113</sup>

Em meio a tropas náuticas e terrestres, em números superiores ao contingente português, os castelhanos continuavam o ataque à cidade por sua frota. Em outros locais do reino, estes povos se enfrentavam em batalhas com vitórias, derrotas e baixas dos dois

<sup>109</sup> CDJ I, cap. CXLVIII, p. 280.

<sup>110</sup> CDJ I, cap. CXLVIII, p. 280.

<sup>111</sup> ZIERER, Adriana M. de S. *op. cit.*, 2006.

<sup>112</sup> Ao longo da sua narrativa na Crônica de D. João I, Fernão Lopes construiu um discurso que associa a imagem de D. João I à Cristo, e em contrapartida, o seu adversário, Juan I de Castela, ao Anti-Cristo. Sobre esta questão, discutiremos adiante neste texto.

<sup>113</sup> CDJ I, cap. CXLVIII, p. 279.

lados<sup>114</sup>. O povo de Lisboa tinha então duas guerras: uma contra a armada castelhana e outra contra a fome, e em ambos os casos, a vitória de Castela parecia estar mais próxima. Quando a derrota dos portugueses durante o cerco parecia iminente, veio a “ajuda da peste”, que assolou as forças armadas castelhanas, fazendo-as bateram em retirada. No arraial, o avanço da peste não poupava grandes ou pequenos, muitos fidalgos e importantes comandantes da tropa de Castela foram atingidos e morreram pelo contágio da doença. Conforme Lopes, nessa circunstância morreram mais de dois mil homens da tropa de Juan I<sup>115</sup>, chegando a morrer entre 100 e 200 pessoas por dia.<sup>116</sup> Enquanto a peste assolava a frota castelhana que cercava Lisboa, e também o arraial do rei de Castela, afetando também a Rainha Dona Beatriz, a doença ignorava os portugueses, Lopes escreveu que "era grande maravilha [...] (que) nenhum dos fidalgos portugueses que andavam no arraial (castelhano), quer prisioneiros, quer noutras circunstâncias, morressem de peste".<sup>117</sup>

O episódio do Cerco de Lisboa na narrativa de Fernão Lopes evoca o messianismo na imagem do futuro D. João I. A grave situação enfrentada pelos portugueses, em meio aos ataques bélicos e principalmente a defasagem causada pela fome, apontava para a iminente derrota do povo que resistia na cidade. Eis então que ocorre aquilo que o cronista interpreta como um "grande milagre", a ajuda divina que viera para salvar o povo de Lisboa e anuncia que aquele que os liderava era o escolhido de Deus. Quando a derrota parecia iminente, a salvação chegaria pela peste. Os homens de Castela que sitiavam a cidade morriam às centenas por dia, e quando a epidemia atingiu a rainha Dona Beatriz, Juan I mandou levantar o cerco. "[...] entretanto, apareceram duas nascidas à Rainha, porém, não muito graves, pelo que el-Rei determinou logo partir do cerco."<sup>118</sup> A explicação desse acontecimento, na narrativa de Fernão Lopes, escrita décadas após o evento, assim como no imaginário do povo à época do acontecido, só poderia ser respondida como milagre. Desse modo, reforçava-se a ideia de que "o Senhor enviara um Messias para salvar o seu povo. Assim, acreditariam as gentes, assim o gravou em memória Fernão Lopes, nas profecias messiânicas e milenaristas sobre predestinado chefe".<sup>119</sup>

Henri Desroche entende o conceito de messianismo como a crença religiosa na chegada de um redentor que colocaria fim à ordem atual de uma determinada sociedade, "quer

<sup>114</sup> Quanto às batalhas entre os portugueses e castelhanos durante a Crise Dinástica (1383-85) e no Reinado de D. João I (até o tratado que firmou paz entre os reinos), discutiremos a seguir em um sub-capítulo dedicado ao tema.

<sup>115</sup> CDJ I, cap. CXLIX, p. 283.

<sup>116</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 68.

<sup>117</sup> CDJ I, cap. CXLIX, p. 283.

<sup>118</sup> CDJ I, cap. CL, pp. 284 - 285.

<sup>119</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010b, p. 455.

seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade".<sup>120</sup> Poderíamos associar essa concepção ao messianismo político, que, deste modo, seria um "movimento ligado à instauração de regimes ou de dinastias que utilizam um discurso baseado no nacionalismo, ao qual se associa um líder apresentado como iniciador de uma nova era."<sup>121</sup>

O reino português na Baixa Idade Média foi um espaço de grande difusão de correntes escatológicas, messiânicas e milenaristas. A convivência por séculos de judeus, cristãos e muçulmanos contribuíram para a formação de uma religiosidade, na qual revelações proféticas e escatologia política fervilharam o imaginário dos homens. Uma corrente religiosa e filosófica que ganhou força no período foram as ideias joaquinitas, baseada nas concepções do monge Joaquim de Fiore, um monge calabrês do século XII que dividia o tempo em três idades da História nas três pessoas da Santíssima Trindade. Assim, para o monge a história da humanidade se dava em três etapas: a primeira idade do Deus Pai, que corresponderia ao Antigo Testamento e um período anterior a revelação da vinda de Cristo; a segunda idade baseava-se na anunciação do Novo Testamento e na revelação do Deus Filho à humanidade (na qual o monge acreditava pertencer a seu tempo); a terceira que viria, dentro de um teor também apocalíptico, seria o tempo do Espírito Santo, que na sua visão estaria próxima, e seria a idade dos monges, reunificando a Igreja, a humanidade seria regida pelas leis sagradas. Os escritos de Fiori foram condenados pela Igreja, mas sendo secretamente admirados, ganharam diversos seguidores nos séculos seguintes, dando origem a crenças milenaristas.<sup>122</sup>

Em Portugal, as ideias do monge calabrês tiveram grande aceitação especialmente entre os beguininos e franciscanos espirituais, que mantinham crenças na chegada de um Rei Salvador. Fernão Lopes teria apropriado-se dessa ideia e concebido o Mestre de Avis como "uma espécie de Rei dos Últimos Dias que combate o Anticristo, representado pelo mau cristão que deseja tomar Portugal, o rei de Castela".<sup>123</sup> Essa dicotomia entre o bem e o mal, representada no conflito entre João I de Portugal e Juan I de Castela é uma das principais tramas da narrativa do cronista. De acordo com Zierer, a ideia mais presente na Crônica de D. João I é a luta entre dois partidos, representados por D. João, Mestre de Avis, representante da verdadeira fé - o cristianismo e a Igreja de Roma, do outro lado, Juan de Castela, apresentado como herético e cismático por seu apoio ao Papado de Avinhão. De tal modo, Castela é

<sup>120</sup> DESROCHE, Henri. *Dicionário de messianismos e milenarismos*. São Bernardo do Campo: Unesp, 2000. p. 20.

<sup>121</sup> DESROCHE, Henri. *op. cit.*, p. 34. Apud ZIERER, 2006, p. 127.

<sup>122</sup> ZIERER, Adriana M. de S. *op. cit.*, 2006, p. 126.

<sup>123</sup> Idem.

associada como o Anti-Cristo que traz adversidades ao reino português, como a fome, a guerra e a peste. Portanto, "todo o texto da crônica se apoia na dualidade entre D. João, o Messias, isto é, o governante designado por Deus para salvar Portugal, e o Anticristo, D. João de Castela, o representante do mal".<sup>124</sup>

Assim, Lopes manifesta em D. João características do messianismo régio. Um rei que é o chefe político escolhido por Deus, garantindo sua legitimidade de poder, agindo como instrumento do divino. A função do Mestre de Avis seria expulsar os invasores de Castela, derrotar o Anticristo personificado em Juan I e salvar o Reino de Portugal. A narrativa sobre o Cerco de Lisboa, registrado por Lopes, e depois analisado por diversos historiadores, traz vários elementos para o reforço da imagem do Mestre de Avis e a construção do ideal de rei predestinado. Qual seria a intenção do cronista? Partimos da premissa que essa construção messiânica da imagem de D. João na narrativa relaciona-se diretamente ao ideal da predestinação, o cerco de Lisboa "profetizava" o rei escolhido, o que no ano seguinte, na vitória em Aljubarrota, se confirmaria.

Lisboa é também, na narrativa, representada como a esposa de D. João, quer proteger seu marido e sofre com os ataques de Castela.<sup>125</sup> Em uma associação entre a cidade, o reino e a Igreja, assim como esta última era a esposa de Cristo, "Lisboa, viúva de rei, tomara o Mestre como seu esposo e amparo. É Lisboa-reino a unir-se a um já anunciado marido-rei. É Lisboa – Nova Jerusalém a ligar-se ao seu prometido messias".<sup>126</sup>

Após a peste infestar os castelhanos, D. Juan I relutou em abandonar o cerco a cidade de Lisboa. Muitos dos seus conselheiros argumentaram a favor de que o rei partisse com a sua hoste, pois já havia perdido muitos de seus melhores homens de armas e permanecendo ali o próprio monarca correria sérios riscos. Os castelhanos partiram do reino português entristecidos em luto, narra o cronista, pelas grandes perdas e os corpos dos comandantes e senhores de Castela que o rei perdeu no período.<sup>127</sup>

Após a partida dos castelhanos, os da cidade de Lisboa realizaram missas e festas para celebrarem o milagre que Deus havia concedido à eles por mediação do escolhido Defensor. As pessoas fizeram procissões, onde foram todos descalços ao Mosteiro de Trindade, acompanhados por fidalgos, alguma clerezia e o Mestre para agradecer o auxílio divino na dificuldade que enfrentaram contra os castelhanos.<sup>128</sup> Em agradecimento ao povo da

<sup>124</sup> ZIERER, Adriana M. de S. *op. cit.*, 2006. p, 136.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>126</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op.cit.*, 2008, p. 73.

<sup>127</sup> CDJ I, cap. CLVI, p. 294.

<sup>128</sup> CDJ I, cap. CLI, p. 285.

cidade, D. João concedeu diversos privilégios como isenção de impostos e rendas as pessoas de Lisboa, e estes, entre fidalgos e comuns, fizeram juramentos de vassalagem e lealdade ao Mestre de Avis. De acordo com Lopes, D. João "como nobre senhor, de real coração, de limpa e virtuosa grandeza, logo desejou regar os corações deles com seu agradecimento"<sup>129</sup> ao povo de Lisboa.

Depois de a cidade ser salva dos ataques castelhanos, instalou-se uma paz temporária fornecendo o tempo necessário para que o mestre, seu conselho e seguidores decidissem quais ações seriam tomadas a partir dali, como se daria sequência na defesa do reino e como esta questão se relacionava a resolução da crise sucessória. Decidiram então convocar as Cortes em Coimbra no início do ano de 1385 para eleger quem viria a ocupar o trono português. A atuação jurídica do Doutor João das Regras (1340-45 - 1404) foi fundamental para deslegitimar os outros candidatos ao trono e na eleição do Mestre de Avis como Rei.

João das Regras foi um importante jurista português, encarregado da definição da Crise Dinástica portuguesa nas Cortes de Coimbra. Fernão Lopes informa-nos que este obteve sua formação em Direito na Universidade de Bolonha. Este Doutor em Leis era, conforme o cronista, um varão notável, de grande autoridade e ciência e, especialmente, tido entre os letreados da época uma avantajada oratória e argumentação que lhe fazia difícil de ser refutado. Durante sua formação em Bolonha, as correntes de oposição aos grandes poderes feudais eram dominantes, posicionavam-se próximos a uma emergente burguesia letrada da região da atual Itália, que ocupava importantes cargos nessa instituição. Após a entronização de D. João, ocupou o cargo de Chanceler-mor do reino, acumulando também a função de Reitor vitalício da Universidade de Lisboa. Na função de chanceler foi responsável pela elaboração de leis que viriam a centralizar e aumentar o poder real do novo monarca lusitano. O jurista veio a falecer no ano de 1404 na cidade de Lisboa.

A Baixa Idade Média foi o período do nascimento das Universidades e com elas o surgimento de uma Jurisprudência que baseava-se na grande referência ao Direito Romano, mas relacionada ao Direito Canônico e ao Direito Natural. Como reforça o estudo de Ernst Kantorowicz<sup>130</sup>, esse período traça uma transição de uma "realeza litúrgica" para uma "realeza centrada na lei". Partindo da referência da obra desse autor, entendemos que essa relação que utiliza a ciência do direito e dá a ela um caráter quase sagrado, esteve presente na

---

<sup>129</sup> CDJ I, cap. CLIV, p. 290.

<sup>130</sup> KANTOROWICZ. Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

argumentação utilizada pelo Doutor João das Regras durante o processo de escolha do rei na problemática sucessão de D. Fernando.

Fernão Lopes relata que em março de 1385, o Mestre de Avis chegava a cidade de Coimbra para a convocação da assembléia que definiria a crise sucessória. O cronista aponta os motivos que levaram a realização desse evento. Ele relata que alguns autores escreveram que o Mestre ia às Cortes para decidir se tomaria ou não o título de Rei, que seus seguidores desejavam. Outros autores reforçavam que o seu objetivo era governar e defender o reino até que o seu irmão, o infante Dom João de Castro, preso em Castela, fosse solto para depois lhe entregar o trono. Outro objetivo seria planejar a continuidade da guerra e as formas como conseguir financiamento para as suas despesas. Mas para o cronista, o verdadeiro objetivo era fazerem o mestre rei<sup>131</sup> e depois falariam da guerra e como dar continuidade a esta.<sup>132</sup>

A assembleia iniciou dividida em relação a quem deveria se tornar o novo rei. Narra o cronista que entre os senhores e as pessoas de diferentes grupos sociais presentes, haviam aqueles partidários ao Mestre de Avis, e outros aos infantes D. João e D. Dinis, ambos filhos do Rei D. Pedro e meio-irmãos do Mestre e do Rei D. Fernando. O Doutor João das Regras iniciou sua argumentação afirmando que haviam quatro possíveis herdeiros ao trono português, sendo estes: Juan I (rei de Castela), D. Beatriz (rainha de Castela e filha do Rei D. Fernando), e os infantes D. João e D. Dinis de Castro.

A grande estratégia utilizada nas Cortes pelo jurista foi demonstrar que o trono estava "vago", para então recorrerem a uma "eleição" e entronizar o mestre.<sup>133</sup> Desse modo, os primeiros argumentos do jurista visavam deslegitimar os "candidatos castelhanos" ao trono, o Rei Juan I e sua esposa Dona Beatriz. Antes de iniciar sua argumentação, nota-se no discurso de João das Regras a importância da jurisprudência na legitimação do governante:

Embora tenhamos bastantes herdeiros, dos quais podemos tomar aquele que quisermos, fica (ainda) largo processo para discutirmos qual deles deve ser

<sup>131</sup> De acordo com Salvador Arnaut, o objetivo das Cortes era aclamar o Mestre de Avis como rei de Portugal. Como escreveu o autor, "Dizem que a assembleia tinha por finalidade principal elevar o mestre a rei [...] o Dr. João das Regras, depois de apontar os possíveis herdeiros do trono, eliminou-os um por um (sem qualquer oposição, já se vê, na parte concernente aos reis de Castela), para concluir, naturalmente que o trono estava vago. Nestas circunstâncias, as cortes tinham de designar rei. E designaram aquele que mesmo antes delas já estava escolhido: o mestre de Avis". ARNAUT, Salvador Dias. *A crise nacional dos fins do século XIV (A Sucessão de D. Fernando)*. Tese (de Doutorado). Coimbra, 1960.

<sup>132</sup> CDJ I, cap. CLXXI, p. 330.

<sup>133</sup> Conforme Damião Peres, o Doutor João das Regras enquanto "hábio legista, partidário acérrimo do Mestre de Avis, conhecedor da atitude hostil de uma parte importante da assembleia absteve-se prudentemente de pronunciar logo de começo o nome do seu candidato. Torneando a questão fundamental, formulou o plano de atacar fortemente todos os possíveis herdeiros do trono, deixando isolado e intacto o Mestre, por forma que, no final, a sua escolha se impusesse como solução única do problema. Neste sentido se orientou sua argumentação". PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 55.

escolhido, que dignamente reine segundo requer o Direito; e para, senhores, os poupar a este trabalho, quero mostrar, por vivas razões e Direito, que estes Reinos estão agora inteiramente vagos e livres; e (que) nenhum dos *que* indiquei deve nem pode suceder neles, embora a alguns pareça contrário pelas razões que em seu favor disse.<sup>134</sup>

Observamos no discurso a busca pelo Direito ligado a Razão. Esta concepção, como demonstrou Kantorowicz<sup>135</sup>, elevava a Justiça e consequentemente o Direito à um *status* sagrado. Antes de deslegitimá-los, João das Regras explicava porque aqueles eram candidatos ao trono, ou melhor, porque poderiam ter o direito de reinar Portugal e porque o perderam.

Em seguida, o jurista argumenta as razões pelas quais o rei de Castela, Juan I, e sua esposa Dona Beatriz seriam herdeiros do trono. Quanto à rainha, por questões óbvias, como ser a filha e herdeira direta de D. Fernando. No caso de Juan I, seu parentesco próximo com o último monarca português o colocava na linha sucessória. Feito isto, o jurista parte para as razões pelas quais ambos não poderiam suceder ao trono. Sendo Dona Beatriz a principal candidata, João das Regras pretendia questionar as suas condições de nascimento. Entre os argumentos do jurista, estão os de que a rainha D. Leonor tinha um elevado grau de parentesco com o rei, seu marido, e que havia sido casada anteriormente e não teria conseguido a dispensa do Papa Gregório XI (1370 - 1378) para este matrimônio, o que invalidaria sua união com o rei, e, portanto, tiraria a legitimidade da sua filha. Além de mencionar a "má fama" da rainha, com os vários boatos existentes sobre sua infidelidade, cogitava que Dona Beatriz poderia nem ao menos ser filha do rei. Mas, afirmou o legista, que por honra e respeito a D. Fernando, preferia não levantar mais sobre esta questão<sup>136</sup>.

Quanto a pretensão de Juan de Castela, o principal argumento do jurista para que este não pudesse assumir o trono era que Juan I desrespeitou o Tratado de Salvaterra dos Magos. O Doutor reforça que o rei castelhano invadiu o reino, descumprindo os acordos firmados com D. Fernando e trouxera guerra (e destruição) à terra lusitana, o que impossibilitaria este de assumir o trono do mesmo.

Ainda quanto a candidatura de Juan I, notamos na argumentação do jurista a questão do Cisma do Ocidente e outro ponto importante da jurisdição da época: o poder do Papa. João das Regras afirma que entre os motivos que deslegitimam o rei castelhano está sua posição ao lado do papado de Avinhão. Para o Doutor, se o rei de Castela e seus seguidores são condenados por sentença do Papa em consequência das "suas maldades e indigno

---

<sup>134</sup> CDJ I, cap. CLXXXIV, p. 335.

<sup>135</sup> KANTOROWICZ, Ernst. *op. cit.*, 1998, p. 81.

<sup>136</sup> CDJ I, cap. CLXXXIV, p. 338.

propósito, assim como (por serem) cismáticos e hereges, como tomariámos [...] tais pessoas por nossos reis e senhores?".<sup>137</sup>

Este último argumento utilizado pelo jurista reforça outro ponto muito debatido pela jurisprudência na Baixa Idade Média: a relação de poder entre o Papa e os reis. Essa questão que foi muito conflituosa no período, podemos citar o próprio reino português com o exemplo da deposição do Rei D. Sancho II (1223 - 1248) e a excomunhão do Rei D. Afonso III (1248 - 1279), ambos baseados em sérios conflitos entre o Pontífice Romano e estes monarcas<sup>138</sup>. Partindo como referência da obra *Principios de gobierno y política en la Edad Media* de Walter Ullmann<sup>139</sup>, entendemos que essa relação esteve diretamente relacionada a concepção de poder de procedência divina. Nas diversas teorias do período medieval, muitas relacionam a origem dos poder régio e pontifical como provindos de Deus. Em diferentes momentos deste período o conceito de *Vigário de Cristo*<sup>140</sup> esteve empregado tanto ao pontífice quanto aos reis, até quando este título tornou-se monopólio dos sucessores de Pedro com o Papa Inocêncio III<sup>141</sup>. Assim, vemos nos argumentos do Doutor João das Regras a presença marcante dessa concepção quando relacionada a posição do rei castelhano junto ao Papado de Avinhão. Portanto, para o jurista

Mais devemos obedecer a Deus que aos homens; nem uma lei pode ser considerada lei se não for conforme com a lei de Deus e os preceitos da Igreja [...]; e quem despreza o que ele manda, despreza Jesus Cristo, que faz as suas vezes; portanto, da sua lei, seja como for não devemos desviarnos, nem quando a (ao próprio) Deus, nem quanto ao mundo, pois que (Deus) tem poder absoluto sobre a Terra. E não só sobre os cristãos, como sobre todos os infiéis. Todo poderio e jurisdição, pois todos são suas ovelhas, os maus e os bons, nem devemos perguntar o motivo pelo qual o Papa, Vigário de Cristo, poderá fazê-lo ou não. [...] Pois se o Papa pode castigar e punir judeus e infiéis, dos cristãos não há que duvidar; o Papa deve ser um, e só um, sob cuja obediência e temor todos devemos viver e salvar-nos [...]. O papa pode mandar punir quaisquer cismáticos não obedientes a Igreja Católica.<sup>142</sup>

<sup>137</sup> CDJ I, cap. CLXXXV, p. 342.

<sup>138</sup> MATTOSO, José. *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*. Dir. José Mattoso. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores, 1992. Vol. II.

<sup>139</sup> ULLMANN, Walter. *Principios de gobierno y política en la Edad Media*. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

<sup>140</sup> Principalmente na Alta Idade Média, a representação dos príncipes como similar ou um executivo de Deus era uma ideia sustentada pelo antigo culto ao monarca, como também pelas escrituras sagradas. Com o "monopólio" deste título aos Papas, na Baixa Idade Média, Kantarowicz reforça que os príncipes buscaram cada vez mais legitimar seus poderes através da jurisprudência. Cf. KANTOROWICZ, Ernst. *op. cit.*, 1998.

<sup>141</sup> KANTOROWICZ, Ernst. *op. cit.*, 1998, p. 74.

<sup>142</sup> CDJ I, cap. CLXXXV, p. 341.

Esse trecho da fala do Doutor João das Regras é de suma importância no seu pensamento jurídico e notamos o mesmo recurso à autoridade do papa como a comprovação da retórica do jurista. Nota-se no discurso dele a base teórica do pontífice romano como mediador das relações entre o divino e o secular, o céu e a terra, na esfera do Direito e do poder político. Se a origem do poder do papa e dos reis é divina, o pontífice enquanto mediador desta relação, poderia conceder a um governo secular a graça divina. Assim, os príncipes governariam sob a graça de Deus.<sup>143</sup>

*Es decidir, que el Papa, en tanto que punto de intersección entre el cielo y la tierra, poseía aquella plenitud de poder que lo capacitaba para distribuir los poderes no obstante que la posesión del poder aparece como concepción de origen eventualmente divino. En efecto, según las interpretaciones papales, cualquier poder localizado en el cuerpo de cristianos era un poder derivado y, por tanto, concretamente una concepción hecha por el Papa.*<sup>144</sup>

Essa teoria obteve grande relevância no reino português, onde considerava-se que os monarcas só os eram pela graça de Deus<sup>145</sup>. Portanto, partindo da premissa de que o poder provinha da graça divina com a mediação do Papa, era o pontífice quem desta forma cedia a jurisdição<sup>146</sup>, dando a João das Regras maior autoridade na defesa de seus argumentos. O jurista também se apoiou nesta concepção para deslegitimar a união entre o Rei Dom Pedro e Dona Inês de Castro, inviabilizando o direito dos filhos destes, os infantes Dom Pedro e Dom Dinis, ao trono português. O Doutor explicou sobre a tentativa de D. Pedro para legalizar seu matrimônio com Dona Inês de Castro, como as demonstrações públicas para exaltá-la como a sua esposa e legitimar seus filhos com ela. Ele relatou também o argumento de outros autores de que o rei havia pedido ao Papa a dispensa para torná-la sua consorte, e a teria conseguido, o que tornaria seus filhos legítimos. João das Regras afirma não existir a certeza de que o rei e tal dama teriam se casado, constatando que esta união era ilegal, pois Dona Inês era sobrinha de D. Pedro, além do que, enquanto dama e acompanhante da falecida esposa do rei (quando este ainda era infante), Dona Constança, foi madrinha de seu filho Dom Luís.

Para além desses fatores e a não comprovada dispensa do Papa, o jurista cita que os infantes D. João e D. Dinis de Castro não poderiam herdar o reino porque fizeram guerra contra Portugal, lutando contra a terra de onde eram naturais, na companhia e serviço de seus inimigos. O infante Dom João viera ao reino com o rei Dom Henrique de Castela lutar contra

<sup>143</sup> ULLMANN, Walter. *op. cit.*, 1985.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>145</sup> MATTOSO, José. *Poderes Invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 118.

<sup>146</sup> ULLMANN, Walter. *op. cit.*, 1985, p. 63.

seu irmão, o rei D. Fernando. Do mesmo modo fizera D. Dinis, que lutou ao lado do rei Juan de Castela contra Portugal, também durante o reinado de D. Fernando. Para João das Regras, fariam muito mal se elegessem um rei a quem do reino se "desnaturou e veio contra ele para o destruir; em vez de o darmos a quem tantos trabalhos e perigos de morte suportou e continuou pronto a suportar para defendê-lo."<sup>147</sup> Notamos nesse trecho uma clara referência ao Mestre de Avis.

Fernão Lopes relata que esta última argumentação criou certa instabilidade na assembléia, pois nesta haviam muitos partidários do infante Dom João de Castro, como também de Dom Dinis. Estes, em boa parte compostos por grandes senhores, acreditavam que o Mestre deveria defender o reino até poder entregá-lo a seu irmão quando este saísse da prisão em Castela. Para convencê-los, João das Regras citou então dois importantes documentos: uma carta do Rei D. Afonso IV ao Arcebispo de Braga, para que este persuadisse o Papa a negar o pedido de dispensa de seu filho (o Infante D. Pedro); e outra carta contendo a resposta do papa Inocêncio VI ao já rei D. Pedro, negando o seu pedido de dispensa para legitimar sua união com Dona Inês.

Na carta de D. Afonso IV (1325 - 1357), este pedia a não dispensa a seu filho, alegando que a união dele com a dama dos Castro traria desonras ao infante e seu reinado. O rei escreveu que

o Infante, meu filho, descende, sempre até agora foram em matrimónio legítimo, honradamente casados com mulheres filhas de reis; porque também à honra da nossa dignidade real [...] meu filho tem esperança de suceder; e porque, além do mais, para todos os parentes (por mais honrados) do dito casamento, se fosse realizado, adviria grande desonra, insistentemente rogamos que, secretamente da nossa parte informe o Papa de como o dito casamento seria ilícito e desigual; e que Sua Santidade tenha a bondade [...] de não ouvir [...] as suplicações do Infante meu filho; e, se acontecer o Papa ficar mais certo do nosso desejo, que então secretamente lhe seja mostrada esta nossa carta.<sup>148</sup>

D. Inês foi morta em 1355, degolada por sentença de D. Afonso IV e seus conselheiros, porque nela enxergavam uma poderosa arma de influência da linhagem dos Castro junto ao infante. Esse receio do rei poderia ser uma das motivações para seu pedido ao Papa. Após a morte de seu pai e ao sucedê-lo, D. Pedro enviou também uma carta junto a seus embaixadores ao Pontífice, solicitando a dispensa para legalizar sua união e a legitimação de seus filhos com Dona Inês. Em resposta, o Papa Inocêncio VI negou os pedidos do rei

<sup>147</sup> CDJ I, cap. CLXXXVII, p. 350.

<sup>148</sup> *Carta de D. Afonso IV*. In: LOPES, Fernão. CDJ I, cap. CLXXXIX, p. 354-355.

português. Na missiva, o Papa disse que estaria inclinado a conceder alguns dos desejos reais, mas que era demovido, por algumas legítimas razões fundadas no "Direito, e que através de tudo devemos respeitar, a não dar satisfação à tua súplica sobre o referido matrimónio."<sup>149</sup> O Papa ressalta que quanto a legitimação dos filhos do rei com D. Inês, que a Santa Sé não tinha por costume conceder tais dispensas e nem legitimação. Para reforçar sua decisão, o pontífice recorreu à máxima do Direito Canônico e Natural: "porque o nosso ofício pastoral não pertence quebrantar a lei de Cristo, nosso Salvador, mas achegarmo-nos a ela e não nos desviarmos da Sua Doutrina."<sup>150</sup> Fernão Lopes narra que após essa argumentação de João das Regras, houve um consenso e todos ali presentes decidiram que o novo rei deveria ser escolhido por eleição.<sup>151</sup>

Após deslegitimar todos os candidatos ao trono lusitano, o cronista conta que o Doutor João das Regras mostrou como os fatos ocorreram sobre essa grande e pesada questão que a todos causava grandes dúvidas. Fernão Lopes ressalta que todos aqueles que ainda tinham dúvidas e eram contrários as causas do Mestre foram convencidos. A explanação do Doutor era considerada prova mais do que suficiente para desfazer "aquilo em que estavam em desacordo, foi-se, entre eles, determinando por mansa e pacífica concórdia uma virtuosa e final intenção: elegerem um Rei".<sup>152</sup> Em seguida, o cronista narra o discurso feito pelo jurista sobre qual atitude a ser tomada naquele momento. João das Regras explicou que haviam de eleger um Rei que de tudo fizesse e cumprisse para que não caísse em "mãos inimigas", e que não causasse perdas e danos ao reino, à Santa Igreja e de seu Senhor, o Papa. Adversidades obviamente atribuídas aos castelhanos. Em suma: o novo rei deveria defender o reino português de Castela. Observemos as condições atribuídas por João das Regras àquele que ocuparia o trono:

E digo, em resumo, de acordo com os sábios, que, entre outras coisas que deve haver num Rei, que deve ser de boa linhagem e de grande coragem para defender a (sua) terra; assim como tenha amor aos súbditos e, com ele, bondade e devoção. Ora, estas condições acham-se no Mestre, nosso senhor, que temos vontade de eleger.<sup>153</sup>

Ter uma boa linhagem, grande coragem, amor aos súditos, bondade e devoção. Esses eram os grandes requisitos que deveria ter o rei segundo João das Regras. Pois para este jurista, o Mestre de Avis possuía-os todos. O mestre era filho de Rei (D. Pedro), mostrou sua

<sup>149</sup> *Carta do Papa Inocêncio VI.* In: LOPES, Fernão. CDJ I, cap. CXC, p. 358.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> CDJ I, cap. CXCI, p. 359.

<sup>152</sup> CDJ I, cap. CXCI, p. 359.

<sup>153</sup> CDJ I, cap. CXCI, p. 359.

grande coragem nas diversas batalhas que lutara na defesa do reino ao lado de seu irmão, o Rei D. Fernando, e principalmente em meio a Crise Dinástica e invasão castelhana. Quanto ao amor por seus súditos, ele o provou ao recusar todas as propostas feitas pelo rei de Castela, que lhe trariam grande honra, poder e títulos, fazendo isso pelo bem e defesa de seu povo e sua terra, ainda que sempre em desvantagem e nos piores momentos como no Cerco de Lisboa. A sua bondade foi comprovada, argumenta o jurista, quando algumas pessoas de Lisboa tentaram roubar os judeus, D. João os defendeu, e também na misericórdia que teve pelos cativos castelhanos, mesmo quando do outro lado, o inimigo massacrara os cativos portugueses. Quanto a devoção, o mestre seguia os preceitos e leis de Deus, sempre dando esmolas. Ainda para João das Regras;

Além disso, tem feito tão discretamente todas as coisas que à defesa deste Reino pertencem que nenhum outro poderia (fazê-las) melhor. Assim, pelo que vimos até agora, este Dom João, Mestre de Avis, que tanto trabalhou e trabalha para honra e defesa destes Reinos, está apto, pertence-lhe e merece a honra e a dignidade de Rei.<sup>154</sup>

Convencidos os membros do concelho acerca de quem fariam rei, faltavam convencer o próprio D. João. Fernão Lopes descreve que aqueles que estavam na assembléia (prelados, fidalgos, procuradores, etc.) foram ao mestre para requerer-lhe que aceitasse a eleição e tomasse para si o cargo de rei. Conforme o cronista, a resposta recebida deixou todos desgostosos e desconfortáveis, pois D. João recusava a eleição. Lopes afirma que ele não se achava digno de ocupar a Coroa, e cita como dois grandes motivos as condições de seu nascimento (filho bastardo do Rei D. Pedro com uma dama galega) e seus compromissos com a Ordem de Avis. D. João ainda reforçara temer que caso perdesse ou morresse em combate contra Castela, porque jurara continuar em guerra pela defesa do Reino, teria piores consequências para Portugal caso este fosse o Rei, e não apenas um Cavaleiro. O cronista aponta que após a insistência e argumentação dos membros do conselho, o mestre aceitou a eleição, sendo assim eleito D. João I, Rei de Portugal.

Qual a intenção do cronista nessa parte da narrativa? Parece-nos que Fernão Lopes nesse momento da crônica constrói um discurso acerca da imagem de D. João de uma virtuosidade baseada provavelmente em um ato de modéstia, na simplicidade de não se achar merecedor do trono devido a seus "defeitos de nascimento", assim reforçando que D. João não teria sede pelo poder, o que parecia ser costumeiro entre aqueles que estavam na fila de

---

<sup>154</sup> CDJ I, cap. CXCI, p. 360.

sucessão régia ou tinha algum parentesco com os monarcas (como notamos no caso dos infantes D. Dinis e D. João de Castro). Portanto, é interessante observar que o relato de Lopes reforça uma situação em que o futuro rei não almejava o trono, mas por ser escolhido como salvador daquele povo, aceitou o fardo para defender o seu reino dentro da máxima da idealização do messianismo régio.

A argumentação dos membros do conselho para convencer o mestre em aceitar tomar para si o título de Rei, consistiu em diversas promessas de apoio ao novo monarca. Dentre estas, podemos citar os que prometeram ajudá-lo com seus corpos na guerra, cumprindo todos os compromissos em relação a dignidade régia, tendo-o como Rei e Senhor. Uma parte específica desta argumentação descrita por Lopes, chama a atenção para o fato de novamente recorrerem a autoridade do Papa e da Igreja na mediação da questão jurídica que envolvia os motivos relatados pelo mestre para que não pudesse assumir o trono. Os conselheiros prometeram enviar à Corte de Roma e ao Papa embaixadores para obter as "dispensas e graças, assim como para cessarem os embargos do seu nascimento e à sua profissão (perante a Ordem de Avis) de modo a confirmar-se na dignidade de Rei em que o punham".<sup>155</sup>

Notamos também na justificativa de D. João I, o respeito pela autoridade da Igreja e do pontífice como um atributo importante para que aceitasse ocupar o trono português. Lopes relata que o mestre disse que aceitava "a eleição, o nome e a dignidade Real para defender o Reino, amparado nos oferecimentos que lhe faziam e na honra e assentimento do Santo Padre e da Sé Apostólica de Roma."<sup>156</sup>

Pautado nas questões legais que permeavam as concepções da jurisprudência nos finais do século XIV, observamos nos argumentos deste jurista, diversos elementos presentes em diversos teóricos do Direito Medieval. Apoiando-se na autoridade papal, o Doutor deslegitimou todos os candidatos ao trono português, e inclusive, utilizou desta mesma teoria para tornar rei àquele de quem já era partidário. Nota-se, portanto, o desenvolvimento da ciência jurídica da Baixa Idade Média não apenas nas questões legais envolvendo conflitos entre Papas e príncipes, ou na construção e consolidação do direito régio. Percebemos sua forte influência também na resolução de uma crise sucessória, e como este se apropriou dessa ciência jurídica na legitimação (ou para deslegitimar) quem deveria ocupar o maior cargo hierárquico de um reino. Deste modo, a atuação jurídica do Doutor João das Regras durante as Cortes de Coimbra garantiu ao Mestre de Avis o trono português pelas leis.

---

<sup>155</sup> CDJ I, cap. CXCII, p. 362.

<sup>156</sup> CDJ I, cap. CXCII, p. 362.

### **1.3 - Um reinado legitimado pelas armas: das Batalhas contra Castela à Aljubarrota**

#### *1.3.1 - D. Nuno Álvares Pereira*

É impossível analisar a guerra entre Portugal e Castela da crise sucessória ao Reinado de D. João I sem relacionar um dos mais importantes personagens desse contexto histórico, D. Nuno Álvares Pereira (1360 - 1431), o "braço armado"<sup>157</sup> do Mestre de Avis. D. Nuno era filho do Prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, que foi um homem nobre, de confiança dos reis D. Pedro e D. Fernando, sempre fazendo parte dos conselhos régios e ocupando importantes cargos. Apesar da nobre linhagem da qual descendia, o futuro Condestável nasceu em meio a quase trinta irmãos, e por ser filho secundogênito não teria direito a grandes heranças e títulos. O jovem cavaleiro (tinha apenas 23 anos quando se juntou ao mestre) passou a sua adolescência na Corte de D. Fernando, onde foi escudeiro da Rainha Dona Leonor<sup>158</sup>, e nesse local passava boa parte de seu tempo, quando folgava das cavalgadas de monte e caça, lendo romances de cavalaria. Assim, tomou como "paradigma Galaaz, o cavaleiro da Távola Redonda, desejando imitá-lo em virtude e castidade"<sup>159</sup>. É interessante observar que ao longo da Crônica de D. João I, Lopes sempre reforça essas duas características no cavaleiro.

No episódio do assassinato do Conde de Andeiro, D. Nuno fazia parte daqueles que aconselharam e queriam acompanhar o mestre na execução de tal façanha, de acordo com o cronista, motivado pela honra e o grande respeito que tinha pela memória de D. Fernando. Após a morte de Andeiro, D. Nuno foi ao encontro de seu irmão D. Pedro Álvares. Nesse encontro, o cronista narra o posicionamento de D. Nuno ao lado do mestre, já que seus irmãos, especialmente D. Pedro, que se tornou Prior do Hospital, tomaram partido do rei de Castela. Tomada a sua decisão, Nuno Álvares partiu para Lisboa para oferecer seus serviços à D. João. Ao chegar no Paço do Mestre, o cavaleiro se dirigiu a ele de tal maneira: "Senhor ofereço-lhe a mim e ao meu pobre serviço com muito boa vontade me considere inteiramente votado a si, servindo-se de mim em tudo, como de um homem que para isso está muito disposto".<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 52.

<sup>158</sup> CDJ I, cap. XXXIII, p. 80.

<sup>159</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 52.

<sup>160</sup> CDJ I, cap. XXXVIII, p. 90.

Mais tarde, quando o mestre foi elevado a Regedor e Defensor do Reino na cidade de Lisboa, durante a nomeação de seu conselho, D. João fez D. Nuno Fronteiro, a partir daquele momento ele se tornou o responsável pelo comando das armadas portuguesas na guerra contra Castela. Fernão Lopes descreve diversas tentativas de persuadirem Nuno Álvares a abandonar D. João, e tomar o partido dos castelhanos. Há passagens que reforçam seus irmãos ou até a sua mãe tentando convencê-lo de abandonar a causa do mestre, mas o cronista aponta que o muito honrado cavaleiro jamais chegou a duvidar de sua escolha e sempre manteve-se firme na luta pelo reino Português e pelo seu Senhor (D. João).<sup>161</sup>

Após a reunião das Cortes de Coimbra e de D. João I ter sido eleito Rei, o monarca dando continuidade às preparações para levar guerra à Castela, nomeou D. Nuno Álvares Pereira "seu leal e fiel servidor", aos seus 25 anos incompletos, como Mordomo-mor e Condestável<sup>162</sup> do Reino no início do ano de 1385. Fernão Lopes escreveu que ele foi "grande e forte muralha e segundo braço na defesa do Reino", e que ninguém como ele poderia "ter sido eleito para semelhante honra de quem tanto proveito viesse (não só) ao Reino (como ao próprio) Rei".<sup>163</sup>

No último capítulo do primeiro volume da obra de Lopes, o autor relatou a nomeação de D. Nuno como Condestável, e então relatou as virtudes do principal comandante do Mestre de Avis. De acordo com o cronista, Nuno Álvares era um homem de muita justiça, que sempre tomava as decisões mais coerentes e buscava a imparcialidade e a ponderação quando havia de julgar seus subordinados. Ainda para Lopes, o seu acampamento não parecia uma hoste de guerreiros, mas uma grande religião de defensores. O cronista atribui ao cavaleiro grande virtude na administração de seus bens e suas terras, sendo justo com seus vassalos e servos, e mesmo na necessidade da guerra não cobrava impostos injustos e nem serviços desnecessários daqueles que estavam sob sua autoridade. Era um homem extremamente religioso, sempre o primeiro a comparecer as missas, e preocupado com o ordenamento de festas e procissões da Igreja.<sup>164</sup>

Na narrativa de Fernão Lopes, o Condestável aparece como o segundo protagonista da obra, estando abaixo talvez em importância apenas para D. João I. O cronista

---

<sup>161</sup> CDJ I, cap. XXXVIII, p. 90.

<sup>162</sup> No Reino de Portugal, o título de Condestável do Reino ou Condestável de Portugal, foi criado em 1382 pelo Rei D. Fernando, provavelmente substituindo a antiga função de Alferes-mor. Este cargo refletia no mais alto posto da hierarquia militar do reino, estando abaixo apenas da suprema chefia do Rei.

<sup>163</sup> CDJ I, cap. CXCIII, p. 364.

<sup>164</sup> CDJ I, cap. CXCIII, p. 364.

em alguns momentos, especialmente após o término de Cerco de Lisboa<sup>165</sup>, compara o Mestre de Avis com a imagem de Cristo.<sup>166</sup> Assim, como o segundo veio para salvar a humanidade, D. João viera para salvar Portugal. E assim como Cristo, também teria escolhido seus discípulos, e na figura do principal discípulo, aparece D. Nuno Álvares Pereira em analogia a São Pedro.<sup>167</sup> A comparação feita pelo cronista na narrativa que segue a vitória portuguesa no cerco deixa claro entre o mestre e seu condestável, que amparados um no outro, são capazes de "construir uma sociedade baseada em novos fundamentos – como a lealdade a um território – a partir do apoio dos nobres secundogênitos, como o era D. Nuno".<sup>168</sup>

D. Nuno Álvares Pereira representaria também um novo ideal de nobreza, que "de acordo com a nova concepção defendida pelo cronista, bom nobre é aquele que é defensor da terra natal, que apóia o mestre e que é favorável ao papa 'legítimo', Urbano VI."<sup>169</sup> Como escrevemos anteriormente, na disputa pelo trono português, a grande fidalguia posicionou-se a favor de Juan I de Castela, restando ao Mestre de Avis o apoio das pessoas comuns, comerciantes e uma pequena nobreza. Portanto, essa nobreza interessada apenas em riquezas, cobiçosa, orgulhosa e buscando apenas seus interesses materiais, seriam "traidores do reino português", modelos reprováveis, maus portugueses. Já os demais fidalgos que lutaram pelo mestre e Portugal, personificados em D. Nuno Álvares, representariam a verdadeira e boa nobreza, que seria aquela fidalguia cuja ligação essencial se daria na forte ligação com o monarca e o reino.

Após as diversas batalhas travadas contra os castelhanos e a assinatura do tratado de paz entre os reinos em 1411, o Condestável passou a viver uma vida de dedicação religiosa ligada a ordem Carmelita.<sup>170</sup> D. Nuno fundou o Mosteiro do Carmo de Lisboa, e ingressando nele, passou os últimos dos seus dias no local, no qual ele "planeava em primeiro lugar passar a viver de esmolas, pedindo por amor de Deus o seu alimento; depois de abandonar a identidade conferida por títulos e apelidos, passando a chamar-se só 'Nuno'".<sup>171</sup> A influência dessa ordem militar-religiosa parece ter sido grande na vida do Condestável, desde jovem foi bastante influenciado por ideais de luta, martírio e uma vida cenobítica centrada no misticismo e recolhimento.

---

<sup>165</sup> Cf: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>166</sup> CDJ I, caps. CLIX - CLXIII.

<sup>167</sup> ZIERER, Adriana M. de S. *op. cit.*, 2006, p. 142.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>170</sup> ROSA, Maria de Lurdes. *Santos e demônios no Portugal Medieval*. Porto, Fio da Palavra, 2010. p. 44.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 45.

Ainda no século XV, haveriam tentativas de canonização do "santo cavaleiro", reforçadas por dois projetos que visavam a utilização dessa canonização como propaganda de poder político, feitas pela própria Dinastia de Avis e pela Casa de Bragança<sup>172</sup>. Os descendentes de D. João I, o Rei D. Duarte e o infante D. Pedro tentaram se apropriar do culto ao Condestável, que poderiam ser "tentativas de apropriação régia de uma figura 'santa' concorrencial".<sup>173</sup> Os sucessores de D. João teriam tentado de tal forma apropriar-se da forte representação que tinha a figura do Condestável, não apenas pelo viés religioso ligado a santidade, mas também por seus grandes feitos bélicos (muito associados também à influência divina, como veremos mais adiante).<sup>174</sup> A Casa de Bragança também teria se apropriado da santificação de Nuno Álvares, provavelmente patrocinando a escrita da Crônica do Condestável, na tentativa de santificação e do culto à memória do seu fundador. Essa apropriação teria se realizado em diferentes momentos pela Casa que futuramente viria a reinar Portugal, na restauração após a União Ibérica<sup>175</sup>. De tal modo, teriam não só um grande cavaleiro e nobre na base fundadora da Dinastia (de Bragança), mas também um santo.<sup>176</sup>

D. Nuno Álvares Pereira foi de suma importância na legitimação da Dinastia de Avis, seja durante a vida pelos seus serviços prestados ao Mestre de Avis, por suas estratégias militares, seja por atuação na garantia da justiça no Reino, ou posteriormente a apropriação simbólica pelos monarcas da nova Casa reinante da imagem do Condestável. Assemelhado àquele responsável pela "moral e bons costumes do Reino", D. Nuno Álvares Pereira foi um dos grandes responsáveis, com a "interferência celestial" conforme Fernão Lopes, por garantir ao Mestre de Avis o trono pelas Armas. É nessa perspectiva que analisaremos as batalhas contra os castelhanos.

<sup>172</sup> A Casa de Bragança teve origem com o matrimônio de D. Afonso, filho de D. João I quando ainda era Mestre de Avis (antes de se casar com D. Filipa de Lencastre) e Dona Beatriz Pereira, filha do Condestável. Com o matrimônio, D. Afonso se tornou o primeiro Duque de Bragança.

<sup>173</sup> ROSA, Maria de Lurdes. *op. cit.*, 2010, p. 45.

<sup>174</sup> Conforme Maria de Lurdes Rosa, o condestável foi "uma das figuras em torno da qual mais rápida e solidamente tomou forma um culto de variadas irradiações. Existe um livro de milagres seus, que é mesmo 'a mais vasta compilação [de milagres] que nos legou o século XV'. É legítimo supor que seria uma recolha realizada tendo em vista a abertura de canonização. O Infante D. Duarte e os seus irmãos tentam de várias formas promover o culto: para além de patrocinarem a compilação de milagres, o Infante D. Pedro compõe uma oração litúrgica em honra do Condestável, D. Duarte elabora um extenso sumário para um sermão em honra deste, e finalmente escreve para o Abade D. Gomes para que este tente abrir o processo de canonização na círia, em 1437". ROSA, Maria de Lurdes. *op. cit.*, 2010, p. 45.

<sup>175</sup> A União Ibérica (1580 - 1640) ocorreu após a morte do último rei da Dinastia de Avis, D. Sebastião, que desapareceu em 1578 no Marrocos em batalha contra os mouros. O parente mais próximo, seu tio, o Cardeal D. Henrique assumiu a regência do reino, mas já sendo de idade avançada morreu pouco tempo depois, não havendo descendentes do monarca ou sucessores próximos. Buscaram então no Rei da Espanha, o parente mais próximo e neto do Rei D. Manuel I, sucessor do trono português, tornando-se então rei português D. Felipe I (D. Felipe II da Espanha). Em 1640, a monarquia e a independência portuguesa foram restauradas, com a ascensão de D. João IV, dando início ao reinado da Dinastia de Bragança.

<sup>176</sup> ROSA, Maria de Lurdes. *op. cit.*, 2010, pp. 45 - 46.

### *1.3.2 - O papel simbólico da vitória portuguesa contra os castelhanos*

Nas várias batalhas travadas entre portugueses e castelhanos nos dois anos que seguiram a Crise Dinástica e mais tarde nos primeiros anos do reinado de D. João I, algumas chamam a atenção principalmente pelo fato dos cronistas, especialmente Fernão Lopes, atribuírem as vitórias portuguesas à intervenção divina, de modo que construíram um discurso no qual a ajuda celestial estava sempre ao lado dos portugueses, seguidores da verdadeira fé (apoiada no Papado Romano) contra os castelhanos cismáticos seguidores do Antipapa de Avinhão.

Na maioria das batalhas vencidas pelos portugueses, aparecem frequentemente dois fatores: a armada castelhana é sempre superior, em alguns casos narrados o cronista aponta números cinco vezes mais superiores de homens ao lado de Castela; um outro fator é que apesar da desvantagem portuguesa, esses venceram as batalhas e em boa parte dela sem mortes do lado de Portugal, ou com poucas baixas (geralmente de pessoas de camadas sociais subalternas) e quase nenhuma morte envolvendo capitães ou fidalgos portugueses, e quando havia, esses eram transformados em mártires. Assim, reforçava-se uma crença que associada ao monarca em aspectos messiânicos, que Deus o protegia contra os seus inimigos, mesmo o exército de Castela sendo maior e mais poderoso, a intervenção divina apparentava agir a favor do messias de Portugal.<sup>177</sup>

Anteriormente ao Cerco de Lisboa, ocorreu uma das primeiras batalhas vencidas pelos portugueses, o que o cronista aponta ser fruto da interferência divina: a Batalha dos Atoleiros em Fronteira, de abril de 1384. Como dissemos, D. Nuno Álvares Pereira havia sido nomeado Fronteiro pelo Mestre de Avis, que havia confiado a ele a defesa do reino quando se anunciava que Juan I de Castela estava prestes a invadir Portugal. As notícias que corriam eram que o rei castelhano entrava por terras de Alentejo, e mandou D. Nuno para juntar os homens e armas e organizá-los para o combate. Em Évora, Nuno Álvares preparou um contingente com 300 homens a cavalo, 180 deles com bacinete, 100 besteiros e 1000 homens de pé.<sup>178</sup> Fernão Lopes aponta que uma boa parte dos homens que seguiam o futuro Condestável estavam temerosos, pois a armada castelhana era superior e vinha com senhores de grande fama bélica, como o próprio irmão de D. Nuno, Pedro Álvares, o Prior do Hospital.<sup>179</sup> Para convencê-los, Nuno Álvares Pereira teria afirmado que

---

<sup>177</sup> ZIERER, Adriana M. de S. *op. cit.*, 2006, p. 128.

<sup>178</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 61.

<sup>179</sup> CDJ I, cap. XCIII.

Quanto ao que dizem, que os castelhanos são muitos e com eles vêm grandes capitães e senhores, será melhor honra, será maior o louvor se os vencerem; já muitas vezes aconteceu poucos vencerem muitos porque a vitória está em Deus e não nos homens. [...] a vinda dos meus em companhia dos castelhanos [...] neste caso, não os tenho por irmãos, pois vêm destruir a terra que os gerou [...] ainda que meu pai também viesse, eu estaria contra ele em serviço de meu Senhor, o Mestre; e, para verem que assim é, se lhes agrada neste feito sermos todos companheiros, juro e prometo que irei adiante de todos com a minha bandeira e serei o primeiro a começar a peleja.<sup>180</sup>

Convencidos os seus homens, na hora da batalha, no discurso para motivar sua armada, D. Nuno deu quatro motivos para lutarem, rogando-os que encomendassem suas almas à Deus e a Virgem; que lutassesem por suas casas e famílias, por seu reino contra aqueles que vinham dominá-los contra a razão e o direito; que estavam ali em serviço do seu Senhor, o mestre, e para alcançarem a honra que Deus lhes traria; que entregassem seus corpos na batalha, não apenas por uma hora, mas mesmo que durasse o dia.<sup>181</sup> Instantes antes do início da luta, Lopes constrói uma cena recorrente nas ações bélicas de D. Nuno, este se ajoelha e inicia suas preces às imagens do crucifixo e da Virgem pintadas em sua bandeira, e do mesmo modo fazem os seus seguidores.

Iniciada a batalha e antes mesmo de se confrontarem em armas, os castelhanos são atingidos por virotões (flechas) e dardos que os peões e atiradores lançavam. Em meio aos gritos de "Por São Jorge, Portugal!" e "Por Santiago, Castela", os confrontos seguem, mas surge uma confusão e desespero em meio aos castelhanos, muitos foram feridos gravemente pelos atiradores portugueses, e acontecem baixas de capitães e fidalgos, como o Mestre de Alcântara, obrigando os homens de Castela a bater em retirada, dando aos portugueses sua primeira grande vitória. Assim, teria sido vontade de "Deus que fossem os castelhanos desbaratados. E porque a batalha foi pelejada com vontade, muito pouco tardou a vitória; nos portugueses, não houve mortos nem feridos".<sup>182</sup>

Fernão Lopes, novamente refutando o cronista castelhano Ayala<sup>183</sup>, reforça que alguns escreveram versões falsas sobre esse acontecimento, como uma em que os castelhanos teriam sido vencidos por desorganização ou que os castelhanos que sobreviveram recuaram e os portugueses não ousaram atacá-los. O cronista nessa parte da narrativa ainda teoriza como

<sup>180</sup> CDJ I, cap. XCIII, p. 178.

<sup>181</sup> CDJ I, cap. XCV, p. 182.

<sup>182</sup> CDJ I, cap. XCV, p. 183.

<sup>183</sup> AYALA, Pero López de. *Crónicas*. MARTIN, José-Luis (Ed.). Barcelona: Editorial Planeta, 1991. Na crônica de D. João I, Fernão Lopes em diversos momentos refuta a narrativa de Ayala na sua Crônica de D. Juan I de Castela.

se deve escrever a história. Aqueles que escrevem a história não deveriam ser parciais e encobrir fraquezas (como as dos castelhanos), "porque o autor da História não deve ser inimigo, mas escrivão da verdade, a qual foi da forma que digo".<sup>184</sup> A esta verdade da qual o cronista afirmou ser quem a realmente escreveu, seria a de que a vitória na Batalha dos Atoleiros se deu pela vontade "do muito alto Senhor Deus, em cuja mão está a vitória e todo o poderio para submeter muitos a poucos, aprouve então dar a vitória aos portugueses".<sup>185</sup> Paralela a interpretação da intervenção divina a favor de Portugal, a historiografia recente aponta que os portugueses venceram essa batalha de tal forma: Nuno Álvares Pereira, experimentando a nova tática de infantaria inglesa, escolheu bem o local da batalha, em campo aberto e terreno plano, mas cortado ao meio por uma ribeira, trazendo vantagens para a vitória portuguesa. Na narrativa de Fernão Lopes, a explicação é enfatizada na proteção divina a Portugal no combate aos castelhanos, de forma mais "realista", "ensaiara-se, pela primeira vez em Portugal, a guerra apeada. E um pequeno exército venceram um muito maior".<sup>186</sup>

Entre abril e maio de 1385, após o Cerco de Lisboa, e D. João ter sido eleito Rei nas Cortes de Coimbra, o rei de Castela e seus homens de armas voltaram a invadir o reino português para depor o mestre e reivindicar o trono. Os castelhanos entravam no reino pela região norte, passando pelas vilas e cidades que tomaram partido de D. Juan I. Ao narrar essa invasão, Fernão Lopes ressalta os castelhanos adentravam a terra fazendo todo tipo de destruição e maldade, roubando bens e colheitas, destruindo vilas e assassinando cruelmente pessoas que apoiavam o recém aclamado Rei de Portugal, não poupando nem mesmo as igrejas.<sup>187</sup>

A ação dos castelhanos, que traziam todo o mal ao reino português, não poupando nem espaços do sagrado (como as igrejas), a luz do cronista, só poderiam implicar em futuros castigos divinos, e novamente esses viriam por meio da espada, na qual a ajuda celestial atuaria em prol dos portugueses. É nesse contexto que o cronista narrou a Batalha de Trancoso. Essa batalha ocorreu no dia 29 de maio de 1385, novamente com o contingente militar castelhano bem superior ao português, sendo por volta de 2.000 homens do lado de Portugal e 3.000 do lado de Castela. A escolha do local foi providencial para os lusitanos,

<sup>184</sup> CDJ I, cap. XCV, pp. 183 - 184.

<sup>185</sup> CDJ I, cap. XCV, p. 184.

<sup>186</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 62.

<sup>187</sup> Conforme o cronista, os "castelaõs começarão de roubar e cativar e fazer todo [mall e] dapno que podião a sua vomtade, em vista e rosto dos capitais daquela terra e comarca, como homẽis que se naõ nem ai diamte. Emtravaõ nas igrejas e louvarão nas de quoamta prata e aver em elas achavã mas naõ cativavaõ nenhum dos que se a das colhiaõ". LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990. Vol. II. cap. XVIII, p. 43. Doravante, citaremos essa fonte como CDJ II.

pois o terreno não permitia o combate feito a cavalo, obrigando os castelhanos a lutarem a pé. A princípio, por esse motivo, os castelhanos recearam travar a batalha, mas então viram alguns peões e lavradores portugueses fugirem para a vila de Trancoso quando os avistaram, então tomaram isso como um bom sinal e resolveram ir a luta.<sup>188</sup> Mas em meio a batalha, devido a liderança de capitães portugueses como Martim Vasques e João Fernandes, os castelhanos começaram a sofrer grandes baixas rapidamente, principalmente de seus capitães e alguns fidalgos, o que causou grande temor entre eles, os obrigando a fugir. Assim, os castelhanos foram "vemçidos e mortos todos, de guisa que dos homēis darmas naõ escaparaõ nenhūs, salvo os ginetes e muitos dos pageis que estavaõ a cavalo e alguūs homēis de pee que foriaõ por eses montes".<sup>189</sup> Para Fernão Lopes, o fato de não morrerem capitães e fidalgos portugueses, e morrerem vários senhores de Castela, só poderia significar que ocorreria mais um milagre, sinal de que Deus estava ao lado de Portugal. Desse modo

E dos portugueses, a Deus graças, que he graõ maravilha e como milagre, naõ moreo nenhū capitaõ nẽ homē de gramde nem pequena comta que em choniqua achemos pera poer em escrito, salvo aqueles lavaradores [e] aldeaõs de que hos ginetes mataraõ muitos, como dito he. Pero sede certos que de boa e pouca gemte naõ foy melhor ferida batalha amtre os portugueses e hos castelãos de quātas ouveraõ em toda a guerra que esta; mas fortuna, que aos que contēdem naõ parte por iguoal sorte, quis emtaõ queue fose assy.<sup>190</sup>

No final desse mesmo ano, após a vitória em Aljubarrota (Agosto de 1385), em outubro foi travada mais uma batalha que se encaixa no mesmo contexto das anteriores: o auxílio divino aliado à religiosidade do Condestável e o contingente demasiado superior dos castelhanos. A Batalha de Valverde aconteceu no dia 14 de outubro de 1385, em que na narrativa de Lopes, concentra-se no conflito entre D. Nuno Álvares Pereira, comandando os portugueses, e do Mestre de Santiago, D. Martim Anes de Barbuda, liderando os homens de Castela. Nessa batalha, os castelhanos teriam cerca de 33.000 homens de armas, conforme o cronista uma média de 50 homens de Castela para cada português.<sup>191</sup> Apesar dos portugueses terem vencido batalhas anteriormente em que estavam em desvantagem, dessa vez a situação parecia mais agravante, pois estavam dentro do território inimigo. O início da batalha foi ruim para os lusitanos, as baixas foram grandes, e em meio aos perigos e dificuldades, a derrota

---

<sup>188</sup> CDJ II, cap. XX, p. 47.

<sup>189</sup> CDJ II, cap. XX, p. 48.

<sup>190</sup> CDJ II, cap. XX, p. 48.

<sup>191</sup> CDJ II, cap. LV, p. 145.

aparecia cada vez mais próxima. O Condestável então se afasta e põe-se de joelhos a rezar.<sup>192</sup> Então, como num passe de mágica, as preces de D. Nuno seriam atendidas e "eis que caiu morto o mestre de Santiago e as bandeiras foram derrubadas, sinal de vitória que conduziu à fuga dos vencidos e à perseguição dos vencedores."<sup>193</sup> Comparando a atitude do Condestável com Moisés e sua oração a vitória dos Israelitas contra os Amalecitas, o cronista afirmou que

Era com Deus, armado de virtudes, a que orava que lhe dese vitoria; como e per que guisa a nos hee imserto: o senhor Deus hee dele sabedor. E se alguẽ quiser dizer asy orou Mouseez, quoamdo os judeus peleijaraõ com o povo d'Amalech, tal cōparaçao naõ hee semelhamte, ca Mousez naõ peleijou êtão nẽ avia de pelejar, mas pelejava Josoe, e Mousez orava a Deus que o ajudase; e em quoanto Mousez tinha as mãos alcadas oramdo, vemciaõ os imiguos. E o Comde naõ era asy, ca ele hera aficado de muito trabalho de pelejar, especialmente aquele dia, e em quoanto ele orava matavaõ lhe os seus e feriaõ; e ele per todo eso, pero o que o soube se, não leixou a oraçaõ que comeizada tinha.<sup>194</sup>

De acordo com o cronista, o exército português estava muito desgastado e prestes a perder a batalha, quando o Mestre de Santiago caiu de seu cavalo e morreu, o que ao imaginário da época lançava o maravilhoso no discurso de Fernão Lopes que explicaria o inexplicável. A vitória em Valverde deu ao Condestável uma entrada honrosa e coberta de glória em Elvas no mesmo mês. Pelos seus feitos nesse conflito, recebeu do Rei D. João I, o título de Conde de Barcelos e senhor de Chaves.<sup>195</sup>

Nos anos seguintes até a definição do tratado de paz com Castela em 1411, e o reconhecimento por parte dos castelhanos do direito ao trono por D. João I, foram várias as batalhas entre os dois reinos, e em algumas outras o cronista apela também para o mesmo discurso da "ajuda divina" e da superioridade bélica dos castelhanos, visando claramente glorificar e propagar os feitos dos portugueses e do rei de quem escreveu a crônica. A nossa escolha das três batalhas analisadas até aqui, Atoleiros, Trancoso e Valverde se deve ao fato dessas representarem esse discurso no mais problemático contexto da Crise Dinástica, em momentos chaves para o início do reinado do Mestre de Avis e percebemos na narrativa de Lopes sobre esses conflitos, elementos utilizados para legitimar o novo monarca. Mas nenhuma dessas batalhas possui uma representação tão forte para a consolidação da Casa de Avis e sua imposição perante os castelhanos como a vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota, e principalmente, os discursos e memórias sobre ela construídos.

<sup>192</sup> CDJ II, cap. LVI, p. 148.

<sup>193</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 121.

<sup>194</sup> CDJ II, cap. LVI, p. 150.

<sup>195</sup> CDJ II, caps. LXIII - LXIX.

Após vencer a "batalha jurídica" em Coimbra, viria à necessidade da realeza confirmada pelas armas, é nesse contexto que entra a Batalha de Aljubarrota (1385). Depois da realização das Cortes de Coimbra, que tornaram D. João I rei, a "entrada dos castelhanos no reino português antes de Aljubarrota é caracterizada como um ato de vingança cujos laivos de direito se apegavam a cada investida ou残酷".<sup>196</sup> Por ter perdido no Cerco de Lisboa e na Batalha de Trancoso, Juan I de Castela planejava como voltar a levar guerra à Portugal e como o faria, então mandou reunir seu conselho para decidirem. O cronista narra que novamente o conselho se dividiu entre aqueles que apoiavam o desejo de vingança do monarca, e aqueles mais moderados que buscavam outras soluções para o conflito. Alguns conselheiros diziam que o rei deveria ir com toda a força e tomar o reino que era seu por direito. Outros argumentavam contra, pois o rei estava doente, além de Castela ter perdido importantes capitães em batalhas anteriores, e havia falta de verbas para bancar o soldo dos homens de armas. Após ouvir os dois lados, o rei optou por seguir a sua vontade e invadir Portugal, pois acreditava que os lusitanos não teriam mantimentos, além do inferior contingente e do mestre não estar em Lisboa para defendê-la. Para Juan I, os portugueses não conseguiriam se defender muito tempo, e tomado Lisboa, tomariam o reino.<sup>197</sup>

Em contrapartida e sabendo que os ataques castelhanos estavam próximos, o Rei D. João I convocou seu conselho e sob a liderança de D. Nuno Álvares Pereira, decidiram que a melhor forma de defender o reino seria por meio da batalha entre os reis e que deixassem Deus como árbitro para decidir o futuro de Portugal.<sup>198</sup> O monarca e seus conselheiros tinha receio do que representaria uma possível perda da cidade de Lisboa. Portanto, a sua salvação estaria apenas na batalha, que deveria ser a defesa do reino contra aqueles que queriam se apoderar dele, e não deveriam temer a grande diferença de contingente entre as hostes, porque "confiando na intervenção divina, a derrota ou vitória ocorreria segundo a sua vontade."<sup>199</sup> Assim, eles acreditavam que aqueles que faziam o mal seriam punidos, e sairiam vencedores aqueles que foram ofendidos, "com a mediação de Deus, da Virgem e de São Jorge, a vitória caberia a Portugal e aos Portugueses."<sup>200</sup>

A invasão de Castela, motivada pelo sentimento de "vingança", junto à necessidade da realeza confirmada pelas armas, do reinado do mestre de Avis, ocasionou na

---

<sup>196</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Marcella Lopes Guimarães (Org.). – Curitiba: Ed. UFPR, pp. 121 – 156, 2013, p. 145.

<sup>197</sup> CDJ II, caps. XXVI - XXVIII.

<sup>198</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, pp. 104 - 105.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>200</sup> Idem.

Batalha de Aljubarrota, no dia 14 de agosto de 1385. Com as estratégias militares de Nuno Álvares Pereira, mais o apoio de mercenários ingleses, os portugueses travaram uma batalha épica contra os homens de Castela, que eram apoiados por soldados mercenários franceses e de outros reinos da Península Ibérica. Sabe-se que o número de homens nas forças armadas lusitana era bem inferior ao contingente castelhano, o que tornaria a vitória do mestre “quase impossível”. Na narrativa, apesar da desigualdade entre as armadas com a vantagem castelhana, com a nova técnica de guerra do Condestável aliada as estratégias inglesas, a vitória se daria pela bravura dos homens portugueses que lutaram de pé, em contraposição à guerra aristocrática dos castelhanos, que foram prejudicados pelo terreno do local da batalha.<sup>201</sup>

A batalha que ocorreu no final da tarde desse dia, ainda que breve, teve grande número de mortos e feridos, obviamente, com maior número do lado do inimigo derrotado. A vitória portuguesa se deu graças às táticas de guerra dos ingleses e a importante participação de Nuno Álvares Pereira, “na verdade, a batalha de Aljubarrota foi ganha graças à estratégia e a táctica, impostas pelo Condestável e moldadas nos modelos bélicos ingleses, e ao seu excelente comando”.<sup>202</sup> O Mestre de Avis venceu a batalha, garantindo seu reinado pelas armas, fazendo com que Juan I voltasse para Castela, doente, abatido pela derrota, simbolizado em vestimentas pretas e em luto.<sup>203</sup>

Dentro do contexto da Guerra dos Cem Anos e do Cisma do Ocidente, a Batalha de Aljubarrota, travada entre os reis de Castela e Portugal, dentro do espaço ibérico, levava de modo decisivo aos futuros alinhamentos políticos do reino de Portugal, de modo que se Castela se apoiara em França e no Papado de Avinhão, restava aos portugueses apoiaram-se na aliança com a Inglaterra e no Papado de Roma. Essas opções eram inevitáveis para Portugal “ganhar espaço de naveabilidade e comércio no Atlântico e para obter ratificação das suas pretensões político-diplomáticas pela suprema autoridade da Cristandade”.<sup>204</sup>

A Batalha de Aljubarrota garantiu ao Mestre de Avis o trono conquistado pelas armas. Essa batalha fora também palco da vitória e independência perante Castela, mesmo que nos anos seguintes ainda ocorressem conflitos entre os dois reinos, até a paz definitiva, alcançada por tratados nas primeiras décadas do século XV. A batalha foi o “exemplo

<sup>201</sup> As características geográficas do campo onde ocorreu a batalha em Aljubarrota, localizando-se as margens do Rio Tejo, era mais propício a ações defensivas, o que favorecia aos portugueses que, em menor número, cercarem a armada castelhana durante o seu ataque dificultando as ações ofensivas do inimigo. Cf. CARMO, José António Rodrigues do. *A Batalha de Aljubarrota: uma explicação geográfica.* 112p. Dissertação de Mestrado - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2006.

<sup>202</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010b, p. 461.

<sup>203</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. *op. cit.*, 2013, p. 132.

<sup>204</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010b, p.462.

decisivo para o melhor e prova de um gênio militar, a batalha deu lugar em Portugal a um monumento que grita sua autonomia”.<sup>205</sup> Este monumento é o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ou Mosteiro da Batalha, que erguido no local da batalha de Aljubarrota, posteriormente, enquanto panteão régio de Avis se tornará símbolo da autonomia do reino e da nova dinastia que se instaura.<sup>206</sup>

A grande batalha que contribuiu para a consolidação de D. João enquanto rei foi a vitória na batalha de Aljubarrota. As narrativas historiográficas produzidas no século XV, especialmente a crônicas de F. Lopes, trazem diversas informações sobre a valorização dos feitos do monarca, visando consolidar o poder da nova Dinastia. Nas narrativas acerca da batalha, os números de soldados entre os exércitos portugueses e castelhanos divergem entre os cronistas e autores pesquisados. Mas o que todos estes tem em comum é que o exército castelhano havia mais do que o dobro de homens em relação ao exército português. O cronista aponta que na diferença entre as armadas, havia 5 castelhanos para cada português. Seriam ao lado dos lusitanos 1.700 lanças, 800 besteiros e 4000 homens de pé, num total de 6.500 homens. Já do lado de Castela, seriam 6.000 lanças, 2000 guinetes, 8000 besteiros e 15000 homens de pé, no total de 31.000 combatentes.<sup>207</sup> Na historiografia, Damião Peres, deduz que seriam 32.000 homens nas armadas castelhanas contra aproximadamente 10 mil homens por Portugal.<sup>208</sup> Mais recentemente, de acordo com Maria Helena da Cruz Coelho, admite-se que a armada portuguesa continha por volta de 10.000 homens, e do lado de Castela entre 20.000 e 30.000, mas que apenas uma fração dessas armadas se enfrentaram em batalha, e que em meio a luta, a proporção de soldados fosse talvez equivalente.<sup>209</sup>

O projeto legitimador da Casa de Avis encontrou em Aljubarrota também a aproximação da imagem de D. João I com a de D. Afonso Henriques. O monarca por meio da repercussão da batalha, seja na construção de monumentos ou realização de eventos comemorativos, procurou durante seu reinado ritualizar e propagandear o poder real, demonstrando-o em cerimônias régias e religiosas, utilizando-se de representações e símbolos que demonstravam seu poder. Um elemento de representação de poder desse período pode ser

<sup>205</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. *op. cit.*, 2013, p. 154.

<sup>206</sup> Cf. GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV: subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990.

<sup>207</sup> CDJ II, cap. XXXVI.

<sup>208</sup> Conforme Damião Peres, “Sandoval, numa apreciação que parece imparcial, calcula o efectivo do exército espanhol em 32000 homens, servindo-se para isso do cômputo de quantos homens de armas poderia dar cada província, e da comparação com o efectivo de exércitos organizados pouco antes e pouco depois de Aljubarrota. Pelo que se refere às forças portuguesas [...] pode graduar-se em 11 a 12000 homens, pelos dados dispersos de Fernão Lopes [...] Não parecerá, pois, exagerado o número de 10000 homens que Sandoval assina para efectivo das forças portuguesas.” PERES, Damião. *op. cit.*, p. 71 - 72.

<sup>209</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 108.

encontrado na tentativa da ligação do Mestre de Avis com o fundador da monarquia portuguesa. De acordo com Saul António Gomes<sup>210</sup>, ao citar duas semelhantes narrativas sobre o “mito fundador” português, produzidas no final do século XIV<sup>211</sup> e início do século XV<sup>212</sup> no Mosteiro de Coimbra, afirma que esses são textos muito próximos, quase preparados como uma oração solene a ser proferida “diante de D. João I, o monarca fundador da nova dinastia de Avis e simbólico refundador da independência nacional portuguesa tal como esta se entendia em Quatrocentos”.<sup>213</sup>

Esse discurso cronístico entra no patamar da “mitologia político-religiosa”, e D. João I, enquanto rei de origem divina, “escolhido por deus” para salvar Portugal do domínio castelhano e que por “procedência divina” venceu as batalhas garantindo a independência do reino, aproximou-se da figura do rei fundador, D. Afonso Henriques, sendo o Mestre de Avis o “refundador” do reino. No século XV, o discurso cronístico acerca da morte régia, especialmente a dos reis fundadores, aproximou-se da mitologia política e da mitologia religiosa, “procurando fazer germinar um surpreendente processo de postulado, como se verificaria logo desde os alvores do século XVI, tendem a beatificação canónica de Afonso Henriques”.<sup>214</sup>

Dentro do contexto de aproximação da imagem dos dois monarcas, as vitórias nas batalhas de Aljubarrota (1385) e Ourique (1139), de D. João I e D. Afonso Henriques, respectivamente, aproximam-se também no contexto da “Providência divina” ao rei escolhido, sendo na dimensão mítica que o acontecimento viria a ser lembrado pela memória coletiva.<sup>215</sup>

<sup>210</sup> GOMES, Saul António. Os panteões régios monárquicos portugueses nos séculos XII e XIII. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso, v. 4, C.M.G. e Universidade do Minho, Guimarães, 1997b.

<sup>211</sup> Em uma memória produzida em 1385, sobre o rei fundador e a construção da nova “nação”, encontra-se que: “El Rey Dom Afonso primeiro rey de Portugal Em lide E em campo veençeo .V. Rex Mouros .silicent. em o campo d’Ourique. Onde lhe apareçeo noso Senhor Ihesu Christo posto em cruz por cuja Semelhança do divinal misterio pos em seu escudo as armas em cruz, as quaaes ora trazem os rex de Portugal. E so este pendom E sinal da cruz que auante dele andaua Em todalhas batalhas E escaramuças que entrava ele era vencedor. O qual Rey ante da dicta batalha se chamou Rey dos portugueses jectando fora os emfiees E poborando o reeino”. CRUZ, António. *Crônicas e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 29. In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1997b, p. 288.

<sup>212</sup> Em outra memória datada de 1420, relata que no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: “jaz o mujo Excelente primeiro Rey em Purtuguall Dom Afonso Anrriquiz mijilitante senhor. Este foy o que acrecentou a muj alta fama e honrra da dinjdade da Coroa dos Rex de Purtuguall. O qual vençeo. Vº. Rex mouros Em campo d’Ourique. Onde lhe apareçeo Ihesu Christo posto em Cruz. E aly foy alçado por rey. E pos em o seu escudo das armas que a uossa Senhoria traz. E uençeo o conde de Trastamara que lhe Ocupaua o reino. E vençeo Mjramollim com XII rex mouros daalem E daquém mar. Este Rey geitou fora os emfiees. E poborou a terra dos fiees Catolicos E a sua fama e nome nom he pera esquecer”. CRUZ, António. *op. cit.*, 1968, pp. 29-30. In: GOMES. *op. cit.*, 1997b, p. 288.

<sup>213</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1997b, p. 288.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 289.

<sup>215</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A Batalha de Ourique: entre o acontecimento e o mito. In: Néri de Barros Almeida, Marcelo Cândido da Silva (Orgs.). *Poder e Construção Social na Idade Média. História e Historiografia*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

Desta forma, uma vitória conquistada, sob a desigualdade de forças, só poderia ser explicada pela providência divina, pois "tratava-se afinal, de uma guerra santa, e nada mais natural que o príncipe guerreiro recebesse a ajuda dos céus".<sup>216</sup>

As produções cronísticas nos mosteiros portugueses, especialmente Coimbra e Alcobaça, acerca da fundação de Portugal e da valorização da imagem de D. Afonso Henriques surgiram especialmente a partir do reinado de D. João I e posteriormente de seus sucessores. Dentro de um contexto de uma dinastia nova, que necessitava de meios que garantissem sua legitimidade, a construção da imagem do Mestre de Avis ligada ao rei fundador, provavelmente contribuiu para a exaltação do poder do novo monarca. Se Afonso Henriques foi o fundador, o Mestre de Avis garantiu a independência do reino, ambos por "providência divina", reis escolhidos "pelos céus" para governar Portugal. Assim, mais tarde a Batalha de Aljubarrota era comparada a de Ourique, e deste modo, a Casa de Avis apropriava-se da memória do Rei Fundador para o fundador da sua Dinastia, de modo que D. João "aureolava-se com o mito de outro rei fundador de Portugal, pedra angular de uma dinastia que era nova, mas que enraizava e dava continuidade ao carisma guerreiro, vitorioso e sacralizado do antepassado".<sup>217</sup>

Para além da comparação entre os reis portugueses, uma questão importante que aconteceu em momentos que atenderam a batalha, foi a barganha com Deus feita pelo povo da cidade de Lisboa pela ajuda na luta contra os castelhanos. Nessa relação de barganha associada ao religioso, as pessoas de Lisboa tiveram um papel relevante com suas missas, procissões e orações pela vitória de seu Rei.<sup>218</sup> Nessa parte, o cronista retrata a lealdade da cidade e coloca-a análoga à esposa do monarca, pois, "El Rey de Portugal naõ era casado nem tinha paremta nem irmã tal que por ele fizese oraçaõ nẽ de seus feitos tivesse sentido, salvo a sua mui leal e fiel servidora a çidade de Lixboa".<sup>219</sup> D. João reuniu na cidade um conselho formado por doutores e teólogos visando discutir a questão, e esses apontaram quais práticas os da cidade deveriam ou não fazer para obterem a ajuda divina. Em promessa para que Deus salvasse o Reino e a cidade, o conselho determinou que, por si e seus sucessores, a partir daquele momento, que ninguém usasse de feitiçarias, e nem qualquer coisa que não fosse necessária na arte da Física (medicina). Estabeleceram que as pessoas não cantassem

---

<sup>216</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *op. cit.*, 2012, p. 163.

<sup>217</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo, Alameda. 2010a, p. 68.

<sup>218</sup> LOPES, Fernão. CDJ II, cap. XL, pp. 100 - 102.

<sup>219</sup> CDJ II, cap. XL, pp. 100 - 102.

janeiras<sup>220</sup>, nem maias<sup>221</sup>, entre outras práticas que consideravam que poderiam inviabilizar a ajuda celestial aos lusitanos.<sup>222</sup>

Durante a batalha, o Arcebispo de Braga teria afirmado que o Papa Urbano VI concederia indulgências àqueles que lutassesem contra os cismáticos. Reforça-se um discurso cruzadístico em relação aos portugueses no combate aos cismáticos castelhanos, seguidores do Antipapa de Avinhão.<sup>223</sup> No início da luta, essa questão apareceria na forma de um sinal de que a vitória seria dos portugueses. Logo de começo, morreram alguns portugueses, assustando a armada. Mas então um escudeiro português teria os acalmado, dizendo que os dois irmãos (que também eram escudeiros) que acabaram de morrer, tinham entrando numa igreja e matado um clérigo que no momento realizava uma missa. Então, deveriam interpretar esse acontecimento como um sinal de que Deus daria a vitória a eles, de modo que, eles morreram para que não pudesse manchar a honra e partilhar da vitória que lhes seria proporcionada. Esse discurso teria enchido os homens de esperança e os motivado para a luta que seguiria.<sup>224</sup>

Anunciada a vitória pelos sinais do céu, essa concretizava-se devido ao comando de D. Nuno, aliada ao eficiente desempenho dos besteiros portugueses e dos arqueiros ingleses, além da escolha de uma posição defensiva, que contava com obstáculos naturais aos castelhanos, como ravinas e linhas de água, impedindo o acesso ao planalto pelos homens inimigos, os obrigando a passar por um estreito corredor central, que facilitou a ação dos portugueses. Nos instantes finais,

Semdo a batalha cada vez maior e muy ferida dambolas partes, prouve a Deus que a bamdeira de Castela foy deribada e o pemdaõ da divisa com ela, e algüs castelaõs começarão de voltar atras; os moços portugues que tinnham as bestas e muitos dos outros que eraõ com eles começaram altas vozes bradar e dizer: Ja Fogem! Ja Fogem! E os castelaõs, por naõ fazer deles memtirosos, começaraõ cada vez de fogir mais.<sup>225</sup>

Os castelhanos, ao se depararem com a perda da batalha, fugiram a pé e a cavalo, por estradas e matos, deixando armas e bens pelo meio do caminho. Muitos se perdiam no

<sup>220</sup> Tradição portuguesa em que as pessoas saem pelas ruas cantando músicas que anunciam o nascimento de Jesus e desejam aos próximos um feliz ano novo. Provavelmente no contexto esta prática não tinha a aprovação da Igreja.

<sup>221</sup> Festa ou cantigas de tradição folclórica em Portugal, que consistia no enfeite de moradas e na prática de cantigas e danças que ocorriam no mês de maio nas cidades do Reino. Provavelmente por sua origem pagã/folclórica, o ato dessa celebração foi proibido nesse Conselho.

<sup>222</sup> CDJ II, cap. XL, p. 101.

<sup>223</sup> CDJ II, cap. XLI, p. 103.

<sup>224</sup> CDJ II, cap. XLI, p. 103.

<sup>225</sup> CDJ II, cap. XLI, p. 107.

caminho e acabavam sendo mortos e tendo seus bens tomados por moradores locais (geralmente lavradores da zona rural). O Rei Juan I fugiu para Santarém, em trajes de luto e abatido, com aqueles que o acompanhavam carregando ataúdes com os corpos dos fidalgos castelhanos mortos na batalha. Por toda a Castela, espalhou-se o burburinho sobre a derrota, e o povo em prantos, ficava sem saber quem havia sido morto, e então espalhavam-se rumores sobre a morte ou prisão do rei, alguns chegaram a cogitar matar a Rainha Dona Beatriz e os portugueses presentes no Reino castelhano como retaliação.<sup>226</sup> Dos dois lados houveram muitas baixas, mas o cronista reforça a maior perda por parte dos inimigos, onde faleceram os capitães e grandes fidalgos, como Diogo Álvares, irmão do Condestável, entre outros nobres portugueses que lutaram por Castela.<sup>227</sup> Do lado português, D. João I mandou depois sepultar os cavaleiros mortos na batalha no Mosteiro de Alcobaça com as devidas honras pelo seu sacrifício em nome do Reino.<sup>228</sup>

Pouco depois do fim da batalha, as notícias da vitória portuguesa chegavam a cidade de Lisboa. Como era o costume nos combates régios, D. João ficou três dias no campo de batalha, tornando pública e reconhecida a sua vitória, se apropriando dela. Enquanto o monarca fazia a cerimônia de sua vitória no local da batalha, as pessoas da cidade de Lisboa entraram em festa. Seguiram-se dias de festejos, celebrações, comemorações, missas e procissões em agradecimento a Deus e a Virgem pela ajuda contra os castelhanos.<sup>229</sup> Seguiu-se a pregação de Frei Pero, da Ordem de São Francisco, que expunha a relação entre os judeus e a cristalização da memória das graças de Deus àquele povo (com exemplo em batalhas e guerras vencidas pelo povo Hebreu dadas a ajuda divina), da mesma forma, os portugueses no sermão do religioso deveriam retratar os grandes feitos de seu rei em Aljubarrota.<sup>230</sup> Reuniram-se na cidade, em conselho, teólogos e letRADOS, buscando definir quais seriam as melhores formas de agradecer a Deus e a sua mãe pela vitória na batalha. Optaram então pela realização de três procissões aos Mosteiros de Trindade, São Francisco e Santo Agostinho, junto aos votos que o povo da cidade fez de "manter a memória de Aljubarrota".<sup>231</sup> Sendo essa a maneira que a "muy nobre cidade de Lixboa, cuidosa da saude do Reino, ordenou por renembrança de tamanha merçee e beneficio, como em aquela batalha todos de Deus avião recebido".<sup>232</sup>

---

<sup>226</sup> CDJ II, cap. XLIII.

<sup>227</sup> CDJ II, cap. XLIV.

<sup>228</sup> CDJ II, cap. XLV, p. 120.

<sup>229</sup> CDJ II, caps. XLVI - XLVIII.

<sup>230</sup> CDJ II, cap. XLVII.

<sup>231</sup> CDJ II, cap. XLVIII, p. 130.

<sup>232</sup> CDJ II, cap. XLVIII, p. 131.

No dia 14 de Agosto do ano de 1385, os portugueses venceram os castelhanos, legitimando pelas armas o seu reino. Em Aljubarrota, o Mestre de Avis se lançou, na honra e no embate dos grandes cavaleiros da cristandade, como Rei de Portugal. A vitória alcançada, dava a esse rei, fiel a Igreja e ao Papado Romano, o governo do povo e do reino. D. João I, "segundo a vontade divina, como se acreditaria, vencera o cismático rei de Castela. A batalha tornara-se um juízo de Deus e D. João um novo rei fundador, à imagem de Afonso Henriques e na reprodução do milagre de Ourique".<sup>233</sup> A vitória na Batalha de Aljubarrota dava ao recém entronizado monarca, no discurso de Fernão Lopes, a consolidação do messianismo que o cronista evocara na narrativa da crise sucessória. A memória de Aljubarrota seria também gravada em pedra, com a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

#### **1.4 - A Memória petrificada de Aljubarrota: a construção do Mosteiro da Batalha**

A Batalha de Aljubarrota é "[...]o feixe de vozes de diversas sonâncias, que continua a mobilizar significações na Memória e na História"<sup>234</sup>, os estudos arqueológicos realizados no local da batalha e os diversos relatos escritos, as fontes, fabricam e transformam o evento em sua trama textual, evocam e constroem memórias, selecionam aquilo que se deve lembrar e o que se deve esquecer. De tal modo, o Mosteiro da Batalha enquanto legado de Aljubarrota, se transformaria anos mais tarde na mais significativa "memória da guerra em pedra em cal", mas, como teria se dado esse processo?

Em primeiro lugar, quais seriam os motivos da edificação do monumento? Aqui levaremos em consideração as motivações régias, o que teria levado D. João I a construir o mosteiro e quais seus objetivos. Em um diploma régio datado de 4 de abril de 1388, ou seja apenas 3 anos após o evento, o monarca demonstrou a intenção de fazer ali nas proximidades do local da batalha uma casa de oração, com um intuito de agradecer a Virgem pela ajuda divina que teria recebido no combate aos castelhanos. O monarca ordenou que por meio dessa carta se fizesse saber que

Por honrra da uirgem maria nosa defensor e destes regnos consirando as mujtas e stremadas graças que do seu filho bento a Rogo della sempre recebemos assy em guarda do nosso corpo como exalçamento dos dictos regnos e em as guerras e mesteres em que somos poostos specialmente na batalha e campo que ouvemos com os catellãos dando nos delles victoria maraujlhosa mais por a sua mjsericorda que por os nossos merecimentos

---

<sup>233</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 114.

<sup>234</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. *op. cit.*, 2013, p. 155.

proposemos em relenbraça de beneficos per ella recebidos edificar e mandar fazer casa de oraçam em a qual honrra e louuor da dicta senhora se faça serujoço a deus.<sup>235</sup>



**Figura 1 – Fachada Principal do Mosteiro da Batalha.**

FONTE: <<http://www.mosteirodabatalha.pt>>

Observamos nesse trecho que é possível que a intenção do monarca até então era de construir uma simples casa de "oraçam", apenas uma igreja e não um mosteiro, que serviria como agradecimento memorialístico da vitória atribuída a influência divina. Essa decisão mais austera provavelmente partiria dos diversos problemas econômicos que passavam o reino. Vale ressaltar que a guerra contra os castelhanos continuava e os gastos com as batalhas e demais necessidades do reino ainda não permitiriam demandar verba para a edificação de um complexo como um mosteiro.<sup>236</sup>

No Testamento de D. João I<sup>237</sup>, datado do ano de 1426, já notamos uma significativa mudança nos objetivos do monarca, agora referindo-se claramente que no local da batalha mandara construir um Mosteiro como agradecimento a Virgem pela vitória frente Castela. Essa mudança de concepção de se construir um complexo monacal e entregá-lo a

<sup>235</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. João I*, fls. 191-vº. In: GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV: Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990, p. 383.

<sup>236</sup> Cf. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de O. (dir.). *Nova História de Portugal - Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Vol. IV.

<sup>237</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul Antônio (org.). *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR, 2002. v. 1.

uma Ordem religiosa particular em vez de fazer uma simples igreja, envolveria diretamente a participação de pessoas influentes que aconselhavam e cercavam o monarca. Observemos o que testou D. João,

Porque nos prometemos no dia da batalha que ouvemos com el Rey de Castela, e que Noso Senhor Deus nos deu vitoria, de mandarmos fazer aa homrra da dita Nossa Senhora Samta Maria, cuja vespera emtom era, ally aacerqua domde ella foy, huum Moesteiro, o quall, depois que foy comesado, nos requereeo o doutor Johan das Regas, do noso conselho, e frey Lourenço Lamprea, noso confessor, estamdo nos em o cerquo de Mellgaço, que hordenasemos que fosse da hordem de Sam Domynuos [...] porque asy foy noso prometimento de fazer aa homrra da dita Senhora Santa Maria.<sup>238</sup>

Neste trecho do testamento, o rei volta a reforçar o caráter de agradecimento memorialístico da construção, agora com ênfase na palavra "mosteiro", D. João ressalta que a obra já havia se iniciado, e por influência do seu "braço jurídico", o Doutor João das Regras, e também do seu confessor, o frei Lourenço Lamprea<sup>239</sup>, decidiu que deixaria o seu mosteiro aos cuidados da Ordem Dominicana. A escolha dessa Ordem religiosa é bastante justificável, pois foram grandes promotores da defesa do Mestre e da sua consagração como rei, se empenhando na mobilização e direção espiritual das populações urbanas pela causa portuguesa.<sup>240</sup> A escolha dessa ordem insere-se também no contexto diplomático da posição do reino português perante o papado romano. Entende-se que, em um período de diversas guerras contra Castela, como foi nas duas décadas finais do século XIV, o apoio do papado de Roma, visto que o inimigo apoiava-se em Avinhão, seria fundamental, e isso justificaria a escolha da Ordem de São Domingos.<sup>241</sup>

A Ordem de São Domingos teria ainda um papel fundamental para o projeto político do recém entronizado monarca, ela seria responsável por conseguir a legitimação do rei perante o Papa Urbano VI. É importante ressaltar que D. João deparava-se com dificuldades para validar o seu matrimônio com Dona Filipa de Lencastre<sup>242</sup>, e por tal motivo, D. João utilizou um de seus confessores, o dominicano Frei Vicente, como embaixador junto

<sup>238</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 135.

<sup>239</sup> Frei Lourenço Lamprea foi o primeiro prior do Convento Dominicano da Batalha, tendo sido nomeado por D. João I em 1388. O religioso exerceu um papel importante militando pela causa do Mestre de Avis ainda durante a crise dinástica.

<sup>240</sup> Cf. LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990. Vol. 2

<sup>241</sup> FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85) In: Marcella L. Guimarães e Renan Frighetto. (Coord). *Instituições, Poderes e Juridicões na Baixa Idade Média Portuguesa*. Curitiba: Juruá, 2007. pp. 137 - 156.

<sup>242</sup> Sobre essa questão, discutiremos adiante nesta Dissertação.

a Roma, devido a influência que este exercia como conselheiro pontifício, o que facilitava o relacionamento diplomático com Roma.<sup>243</sup>

A escolha dessa ordem para a entrega do futuro Panteão de Avis significava também obter um grande apoio tanto internamente no reino, como internacional perante a cristandade, que D. João ainda nos primeiros anos de reinado esperava receber em favor de sua casa. Entendemos assim que a "doação aos dominicano era, pois, não apenas um gesto de âmbito religioso-simbólico, mas também a tradução de um horizonte político e diplomático."<sup>244</sup> Portanto, para D. João I, os dominicano da Batalha significavam pela oração a perpetuação do sinal da legitimidade da nova dinastia, que era sancionada por Deus com a vitória em Aljubarrota.<sup>245</sup>

Essas duas fontes nos permitem então um caminho de interpretação, sendo provável que D. João I, a princípio, objetivasse apenas a construção de uma simples Igreja, mas devido a influência daqueles que o cercavam e outros conjuntos de fatores, teria decidido por mandar erguer ali um grandioso complexo monacal. Assim, o Mosteiro da Batalha resultava de um processo de amadurecimento do rei e de membros importantes de sua corte, e que provavelmente não teria sua edificação sendo definitivamente decidida em um único momento.<sup>246</sup>

É importante destacar que o mundo econômico era parte de uma realidade que não se separava das preocupações espirituais<sup>247</sup>, e assim se transformaram numa motivação "para gastos financeiros cujos montantes por mais elevados que pudessem ser encontravam sempre justificação na deliberação mecenática de construir."<sup>248</sup> Como observamos na imagem abaixo (de uma reconstituição de como seria o complexo monacal no século XVI), com aproximadamente 1450m<sup>2</sup> de área para o "grande público" (sem contar com a capela mor e outras partes), o Mosteiro da Batalha tornava-se até então o maior espaço de culto a ser erguido no reino português.<sup>249</sup> Para além dos motivos que levaram o monarca a mandar construir o mosteiro, parece-nos importante apresentar determinadas questões de como teria se dado o seu processo de construção entre os finais do século XIV e início do século XV,

<sup>243</sup> GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV: Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras. 1990, p. 8.

<sup>244</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 8.

<sup>245</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 116.

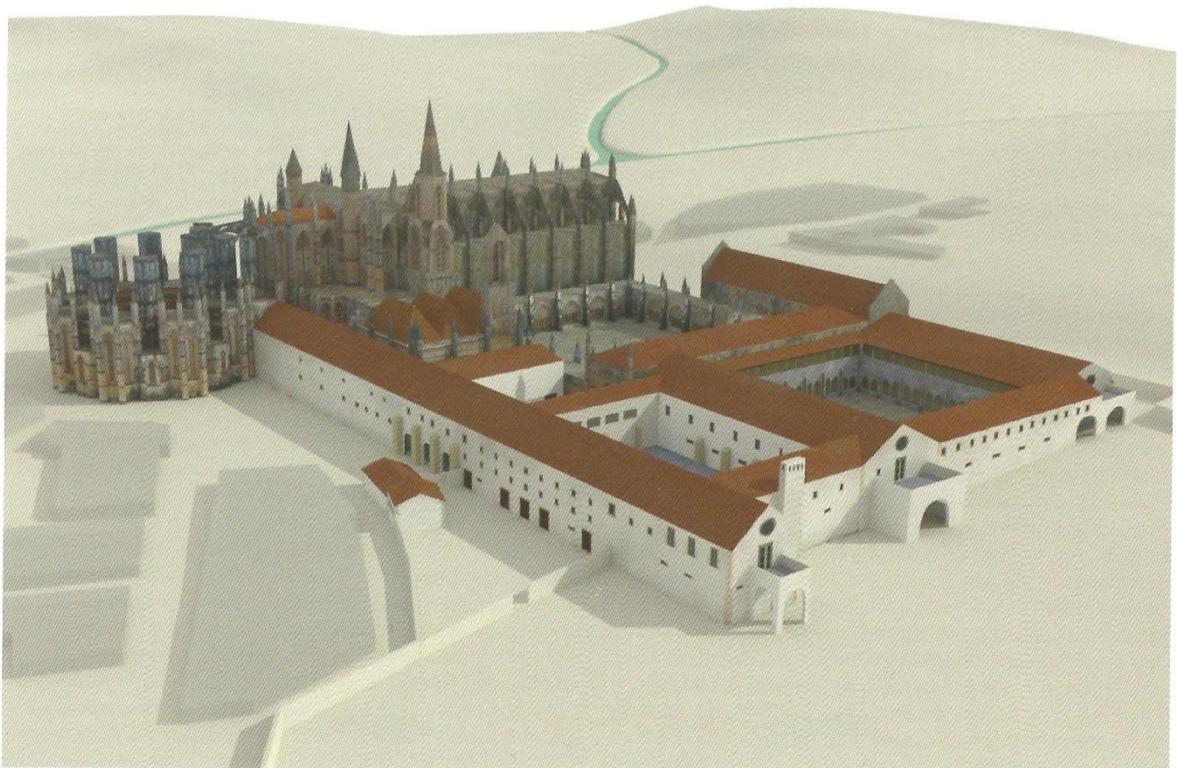
<sup>246</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 5.

<sup>247</sup> Cf. CHÉDEVILLE, André. Chartres et ses campagnes (XIe-XIIIe s.). In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 29<sup>e</sup> année, 1974. n° 6.

<sup>248</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 12.

<sup>249</sup> SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de O. (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Vol. IV, p. 438.

como a proveniência da mão de obra, os recursos financeiros e materiais utilizados, a escolha do local, como essa edificação alterou as relações humanas e a dinamização da economia da região, além de elementos político-administrativos e de poder que permearam o levantamento de Santa Maria da Vitória.



**Figura 2 - O Mosteiro da Batalha na segunda metade do século XVI. Reconstituição mostrando uma vista do quadrante nordeste.** GOMES, Saul António; Redol, Pedro (Dir.). *Mosteiro da Batalha: centro de interpretação*. 1º ed. Lisboa: Direção Geral do Patrimônio Cultural, 2014, p. 98.

Um dos primeiros problemas a serem resolvidos seria a escolha do local em que se faria a obra. As primeiras questões analisadas pelos mestres da construção eram as condições do solo e orográficas, como também o requisito de águas correntes e a oferta de recursos naturais para o projeto que acabaram por se tornar inviáveis no campo de S. Jorge (local da Batalha de Aljubarrota) ou nas proximidades mais ao sul da região. A partir da análise dos mestres, acabaram por optar por terras na região de Leiria, de quem o monarca acabaria por adquirir junto a Egas Coelho<sup>250</sup>, um homem da nobreza senhorial portuguesa que

<sup>250</sup> Senhor de Montalvo, foi um nobre português que serviu o Rei D. Pedro I, e posteriormente seus sucessores D. Fernando e D. João I, tendo sido partidário do último durante a crise dinástica de 1383-1385. Sentindo-se desvalorizado pelo monarca de Avis, Egas Coelho partiu para Castela ainda no final da década de 1380, entregando-se ao serviço do Rei Henrique III, de quem foi beneficiado com terras e títulos.

conforme Fernão Lopes teria lutado ao lado do rei na batalha frente aos castelhanos.<sup>251</sup> Sabese que a qualidade do solo e as águas que atravessavam a área facilitariam o andamento da obra, podendo ser aproveitadas na serração de madeiras, como fonte de energia em forjas e ferrarias, sendo ainda essenciais como auxiliares no trabalho de corte e polimento da pedra calcária, além de prover o abastecimento necessário da comunidade que ali se inseriria, tanto dos que trabalhariam na edificação, como o grupo eclesial que a habitaria.<sup>252</sup>

A abundância de recursos naturais locais também facilitaria o andamento da construção. Na região, era facilmente encontrado em grande quantidade empedramentos constituídos por areias, cascalheiras, calcários, saibros e argilas, em grande parte utilizados na edificação do Mosteiro.<sup>253</sup> Além do empedramento e dos recursos minerais (carvão e o ferro também eram explorados em alguns pontos da região), a obra era edificada nas proximidades de uma floresta rica em pinho e carvalho, que cumpria um importante papel na extração de madeira para a construção de escadas, lançamento de estacaria, abertura de escavações de vala com grande profundidade, engenhos de transporte e elevação de pedra, além do uso da madeira para se construir casas e oficinas para os trabalhadores. A grande quantidade de pinho nas suas proximidades teria sido um dos fatores técnicos para a escolha do local.<sup>254</sup>

Outro fator que foi de suma importância para o rápido andamento da construção, é que a Quinta de Egas Coelho possuía uma boa infraestrutura viária com importantes estradas que a atravessavam, assim colaborando para o rápido escoamento do transporte das pedreiras para o local.<sup>255</sup> Isso implica que em 1388, as obras já se encontravam em um estágio avançado, com a existência de oficinas e alojamentos para artesãos e oficiais, financiados pelo monarca, que também era responsável por fornecer os materiais necessários às obras.<sup>256</sup> A edificação do complexo monacal teve como principal fonte de recursos aqueles provindos da Coroa, além de rendimentos do almoxarifado de Leiria, de onde também saíram fundos para custear o empreendimento. Ao longo do século XV, percebemos em diversas ordenações régias o dever da coroa para com o cesteamento e a manutenção do seu Panteão Régio, ainda em 1426, D. João registrou em seu testamento as obrigações para com o mosteiro que deveriam ter aqueles que o sucederiam como reis de Portugal, que na edificação da obra,

<sup>251</sup> CDJ II, cap. XLIII.

<sup>252</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 14.

<sup>253</sup> ZBYSZEWSKI, Georges; MANUPPELLA, Manuppella; FERREIRA, O. da Veiga, et all. *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50.000: notícia explicativa da folha 27-A, Vila Nova de Ourém: rochas eruptivas*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1974.

<sup>254</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 16.

<sup>255</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 16.

<sup>256</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. João I, Livro 5*, fls. 30-vº. In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 16.

ordenava ao "[...] dicto ifamte Duarte meu filho e a outro qualquer que veer que seja Rey e ssenhor dos dictos rregnos, que a faça compryr e guardar pella guisa que per nos he determinado".<sup>257</sup>

Uma parte importante destinada ao mosteiro no testamento refere-se a sua administração. D. João preocupou-se em deixar registrado como deveriam ser feitas as continuidades das obras (estas se arrastaram pelo século XV), a quantidade de servidores (como cozinheiros, lavadeiros, sapateiros e similares) que deveriam trabalhar no panteão, as formas de pagamentos, e os mantimentos necessários para os frades (o rei enumera vinte frades de ordens sacras e dez noviços e frades leigos) e demais pessoas a residirem em Santa Maria da Vitória. Em relação ao sustento das obras do mosteiro, dos frades dominicanos e servidores, D. João ordena que as rendas da vila de Leiria sejam destinadas ao mosteiro. O rei registrou que o mosteiro:

Se acabe de crasta, casaryas e todollos outros edificios que a boom comprimento do dicto Moesteiro forem necessaryos pellas rrendas de Leyria e seu termo com seu almoxarifado, asy e pela guisa que se hora faz [...] E acabado o dito Moesteiro de todallas obras neçesaryas, como dicto he, pellas ditas rrendas de Leyrea e termo e seu almoxarifado, tirando aquello que for neçessaryo para governança dos dictos frades, se comprem tamtas e taaes herdades e beens per que se possam rrazoadamente manteer e governar de comer, beber, vestir, calçar os ditos xxx frades da dita hordem de Sam Domynguos.<sup>258</sup>

Em relação à administração de Santa Maria da Vitória, D. João exigiu que os bens a serem adquiridos para o sustento dos frades e servidores do mosteiro não fossem entregues diretamente a estes, mas que fossem administrados por dois senhores de Leiria que ocupassem os cargos de “Provedor” (do mosteiro) e o de “Escrivão”. O rei pedia que os bens fossem entregues a “[...]dous boons homeens naturaaes destes regnos de boas famas e comçiemças moradores na dita villa de Leyrea que ajam boons beens de raiz e sejam bem aReyguados: huum que sejam proveedor dos dictos beens e o outro scripvam.”<sup>259</sup> Esses senhores seriam escolhidos pelo rei e deveriam prover e administrar dos “comeres, beberes, vestidos e callçados” dos frades dominicanos. Nessa parte, o rei reforça que também é papel de seu filho e sucessor, D. Duarte, e daqueles que vierem a se tornar senhores de Portugal, igualmente fornecer recursos para a administração do mosteiro. Caberia também aos seus sucessores

---

<sup>257</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 136.

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 137.

escolherem os senhores que ocupariam os cargos de provedor e escrivão, assim como também fiscalizá-los e garantir que estivessem fazendo uma boa administração.

O Panteão da Batalha ganharia ainda nos finais do século XIV a condição de um novo espaço político-administrativo. O monarca nomeou João das Regras como promotor e requeredor do mosteiro por meio de uma carta régia de abril de 1388. Lembremos que o doutor, considerado seu "braço-jurídico", era um homem de grande confiança e teve papel decisivo na ascensão de D. João como rei. Se por um lado, o rei deixava seu jurista como o administrador secular do complexo monacal, caberia a outro grande partidário da sua causa assumir a administração religiosa, nomeando para tal o dominicano Frei Lourenço Lampreia.<sup>260</sup> Ambos tinham em comum suas origens de uma camada popular da sociedade, e "só a dedicação ao novo poder real permitia ascender a posições de notoriedade pública e com peso político junto das decisões do monarca. Teceram-se à sua volta solidariedades e interesses".<sup>261</sup>

O aparelho administrativo que se formou nas obras assumia uma dimensão política junto ao poder real, e assim constituiu em nível regional uma entidade diferente no que se refere aos aspectos judiciais e administrativos locais ou régios que geralmente compunham as esferas de poder da região. Com certa autonomia, esse aparelho de administração do mosteiro interferia diretamente no governo da região e ainda contando com o privilégio de não ter de se sujeitar a justiça do Concelho de Leiria, o que acabaria por causar alguns conflitos e disputas de poder entre o senhorio jurisdicional local e o "senhorio administrativo do mosteiro" em torno de Santa Maria da Vitória.<sup>262</sup>

A edificação de uma obra dessa magnitude afeta diretamente os campos sociais da região onde é realizada. No caso da região de Leiria, o mosteiro trazia seus oficiais e obreiros em maior parte das populações vizinhas. Nota-se também a predominância do espaço rural frente ao urbano, onde cerca de 60% da população vivia no campo, e dos que atuaram na construção esse número subia para quase 98%.<sup>263</sup> Assim, a maior parte do recrutamento de mão de obra parece ter proveniência nas comunidades próximas ao mosteiro e os trabalhadores estrangeiros parecem ter composto uma mínima parcela desse contingente, sendo apenas o caso de alguns poucos mestres especializados.<sup>264</sup>

---

<sup>260</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fls. 191-vº. Apud GOMES, Saul. *op. cit.*, 1990, p. 40.

<sup>261</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 41.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>263</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 26.

<sup>264</sup> Idem.

O surto de construções monásticas e religiosas espalhadas pela Europa no século XV levou a formação de um grande grupo de técnicos especializados em enormes construções e ao mesmo tempo promovia assim uma larga migração por toda a Cristandade. Nessa perspectiva, houve um contingente de arquitetos ou mestres de obras, vitralistas, etc., que partiram à Portugal, seja por necessidade própria ou a convite para oferecerem seus serviços na edificação do Panteão da Batalha. O papel político desempenhado pelo reino ainda nos finais do século XIV e principalmente em quatrocentos<sup>265</sup>, especialmente a partir da conquista de Ceuta em 1415, tornaria Portugal um lugar muito atrativo para essa mão de obra técnica e especializada, de origem majoritariamente de regiões francas e peninsulares.<sup>266</sup>

A edificação do complexo monacal da Batalha também levou a dinamização da economia local, pois Santa Maria da Vitória proporcionou a realização de um novo mercado e uma feira franca que trouxeram benefícios aos mercadores e artesãos locais. Esse estímulo na economia levou a formação de um centro comercial, onde os oficiais de Leiria cobravam direitos pelas transações ali realizadas, a feira teve grande aceitação junto as populações locais, tanto consumidores como residentes de outras áreas que eram atraídos ao complexo seja por necessidades materiais ou espirituais.<sup>267</sup>

A peregrinação crescente ao mosteiro durante o século XV também traria um importante desenvolvimento para o comércio local, pois Santa Maria da Vitória "era um grande centro do culto mariano e catalisador das atenções das elites locais."<sup>268</sup> A movimentação dos peregrinos trazia prosperidade e incentivava o crescimento de pequenos negócios e atividades ao redor do complexo monacal. É nessa perspectiva que se insere o culto as santas relíquias no panteão batalhino. Partimos da premissa que a experiência religiosa não consiste apenas em crenças e num imaginário do além e do divino, e nem somente em palavras e gestos (orações, homilias, ritos, etc.), mas consiste, também, em manipulações de objetos de toda espécie, cuja natureza, grau de consideração e funções são variadas.<sup>269</sup> No ocidente vários objetos materiais são considerados simultaneamente como santos e como representações do sagrado, por exemplo: a cruz, a eucaristia e as santas relíquias. Vários mosteiros e igrejas na Idade Média tornaram-se lugar de veneração e de peregrinação.

---

<sup>265</sup> SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de O. (dir.). *Nova História de Portugal - Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Vol. IV, p. 439.

<sup>266</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 35.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>268</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 30.

<sup>269</sup> SCHMITT, Jean-Claude. *O Corpo das Imagens - Ensaios sobre cultura visual na Idade Média*. Bauru, SP: Edusc: 2007, p. 280.

Entendemos que a presença e o culto das Santas Relíquias no Mosteiro da Batalha foram fundamentais para o aumento do prestígio internacional de Santa Maria da Vitória, e consequentemente da Casa de Avis. No início do século XV foram oferecidos algumas relíquias pelo Imperador de Bizâncio à D. João I, objetivando protegê-las, já que o império sofria de diversas invasões e ataques de outros povos. Entre estas relíquias, consideradas “tesouros espirituais”, mas que tinham materialidade, pode-se, segundo os relatos de Frei Luís de Sousa (século XVII), citar uma pequena porção das vestes de Jesus, de cor roxa e uma cruz de ouro na qual encontravam-se pretensas relíquias de São Paulo, São Pedro e São Bras, um pedaço da esponja que teria sido utilizada no momento da crucificação para Lhe dar de beber, além das vísceras e da ossada do Infante Santo.<sup>270</sup> A presença de relíquias trazia prestígio e principalmente doações ao mosteiro. As esmolas garantiam a sobrevivência do lugar e também representavam o fluxo de peregrinos na região. Sobre a doação das relíquias ao reino português, o Frei Luís de Sousa registrou que

O piadofo Salvador, e Redentor noffo Jefu Chrifto offerecendofe a fí mefmo a Deos Padre em sacrificio fem macula no altar da Santa Cruz, deixou aos fieis chriftaons as infignias de fua paixão pera memoria de fuas maravilhas. Polo que tendo nos na noffa cidade Conftantinopla nalgumas fantas Reliquias do mefmo noffo Salvador, e de muyto Santos feus, dignas de ferem veneradas [...] trouxemos com nofco parte das ditas Reliquias [...] e Fabendo por certeza, que no Illuftrifimo Principe dom João por graça de Deous Rey de Portugal noffo parente, digno de toda honra, florece o zelo da fe e religião criftam; por tanto porque fua devaçao creça fempre no senhor, ouvemos por bem darlhe alguma das ditas confas fagradadas; e lhe damos agora ao mefmo fereniffimo Principe huma pequena Cruz de ouro, dentro da qual eftas Reliquias dos bemaventurados Apftolos S. Pedro, e S. Paulo e de S. Jorze. E no meio da Cruz efta huma pequena particula da efpongia; com que derão a beber a Crifto o fel, o vinagre. E pera certeza e cautela de todas as coisas ditas pedimos que fe efereveffe efta carta ao meffimo fereniffimo Principe, affinada por noffa propria mao com letras Gregas de tinta vermelha, como coftumamos no noffo fello pendente de ouro efculpido de letras Gregas. Dada da cidade de Pariz aos quinze dias do mez de Junho de 1401.15.<sup>271</sup>

As santas relíquias foram depositadas no Mosteiro da Batalha, o grande símbolo de poder da nova monarquia. Assim, elas garantiam a manutenção e uma importante fonte de financiamento para o panteão. Portanto, essas relíquias "devem ter sido acolhidas solene e

---

<sup>270</sup> Cf. NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. As Santas Relíquias: tesouros espirituais e políticos. *Revista Diálogos Mediterrâneos*. NEMED, Universidade Federal do Paraná, 2014, pp. 56 a 67.

<sup>271</sup> SOUSA. Fr. Luís de. *História de S. Domingos*. Porto: LELLO & IRMÃO, 1977. (Vol. I), p. 635.

procissionalmente em Santa Maria da Vitória, como era hábito em todos os santuários que prezassem seu enriquecimento religioso e espiritual".<sup>272</sup>

O Mosteiro da Batalha viria ainda a ganhar *status* de panteão régio em 1416 após a transladação das ossadas da Rainha Dona Filipa de Lencastre para o lugar. Mais do que um agradecimento à Virgem ou um monumento a Aljubarrota, o mosteiro se tornaria ao longo do século XV um lugar de memória, onde deveria se preservar, cultuar e propagar a memória de D. João I e seus descendentes, como veremos adiante.

---

<sup>272</sup> GOMES, Saul António. *Vésperas Batalhinas: Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997a, p. 28.

## CAPÍTULO II

### ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DO REINADO DE D. JOÃO I (1385 - 1433)

O reinado de D. João I foi marcado por diversos aspectos que foram utilizados ainda em seu governo como estratégias de legitimação política, e outros mais que seriam reforçados mais tarde nas narrativas cronísticas com a mesma intenção de dar legitimidade a dinastia recém entronizada. Dentre essas estratégias, selecionamos quatro que acreditamos terem sido fundamentais nesse processo: a primeira estratégia consiste na aliança com a Inglaterra através do Tratado de Windsor (1386); essa aliança política levaria a segunda, seria o casamento do monarca português com a filha do Duque de Lancastre, Dona Filipa, que auxiliaria na causa portuguesa junto ao papado romano, além do prestígio adquirido pelo rei ao se casar com uma dama da mais poderosa casa senhorial inglesa, e que lhe geraria ainda oito filhos, sendo que desses, cinco homens chegaram a idade adulta e garantiram a continuidade da dinastia. A soberana representava a imagem de unidade construída em meio aos caos, exercendo um papel político e simbólico muito importante no reinado de seu marido; a terceira estratégia foram os tratatos de paz assinados com Castela entre a década final do século XIV e as três primeiras décadas de quatrocentos. Uma quarta estratégia foi a conquista de Ceuta em 1415, evento que viria a ser intensamente exaltado na evocação de poder da Casa de Avis perante a cristandade, além do discurso cronístico, especialmente os registros de Gomes Zurara, como uma estratégia de legitimação dos Infantes de Avis, dentro do imaginário coletivo a época; Por último, a atuação política de D. João frente a nobreza através de mecanismos que reforçavam a autoridade do poder régio, buscando uma maior centralização, além de todo um ceremonial que evocava a legitimidade do novo rei, como notaremos na análise das chamadas "entradas régias".

#### 2.1 - A aliança com os ingleses: o Tratado de Windsor - 1386

Passadas as celebrações de comemoração e agradecimento pela vitória em Aljubarrota, D. João I, o Condestável, e suas hostes, partiram para a fronteira e adentraram o reino castelhano. O monarca e seus capitães acreditavam que o momento era oportuno para atacar Castela, devido às baixas provocadas pela grande batalha por aqueles lados, o que facilitaria a tomada de vilas, cidades e castelos dos inimigos. Numa dessas incursões,

enquanto cercava a vila de Chaves<sup>273</sup>, chegou ao acampamento do rei um cavaleiro inglês, que portava o recado do Duque de Lencastre<sup>274</sup>, avisando que pretendia guerrear com Castela e reivindicar os seus direitos sobre o reino, pois defendia que Castela pertencia-lhe por herança matrimonial.<sup>275</sup> O recado prontamente agradou a D. João, que via nessa aliança com o Duque inglês a possibilidade de fazer guerra aos castelhanos por um lado e de outro realizar uma aliança com os ingleses, o que dificultaria a defesa dos inimigos.<sup>276</sup>

A intenção de formar uma união com os ingleses contra os castelhanos já havia sido estabelecida desde quando D. João havia sido proclamado Regedor e Defensor do Reino em Lisboa. Naquele acontecimento, o mestre, após reunião com seu Conselho, enviou embaixadores portugueses à Inglaterra para tentar obter o seu apoio na luta contra os seus inimigos.<sup>277</sup> Ainda no ano de 1384, esses embaixadores chegaram a Corte de Ricardo II (1377 - 1399), informando-o do que estava acontecendo no reino português, e que o Mestre de Avis se prontificava a enviar uma esquadra de galés, acordos comerciais, e auxiliar o Duque de Lencastre nas suas pretensões de tomar o reino de Castela. Em contrapartida, pedia ao monarca inglês permissão para recrutar homens de armas, que teriam soldo pagos pelos portugueses, para o combate aos castelhanos.<sup>278</sup> Após as Cortes de Coimbra e a vitória em Aljubarrota, D. João enviou novamente embaixadores para informar a Ricardo II as notícias do seu novo estatuto real e a obediência do reino português ao Papa Urbano VI, demandando que assinassem uma aliança formal entre os reis.<sup>279</sup> Apesar da evidente necessidade de ambas as partes formarem uma aliança, com maior interesse da parte portuguesa, sabe-se que os interesses portugueses e "os objectivos ingleses, sobretudo lencastrianos, de dominar Castela eram inversos. Portugal só apoiaria a guerra do duque para ter paz, não para se impor no reino castelhano".<sup>280</sup>

<sup>273</sup> CDJ II, cap. LXIV.

<sup>274</sup> João de Gante, o Duque de Lencastre (1340 - 1399) foi o quarto filho do monarca inglês Eduardo III (1327 - 1377). Recebeu de seu sobrinho, Ricardo II (1377 - 1399), o ducado de Lencastre, tornando-se o fundador dessa Casa.

<sup>275</sup> O Duque de Lencastre se casou com Dona Constança, que era filha do Rei Pedro I de Castela (1350 - 1369). Durante os anos de 1366 e 1369, o reino castelhano envolveu-se em uma guerra civil na disputa pelo trono entre o infante D. Henrique e seu irmão, o Rei D. Pedro. D. Henrique venceu seu meio-irmão, e assumiu o trono de Castela, e com a morte dele, tornou-se D. Henrique II e fundou a Dinastia de Trastâmara, sendo sucedido por seu filho, D. Juan I. O Duque de Lencastre e sua consorte reivindicavam o trono de Castela, alegando que Dona Constança era a legítima herdeira, por ser a primeira na linha sucessória, e que Juan I de Castela usurpava o reino que por direito era seu. Baseando-se nessa argumentação o nobre inglês pretendia levar guerra a Castela, convencido que o povo do reino o tomaria como senhor por influência de sua esposa.

<sup>276</sup> CDJ II, cap. LXIV, p. 167.

<sup>277</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro, 1977. Tomo I, cap. XLVII.

<sup>278</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 126.

<sup>279</sup> CDJ II, cap. XLXXVIII, p. 194 - 195.

<sup>280</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 127.

Antes de partir para a Península Ibérica e tratar da aliança com os portugueses, o Duque de Lencastre reuniu-se com seu sobrinho, o Rei Ricardo II e com o conselho, visando convencer o rei sobre a sua expedição em terras espanholas. Mas antes de iniciar essa jornada, o Duque teria afirmado que era muito importante que fizessem um tratado de aliança e boa amizade com os portugueses, argumentando que

Ora pois que, a Deus graças, seus feitos estavaõ em boõ assosseguo, que ell queria hir demandar seus reinos, o que muy bem podia fazer, pois tinham el Rey de Portuguall em ajuda, que avia guerra cõ seu aversairo; e porem pedia a ell Rey por merce que lhe dese licemça e o ajudasse pera poder pasar a Espanha e dar fim a este neguocio, que tamto era sua homrra e da Casa de Inglaterra. El Rey falou cõ aqueles có que esto cumpria falar, e acordarão que era bem de lhe outorgar aquele que pedia. E pera se esto melhor fazer e seus feitos serem bem emcaminhados, que cumpria primeiro trautar boa liamça e amizade cõ el Rey de Portugal, em que estava grande ajuda de sua requesta.<sup>281</sup>

Anunciava-se o Tratado de Windsor, assinado em maio de 1386, que referia-se a uma espécie de tríplice aliança, militar, política e comercial. Redigido pelo Doutor em Leis da corte régia inglesa, Richard Ronhale, esse tratado tinha como base a ajuda mútua entre os reinos nos conflitos bélicos que se envolvessem, tanto em terra como no mar, a livre circulação de ingleses e portugueses em seus territórios, incluindo mercadores e acordos comerciais, a obediência dos vassalos dos reis ao seu aliado, a obediência a Igreja em reverência ao Papado de Roma, e que essas condições fossem respeitadas não apenas pelos monarcas, mas por seus descendentes e aqueles que viesssem a sucedê-los.<sup>282</sup>

Feita a aliança entre os reinos, o Duque de Lencastre, acompanhado da sua hoste formada por cerca de 7.000 homens<sup>283</sup>, além de cavalos e mantimentos, chegava a Galiza para dar início a sua expedição em Castela. João de Gante enviou embaixadores aos castelhanos solicitando que o enfrentassem em batalha, poder a poder, pelo direito ao trono. O Rei de Castela respondeu por intermédio de embaixadores que argumentavam o porque o reino a ele pertencia, e que não chegando a um consenso, que se enfrentassem em batalha tendo a Deus como juiz.<sup>284</sup> O soberano castelhano acatou a decisão por batalha em meio a grande receio, pois sofreu muitas baixas de homens e verbas na guerra contra os portugueses, e por isso tentou resolver por meio da diplomacia e recorrendo a pedidos de ajuda financeira e bélica ao

---

<sup>281</sup> CDJ II, cap. LXXX, p. 197.

<sup>282</sup> CDJ II, cap. LXXXI, p. 199.

<sup>283</sup> RUSSEL, P. E. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2000. pp. 453 - 454.

<sup>284</sup> CDJ II, caps. LXXXIV - LXXXVI.

Rei da França<sup>285</sup>, que foram acatados, mas não chegaram a tempo ou em quantidade suficiente.<sup>286</sup>

Em novembro de 1386, o Duque e D. João I se encontraram pela primeira vez, "[...] acompanhados de magníficas comitivas, efectivou-se em ambiente cordial e festivo e ao abrigo, pleno de simbolismo, de uma tenda do rei de Castela, tomada na batalha real".<sup>287</sup> Fernão Lopes ao narrar a cena do encontro entre os dois construiu um quadro bastante significativo, de modo que a narrativa do cronista se inicia com o rei e seu futuro sogro se avistando de lados diferentes na Ponte de Mouro. D. João atravessou a ponte e foi ao encontro do Duque, então se encontraram numa ladeira. O rei ia armado, com todas as armas, com exceção do bacinete, e assim estavam também os cavaleiros que o acompanhavam. Já João de Gante, trazia cotas e baçais com jórneas bordadas com as armas da Casa de Lencastre, muito vistoso e bem vestido. Os senhores se cumprimentaram com um abraço e cortesias, desarmaram-se e foram comer. Depois se reuniram em uma "temda gramde que fora dell Rey de Castella, tomada na batalha reall, e ally fazia ell Rey e o Duque depois seus comselhos".<sup>288</sup> É significativo o destaque dado pelo cronista na tenda tomada do rei castelhano na Batalha de Aljubarrota, e a importância às vestes de D. João I e do Duque de Lencastre, para explanar os relevantes acordos que foram feitos naquela tenda.

Os acordos firmados entre o rei lusitano e o nobre inglês consistiam na amizade mútua que deveria ser perpetuada entre os seus descendentes. O rei deveria acompanhar e auxiliar o Duque na guerra contra Castela e sempre responder aos chamados de batalha aos castelhanos, além de jamais fazer trégua ou paz com os inimigos sem o consenso dos ingleses. Esse acordo foi selado com a entrega de D. Filipa de Lencastre em matrimônio à D. João, estabeleceu-se também que em caso de uma eventual conquista do Reino de Castela, o Duque deveria dar parte dos territórios castelhanos e de Leão ao monarca português.<sup>289</sup> Ainda nesse ano, D. João I levaria sua hoste formada por um contingente de aproximadamente 5.000 homens para auxiliar o seu sogro em suas pretensões em terras castelhanas.

Unidas as forças portuguesas e inglesas, no ano seguinte, em 1387, várias foram as batalhas contra os castelhanos, que mesmo em baixa devido aos enfrentamentos com Portugal, ainda mantinham muita resistência porque a hipótese do Duque de Lencastre de que

<sup>285</sup> Em resposta ao pedido de seu aliado de Castela, após a derrota deste em Aljubarrota, o monarca francês Carlos V (1364 - 1380), enviou embaixadores prometendo a ajuda com dois mil de seus melhores homens de arma e cem mil francos em ouro para pagar o soldo. Entretanto, Lopes afirma que ajuda tardou a ser enviada a Castela.

<sup>286</sup> CDJ II, cap. LXVII.

<sup>287</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 130.

<sup>288</sup> CDJ II, cap. XCI, p. 216.

<sup>289</sup> CDJ II, cap. XCII, pp. 218 - 219.

o povo de Castela o receberia por senhor devido a influência de sua consorte não se consolidara, permanecendo boa parte dos castelhanos leais ao Rei D. Juan I. A aventura dos novos aliados em terras inimigas ia se agravando, do lado português principalmente pelos grandes custos que a guerra trazia, especialmente porque muitos não consideravam aquela uma causa justa para os lusitanos levarem guerra, já que seu principal objetivo era manter o trono a D. João I e a defesa do reino.<sup>290</sup> Do lado inglês, a hoste do Duque sofria grandes baixas, com aproximadamente dois terços dos seus homens atacados pela epidemia da Peste. Com uma significativa parte de sua armada dizimada, restaria ao nobre inglês pouco mais de 1.500 homens.<sup>291</sup>

D. João ao perceber que os castelhanos não se submeteriam ao Duque de Lencastre, conversou com seu sogro, argumentando sobre as diversidades que sofriam na persistência da batalha e que seria uma grande desonra manter guerra contra Castela pelo seu trono. O Duque cogitou negociar com Juan I e casar uma de suas filhas com o infante D. Henrique, filho do monarca castelhano. João de Gante procurava ganhar tempo para estabelecer o melhor acordo político possível com o rei castelhano.<sup>292</sup> Depois desses acontecimentos, os portugueses tomaram o controle das investidas militares em terras castelhanas, com a intenção de provocar o maior dano possível aos inimigos, e assim, tirar vantagem para a sua causa, em oposição ao rei de Castela que não reconhecia o monarca português, nem a derrota em Aljubarrota. Cumprindo o prazo de duração da expedição contra os castelhanos que firmara com seu sogro, D. João e sua hoste voltaram para Portugal.

Cessando as batalhas, mensageiros do Rei D. Juan I foram até o Duque de Lencastre para tratarem da paz e negociarem o matrimônio entre os infantes. Ambos chegaram a um acordo que tinha por base o casamento entre a filha do Lorde inglês, Dona Catarina, e o infante herdeiro de Castela, D. Henrique (ainda em menor idade). Além do pagamento do dote, os castelhanos deveriam ceder várias vilas e indenizações a Casa de Lencastre, e ao Duque caberia desistir de suas pretensões ao trono de Castela, deixar a guerra e voltar para a Inglaterra.<sup>293</sup>

A aliança que D. João fez com os ingleses, a priori não surtiu os efeitos esperados, principalmente pelas grandes despesas financeiras e as vidas portuguesas perdidas em batalhas. Mas por outro lado, os lusitanos conseguiram aproveitar-se da situação em várias questões diplomáticas e no enfraquecimento bélico dos castelhanos, assim evitando invasões

<sup>290</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op.cit.*, 2008, p. 137.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>293</sup> CDJ. II, cap. CXIV, pp. 255 - 256.

de Castela no reino de Portugal, afastando Juan I de suas pretensões peninsulares, mesmo que o monarca em seus documentos, inclusive nos acordos com o Duque, proclamasse-se Rei de Castela, Leão e Portugal, sem que o soberano inglês o contrariasse. Desse modo, a "aliança inglesa, ainda tão recentemente celebrada, era aqui letra-morta. Só os portugueses deviam lutar por Portugal. Dentro e fora do reino".<sup>294</sup>

O Duque de Lencastre talvez tenha sido o maior beneficiado do conflito, já que casou suas duas filhas com reis ibéricos, com o Rei de Portugal e com o herdeiro de Castela, uma vantagem que os portugueses poderiam tomar dessa situação. A união entre a irmã de Dona Filipa, Dona Catarina, com o futuro Rei Henrique III, após a morte de Juan de Castela, foi fundamental na realização das tréguas entre os reinos até chegarem aos acordos de paz definitiva. Nesse ponto, a atuação da futura Rainha Catarina de Castela foi fundamental.

## **2.2 - A Paz com Castela: dos tratados de tréguas à definição da paz**

Em novembro de 1389, portugueses e castelhanos assinavam o primeiro acordo de tréguas, desde o início da guerra em 1383, muito por influência de tréguas que faziam Inglaterra e França, e que por situação também se estendia a seus aliados ibéricos.<sup>295</sup> Por este acordo, nos próximos seis anos, a guerra cessaria em terra e mar, tanto entre ingleses e franceses, como seus aliados. Ambos os reis de Portugal e Castela deveriam se comprometer a devolver vilas e terras tomadas para o outro reino.<sup>296</sup>

Feito o acordo de tréguas, o rei castelhano reuniu seu conselho em Cortes, justificando o porquê de ter tomado essa decisão em relação aos portugueses, pois vários dos conselheiros reclamavam que os acordos eram ruins para o reino. O monarca se justificou afirmando que as perdas nas batalhas, as mortes dos capitães e homens de armas, além dos gastos e danos causados ao seu território, o deixaram sem escolha, mas que passado o período de tréguas, pretendia novamente invadir Portugal e reivindicar o trono que defendia ser seu.<sup>297</sup> O soberano castelhano estava muito longe de abandonar suas pretensões pelo reino português, Juan I teria convocado um conselho em segredo e confessou aos membros que cogitava abdicar do trono de Castela, deixando-o para seu filho, o infante D. Henrique, pois acreditava que não sendo mais o rei de Castela, os lusitanos o aceitariam e o tomariam como seu Senhor. Na sua visão, o principal entrave para conseguir sua pretensão era a resistência que Portugal

---

<sup>294</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 137.

<sup>295</sup> CDJ II, cap. CXL, p. 305.

<sup>296</sup> CDJ II, cap. CXL, p. 305.

<sup>297</sup> CDJ II, cap. CXLI, p. 306.

tinha da junção dos reinos que ameaçava a sua independência.<sup>298</sup> Os conselheiros foram totalmente contrários a proposta régia, recorrendo a história ibérica para justificar como essa decisão era equivocada, pois mesmo que o rei conseguisse seus objetivos, no futuro poderia acabar entrando em guerra com seu filho por disputas territoriais ou mesmo entre os reinos. Ponderado por seus conselheiros, mesmo a contragosto, Juan I acatou a sua decisão.<sup>299</sup> O monarca castelhano ainda tentaria reunir novamente seu conselho em busca de recursos para voltar a levar guerra a Portugal, mas suas pretensões seriam rapidamente aniquiladas, pois em uma queda de cavalo, faleceria ao dia nove de outubro de 1390<sup>300</sup>, aos 32 anos de idade, e assim, levava consigo o "desejo de um rei de Castela ser rei de Portugal".<sup>301</sup>

No ano de 1393, os tutores do Rei D. Henrique III, ainda menor, assinaram uma trégua que estendia o período de paz por mais quinze anos.<sup>302</sup> Os tutores do monarca castelhano enxergavam uma grande conveniência em manter a paz com os portugueses<sup>303</sup>, já que os enormes gastos com a guerra baixaram consideravelmente a reserva de tesouro e provocaram uma severa diminuição de vassalos de guerra, forçavam aqueles que regiam Castela a buscar uma paz mais duradoura. Entre as principais condições desse tratado estava o cessar da guerra tanto em terra como no mar, a libertação dos prisioneiros de guerra de ambas as partes e que não houvesse agressões e roubos entre os reinos, além do pagamento de indenizações no caso de descumprimento dos prazos findados para a realização do acordo.<sup>304</sup>

Durante os três anos posteriores a esse tratado, por motivos de reparações materiais e humanas, a guerra seria retomada. D. João I enviou mensageiros ao rei de Castela exigindo o cumprimento do acordo, e na sua reclamação constava a não libertação dos prisioneiros portugueses, que os castelhanos estavam mantendo escondidos, sonegados e sob maus tratos, além do não pagamento das indenizações por danos de guerra, que afirmavam estar no valor de 48 mil dobras.<sup>305</sup> De acordo com Fernão Lopes, a negligência dos castelhanos em relação ao tratado, motivou o monarca português a entrar no reino de Castela e tomar vilas e cidades, começando pelas vilas de Badajoz e Albuquerque como indenização pelas cláusulas não cumpridas do acordo.<sup>306</sup> Tomadas as vilas, D. João enviou recado ao rei de Castela justificando que tomara essa decisão como penhora pela devida indenização a ser

---

<sup>298</sup> CDJ II, cap. CXLI, p. 306.

<sup>299</sup> CDJ II, cap. CXLI, p. 306.

<sup>300</sup> CDJ II, cap. CXLVI, p. 318.

<sup>301</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 141.

<sup>302</sup> CDJ II, cap. CXLIX.

<sup>303</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 76.

<sup>304</sup> CDJ II, cap. CXLIX, pp. 324 - 327.

<sup>305</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 142.

<sup>306</sup> CDJ II, cap. CLIII.

paga pelos castelhanos. Por meio de seus emissários, Henrique III respondeu em desagrado que a ação era ilegal. Em meio as discussões pelo fato ocorrido na surdina e a mando de seu rei, os castelhanos atacaram e tomaram dois navios portugueses carregados de trigo, afrontando a trégua e causando a retomada da guerra entre os reinos.<sup>307</sup>

Nos anos seguintes a guerra continuou apesar dos esforços de Dona Catarina em convencer seu marido a fazer paz com o seu cunhado.<sup>308</sup> Após diversas tentativas frustradas de negociação, em 1402 os reis chegavam a um acordo que estabelecia uma trégua de dez anos, com os reinos comprometendo-se a devolverem as vilas, prisioneiros e reféns. Antes do prazo acabar, o monarca castelano faleceu no ano de 1406, deixando o infante herdeiro D. Juan II, ainda aos dois anos de idade, e o reino sob a regência da Rainha Dona Catarina e do infante D. Fernando, irmão de D. Henrique III.<sup>309</sup> A partir desse momento, a paz encontrava-se mais próxima, devido a forte atuação da rainha, e pelo Príncipe D. Fernando também desejar estabelecer a paz aos portugueses. Então, no ano de 1411, sob a aprovação dos regentes de Castela e do Rei D. João I, os reinos assinavam a paz definitiva, que seria ratificada pelo rei de Castela, D. Juan II, em 1424, quando atingisse a maioridade.

A definição da paz com os castelhanos permitiria aos portugueses, libertos da ameaça inimiga, iniciar uma política expansionista que culminaria na conquista de Ceuta. Mais ainda, a guerra contra Castela permitiu ao rei aprender os diversos aspectos do ato de governar. Na guerra D. João I "conheceu todo o jogo, luminoso ou sombrio, das relações feudo-vassálicas. Apresentando-se-lhe, em ampla visão, o difícil equilíbrio das forças de senhores, cidadãos, letrados e gente comum"<sup>310</sup>, ou seja, deu ao monarca o conhecimento necessário sobre o corpo social que formava o seu reino. No comando das batalhas, o monarca adquiriu a experiência no exercício do ato de governar, que posteriormente colocaria em prática em tempos de paz.

### **2.3 - Dona Filipa de Lencastre e o seu papel na Corte de D. João I (1387 - 1415)**

Estudos recentes tem abordado o papel da Rainha Dona Filipa de Lencastre na construção da Dinastia de Avis, da sua influência no reinado de seu marido e de como ela moldou o ambiente cultural e político de Portugal no final do século XIV aos primeiros anos de quatrocentos. Dentre esses estudos, podemos citar como os de maior relevância para nosso

---

<sup>307</sup> CDJ II, cap. CLVIII, pp. 345 - 347.

<sup>308</sup> CDJ II, cap. CLXXXVII.

<sup>309</sup> CDJ II, cap. CLXXXVIII.

<sup>310</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 147.

trabalho as biografias científicas da monarca escritas pelas historiadoras portuguesas Manuela Santos Silva<sup>311</sup> e Maria Helena da Cruz Coelho<sup>312</sup>. Partindo das obras dessas autoras, aliadas as narrativas construídas sobre a consorte de D. João I registradas pelos cronistas Fernão Lopes, entre as décadas de 1430/40s na Crônica de D. João I, e Gomes Eannes de Zurara, no período de 1450/60, na Crônica da Tomada de Ceuta<sup>313</sup>, pretendemos entender como se construiu um discurso que destaca a influência da Rainha na construção simbólica da Casa de Avis e principalmente a memória construída sobre a monarca.

D. Filipa de Lencastre nasceu no dia 31 de Março de 1360, no Castelo de Leicester, na Inglaterra. A futura rainha tinha uma privilegiada descendência das Casas reais inglesa e francesa, e grandes famílias nobres europeias. Seu pai, João de Gante, o Duque de Lencastre, era o quarto filho do Rei Eduardo III da Inglaterra e D. Filipa de Hainault. Seus avós maternos, pais de Dona Branca, eram a Dona Isabel Beaumont e o Duque de Lencastre anterior a seu pai, Henrique de Fosmont, de quem João de Gante herdou o ducado. Portanto, ela descendia da prestigiada dinastia dos Plantagenetas e da linhagem dos Lencastres, que era uma ramificação da primeira, além de manter um grau de parentesco com outras casas nobiliárquicas europeias da época.<sup>314</sup>

Do casamento com Dona Branca de Lencastre, o Duque teve Dona Filipa como sua primogênita e mais dois filhos que sobreviveram ao nascimento, Isabel e Henrique, que viria a se tornar o futuro Rei Henrique IV da Inglaterra (1399 - 1413).<sup>315</sup> Após a morte de Dona Branca em setembro de 1368, o Duque João de Gante viria a tomar como esposa Dona Constança de Castela, filha do rei castelhano Pedro I, o que ocasionaria nas pretensões dos dois na disputa pelo trono do reino ibérico e na política de casamento da herdeira do casal, Dona Catarina, que se casaria com o Príncipe herdeiro de Castela, D. Henrique, como vimos anteriormente. O segundo matrimônio de seu pai seria assim uma espécie de preparação para o que viria a acontecer no futuro de Dona Filipa e a iniciaria nos costumes do mundo ibérico, já que com a nova madrasta, viriam intelectuais, artistas, e nobres castelhanos exilados a

<sup>311</sup> SILVA, Manuela Santos. *A Rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

<sup>312</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz . *D. Filipa de Lencastre. A inglesa Rainha, 1360-1415*. 1. ed. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

<sup>313</sup> ZURARA, Gomes Eannes. *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

<sup>314</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 13.

<sup>315</sup> Ibidem, p. 14.

conviver na Corte dos Lencastres que influenciariam diretamente nos rumos da vida da nobre.<sup>316</sup>

Sabe-se que nas grandes casas da aristocracia inglesa medieval era comum a presença de professores que eram contratados para ensinar os filhos do senhor e também os jovens que habitavam nos locais (como escudeiros e os que participavam do coro das capelas). Essa educação também era concedida às moças da nobreza, que aprendiam a ler o "latim suficiente para poderem seguir as orações pelo livro, e francês e inglês para poderem ler romances ou instruções para trabalhos femininos".<sup>317</sup> O ensino do Latim era necessário para as crianças aprenderem nos livros litúrgicos a recitar orações e salmos, era cada vez mais o francês e principalmente a língua inglesa que os jovens ingleses medievais usavam para se expressar quando escreviam e para a leitura.<sup>318</sup> Apesar da existência de uma educação letrada, ainda havia uma predominância da instrução oral, e nessa parte, as "mães eram, provavelmente, as primeiras professoras dos seus filhos instruindo-os na justa medida dos seus conhecimentos"<sup>319</sup>. Dona Branca, que não era apenas letrada e possuía dotes artísticos como a dança e o canto, teria ensinado a seus filhos essas virtudes da cultura aristocrática.

Além de ser frequentada por grandes intelectuais e artistas da época, a corte dos Lencastre era também um local de forte movimentação de itinerários régios e de famílias nobres. João de Gante manteve-se ao longo de sua vida como membro atuante na política inglesa nos reinados do seu pai, seu sobrinho e depois seu filho. Suas atuações em meio a Guerra dos Cem Anos, nas diversas batalhas que patrocinou e participou, e das alianças feitas a época, e posteriormente a sua intenção de se assenhorear de Castela, traziam a presença da sua família grandes questões políticas, acordos e tratados firmados sobre o convívio dos Lencastre, o que certamente influenciou em suas aptidões para a política.<sup>320</sup>

Nas diversas expedições militares em que participava, em Inglaterra, França, Escócia e depois na Península Ibérica, o Duque de Lencastre mantinha-se muito tempo fora de "casa", afastado de seus filhos. Mas os registros feitos pelo nobre inglês demonstram que este costumava manter grande generosidade para com suas filhas, sempre presenteando-as com jóias, peças de ouro, roupas e pedras preciosas, especialmente no natal.<sup>321</sup> De acordo com Manuela Santos Silva, Dona Filipa seria a filha preferida de João de Gante, sempre recebendo

<sup>316</sup> SILVA, Manuela Santos. Filipa de Lencastre e o ambiente cultural na Corte de seu pai (1360-1387). In: *Clio*, Nova Série, volume 16/17 (Nº duplo), 2007, pp. 245-258.

<sup>317</sup> SILVA, Manuela Santos. *op. cit.*, 2007, p. 246.

<sup>318</sup> Idem, p. 246.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 247.

<sup>320</sup> Ibidem, pp. 250 - 251.

<sup>321</sup> Idem.

favores especiais de seu pai.<sup>322</sup> A dama teria sido educada toda a sua vida com o objetivo de ser consorte de rei, como afirma Maria Helena Coelho na análise de documentações assinadas pelo Duque em tentativas frustradas de realização do matrimônio de sua primogênita com grandes Casas da nobreza europeia. Para a autora, no seu conjunto, essas tentativas de aliança matrimoniais "demonstram bem quanto o casamento de D. Filipa devia ser um ponderado contrato político e que a pretendente estava mesmo à altura de ser consorte de reis".<sup>323</sup>

Na narrativa de Fernão Lopes, a construção da imagem idealizada da rainha antecede o casamento e o tratado firmado entre o rei português e o Duque de Lancastre. O primeiro indício dessa idelização no discurso do cronista aparece em uma questão interessante: A futura rainha não seria apenas por matrimônio estabelecido em um tratado de aliança, ela seria mais que isso, seria escolhida pelo monarca.<sup>324</sup> Assim o cronista volta-se novamente para a analogia, como D. João se tornou rei por meio de uma eleição, Dona Filipa era também uma rainha eleita por seu marido. Voltemos ao episódio das Cortes de Coimbra (1385), no discurso feito após a sua aclamação, D. João afirmou que no que se tratasse sobre o matrimônio régio, demandava sua livre vontade para decidir como e com quem se casaria. Ao ser questionado sobre o matrimônio, D. João teria respondido sobre o seu casamento, "que poes que os casamentos aviaõ de ser livres e os Reix que amte elle fforaõ em casar heraõ isemtos, que elle nõ se obryguava a prometer tall causa, pero o seu talamte hera o ffazer saber quamdo Deus prougesse de lhe prover dello".<sup>325</sup>

O monarca justificava-se usando como exemplo o casamento de D. Fernando com Dona Leonor Teles, afirmando que casamentos feitos por obrigação traziam grandes problemas ao povo. Como não se casaria por obrigação, o Rei também manifestou que não pretendia realizar casamentos de outrem contra a sua vontade, que cada um fizesse o que entendesse por bem, pela sua vontade, do seu proveito e honra, e que não forçaria ninguém ao matrimônio.<sup>326</sup> Passado o primeiro ano de seu reinado, D. João cumpria sua promessa, pelo menos no que se referia a sua união matrimonial.

No início das negociações daquele que viria a ser o Tratado de Windsor, falava-se na intenção do Duque de Lancastre em casar uma de suas filhas com o monarca lusitano. Reunido o conselho para debater o assunto, parte dos conselheiros afirmavam que D. João deveria optar por Dona Catarina, filha do segundo casamento do nobre inglês, e neta do Rei

<sup>322</sup> SILVA, Manuela Santos. *op. cit.*, 2007, pp. 250-251.

<sup>323</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 18.

<sup>324</sup> Ibidem, pp. 5 - 6.

<sup>325</sup> CDJ II, cap. I, p. 6.

<sup>326</sup> CDJ II, cap. I, p. 7.

D. Pedro I de Castela, e que feito isso, poderia entrar na disputa pelo trono do reino castelhano. D. João manteve-se firme reforçando que a escolha deveria ser sua, e que era sua vontade não se casar com Dona Catarina e que tal união traria ainda mais perigos a Portugal no embate com Castela. E teria dito o monarca que "elle estava com vitoria de seus imiguos, que lhe naõ emtemdia de mover mais guerra, salvo por cobrar o que lhe tomado tinhaõ e ataa que lhe desẽ pãz, e emtonçe viver assosseguido guovernamdo seu Reino em direito e [em] justiça".<sup>327</sup> Assim, D. João elegeria para si como esposa Dona Filipa de Lencastre, quem representaria a paz e a aliança, ao contrário de uma união com a meia-irmã da dama, quem representaria a continuidade da guerra.

Em 1386, o Duque de Lencastre, acompanhado de sua esposa, Dona Constança, e suas duas filhas, Dona Filipa e Dona Catarina, desembarcavam na Galiza, para iniciar a guerra que o nobre inglês levaria aos castelhanos. No dia seguinte ao primeiro encontro entre o Duque e o rei português na tenda real castelhana tomada em Aljubarrota, esses senhores firmaram o Tratado de Windsor, com as suas cláusulas para os dois lados e a confirmação do compromisso entre a filha do nobre inglês e D. João I, como vimos anteriormente. A cerimônia ainda demoraria um pouco a acontecer, e apesar da noiva inglesa já estar em Portugal, D. João corria o reino envolvido no recrutamento da tropa lusitana para juntar-se a seu sogro nas investidas em Castela. Ao tomar conhecimento que Dona Filipa já estava no reino, o rei apressou em ir conhecer a futura rainha, que levada à cidade do Porto, foi recebida com muita festa, acompanhada por portugueses e ingleses, instalando-se no Mosteiro de S. Francisco.<sup>328</sup> O monarca foi conhecer sua futura esposa, a recato, sob a presença do Bispo do Porto, e teriam conversado por um bom tempo.<sup>329</sup>

A cerimônia do casamento real veio a ser realizada a 2 de Fevereiro de 1387 na cidade do Porto. Provavelmente apressado pelo sogro, que pretendia contar com o apoio bélico do monarca, D. João acelerou a realização do casamento, comunicando ao Bispo do Porto que deveria logo se realizar, pois aproximava-se o dia da Purificação de Santa Maria, e se até esse dia não fizesse a cerimônia, teriam que esperar até o oitavo dia após a Páscoa, segundo mandava os costumes e a liturgia da Igreja. No segundo dia de fevereiro o bispo abençoou o casal régio na catedral da cidade, sem a presença do Duque de Lencastre e

<sup>327</sup> CDJ II, cap. XC, p. 215.

<sup>328</sup> CDJ II, cap. XCIII, pp. 220 - 221.

<sup>329</sup> Depois, já separados, os noivos se enviaram presentes, como manifestação de aceitação mútua. D. João enviou a Dona Filipa um alfinete em forma de galo, contendo pedras preciosas, e a noiva enviou ao rei uma jóia em figura de água, também com pedras preciosas. A prática dos noivos representava uma troca de "símbolos solares, anunciando-se a luz nascente e a vigilância que se esperavam da noiva em conjugação com a força do alto poder, que se projectava no rei e senhor da esposada". COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 154.

familiares, o que talvez resultasse de alguma tensão entre genro e sogro. O monarca enviou cartas às vilas e cidades do reino, comunicando a realização das bodas reais e assim Portugal entrou em festa celebrando a união matrimonial de seu soberano durante boa parte do mês. Dona Filipa tornava-se Rainha de Portugal aos 27 anos, enquanto o rei estava nos seus 30 anos de idade, um casal maduro para o período e que se impunha pela maturidade dos anos de experiência vividos.

Algumas questões legais referentes ao matrimônio complicavam a união entre o monarca e sua consorte. Após as Cortes de Coimbra, D. João enviou embaixadores a Cúria romana requerendo ao Papa Urbano VI (1378 - 1389) a sua ratificação como rei, suplicando que o libertasse dos constrangimentos que estava sujeito: os votos religiosos que fizera enquanto membro e mestre da Ordem de Avis e sua condição de nascimento ilegítima, como filho bastardo do Rei D. Pedro I. Os embaixadores voltavam com a aprovação papal em um parecer favorável, mas a bula que tratava do assunto demorava a chegar, o que poderia trazer ilegitimidade ao matrimônio e aos descendentes do casal. Fernão Lopes inclusive dedica alguns capítulos do segundo volume da *Crónica de D. João I* para refutar as afirmações de Ayala, cronista do rei castelhano Juan I, o qual apontava suspeitas sobre a legitimidade conferida pelo pontífice ao monarca de Avis, a seu matrimônio e descendentes.<sup>330</sup>

Entre os capítulos 122 e 125 da referida crônica, o cronista narra os eventos relacionados a demora para a chegada em Portugal da bula papal contendo a legitimação oficial concedida pelo sucessor de Urbano VI, o Papa Bonifácio IX (1389 - 1404), ao monarca de Avis, seu matrimônio e daqueles que dele descenderem. O cronista justifica que a demora do envio das cartas e da bula papal, que chegaria em Portugal apenas em 1391, devia-se ao fato de Urbano VI ter sido enganado por um falso representante do Duque de Lancastre, Mestre Henry, que teria afirmado ao pontífice que o nobre inglês reivindicava para si e sua consorte o reino lusitano, e que se tornando rei de Portugal, João de Gante convenceria Juan I de Castela a abandonar o Antipapa de Avinhão, e seguir o papado Romano. Acreditando nesse representante, Urbano VI recebeu enviar a bula legitimando o Rei D. João I. O monarca se queixou ao sogro, quando informado do ocorrido, que prontamente desmentiu a informação e enviou um Doutor em leis da sua corte para falar com o Papa.<sup>331</sup> Ao receber as queixas de D. João, o Papa teria respondido que o rei não tinha com o que se preocupar, que ele "avia el

---

<sup>330</sup> AYALA, Pero López de. *Crónicas*. MARTIN, José-Luis de (Ed.). Barcelona: Editorial Planeta, 1991.

<sup>331</sup> CDJ II, cap. CXXII.

Rei de Purtugual por absolto e com elle despemsado compridamemte em todalas couzas que lhe mandara pidir, posto que as letras tam cedo feitas nam fosem".<sup>332</sup>

Antes de serem redigidas as cartas com a dispensa do rei, Urbano VI veio a falecer e coube a seu sucessor enviar as bulas a D. João. Na bula papal enviada por Bonifácio IX, esse Papa concedeu a dispensa ao rei em todos os seus pedidos feitos, do seu problema de nascimento, a relação com a Ordem de Avis, a seu matrimônio, e seus filhos, e legitimou seu direito ao trono português. Os embaixadores enviados pelo monarca à Roma, retornaram com as cartas papais e, a mando de D. João, publicaram na Catedral da cidade, fazendo a leitura da bula para o público no "coração do reino", a cidade de Lisboa, nos dizeres do cronista. Na primeira bula<sup>333</sup>, o Papa reforça que todas as súplicas de D. João I já haviam sido atendidas por seu predecessor, que havia concedido a dispensa para suas demandas, e registra ainda os eventos que levaram à aclamação do rei, e seus serviços prestados a cúria romana no combate aos castelhanos seguidores de Avinhão.<sup>334</sup> Assim, o pontífice reforçou que o monarca e a Rainha Dona Filipa estavam "sem embarguo dempedimemento quoall quer de paremtesco ou das couzas suso ditas, liçitamente podesse ficar no dito casamento, e a jeraçaom ja concebida, ou que de tall matrimonio nacese, per autoridade apostolica declarase ser legitima".<sup>335</sup>

Na segunda bula<sup>336</sup>, o Papa reforça as dispensas concedidas ao rei e a rainha, legitimando a nova dinastia:

Te absolvemos e livramos de toda a obrigaçaoem e leguamento de voto de obediencia, castidade e pobreza, e da profisão e avservamcia reguollar em que a dita Hordem per quall quer modo teudo e obriguado ffozes, posto que de guardar todos ou cada huū delles juramento fizesses [...] Te legitimamos e restituimos a legitimo nacimēto e te abilitamos, despemsamdo comtigo que nā embarguādo as ditas coussas e o ffalimento de tua nacemça, semdo geerado do dito Rei dom pedro e de hūa molher que per matrimonio nā era a elle conjunta, posto que ese teu padre e madre cada huū fosse casado no tempo de concebimēto e naçemca. [...] e tu posas teer e posuir os ditos regnnos e dignidade e nome e homrra de Rei, e de novo posas seer emlegido a quaes quer outros regnos e dignidades, homrras, senhorios, e os posas acceptar e ē elles comsemtir e tomar e posuir e trespassar a teus erdeiros lidimos descendentes, asi nados como por nacer, e outros colateraēes e quoaes quer estranhos per testamemto ou ab imtestado, e que posas viver e estar no dito casamento feito com esa Rainha Fellipa.<sup>337</sup>

<sup>332</sup> *Bula Papal de Bononifácio IX à D. João I.* In: LOPES, Fernão. CDJ II, cap. CXXIII, p. 272.

<sup>333</sup> *Bula Papal de Bononifácio IX à D. João I.* In: LOPES, Fernão. CDJ II, cap. CXXIV, pp. 274 - 277.

<sup>334</sup> Idem, cap. CXXIV, pp. 274 - 277.

<sup>335</sup> Idem, cap. CXXIV, pp. 274 - 277.

<sup>336</sup> Ibidem, cap. CXXV, pp. 277 - 281.

<sup>337</sup> Ibidem, cap. CXXV, p. 280.

Com a dispensa papal concedida ao casal régio, as narrativas apontam que a rainha viria a ter um grande protagonismo político na Corte de seu marido. Os cronistas registraram diversos momentos em que D. João I se apoiou na ajuda da esposa para tomar importantes decisões em questões diplomáticas e em momentos políticos de suma importância para o reino. A consorte régia acompanhava seu marido nas viagens, em acampamentos e campanhas militares, celebrações e comemorações em convívio público. Enquanto tomava a decisão se deveria ou não mandar uma expedição a Ceuta, D. João afirmou que sua ação só aconteceria caso tivesse a aprovação da Rainha, como percebemos nesse registro de Zurara

El Rey comsijrou sobre todo per alguū pequeno espaço de dias, e depois que todo teue bem consijrado, fallou com seus filhos em esta guisa. Comsijrey aacerqua de nossos feitos começados, e acho que pera sse bem poderem emxucutar, tenho dous muy gramdes impedimentos. O primeiro he a Rainha minha sobre todos mujo preçada e amada molher, a quall por que sse ella em este feito nom da comssemimento, nehuū dos do pouco nem ajnda dos outros mayores, numca poram maão em este feito com nehuña fiuza nem esforço.<sup>338</sup>

Como notamos nesse trecho da crônica, o monarca dava a sua esposa uma grande relevância nas suas decisões, tanto que é a ela a quem atribui seu "primeiro impedimento" para definir o futuro da expedição em Marrocos. Essa questão tem maior valor se levarmos em conta que o segundo impedimento mencionado por D. João seria o conselho e suporte do Condestável, D. Nuno Álvares Pereira,<sup>339</sup> quem como vimos anteriormente, sua opinião, especialmente relacionada as questões bélicas, era muito valorizada pelo rei.

O principal papel político da rainha na Corte de Avis era por "dever e missão ser cabeça do séquito feminino de donas e donzelas que a frequentavam".<sup>340</sup> Dona Filipa deveria ser o exemplo a ser seguido, em comportamento e valores. O seu papel era o de ser "senhora, mãe e educadora", modelando as práticas e normas de condutas das jovens donzelas do reino. Por influência dela, eram interiorizados nas damas os princípios e morais cristãos, recebiam cultura e conhecimento por meio das reuniões e leituras. O seu protagonismo com o séquito feminino na corte seria o pólo reproduutor das "condutas morais, aristocráticas e cultas que revitalizariam o Reino, fidelizando os súbditos ao poder, cada vez mais encenado e ritualizado, do seu rei e senhor".<sup>341</sup>

---

<sup>338</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. CTC, cap. XIX, p. 60.

<sup>339</sup> CTC, cap. XIX, p. 60.

<sup>340</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 51.

<sup>341</sup> Idem.

Dona Filipa trouxe para Portugal alguns hábitos que aprendeu na corte dos Lencastre, e na Casa da Rainha, formou uma espécie de corte própria e autônoma, tendo a monarca como chefe administrativa e política. Na cerimônia matrimonial, D. João instituiu a Casa da Rainha, concedendo a ela rendimentos e oficiais, dispendo de oficialato e criadagem que deveria prover as necessidades públicas e privadas de sua senhora. Neste local, a soberana recebia seus súditos e vassalos nas salas dos paços, locais de audiência e para a vida pública. Na sua Casa, Dona Filipa "deveria ser ainda a suserana de terras e homens, que estavam sob seu domínio, e a dirigente de um corpo de oficiais públicos e domésticos, que a serviam".<sup>342</sup>

Com a imagem de rainha culta e letrada, controlava as atas que saíam da sua chancelaria.<sup>343</sup> Nas suas terras, ela iniciou a prática em que obrigava os conselhos a registrar os privilégios e cartas endereçadas a ela de súditos e monarcas, sendo assim possível "avaliar, pelas missivas que emitiu, muito do seu afã em manter uma boa administração do seu patrimônio e em delimitar a sua esfera de actuação da dos funcionários régios".<sup>344</sup>

Apesar de que desde quando chegou a Portugal a rainha nunca ter voltado à sua terra natal, Dona Filipa manteve um grande contato com seus parentes por via de cartas, muitas com conteúdos políticos buscando bons acordos para o reino português, como as cartas enviadas ao rei inglês Ricardo II, seu primo, e o contato que mantinha com seu irmão, Henrique IV. Mediante a sua forte atuação na aliança anglo-lusa, a monarca seria a grande responsável pela realização do casamento de Dona Beatriz, filha de D. João I antes do matrimônio, quando ainda era Mestre de Avis, com o Conde de Arundel. A rainha na sua corte também se rodeou de ingleses, sendo responsável por manter uma estreita relação entre Portugal e Inglaterra, constituindo numa forte marca da influência inglesa na corte portuguesa. Notamos também a influência que sua terra natal representava para Dona Filipa na escolha dos nomes que deu a seus filhos ao batizá-los com nomes da família.

Dona Filipa cumpriu um dos mais importantes papéis atribuídos à uma rainha: gerou vários herdeiros e assim garantiu a continuidade da nova dinastia. A soberana foi "um caso singular de mulher fértil em tempos medievais. Casada aos 27 anos de idade, manteve a sua capacidade de conceber até aos 42 anos de idade".<sup>345</sup> Nos quinze anos de fertilidade ativa, engravidou com intervalos de apenas um ano entre os partos, e após atingir a idade de 34 anos, esse prazo mudou para entre 2 e 3 anos, dando à luz a oito filhos. A rainha "conheceu todas as agruras e alegrias da maternidade. Teve um aborto, assistiu à morte de uma filha e de

<sup>342</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 52.

<sup>343</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>344</sup> SILVA, Manuela dos Santos. *op. cit.*, 2007, p. 253.

<sup>345</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010a, p. 64.

um filho, ainda crianças, enfrentou uma gravidez de risco, estando às portas da morte na ocasião do nascimento do seu último filho.<sup>346</sup> Além do aborto que sofreu na primeira gestação, morreram ainda criança os Infantes Dona Branca e D. Afonso, que era então o Príncipe herdeiro. Mas com os filhos também vieram muitas alegrias, por terem nascido e sobrevivido cinco varões, Duarte (que sucederia o pai como rei), Pedro, Henrique, João e Fernando, garantindo a herança do trono português. Ela gerou ainda uma filha mulher, Isabel, que após a sua morte, a substituiu desempenhando o seu papel político e social.<sup>347</sup>

No discurso cronístico, os infantes de Avis "sairam todos taees e tam bôos, que de nenhū rei que da Espanha nem mais alomguada terra fose se lê que semelhantes filhos ouvese"<sup>348</sup>, e que como mandavam as leis humanas e divinas (se referindo também aos dez mandamentos bíblicos), os filhos deveriam honrar e obedecer seus pais, e os filhos "deste nobre Rei imteiramente tem tall louvor, caa todos lhe foram sempre tam obidiemtes, asy solteiros como casados, que nenhū estaado nem crecimento de homrra os pode mudar".<sup>349</sup> Sabe-se que essa ampla obediência deixada nos registros de Lopes não era algo literal, pois o infante D. Pedro, por exemplo, teve alguns desentendimentos com seu pai por acreditar que esse não lhe dava o protagonismo que achava merecer, além das disputas que mais tarde teve com seus irmãos e seu sobrinho D. Afonso V (1438 - 1481), depois de assumir a regência do reino quando D. Duarte faleceu. Mas a questão que nos importa aqui é o discurso construído pelos cronistas Fernão Lopes e Gomes Zurara sobre a descendência perfeita e o ideal de família real idealizado na Casa de Avis.

Apesar dos infantes possuírem suas amas e aios, era Dona Filipa a principal responsável pela educação dos príncipes. Todo o aprendizado, experiência e maturidade adquirida enquanto primogênita do Duque de Lencastre seriam utilizados pela dama nos ensinamentos passados aos filhos. Na Corte de seu pai, como vimos anteriormente, D. Filipa foi educada em um ambiente de grande atuação cultural, política e também religiosa. Essa formação contribuiu para a instituição de uma "família real devota, virtuosa e unida, mas simultaneamente cortesã e culta".<sup>350</sup> A Rainha teria também transmitido aos filhos "os valores cavaleirescos dos seus antepassados e de os afeiçoar a certos usos e costumes ingleses".<sup>351</sup>

A rainha não estendia seus ensinamentos apenas aos filhos, como também educou e protegeu seus enteados, D. Afonso e Dona Beatriz, filhos de D. João anteriormente ao

<sup>346</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010a, p. 64.

<sup>347</sup> Idem.

<sup>348</sup> CDJ II, cap. CXLVII, p. 320.

<sup>349</sup> CDJ II, cap. CXLVII, p. 321.

<sup>350</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. Filipa...*, 2011, p. 41.

<sup>351</sup> Idem.

matrimônio, quando ainda era Mestre de Avis, com uma senhora chamada Inês Peres. Na Corte de seu pai, Dona Filipa teria aprendido a conviver e lidar com essa situação, já que após a morte de sua mãe, seu pai se casou novamente, fora os relacionamentos extra-conjugais que resultaram em meio-irmãos que faziam parte do convívio da rainha. D. Afonso faria companhia ao pai em seu conselho e em questões bélicas, tendo sido armado cavaleiro pelo rei. Após o seu casamento com Dona Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira, deu origem a Casa de Bragança. Coube a ele um grande protagonismo político no reinado de seu pai, de seu irmão D. Duarte e depois de seu sobrinho D. Afonso V. À enteada Dona Beatriz, coube os cuidados da Rainha. A monarca a educou nos "moldes ingleses" e tornou-se responsável pelo seu casamento com Thomas Fitzalan, Conde de Arundel, apoiador dos Lencastre e vassalo do irmão de Dona Filipa, o Rei Henrique IV, numa tentativa de fortalecer a aliança com os ingleses.

Para além da sua atuação na corte régia, os cronistas construíram uma memória idealizadora, quase uma "santificação" da rainha.<sup>352</sup> Dentro dessa perspectiva, Fernão Lopes dedicou o capítulo 97 do segundo volume da sua *Crónica de D. João I* para narrar os costumes e bondades da Rainha Dona Filipa.<sup>353</sup> Como escreveu o cronista, essa dama era filha de pais nobres, assim como infanta, era louvada de todas as bondades que pertencem a uma mulher de alto lugar, e essa virtude aumentou depois de casada e colocada em real dignidade, e teria Deus concedido um marido tão digno e a sua altura, no qual juntos tiveram uma "formosa geraçāo de bemaventurados filhos". Essa bem-aventurada rainha desde sua infância era devota e exímia nos ofícios divinos, e assim continuou depois que teve Casa. Sua religiosidade provinha do costume de Salisbury, sempre rezando em horas canônicas, ensinando as pessoas de seu convívio, tendo como hábito rezar o saltério nas sextas-feiras, sem que nada a pudesse interromper, inclusive quando estava doente ou "constrangida por parto", haviam clérigos que rezavam a sua parte por ela, no qual ouvia devotamente e prestando o máximo de atenção.

A Senhora era também atenciosa e caridosa para com os pobres e necessitados, sempre concedendo esmolas e doações às igrejas e mosteiros. Dona Filipa "amou bem e fielmente a seu [muy] nobre marido, temdo gram semtido de numca o anojar, e da boa emsinamça e criaçaom de seus filhos".<sup>354</sup> A Rainha não fazia nada por ódio ou rancor, mas todas as suas obras seriam feitas por amor de Deus e do próximo, e todos que permaneciam

<sup>352</sup> SILVA, Manuela Santos. A construção coeva da imagem de Filipa de Lencastre como uma "santa rainha" In: *Representações do mito na História e na Literatura*. Évora: Universidade de Évora. 2014, pp.137-147.

<sup>353</sup> CDJ II, cap. XCVII, pp. 225 - 226.

<sup>354</sup> Ibidem, cap. XCVII, p. 226.

em seu convívio eram agraciados com seu modo simples de conversar, sem "ufania da sua dignidade real". Fernão Lopes descrevia uma concepção de modelo de consorte régia perfeita, que em seus "perfeitos costumes", seria de grande exemplo a ser ensinado para todas as mulheres do reino, independente de que grupo social pertencessem.<sup>355</sup> Podemos observar também na descrição das virtudes de Dona Filipa, que o cronista coloca as suas qualidades em oposto aos defeitos da "grande vilã" do primeiro volume dessa obra, a Rainha Dona Leonor Teles<sup>356</sup>, como vimos anteriormente, suas ações, nos dizeres do cronista, quase levaram Portugal a perdição. Desse modo, a segunda representaria o antímodelo de consorte régia, enquanto Dona Filipa seria a rainha "perfeita".<sup>357</sup>

A imagem da soberana seria também associada a dois eventos considerados milagrosos, pelos cronistas que o registraram, e é provável que assim também foi entendido por aqueles que os vivenciaram. O primeiro desses eventos aconteceu nos finais da expedição do Duque de Lancastre em Castela, no ano de 1387. D. João retornava à Portugal, no caminho de Porto à Coimbra, quando partia para ver sua esposa, adoeceu gravemente de "grande dor de quentura", provavelmente de "alguma febre infecciosa provocada pelos calores estivais".<sup>358</sup> Acompanhada de seu pai, Dona Filipa que estava grávida, partiu para o local onde seu marido se encontrava. Ao chegarem ao local, viram o rei tão debilitado que ficaram "nojados e tristes, espacialmête a Rainha", que ali permaneceu dias em aflição ao lado de seu marido, temendo por sua vida, "vigiando, chorando, e rezando a Deus e a sua Mãe, Mestra da Misericórdia".<sup>359</sup> Tamanho era seu sofrimento, considerando-se uma mulher "mal-aventurada", e perto de ficar viúva, que Dona Filipa acabou por abortar, e ali falecia o primeiro herdeiro do casal real. A preocupação era grande entre os portugueses, que em meio a guerra com Castela, num eventual falecimento do monarca, e não havendo herdeiros, seria fatal para Portugal. Conforme Lopes, D. João chamou o Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, e mandou fazer seu testamento. A situação preocupava a todos os deixando sem esperança, e tudo que falavam era de seu temor de "como Portuguall per sua morte de todo ponto era perdido".<sup>360</sup> Quando parecia que D. João não sobreviveria a febre, o maravilhoso é novamene evocado na narrativa do cronista, como um "milagre", as preces da rainha eram atendidas,

---

<sup>355</sup> CDJ II, cap. XCVII, p. 226.

<sup>356</sup> SILVA, Manuela. *op. cit.*, 2014, p. 137.

<sup>357</sup> Idem, p. 137.

<sup>358</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 136.

<sup>359</sup> Idem, p. 136.

<sup>360</sup> CDJ II, cap. CXV, p. 257.

Senam tornavase ao mui alto Deos e a sua preciosa Madre, roduamdo ameude em suuas devotas orações que se quisesse amercear do seu desemparo, e asy como Mestra da Mesericordia provese de saude ao seu desejado marido, aa quall aprouve por sua merce inpetrar tamta graça do seu Bemto filho que el Rei começoou de convalecer e melhorar pera saude, cousa que nam foi em menos comta theuda como se resuscitara da morte a vida.<sup>361</sup>

Outro acontecimento "milagroso" relacionado a imagem de Dona Filipa foi o nascimento do último descendente do casal real, o infante D. Fernando, em 1402. A rainha engravidou novamente aos 41 anos de idade, fase da vida, especialmente na Idade Média, em que eram grandes os riscos de morte na gravidez para a mulher. Em junho de 1402, a rainha encontrava-se "enferma de febre e fraca", indo viver em Santarém. Os físicos, tentando evitar a morte dela, aconselhavam o aborto, tendo o próprio rei oferecido para lhe ministrar o xarope, mas Dona Filipa se recusou a tomar, dizendo que não se tornaria homicida da própria carne<sup>362</sup> e se dispondo a morrer, se fosse por vontade divina, e assim salvasse a vida de seu filho. A rainha se entregou em oração e mandou que buscasse a relíquia do Santo Lenho na Igreja do Marmelar, D. João acatou os pedidos de sua esposa, e auxiliou a manifestação de fé dada pela sua consorte no momento. Contrariando as expectativas dos físicos, nasceu no dia 29 de setembro de 1402, D. Fernando, batizado com o nome do rei antecessor e meio-irmão de seu pai. Esse nascimento foi tido como milagroso e "pré-anunciava a sua vida de martírio e santidade".<sup>363</sup>

A influência da rainha na expedição em Ceuta também teria sido idealizada no projeto de legitimação da Casa de Avis. Gomes Zurara dedicou parte da Crónica da Tomada de Ceuta para narrar a influência da consorte de D. João I, não apenas nas decisões do marido, mas no ideal cruzadístico de combate aos infiéis (muçulmanos), e na defesa da Fé Cristã que teria passado aos infantes e como ela incitava o rei e os príncipes a levarem a prática essa questão.<sup>364</sup> Mas a rainha não chegaria a presenciar a tomada de Ceuta por seus filhos e seu marido, doente, acabou falecendo em 18 de Julho de 1415, adiando em algumas semanas a partida do monarca e os infantes para o norte da África. O corpo da Rainha foi sepultado no Mosteiro de Odivelas, e um ano após o ocorrido, teve seus restos mortais trasladados para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a mando de D. João I, que mandara erguer um túmulo conjugal, para que depois da sua morte, se juntasse a sua consorte para o descanso final.<sup>365</sup>

<sup>361</sup> CDJ II, cap. CXV, p. 257.

<sup>362</sup> SILVA, Manuela. *op. cit.*, 2014, p. 142.

<sup>363</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 39

<sup>364</sup> CTC, caps. XIX - XX, XXXVII - XLIII.

<sup>365</sup> Cf. GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV: subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990.

## 2.4 - A Conquista de Ceuta (1415): a legitimação dos Infantes de Avis

As décadas envolvidas na guerra contra Castela entre o final do século XIV e começo do XV, trouxeram muitos prejuízos para os portugueses, tanto economicamente quanto no meio social. Apesar de D. João I ter saído como vencedor e conseguir reverter o quadro inicial da guerra, levando o conflito para dentro do reino castelhano, muitas foram as perdas humanas e os gastos nas batalhas, e quando veio a paz em 1411 os homens que lutaram e sobreviveram precisavam ser reintegrados às suas atividades. A nobreza se beneficiou com os espólios, acrescentando-se de bens, jurisdições e rendimentos como recompensa por seu serviço, mas sem a guerra, ficava desguarnecida de objetivos e da busca pela fama. Com o conflito, moviam-se gastos com armamentos e abastecimento, que depois estagnaram, de tal forma que levavam a grandes tributos e desvalorização monetária.

Em tempos de estabilidade, pelo menos no que se diz respeito aos conflitos com o reino vizinho, qual seria a solução para resolver essa crise? Seria difícil conseguir revertê-la apenas com os provimentos do reino, pois suas riquezas encontravam-se escassas, assim como as terras para conceder aos vassalos e pagar por serviços prestados. Não havia metais suficientes para cunhar moeda e a baixa produção de cereais obrigava a realização de grande importação para suprir as necessidades alimentícias do povo. Era necessária uma solução para o problema que unisse os grupos sociais do Reino da mesma forma que ocorreu na luta contra os castelhanos.<sup>366</sup> O rei e os infantes apostariam na saída pelo mar, rumo ao Norte da África, que resultaria na conquista de Ceuta, em agosto de 1415.

A historiografia moderna, principalmente a do século XX, interpretou o contexto da tomada de Ceuta por várias vertentes, que foram em torno das explicações econômicas, sociais, ideológicas e religiosas. Os historiadores buscaram explicações para a saída lusitana por mar em direção à África na análise militar do conflito entre os portugueses e os muçulmanos da cidade, na importância do infante D. Henrique na empresa, além dos interesses comerciais que envolveram a expedição.<sup>367</sup> Entre as abordagens feitas sobre esse evento histórico, muitos a fizeram baseando-se em uma leitura de ruptura entre o período medieval e a Idade Moderna, considerando a conquista portuguesa como marco inicial do que

---

<sup>366</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 227.

<sup>367</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Tomada de Ceuta: uma Batalha em fim de época. p. 157 - 195. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes (Org.). *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 160.

viria ser o período das "grandes navegações" e as conquistas europeias em África e posteriormente na América.<sup>368</sup>

Outra forte interpretação da motivação pela expedição em Ceuta viria das necessidades que envolviam as relações régio-nobiliárquicas. D. João, ao se deparar com sucessivas exigências da nobreza que o apoiou na Crise Dinástica (1383 - 1385), que se sentia no direito de exigir terras e outros bens em troca dos serviços prestados, teria que encontrar uma solução para agradar seus vassalos, e assim garantir o apoio necessário desses grupos aristocráticos que eram fundamentais à monarquia.<sup>369</sup> Outra explicação focava na análise de um sentimento cruzadístico que ainda permanecia na Europa quattrocentista, e viam nessa perspectiva as motivações do combate ao infiel no Marrocos.<sup>370</sup> Já outros historiadores, marxistas<sup>371</sup> ou que partiam de um viés economicista, interpretaram o acontecimento histórico como fruto da necessidade econômica, em que a nobreza é tirada de fora do contexto, e seria manipulada por ideais econômicos estabelecidos pela influência de grupos mercadores sobre o monarca, entendendo a conquista de Ceuta como uma "antevisão reduzida dos processos comerciais ultramarinos iniciados no século XVI".<sup>372</sup>

Em relação às fontes documentais sobre a conquista de Ceuta, talvez o mais importante registro e que tem sido exaustivamente analisado pelos historiadores é a *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rey D. João I* de Gomes Eanes de Zurara. O cronista nasceu por volta de 1410, filho de João Eanes de Zurara, que era cônego das Sés de Coimbra e Évora. Zurara chegou jovem a corte, por influência de seu pai, e foi indicado pelo Rei D. Afonso V para auxiliar Fernão Lopes no cartório e na livraria da corte, onde ocupou os cargos de Guarda-conservador da Livraria Real e, depois da morte de Lopes, o substituiu como Guarda-mor da Torre do Tombo.<sup>373</sup> Apesar da influência que Lopes provavelmente exerceu sobre o seu sucessor, a escrita e as fontes utilizadas pelos cronistas têm características diferentes. Enquanto Lopes buscou dados em arquivos pelo reino, Zurara teria privilegiado o depoimento. Mesmo sem participar do evento, e da época em que escreveu a crônica, por volta de 1450, restarem poucos sobreviventes que serviriam como testemunhas confiáveis<sup>374</sup>, o cronista teve como sua principal fonte os relatos do infante D. Henrique, o que explica o

<sup>368</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *op. cit.*, p. 161.

<sup>369</sup> MORENO, Humberto Baquero. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. História. *Revista da Faculdade de Letras*, n. 4, 1987. p. 103.

<sup>370</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *op. cit.*, p. 163.

<sup>371</sup> Cf. SÉRGIO, Antônio. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

<sup>372</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *op. cit.*, p. 164.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>374</sup> Essas testemunhas para o cronista e a luz da época seriam obviamente pessoas de alto segmentos sociais e religiosos. No caso de Zurara, sua principal testemunha seria o Infante D. Henrique.

porquê do infante ter um grande papel na crônica, sendo provavelmente o principal personagem da narrativa.<sup>375</sup> Sobre a escrita de Zurara, entendemos que o cronista não podia se desvincular dos planos do seu encomendante, apoiado em uma sociedade nobiliárquica e inserido nos debates acerca da política ultramarina e de conquista territorial. Desse modo, D. Henrique aparece como o incentivador da política de conquista, tornando-se uma personagem central na crônica. D. Pedro é quase omitido da narrativa<sup>376</sup> e em certos momentos quase denegrido, enquanto D. Duarte, herdeiro do trono, é várias vezes apresentado como um dos líderes das operações. Outros personagens importantes, como D. Afonso, Conde de Barcelos, e o Condestável pouco aparecem. Já D. João I "mais prepara do que age militarmente, no retrato de Zurara. O povo desenha-se como muito temeroso, só pensando no saque, que teria atingido enorme dimensão, enquanto se elogiam os feitos da nobreza".<sup>377</sup>

Os primeiros capítulos da narrativa do cronista consistem em descrever a paz com Castela, e feito isso, da necessidade de resolver os problemas internos do reino e como essa solução se encontraria no além-mar. O monarca de Avis e seus conselheiros tinham a noção que o empreendimento contra os seguidores de Alá já havia dado bons frutos a Portugal no passado, inclusive na formação do próprio reino. Uma nova investida nesse segmento poderia resultar naquilo que objetivavam.<sup>378</sup> Os muçulmanos àquela altura ainda continuavam na Península Ibérica, tendo domínio de terras, como o Reino de Granada. D. João a princípio teria pensado em apontar armas contra esse povo, e tomada essa terra, Portugal teria fácil acesso ao mar no sul da península e tomaria o controle dos inimigos, garantindo a circulação de cristãos, o que dinamizaria o comércio e faria crescer a riqueza na região.<sup>379</sup>

Por antigos acordos firmados entre os reinos peninsulares, a questão da Reconquista seria por direito empresa de Castela. Conforme Zurara, D. João consultou o reino vizinho sobre a possibilidade de realizar a sua vontade sobre Granada, mas não obteve a autorização do infante D. Fernando de Aragão, que no momento era Regente de Castela ao lado da cunhada, a Rainha Dona Catarina, pois o herdeiro do trono, Juan II, ainda era criança a época. D. Fernando afirmava manter tréguas com o reino muçulmano, devido aos problemas

<sup>375</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. op. cit.*, 2008, p. 244.

<sup>376</sup> O período da elaboração da crônica ocorreu poucos anos depois do fim da regência do infante D. Pedro e da guerra civil contra o seu sobrinho D. Afonso V. O que traria a imagem do Infante uma espécie de "memória maldita", sendo assim ignorado na narrativa de Zurara. Sobre essa questão, discutiremos adiante.

<sup>377</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 244.

<sup>378</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>379</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 228.

internos vividos pelo reino castelhano, além de suas pretensões em Aragão, o que não permitiria arrumar complicações em Granada.<sup>380</sup>

Apesar da frustração na intenção do monarca em levar guerra aos muçulmanos de Granada, D. João não desistiria da empresa. Antes de consultar os castelhanos sobre essa possibilidade, o monarca organizou uma grande festa em Lisboa com o objetivo de armar seus filhos cavaleiros.<sup>381</sup> O rei teria ordenado que houvesse festas por todo o reino, e que fossem convidados fidalgos, pessoas comuns, gentes de tenra idade de todos os reinos da cristandade, que se seguissem torneios, banquetes e jogos para celebrar a cerimônia que desejava realizar. O monarca teria afirmado ainda que daria grandes dádivas, principalmente àqueles estrangeiros que "a grandeza e doçura dos benefícios que lhes eu assi fezer lhes ponha necessidade de os apregoarem grandemente antre todollos seus amigos, e em fim destas cousas farey meus filhos caualeiros"<sup>382</sup>

É provável que a intenção do rei, diante do contexto político peninsular de paz e ausência de conflitos dignos de armação, era utilizar dessa grande celebração festiva como motivação para realizar sua vontade de armar como cavaleiros os infantes. Assim, a "sua preocupação, pois, parece com o prosseguimento da dinastia, colocando aos infantes condições de prestígio e titulação correspondente."<sup>383</sup> Citando o exemplo de D. Afonso, Conde de Barcelos, e filho do monarca anterior ao matrimônio com D. Filipa, que foi armado cavaleiro na luta contra os castelhanos pelo seu pai, o cronista narrou que os infantes desejavam serem feitos cavaleiros de forma honrada, em conflito, como o fora com seu irmão mais velho. Os filhos teriam afirmado, de acordo com o cronista, que deveriam falar ao rei "nosso senhor e padre, e digamoslhe que ordene alguña causa em que possamos fazer de nossas homrras, onde nos elle possa fazer caualeiros, como pertence aa grandeza de seu estado e a exçellencia de nosso sangue".<sup>384</sup>

A argumentação dos príncipes em favor da partida para Ceuta aparece no capítulo 9 da crônica. Conforme Zurara, a ideia da expedição seria de autoria do vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer, que teria tomado conhecimento de Ceuta, que "em terra dAffriqua que he muy notauel cidade", informado por um criado que lá havia mandado para resgatar cativos que essa era "muy grande çidade rriqua e muy fermosa, e como de todallas partes a

---

<sup>380</sup> CTC, cap. VII, p. 23.

<sup>381</sup> CTC, cap. VIII.

<sup>382</sup> CTC, cap. VII, p. 25.

<sup>383</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *op. cit.*, p. 180.

<sup>384</sup> CTC, cap. VIII, p. 25.

cerqua o mar agora huña muy pequena parte por que am sayda pera a terra.<sup>385</sup> Empolgados com as novas trazidas pelo vedor da fazenda, os infantes foram ao pai para tentar convencê-lo a tomar partido pela expedição. Os príncipes argumentaram ao monarca que haviam três grandes motivos pelos quais deveria decidir pela tomada do território marroquino.

O primeiro motivo era o "grande serviço a Deus", que D. João fizera na luta pela paz e defesa de seu Reino, que era mais do que razão para que desse sequência nessa nova empreitada, seguindo a "boña entençam dos bem auenturados rreis dEspanha de cuja linhagem deçendeis per rreal geraçam".<sup>386</sup> O segundo motivo seria a busca por uma trajetória honrada, tendo em vista que Deus teria dado grandes vitórias contra os seus inimigos em busca da defesa de Portugal, os príncipes acreditavam que deveriam tomar um destino parecido com o de seu pai, pois seria vergonhoso "nenhum grande principe que possue nome rreal leixar guerrear seus rreinos que ante nam, oferecesse sy e seu corpo pera defensam delles".<sup>387</sup> Defendiam que deveriam oferecer seus corpos ao serviço de Deus e de tal modo "acrescentar honra", selada com a vitória sobre os inimigos. A terceira razão utilizada pelos infantes foi que pela vontade que o pai tinha de armá-los cavaleiros, isso deveria ser feito de forma mais honrável possível, e que nessa expedição estaria a oportunidade perfeita para fazê-lo.<sup>388</sup>

D. João teria ficado comovido com a "nobreza" demonstrada por seus filhos, mas no discurso de um rei ponderado e que consulta a opinião dos seus súditos, principalmente seu conselho, teria ficado em dúvida sobre a expedição. É provável que a empresa ao norte do continente africano teria partido da iniciativa do monarca, que, por informações secretas, saberia sobre a oportuna fragmentação política muçulmana, e ao discutir a expedição com seu conselho mais privado, escolheu o oficial João Afonso de Alenquer para "a apresentar, a partir daí se construindo toda a encenação adequada para a pôr em marcha, repetindo-se os *topoi* da ponderação e do conselho de um rei sábio e justo".<sup>389</sup>

Antes de decidir sobre a expedição, D. João queria ter a certeza de que esse feito poderia ser tomado como serviço de Deus.<sup>390</sup> Para isso, o monarca reuniu um conselho formado por clérigos e letRADOS, com a presença de seus confessores, Frei João de Xira e o doutor Frei Vasco Pereira, além de notáveis da cidade de Lisboa, em geral, homens que garantiram fidelidade ao rei. Partindo dos próprios argumentos utilizados anteriormente pelos

<sup>385</sup> CTC, cap. IX, p. 27.

<sup>386</sup> CTC, cap. IX, p. 29.

<sup>387</sup> CTC, cap. IX, p. 29.

<sup>388</sup> CTC, cap. IX, p. 29.

<sup>389</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 229.

<sup>390</sup> CTC, cap. X.

infantes, D. João falou ao conselho os motivos pelos quais acreditava ser justo e necessário levar guerra aos muçulmanos de Ceuta, sempre apoiando-se no discurso da providência divina. Os letrados, recorrendo a história, argumentaram que o serviço de Deus já havia sido demonstrado nas várias batalhas entre os reis passados e os muçulmanos, reforçando como exemplo o Rei D. Afonso Henriques, e que assim lhe haviam sido assegurados o próprio Reino de Portugal, como também posses de terras e a expansão da fé cristã.<sup>391</sup> Portanto, disseram ao seu Senhor que

nom auemos por que acreçemtar mais soma de pallauras, abasta que nos que aqui somos presemtes per autoridade da samta escpritura, assy como homeēs que ssem nosso mereçimento teemos graaao na sacra theollesia, determinamos que uossa mercee pode mouer guerra comtra quaaesquer jmtiees assy muros como gemtios, ou quaaesquer outros que per alguū modo negarem alguū dos arijgos da samta ffe catholica, per cujo trabalho mereçerees gramde gallardom do nosso Senhor Deos pera a uossa alma.<sup>392</sup>

Decidido a expedição, deveriam então planejar como a fariam. Nas primeiras conversas definiram os preparativos para a empresa, e que a princípio essa seria mantida em segredo. No planejamento, estavam questões como a distância a ser percorrida, a frota e armada a ser mobilizada, quais seriam as vantagens e desvantagens, e como ficaria a defesa do reino, que mesmo com a paz tratada com os castelhanos, ainda haviam riscos de investidas de Castela. Na proposta dos infantes, o financiamento da expedição viria de mercadores portugueses e de outros reinos, que se interessariam nas futuras vantagens que poderiam usufruir pelo comércio marítimo em uma eventual conquista por parte dos lusitanos.

D. João aproveitaria também a expedição como o melhor meio para a nobreza "exercitar as forças", para que essa não utilizasse de seu espírito bélico, nesse tempo sem guerra, em situações que poderiam ameaçar a paz com os castelhanos. Assim, a "boa memória do rei de Avis, a justa decisão da conquista de Ceuta estava consumada".<sup>393</sup> Além dos fatores já mencionados, os portugueses precisavam buscar também uma solução para sua limitação geográfica, que os deixavam submetidos em vias terrestres pelos reinos vizinhos da Península Ibérica. A solução estaria na saída pelo mar, e só por ele, "se poderia suportar a terra, firmando a legitimização política do reino face a Castela, prestigiando-o aos olhos da cúria pontifícia e das cortes europeias"<sup>394</sup>, além de viabilizar também as questões econômicas que se agravavam no reino. A expedição a Ceuta ganhava também uma nova motivação:

<sup>391</sup> CTC, cap. X.

<sup>392</sup> CTC, cap. IX, p. 29.

<sup>393</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 231.

<sup>394</sup> Idem.

demonstrar poder frente aos castelhanos, que anos antes reivindicaram a coroa lusitana, e elevaram sua representação perante aos reinos da cristandade e à Igreja.

A empresa de Ceuta seria motivada também em prol da união dos estamentos da sociedade portuguesa por uma mesma causa, assim como teria sido no processo de entronização do Mestre de Avis. O monarca utilizaria-se da possível conquista como mais um símbolo de representação do seu poder e autoridade. Aos infantes, era a garantia da continuidade da dinastia, e da própria legitimização de suas condições, enquanto príncipes e defensores da fé cristã. À nobreza, interessaria uma oportunidade de justificar sua função como *bellatores*, além da busca pela honra, fama, e claro, ganhos com a empresa, em terras, títulos e os espólios da guerra. Aos grupos mercadores, e assim como para a economia do reino, a expedição poderia trazer enormes vantagens: abriria novas rotas comerciais, tiraria o controle dos islâmicos sobre o mar da região e aliviaria as despesas com produção e importação, especialmente de produtos de origem agropecuária. Aos grupos sociais mais humildes, era uma oportunidade para a aventura, para conseguir trabalho, também uma tentativa de melhorar de vida, e esperança de encontrar alimentos em abundância para suprir a fome. Para a Igreja, essa terra dominada pelos "infiéis" traria a oportunidade da evangelização, e aumento de poder da instituição e do clero, levando assim à expansão da Fé Cristã, que traria à "projecção do reino de Portugal ao mais alto nível, junto do papado e da Santa Sé".<sup>395</sup>

Outras fontes documentais, não menos idealizadoras da Casa de Avis como a crônica de Zurara, trariam outras motivações para a empresa portuguesa em terras marroquinas. O Livro do Arauto português<sup>396</sup>, teria sido escrito no ano de 1416, um ano após a conquista de Ceuta, por um autor desconhecido, que sabe-se apenas ser um português do Lamego, como o seu escritor registrou no início da obra. Esse documento, na época de sua elaboração, tratava-se de uma espécie de manual geográfico e político, destinado aos embaixadores de reinos cristãos, para informá-los em suas viagens acerca de costumes sociais e políticos dos locais que visitavam, a fim de evitar mal entendidos e garantir a realização das alianças e tratados políticos nos diversos espaços da Europa.<sup>397</sup>

Nesse arauto, percebemos a evocação de memórias idealizadoras na imagem de D. João na parte em que o autor descreve o rei português, contendo a narrativa de seus feitos, com ênfase nas vitórias sobre os castelhanos, especialmente em Aljubarrota (1385) e a

<sup>395</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 231.

<sup>396</sup> LIVRO dos arautos (De Ministerio Armorum). *Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico*. Aires Augusto Nascimento (ed.). Lisboa: [s.n.], 1977.

<sup>397</sup> ORTA, Daniel. *op. cit.*, 2013, p. 174.

Providência divina concedida ao monarca nas suas empresas. Na obra, o autor descreve que o atual príncipe do reino português é o sereno e invicto senhor D. João, Rei de Portugal e do Algarve. Sendo o primeiro monarca a levar este nome e o décimo rei desde sua fundação do reino, "chamado o de Boa Memória". O autor segue narrando que há mais de trinta anos D. João governava Portugal, onde libertou com "assinalável êxito e milagrosamente", pela força bélica, a maior parte de seu reino que estava a ser ocupado pelos vizinhos castelhanos. Assim, "o rei D. João e os seus, embora poucos, travaram vários combates e derrotaram, por Deus, muitos dos seus inimigos que eram dez vezes mais, a passar".<sup>398</sup> Adiante na obra, temos a narrativa da conquista de Ceuta, em que percebe-se a justificativa que os infiéis seguidores de Maomé em África causavam muitos problemas, danos e destruições em Espanha, além da sua conquista em Granada, e do controle do mediterrâneo e o sério risco que causavam a segurança da Península Ibérica. Partindo dessa premissa, nesse arauto temos uma nova interpretação da motivação da empresa de Ceuta: a defesa da cristandade. A fim de acabar com a ameaça que os muçulmanos do norte africano representavam, o monarca lusitano teria resolvido atacar a cidade marroquina, e quando obteve a vitória, teria comprovado a providência divina em auxílio a suas ações.

Uma outra fonte sobre a Conquista de Ceuta é o *Livro da Guerra de Ceuta*, escrita por Mateus de Pisano<sup>399</sup> em 1460, 45 anos depois do evento narrado e 10 anos após a redação da crônica de Zurara. Oriundo da Península Itálica, esse autor foi convidado pelo infante D. Pedro durante a sua regência do reino português (1439 - 1449) para frequentar a corte e traduzir para o latim os textos das crônicas portuguesas, lá convivendo e trabalhando com os cronistas Fernão Lopes e Gomes Zurara. Nesse documento há grandes semelhanças com o texto de Zurara. No escrito de Pisano, a motivação da expedição viria do fato de D. João ter que lidar com a paz na Ibéria e ao mesmo tempo ter que propiciar aos filhos um conflito bélico que justificaria o armamento de seus filhos em cavaleiros. Ao contrário do registro de Zurara, a atitude de certa forma relutante de D. João na insistência de seus filhos para que levassem adiante aquela empresa não é de precaução, mas de um rei que "tinha o objetivo de guerrear com os muçulmanos e queria testar a vontade dos filhos".<sup>400</sup> Mas ao mesmo tempo, Pisano atribui ao monarca a fala "não sei como possa servir a Deus com lágrima e soluços de pobres"<sup>401</sup>, qual seria a intenção dessa narrativa? Observamos na fala atribuída a D. João I por

<sup>398</sup> LIVRO dos arautos. *op. cit.*, p. 262. Apud ORTA, Daniel. *op. cit.*, 2013, p. 175.

<sup>399</sup> PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta escrito por Mateus de Pisano em 1460*. Organização e tradução de Roberto Correa Pinto. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

<sup>400</sup> ORTA, Daniel. *op. cit.*, 2013, p. 191.

<sup>401</sup> PISANO, Mateus de. *op. cit.*, p. 10. Apud ORTA, Daniel. *op. cit.*, 2013, p. 192

Pisano, uma tentativa de construir uma imagem do rei preocupado com os gastos tributários que essa expedição traria a seus súditos, e assim, apresentar o soberano que se importa com o seu povo, mesmo com vontade de fazer guerra.

Com o objetivo de "fazer o serviço de Deus", demonstrar poder, armar seus filhos cavaleiros e solucionar os problemas econômicos do reino, os próximos anos que seguiriam após decidirem a expedição, seriam de planejamento, no sentido de saber qual seria a melhor forma e a mais prudente maneira de realizá-la. D. João mandou D. Álvaro Camelo e Afonso Furtado, Prior do Hospital e capitão do mar, respectivamente, embarcar uma frota, com objetivo de levar oficiais ao Reino da Sicília para tratar de uma proposta de aliança matrimonial do infante D. Pedro com a sua rainha. Essa expedição acabou por fracassar, pois o interesse da soberana seria em uma união com o herdeiro do trono, D. Duarte. O verdadeiro motivo de tal expedição seria o envio de espiões, camuflados de embaixadores, que na viagem à Sicília, passando por Ceuta, poderiam observar e estudar as estruturas defensivas e geográficas da cidade e da região, para depois facilitar a estratégia militar dos lusitanos.<sup>402</sup>

Em julho de 1415, durante o luto pelo passamento da Rainha Dona Filipa, D. João e seus filhos reuniram conselho para decidir as últimas questões relacionadas à empresa. A parte encabeçada pelos Infantes, pelo Conde de Barcelos e pelo Condestável demandava a partida para Ceuta por serviço de Deus, enquanto a outra parte era contrária, pois argumentava que a morte da monarca, afigida pela peste, e o surto da doença que atingia parte do reino, eram sinais de que, no seu entendimento, havia uma manifestação divina contrária à expedição.<sup>403</sup>

Na reunião final, onde estavam presentes os infantes e os três conselheiros contrários, coube ao monarca dar a última palavra, em uma clara demonstração de suas habilidades no jogo político. D. João refutou aqueles que tomaram a morte da rainha e os demais acontecimentos como "mal sinal", dizendo que os entendia pelo contrário. O rei teria afirmado que era notório que em tamanho feito, eles iriam pelo arrependimento e purgação dos seus pecados, e dando suas almas a Deus de todo coração, fariam penitência pelos erros cometidos (novamente em referência ao sangue cristão derramado na luta contra os castelhanos). Reforçava o monarca que assim, pediam ao Senhor que humildemente os "liure de nossos jmmijgos, e que lhe praza dar gloria a seu nome, exallçamdo a sua samta ffe, quembramtamdo e destroimdo todollos seus comtrayros com a sua propria uirtude".<sup>404</sup>

---

<sup>402</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 232.

<sup>403</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>404</sup> CTC, cap. XLVIII, p. 147.

Caberia aos súditos acatar as ordens de seu senhor. Assim, no dia 25 de julho de 1415, a frota comandada por D. João I e seus filhos partiu de Portugal rumo ao norte africano. Além do monarca, os infantes e o Conde de Barcelos, partiam na empreitada a maior fidalguia portuguesa, além de um rico inglês, que se dispôs ao serviço do soberano lusitano com algo em torno de 5 naus cheias de arqueiros e tripulantes. Em meio a viagem, D. João e seus súditos ainda ouviriam a pregação do Frei João de Xira, que disse a "el Rey nosso senhor uos faer a saber sua entemçom he com a graça do Senhor Deos hir sobre a çidade de Cepta, e trabalhar quamto elle poder, polla tornar aa ffe de nosso Senhor Jesu Christo".<sup>405</sup> Nesta pregação, o Frei anunciaava a missão e o destino que o rei cumpriria em Ceuta, combatendo os infieis, e ainda apresentando para as pessoas presentes uma bula da cruzada, com a promessa que com a expedição, eles teriam absolvidos os seus pecados, além da salvação da alma.<sup>406</sup>

No dia 12 de agosto os portugueses chegavam à costa da cidade africana. Por alguns problemas enfrentados na viagem marítima, parte da frota se perdeu, e na semana seguinte, o monarca teve que aguardar a sua reorganização para dar início aos ataques. Enquanto aguardava que o restante da armada chegasse, o povo de Ceuta, com os portugueses a vista, atacava as suas embarcações com trons (canhões) e tiros de besta, mas devido a tormenta e as más condições climáticas, a visibilidade dos navios se tornava difícil, facilitando a defesa lusitana.

As adversidades encontradas teriam novamente dividido o conselho, tendo muitos cogitado voltar para Portugal. D. João não aceitava desperdiçar os anos de trabalho e os investimentos nessa empresa que tanto prezava, e teria decidido ir à luta contra os mouros em terra. O rei e os infantes planejaram de que forma fariam o desembarque e a investida contra a cidade, que resolveram realizar no dia 21 de agosto. D. Duarte e D. Henrique, que a princípio iriam disfarçados ao local para tomar maior conhecimento, acabaram por decidir logo o ataque, visto que frustrado o plano, começaram a lutar contra os soldados locais. A armada portuguesa, que contaria nessa empresa com em torno de 18.000 homens, invadiu a cidade pela praia, com cerca de quinhentos homens, e aos poucos, mais iam adentrando os muros de Ceuta, e dificultando a ação de defesa, aproveitando-se da fragilidade criada aos inimigos, progrediu com o objetivo de tomar o castelo do soberano da cidade.

Em meio ao conflito, D. João e D. Pedro partiram para a cidade, tendo o rei se refugiado em uma Mesquita. No final do dia, os portugueses tomaram o castelo que Salah ben Salah, o senhor de Ceuta, não conseguindo defendê-lo, acabou por o abandonar. Os

---

<sup>405</sup> CTC, cap. LII, p. 159.

<sup>406</sup> CTC, cap. LIII.

portugueses hastearam a bandeira de Lisboa no castelo, marcando a conquista da cidade<sup>407</sup> e implicando em um gesto de "domínio cristão e português".<sup>408</sup> Os capítulos dedicados a narrativa da luta entre o contingente de Portugal e os mouros são permeados pela construção de uma superioridade cristã em relação a seus inimigos. O líder da cidade em diversos momentos é retratado como alguém covarde, que é incapaz de buscar o apoio divino na defesa de sua cidade, recebendo a punição daqueles que seguiam a "verdadeira" fé.<sup>409</sup>

No dia 25 de agosto, os portugueses confirmavam a sua vitória e tomada de Ceuta em uma cerimônia carregada do simbólico. O rei apropriou-se do espaço do sagrado da cidade, convertendo a mesquita-mor em igreja, onde seria realizada a missa e celebração religiosa de agradecimentos a Deus e a Virgem, na presença de todos, por mais uma grande ajuda que davam ao monarca português. Assim, "nesse lugar sacralizado, D. João I armou solenemente os seus filhos cavaleiros, para depois os infantes e o soberano reproduzirem esse mesmo gesto na fidalguia sua servidora".<sup>410</sup>

Passada a tomada da cidade, era necessário decidir se manteriam ou não a posse dela. O rei, perante seu conselho, afirmou que todos ali sabiam que suas principais razões para ter dado prosseguimento a empresa de Ceuta, foram armar seus filhos cavaleiros e fazer o serviço de Deus. O primeiro argumento utilizado pelo monarca para justificar que deveriam manter a posse do território é que numa eventual partida, os mouros poderiam retomá-la, o que mancharia a honra e memória da conquista, além daqueles que deram sua vida para conquistar o lugar em serviço da fé cristã. Em segundo lugar, mantendo Ceuta, poderiam motivar outros príncipes da cristandade a tomarem iniciativas de expansão naquela região, e consequentemente também aos sucessores do monarca. O terceiro motivo defendido por D. João seria que lá encontraria o lugar para a nobreza portuguesa exercitar a sua "força bélica", evitando conflitos com os reinos cristãos, pois seria "melhor estaram aqui fazendo serviço a Deos, e cumprindo sua justiça, que sse hirem pollas terras estranhas e desnaturaremse para todo sempre de sua terra".<sup>411</sup> Na sua quarta razão, D. João ressaltou o que a posse do território significaria para a idealização da sua autoridade régia para que a "memoria de tamanho feito possa durar ante os olhos dos homens, em quanto a Deos prouuer de somseruar a sua

---

<sup>407</sup> CTC, cap. LXXXVI.

<sup>408</sup> ORTA, Daniel. *op. cit.*, 2013, p. 187.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>410</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 242.

<sup>411</sup> CTC, cap. XCVII, p. 259.

obediemcia de sob o poderio dos rrex de Portugall"<sup>412</sup>, além do local servir para aqueles que quisessem, por honra e amor a Deus, mover batalhas contra os "jmmijgos da sua samta ffe".<sup>413</sup>

Parte do conselho era contra e apresentava quase que como unanimidade o argumento de que a manutenção do território traria grandes despesas, e que pela sua distância, seria muito difícil e caro mantê-la e defendê-la.<sup>414</sup> Aqui temos uma divisão entre dois grupos predominantes, aqueles que concordavam com o monarca, os infantes, a nobreza e clerezia, que viam a oportunidade de conseguir privilégios políticos e socioeconômicos, e do outro lado as vozes produtivas, parte dos mercadores que financiaram a expedição, e viam na posse do território mais despesas do que vantagens.<sup>415</sup> Decidido a se apossar da cidade, elegeram aquele que ficaria como fronteiro de Ceuta, alguns nobres recusaram o cargo alegando as dificuldades, como no caso do Condestável por sua idade avançada. O rei então nomeou para ocupar o lugar D. Pedro de Meneses, que manteria sob seu comando uma armada com cerca de 2.500 homens para a defesa da cidade, além de armas, mantimentos e embarcações.<sup>416</sup>

A conquista de Ceuta não trouxe alguns dos benefícios econômicos esperados, principalmente aqueles que resolveriam certos problemas enfrentados pelo reino, apesar de possibilitar novas rotas comerciais para os mercadores, trouxe mais despesas do que lucros. Mas o principal objetivo do monarca estava concretizado, conseguiu legitimar os seus descendentes pelas armas, eles eram agora os príncipes guerreiros defensores da cristandade. Assim, no dia 2 de setembro a frota regressava a Portugal, recebidos com grande festa pelas ruas de Évora, e dessa vez "toda a comunidade política e social, respeitosa e ordenada nas suas hierarquias, presta honra e louvor não apenas ao seu rei e senhor, mas também à sua prestigiada descendência".<sup>417</sup> Antes da chegada nessa cidade, D. João consagrou os infantes: à D. Duarte, teria dito que não havia mais honra a acrescentar, como primeiro filho, era mais que digno herdeiro e seu sucessor no trono, e assim elevou também D. Pedro a Duque de Coimbra e D. Henrique a Duque de Viseu e Senhor do Covilhã.<sup>418</sup> O monarca ainda agraciaria com títulos e privilégios aqueles do seu conselho e que lutaram a seu serviço na empresa marroquina.<sup>419</sup>

O ideal de D. João teria se estabelecido com a conquista de Ceuta que legitimava o rei e seu reino. A vitória traria a seus filhos a glória que o monarca adquiriu em Aljubarrota.

<sup>412</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. CTC, cap. XCVII, p. 259.

<sup>413</sup> CTC, cap. XCVII, p. 259.

<sup>414</sup> CTC, cap. XCVIII.

<sup>415</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 242.

<sup>416</sup> Ibidem, p. 243.

<sup>417</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010a, p. 71.

<sup>418</sup> CTC, cap. CI, p. 267.

<sup>419</sup> CTC, cap. CII.

Agora, ele se intitulava Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, armou seus filhos cavaleiros no ideal mais nobre a época, em meio a uma guerra santa, se redimia pelo sangue cristão derramado contra os castelhanos por meio do derrame do sangue infiel. Como D. Duarte mandou gravar no epitáfio de seu pai, ele realmente foi o primeiro monarca da *Hispânia* a enfrentar os infiéis em seu território, em África, e vencê-los. A representação de seu poder não se limitava mais aos vizinhos ibéricos, em especial a Castela, mas a partir de então se propagaria pela Europa, sacralizando um rei fundador e a sua descendência. Desse modo, a recém entronizada dinastia "lançava âncoras seguras no reino de Portugal e tomava firmemente o leme da sua governação. Construção de uma memória militar em acto, de um rei e seus filhos, de uma família, a de Avis".<sup>420</sup>

## **2.5 - A governabilidade de D. João I: da centralização à evocação do poder real**

### *2.5.1 - A centralização frente a nobreza*

No reinado de D. João houve uma tentativa de retomada da prática de coroação e sagradação dos reis de Portugal, que, para parte da historiografia portuguesa, já existia na dinastia anterior, mas não aconteceu na eleição do monarca nas Cortes em Coimbra (1385) devido ao "defeito" de bastardia ou por não ser uma prática regular, segundo outras abordagens historiográficas.<sup>421</sup> Na sua eleição, D. João I foi entronizado dentro de uma cerimônia litúrgica, utilizando vestes reais, em um ceremonial de alcantamento e aclamação do rei. Mas, como vimos anteriormente, os eventos que levaram a consagração do monarca e os infantes, como a vitória em Aljubarrota e na conquista de Ceuta, elevaram o projeto da dinastia a patamares mais altos.

No ano de 1428, o infante D. Pedro, estando em Roma, pediu ao Papa Martinho V que concedesse ao seu pai, e seu irmão, herdeiro do trono, o privilégio da coroação. O infante teria conseguido a promessa do papa pela bula *Venit ad presentiam nostram*<sup>422</sup>, de maio de 1428, que concederia ao rei, a D. Duarte e os seus sucessores "a graça, desde que a pedissem, de receberem a coroa real e prestarem os costumados juramentos, o que se traduziria na coroação e unção reais".<sup>423</sup> Por alguns problemas que enfrentaria com a questão da liberdade eclesiástica no reino, D. João não deu prosseguimento a esse pedido. É certo que

<sup>420</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 274.

<sup>421</sup> Ibidem, p. 325.

<sup>422</sup> *Monumenta Henricina*. Vol.III, doc.102, pp. 212 -213.

<sup>423</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 325.

os reis de Avis objetivavam garantir para si a sacralização que os igualaria à grandeza representada pelos sagrados monarcas de França e Inglaterra.

O projeto sacralizador do Rei D. João I passou diretamente pela influência da Igreja e na atuação dos clérigos no reforço e propaganda da sua imagem. Como discutido anteriormente, devido as condições de sua entronização, com o conflito contra os castelhanos e consequentemente ao Papado de Avinhão, D. João se apoiou na Cúria romana, e obviamente saindo como grande vencedor da guerra, obteve mais tarde o retorno pelos serviços prestados ao Pontífice de Roma. Pelo menos do ponto de vista eclesiástico, essa situação beneficiou o rei com um protagonismo de vigilância e intervenção sobre todos os seus súditos.

Na composição do seu governo, D. João estruturou um verdadeiro "círculo clerical palaciano", que consistia numa vasta rede de clientelagem e se atrelava as estruturas clericais locais, ao meio social e político e se estendia até Roma. O monarca tomava para si o controle não apenas do poder régio, mas também do eclesiástico, o que o ajudava na defesa e concertação social de Portugal. Desse modo, a "política joanina face à Igreja apresenta-se, pois, como uma parte integrante da sua concepção e prática de poder".<sup>424</sup>

A vitória que o monarca conseguiu em cima de seus inimigos políticos, que no contexto do Cisma do Ocidente, eram também seus inimigos religiosos, dava ao soberano plenos poderes para exercer suas vontades perante os seus súditos e assim promover as reformas e medidas necessárias para garantir a paz e a ordem no seu reino. D. João, ao vencer os castelhanos, ganhou a aura de defensor da "verdadeira" fé cristã, do Papado de Roma frente os inimigos cismáticos de Avinhão. Posteriormente, tomaria para si também o título de defensor do cristianismo e da cristandade com a tomada de Ceuta e vitória frente os infiéis muçulmanos. Assim, o poder régio joanino sacralizava-se, alcançando as esferas temporais e espirituais.<sup>425</sup>

A relevância conseguida pelo monarca nas suas ações em prol da defesa da fé cristã foi essencial na política centralizadora de D. João, que consistia também em um processo cada vez maior da autoridade do rei sobre o clero e as questões eclesiásticas do reino.<sup>426</sup> Essa relação entre a monarquia e o clero ditou a nova política religiosa implementada pelo soberano, que colocou as pessoas que ocupavam cargos de maior importância na Igreja dentro do seu governo, tornando clérigos membros do seu conselho e seus agentes

---

<sup>424</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 279.

<sup>425</sup> Entendemos que essa concepção seria mais forte após o evento acontecido, dentro das memórias construídas nas narrativas dos cronistas. Porém, ainda durante o seu reinado, o monarca teria ganhado muito prestígio pelo sucesso da expedição a Ceuta, o que lhe traria boa fama perante a cristandade.

<sup>426</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 116.

diplomáticos. Dessa forma, D. João sentiu-se "no dever e direito de proteger ou corrigir a Igreja e os clérigos, em nome do bem comum e do bom ofício do soberano".<sup>427</sup>

Nessa relação de trocas de influências entre o rei e o clero, apesar do crescimento do poder temporal frente ao segundo, a interferência da cúria romana nos negócios internos do reino também se tornava cada vez maior. Essa interferência clerical gerava muitas reclamações do povo nas cortes contra os abusos dos bispos, o que motivou o monarca a tomar ações mais enérgicas contra as liberdades eclesiásticas. Em 8 de Novembro de 1419, D. João promulgou quarenta leis, elaboradas pelo Doutor Diogo Martins<sup>428</sup>, que respondiam às várias queixas dos portugueses contra os abusos clericais e era também resultado de mais uma "significativa afirmação da vontade e poder régios sobre as forças sociais do reino, que as condições de paz interna e a ambiência externa de unidade da Igreja favoreciam".<sup>429</sup> As leis promulgadas por D. João I limitavam as questões econômicas e jurídicas do clero e transferiam as questões temporais para a justiça secular, e deixavam à clereza apenas os cuidados das questões espirituais. Obviamente, essa intervenção do monarca causou um grande mal estar a boa parte do clero português, e a situação se agravou quando, por iniciativa do cabido de Braga, um clérigo chamado João Vasques enviou ao Papa Martinho V, em 1424, um pedido de condenação ao rei alegando que o soberano cometera vários atentados contra os bens eclesiásticos.<sup>430</sup>

No final de 1427, já restabelecida a unidade da Igreja, Martinho V expediu uma bula em que determinava ao clero e ao monarca que nomeassem procuradores para resolverem a questão sobre a ofensa que o rei teria cometido contra os bens do clero português. Prudente, D. João assinou um acordo com os clérigos, o que acalmou os ânimos. As estruturas eclesiásticas já haviam sido modificadas, apesar do acordo, a clereza não conseguiria recuperar todos os seus bens e gozar do grande prestígio político que detinha. No acordo, o rei obteve as suas principais imposições, tendo os clérigos, sem escolha, acabado por acatá-las. A despeito disso, vários membros do clero lusitano, especialmente os confessores régios, ainda gozariam de influência e benesses da coroa, e manteriam grande prestígio nos negócios públicos e demais questões políticas. Essa influência não seria mais baseada em um direito próprio e incontestável, seria feita por intermédio e autorização do rei.

---

<sup>427</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 281.

<sup>428</sup> Diogo Martins foi um Doutor em leis pela Universidade de Bolonha. Atuou como desembargador e embaixador de D. João I ao Concílio de Pisa. Esse jurista teve um papel importante na defesa do monarca em relação as acusações feitas contra ele por parte da clereza.

<sup>429</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 283.

<sup>430</sup> Idem, p. 283.

Desse modo, na "luta com o poder real, o clero foi vencido. Já não impõe; aconselha apenas. E o Rei, soberanamente, resolve e procede".<sup>431</sup>

Os confessores régios obtiveram grande prestígio com a Casa de Avis, principalmente a partir do reinado de seu fundador. O rei escolheu como seus confessores membros de ordens mendicantes, franciscanos e dominicanos, tendo uma forte aproximação com a Ordem de São Domingos, deixando sob os seus cuidados o seu precioso Mosteiro da Batalha.<sup>432</sup> É importante ressaltar que entre os séculos XIII e XV, essas ordens ganharam muito espaço em Portugal, e por diversas vezes eram preferidas pelos reis para dali tirarem seus confessores.<sup>433</sup> Desse modo, os clérigos que serviam o rei, principalmente os confessores, eram, "pelos seus conhecimentos e experiência, os pilares do ceremonial litúrgico e da fundamentação teológica do seu poder".<sup>434</sup>

Apesar de alguns conflitos com o clero que existiram ao longo do seu reinado, coube a essa instituição um importante papel de propaganda do poder de D. João I. Como vimos anteriormente, em diversos momentos de adversidades enfrentadas pelo monarca, como na guerra aos castelhanos e na conquista de Ceuta, havia a presença de membros do clero que em seus sermões ressaltavam a intervenção divina em prol do rei. Ainda no início da crise sucessória de D. Fernando, foi um discurso e uma previsão feita por um frade que teria convencido D. João a assumir a defesa do reino. Depois da vitória em Aljubarrota, o clero seria responsável nas missas por propagar os feitos de seu senhor na batalha, na justificativa de que como Moisés libertou seu povo do Egito, o mestre salvara os portugueses do domínio de Castela. Vimos também essa questão no episódio da conquista de Ceuta, onde religiosos justificavam a missão divina de seu rei no combate ao infiél. Essa representação de defensor da cristandade, que, conforme os cronistas, era atribuída a D. João pelos clérigos, provavelmente era absorvida pelo povo durante as pregações, e contribuía automaticamente para a propaganda do poder do rei frente a seus súditos, sendo um instrumento da construção simbólica da Casa de Avis.

Para a realização da centralização política em seu reinado, D. João buscou nos serviços de clérigos, legistas e letrados, que compunham boa parte de seu conselho, as bases da consolidação do seu governo. Vários desses cargos foram ocupados por homens que o apoiaram quando ainda era Mestre de Avis, durante a Crise Dinástica entre os anos de 1383 e

<sup>431</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 116.

<sup>432</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul Antônio. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha: Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR. 2002.

<sup>433</sup> ROSA, Maria de Lurdes. *op. cit.*, 2010.

<sup>434</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010a, p. 66.

1385. Nessa questão, os incentivos régios aos estudos e as Universidades seriam essenciais nesse programa político, principalmente pela influência do Doutor João das Regras, como principal jurista do reino, na sua atuação como protetor da Universidade, e na execução do plano educacional do governo. Função que após a morte do jurista, caberia depois ao Doutor Gil Martins, e mais tarde a um próprio membro da família real, o infante D. Henrique.<sup>435</sup>

O rei envolveu a Universidade na sua política centralizadora, sabendo da importância da sua máquina burocrática estatal, que contaria com homens especializados em Direito, formação que só poderia vir do nível universitário. Desse modo, aqueles que se beneficiaram do financiamento dos estudos devolveriam o fomento recebido do reino em forma de préstimos jurídicos junto às cortes estrangeiras, na elaboração de tratados, alianças matrimoniais e/ou políticas, além da atuação também em meio a curia pontifícia, defendendo as causas de Portugal.

Além do suporte dos clérigos e letrados, entre a cruz e o saber, o reinado de D. João I também se solidificou pela espada, e empunhando-a, sustentou um reino independente. A política joanina zelou pelos interesses dos juristas e do clero, da mesma forma o fez com os guerreiros e senhores. Nesse projeto global de governo, o rei concedeu diversas graças e favores aos seus aliados preferidos, especialmente aqueles que o auxiliaram nos conflitos contra os castelhanos, ainda que em alguns momentos, entrou em choque de interesses, especialmente nos momentos de afirmação do seu poder, que contrariou alguns senhores.

Como vimos anteriormente, a participação da nobreza na guerra contra Castela rendeu aos senhores grande *status* e mercês concedidas pelo rei em troca de seus serviços. Nessa premissa, D. Nuno Álvares Pereira foi o maior beneficiário, ainda quando foi feito fronteiro do Alentejo, recebeu do monarca um enorme poder, o que já o tornava um senhor de muita influência com a autoridade para fazer nomeações de bens, de dinheiro, interverir nas menagens dos castelos, questões administrativas e da justiça, com certa independência da Coroa. Posteriormente, como agradecimento aos serviços prestados por seu Condestável, D. João concedeu à ele muitas terras, uma boa parte do reino português, como os três condados de Ourém, Barcelos e Arraiolos, além de várias outras vilas e cidades como Braga.<sup>436</sup>

Assim, a relação entre o monarca e seu braço "armado", principalmente nos tempos de paz, viria a ser uma grande representação da política joanina frente à nobreza. Durante a guerra, o rei teve que conceder muitas terras aos nobres que o acompanharam, mas findado os conflitos, precisando resolver questões econômicas que se agravavam no reino, e

<sup>435</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 276.

<sup>436</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 118.

também na própria prática centralizadora, D. João iniciou um ataque às prerrogativas da nobreza, visando a recuperação patrimonial da Coroa.<sup>437</sup> No período de tréguas com os castelhanos, D. Nuno Álvares Pereira concedeu a seus seguidores e companheiros de armas uma parte dos bens e terras que recebeu do rei, e, em contrapartida, estes deveriam prestar serviços militares para ele e o rei quando fossem solicitados.<sup>438</sup> Em suma, essa prática levaria o Condestável a possuir muitos vassalos, o que criou um desconforto com D. João. Pela reforma da organização militar, esse serviço deveria ser prestado e pago diretamente pelo monarca, desaparecendo assim a intermediação por um senhor, o que a ação de D. Nuno parecia tentar retomar.<sup>439</sup>

A doação feita pelo Condestável para seus seguidores também causou um incômodo entre os membros do conselho régio. Cobertos de ódio e inveja<sup>440</sup>, alguns afirmavam que D. Nuno o fazia porque era dono de metade das terras do reino graças às dávidas concedidas pelo rei, chegando a asseverar que D. João, enquanto ainda era Mestre de Avis, havia prometido que pela sua ajuda na defesa de Portugal, se vencessem os castelhanos, partiria o reino com ele.<sup>441</sup> Vale ressaltar que parte dos conselheiros régios não se davam muito bem com o Condestável, inclusive figuras importantes como o Doutor João das Regras, e em certos momentos, o monarca precisava conciliar as diferenças entre o seu "braço armado" e seu "braço jurídico".

Recebendo as reclamações do conselho, D. João buscou uma saída para a solução desse problema que não criasse um agravo na sua relação com D. Nuno, pois além de poder ser tido como uma ação de ingratidão, não seria prudente correr o risco de perder os serviços que o Condestável lhe prestava. Visando uma política de recuperação patrimonial, o rei afirmou a João das Regras e ao Prior que pediria ao Condestável parte de suas terras, em troca de uma indenização, pois já tinha três filhos e a rainha estava grávida, e ainda em idade para gerar mais filhos, precisaria de terras para conceder aos infantes.<sup>442</sup> Com o argumento da necessidade de dotar seus filhos de terras, o rei convocou D. Nuno e outros fidalgos a sua corte para propor a compra das terras. O Condestável não ficou satisfeito com a atitude de seu senhor, reforçando que assim traria problemas para a sua honra, especialmente por ele já ter doad o parte das terras para aqueles que a ele prestaram serviços.<sup>443</sup>

---

<sup>437</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 119.

<sup>438</sup> CDJ II, cap. CLI, p. 331.

<sup>439</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 121.

<sup>440</sup> CDJ II, cap. CLII, pp. 332 - 333.

<sup>441</sup> CDJ II, cap. CLII, pp. 332 - 333.

<sup>442</sup> CDJ II, cap. CLII, p. 333.

<sup>443</sup> CDJ II, cap. CLII, p. 334.

O monarca prosseguiu com a sua intenção e comprou parte das terras de D. Nuno e de outros fidalgos. Insatisfeito, o Condestável mandou reunir fidalgos, senhores e criados que o seguiam e teria dito que a atitude do rei o desonrava, e não suportaria tal condição, preferindo partir do reino e ir tentar a vida em outro lugar. Sabendo da intenção de D. Nuno de abandonar o reino, D. João mandou vários mensageiros para tentar evitar a sua partida, mantendo-se firme no seu propósito, com algumas contrapartidas em favor do cavaleiro. Em 1397, na cidade do Porto, o rei mandou que o Condestável tomasse de volta para si as terras que havia concedido à seus vassalos, o que ele acabou por fazer mesmo contra a sua vontade. Em retorno, o monarca pagaria as compensações, e o deixou assegurado quanto as terras que tinha por direito e herança, mas teve que devolver as que conseguiu como recompensa da Coroa.<sup>444</sup> Desse modo, "se normalizava a acção do rei, orientada no sentido de centralização do poder pelo legista João das Regras, seu chanceler - velho inimigo de Nun'Álvares"<sup>445</sup>, o que não deixava também de ser uma forma de tentar controlar esse senhor, e também aqueles outros vassalos que ameaçavam protagonizar um poder paralelo e em concorrência ao monárquico.

Ao longo de seu reinado, D. João adotaria diversas políticas na tentativa de controlar os seus vassalos e assim centralizar o poder. Dentre essas medidas, podemos citar a aplicação da *lei mental*. Embora essa lei viesse a ser publicada apenas no reinado de seu sucessor, D. Duarte, no governo joanino ela já era praticada. Essa lei consistia na admissão que o direito a herança dos bens da coroa caberia apenas aos filhos primogênitos legítimos, excluindo as mulheres, com a exceção de quando o monarca expressamente o dispensasse.<sup>446</sup> Apesar de nem sempre conseguir efetivar com sucesso sua política centralizadora à nobreza, D. João I ao menos conseguia abrir o caminho para a construção de uma coroa forte frente aos poderes locais, reforçando cada vez mais a legitimação de sua autoridade no seu reino.

#### *2.5.2 - As entradas régias como estratégia de poder*

A ceremonialização da vida política praticada por D. João ultrapassaria a esfera da corte, alcançando os outros espaços públicos. Assim, o rei deixaria de ser um rei oculto, passando a exibir-se em um vasto programa de representações ceremoniais como as entradas régias, celebrações militares, ritos de passagem da família real à cerimônias fúnebres. Desse

---

<sup>444</sup> CDJ II, cap. CLIV, p. 336.

<sup>445</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 122.

<sup>446</sup> PERES, Damião. *op. cit.*, 1983, p. 128.

modo, a imagem real tornava-se mais próxima dos súditos, provocando uma adesão emocional que ajudaria na criação de um consenso para a aceitação das pretensões políticas da Coroa. Esta forma de representar o poder régio mobilizava em grande escala a participação do povo, especialmente ao acontecer nos espaços urbanos, locais de alta circulação de homens, bens e ideais. Portanto, as entradas régias, "sobrevivência dos desfiles militares dos vencedores são um momento particularmente próprio à dramatização dos laços birrelacionais entre o senhor e seu povo".<sup>447</sup>

As entradas régias seriam, nessa perspectiva, uma rememoração dos desfiles militares utilizadas para reforçar o poder régio em contato direto com o povo. D. João, que conquistou o seu trono em meio e pela guerra, utilizou, talvez conscientemente, como sugere Rita Costa Gomes, desses desfiles para a idealização da sua imagem.<sup>448</sup> Essas entradas representam toda a ritualidade festiva de recepção ao rei, em uma passagem simbólica, na qual o povo da cidade o acompanhava da sua chegada até o local de estadia do soberano, ocorrendo em momentos muito específicos da vida política de D. João I, como na chegada em Coimbra para a eleição régia, no Porto já como rei e posteriormente em Évora, no retorno da conquista de Ceuta. Assim, a representação construída desses episódios na narrativa dos cronistas Fernão Lopes e Gomes Zurara evocam o apoio popular aos projetos joaninos.

A primeira entrada régia, pelo seu próprio contexto, já era carregada de simbolismo. D. João chegou em Coimbra a 3 de Março de 1385 para a realização das Cortes que o entronizaram Rei. Conforme Fernão Lopes, ao tomarem conhecimento que o Defensor do reino se aproximava, o povo da cidade se aprontou para recebê-lo: a clerezia em procissão, os leigos com seus jogos e danças, os fidalgos e conselheiros com seus cavalos. Em meio as preparações, os jovens (meninos, crianças e adolescentes), sem que ninguém mandasse, saíram da cidade ao encontro do mestre, com cavalinhos de cana que eles mesmo fizeram e aos gritos de "Portugal" Portugal! Por el-Rei Dom João! Em boa hora venha o nosso Rei!"<sup>449</sup>, como se da boca das crianças saísse uma profecia sobre aquele que viria a ser o novo rei. D. Nuno Álvares Pereira e aqueles que acompanhavam o mestre teriam maravilhado-se com a cena, tomando-a como um milagre, como se Deus guiasse os pequenos a tomar tal atitude, e falando por eles como que "por boca de profetas".<sup>450</sup> Qual seria a intenção do cronista ao narrar essas cenas? Fernão Lopes novamente recorre ao messianismo representado em D. João I, ao lhe atribuir a imagem do "Messias-Cristo" sendo exaltado em sua caminhada por

<sup>447</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 328.

<sup>448</sup> Cf. GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis De Portugal No Final Da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

<sup>449</sup> CDJ I, cap. CLXXXI, p. 331.

<sup>450</sup> CDJ I, cap. CLXXXI, p. 331.

"Coimbra-Jerusalém", onde os meninos anunciam "profeticamente o nascimento de um novo rei".<sup>451</sup>

A segunda entrada régia aconteceu em maio de 1385 na cidade do Porto e seria a festa de recepção do seu mais novo eleito rei. Na narrativa de Fernão Lopes, o povo da cidade, ao tomar conhecimento da vinda do monarca, estabeleceu que naquele dia ninguém trabalhasse, e que se fizesse os preparativos para receber a D. João I. As pessoas do Porto organizaram a recepção de modo que no dia pela manhã enfeitaram as naus com bandeiras e estandartes, colocando ramos de verdura para enfeitar os lugares, os homens se vestiram com suas melhores roupas, em camisa de rosas, outros com casacos de ramos e de flores, e as pessoas se vestiram da melhor forma que a sua condição permitiria.<sup>452</sup> As ruas em que o rei passaria ao se dirigir aos paços, e onde ficaria, foram cobertas com ramos, flores e ervas de bom cheiro. Nessas ruas, as portas das casas permaneceram abertas, todas enfeitadas e as janelas das casas eram ocupadas por "formosas damas" e mulheres de outra condição, "com graõ desejo e amor" de ver o seu Senhor.<sup>453</sup>

A clerecía, representada pelo Bispo da cidade, vestido em trajes pontificiais, aguardava a entrada da cidade a chegada do soberano. Ao chegar à cidade acompanhado por seus figaldos, o mestre foi recebido com grande gritaria e a som de trombetas, o "beijar da maõ e *mantenhavos Deus, Senhor*, era tamto que naõ pediaõ aver vez de comprir suas vomtades", e um homem estende a bandeira ao rei, oferecendo-se, com seu corpo, pronto a dar a vida por honra do reino e serviço de seu Senhor.<sup>454</sup> D. João aceitou a homenagem e prometeu defender com a vida a cidade e o reino português. A narrativa do cronista mostra uma verdadeira ritualização do contrato vassálico, em um "cerimonial redimencionado pela simbólica da vassalagem de toda uma cidade ao seu rei, não por submissão, mas por oferecimento, para ajuda em tempo difícil de ameça do reino e do poder real por inimigos externos".<sup>455</sup>

A terceira entrada régia, narrada por Zurara, aconteceu no retorno da conquista de Ceuta em 1415. Voltando do norte da África, o monarca e os infantes chegavam à cidade de Évora, onde a população local realizava os preparativos para receber seu rei e os príncipes que voltavam de um grande feito a serviço da cristandade. As pessoas da cidade limpavam as ruas, enfeitaram as janelas das casas com os melhores objetos que tinham, vestiram-se com as

---

<sup>451</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 328.

<sup>452</sup> CDJ II, cap. VIII, p. 19.

<sup>453</sup> CDJ II, cap. VIII, p. 20.

<sup>454</sup> CDJ II, cap. VIII, p. 21.

<sup>455</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 329.

melhores roupas e cantavam a espera do seu Senhor.<sup>456</sup> O cronista descreve uma cena em que todos os corações, de adultos e crianças, se enchiam de esperança, e seus olhos transbordavam em lágrimas emocionados, e se alegravam com a vinda do monarca. As damas da nobreza de Évora acompanharam a infanta Dona Isabel até a chegada de seu pai e de seus irmãos, indo com ela recebê-los.

O cronista ainda reforça o desejo de todos de recepcionarem o seu rei, cujos virtuosos feitos e os "gramdes trabalhos, que filhou por salauçom e homrra do seu puoo, quall seria o amor com que o elles rrečeberiam, quamto mais trazemdo conssigo tamanha uitoria".<sup>457</sup> A representação dessa entrada ganhou um teor diferente das anteriores, não se tratava apenas da consagração de D. João I, mas sim dos infantes, da sua linhagem. O poder real já não mais afirmava-se só na figura do monarca, agora primava-se também na continuidade, pelos príncipes e a princesa. Nessa perspectiva, a entrada régia de Évora afirmava toda uma continuidade política e social, que bem estruturada, rendeu muitas honras ao seu senhor, que já se afirmara como o Rei que representava um poder já plenamente consolidado, garantindo assim a continuidade dinástica e a certeza da sucessão ao trono, confirmando-se na legitimação dos infantes e de seu sucessor, D. Duarte.

Na relação entre os vestígios "memória escrita", pelos registros dos cronistas régios e dos próprios monarcas e membros da família real, aos vestígios de "memória em pedra", nos diversos monumentos e obras construídas pelo monarca e seus sucessores, constituiriam-se símbolos grandiosos de representação do poder da dinastia. Essa questão se aliaria a morte do rei D. João faleceu no ano de 1433, após dois meses de todo um ceremonial fúnebre de extrema representação simbólica, que se tornaria sua última grande "entrada", foi sepultado no seu Mosteiro da Batalha em um expressivo túmulo conjugal, onde se juntaria para a eternidade ao lado de sua rainha. Nesse local preservaria a memória do seu reinado, em um Panteão Régio que inseria a nova Casa reinante no círculo das grandes dinastias europeias, reforçando a legitimação do soberano e de seus descendentes.

---

<sup>456</sup> CTC, cap. CIII. p. 270.

<sup>457</sup> CTC, cap. CIII, p. 270.

## CAPÍTULO III

### AS MEMÓRIAS IDEALIZADAS DA MORTE: DO DISCURSO CRONÍSTICO AO PANTEÃO DA BATALHA

Um dos principais mecanismos utilizados pela dinastia de Avis, no que consideramos o seu processo de construção simbólica, é o culto a morte régia. A idealização da morte dos reis da casa avisina aconteceu de diversas formas, tanto na realização de pomposas cerimônias fúnebres, eventos religiosos e comemorativos do passamento de membros da realeza, como no seu registro nas crônicas régias e também nos monumentos, como aqueles que foram construídos no Mosteiro da Batalha.

Partindo dessa premissa, objetivamos analisar os discursos construídos pelos cronistas sobre a morte de D. João I, D. Filipa e D. Duarte. As principais narrativas sobre a morte desses monarcas vem dos registros de Gomes Zurara e Rui de Pina, tendo o primeiro redigido suas crônicas entre as décadas de 1450 e 1460, enquanto o segundo nas duas primeiras décadas do século XVI. Rui de Pina, por sua vez, teria produzido boa parte dos seus escritos baseados na consulta às obras de Fernão Lopes e Gomes Zurara, sendo inclusive questionado por alguns historiadores portugueses do século XIX e XX se suas crônicas não passariam de um plágio dos textos de Zurara.<sup>458</sup>

Os discursos construídos pelos cronistas sobre a morte dos reis de Avis viriam a se aliar com a monumentalização do culto a memória da morte régia. No panteão batalhino, em túmulos e esculturas, gravou-se em pedra a representação do que objetivava-se deixar para a posteridade. Assim, pretendemos entender como essas memórias produzidas sobre o passamento dos monarcas de Avis seriam apropriadas e evocadas com o objetivo primordial de representar poder e dar legitimidade a dinastia, como veremos a seguir.

---

<sup>458</sup> Cf. SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

### 3.1 - A celebração da memória da morte

As mudanças de concepções na relação do homem diante da morte ao longo da Idade Média passaram pelo processo definido por Philippe Ariés<sup>459</sup> como "morte domesticada", que tinha como característica um modelo de comportamento que visava à superação do medo e o aprendizado da convivência com a morte, na tentativa da consolidação do domínio desta por meio de uma solene ritualização. De acordo com José Mattoso<sup>460</sup>, esse modelo de comportamento foi lentamente formado no Ocidente cristão em sucessão a outros que eram adotados por sociedades mais antigas, deixando crenças e concepções que permaneceram enraizadas no imaginário coletivo, nos seus vestígios, nas práticas, representações, costumes e rituais proferidos durante séculos, mas obviamente sofrendo adaptações e transformações.

O Processo de domesticação da morte teria sido ao longo da Idade Média (precisamente entre os séculos V e XV), a sucessão e combinação de crenças tradicionais e dos rituais que foram sendo lentamente cristianizados, na relação entre as angústias da "morte de si" (que seria o medo individual dos destinos da alma após a morte, do julgamento final e dos três lugares do além cristão: paraíso, purgatório ou inferno) e também as dores da "morte de ti" (nesta estaria o luto e também a preocupação com a sorte dos entes queridos no além).<sup>461</sup>

Ao mesmo tempo, a ocorrência de importantes transformações das estruturas sociais redefiniram o espaço dos indivíduos em seus grupos e comunidades, que tendiam a permanecer unidas depois do passamento de um de seus membros, seja grupos de parentesco, carnal ou espiritual, seja de linhagem nobre, da paróquia, confraria ou do mosteiro, criando um novo quadro social não apenas entre os vivos, mas também entre vivos e mortos. Essas relações se inseriam nas realidades do espaço social, tanto da morada dos vivos (a aldeia, a vila), como da morada dos mortos: o cemitério. Assim, a "proximidade das sepulturas e das casas sustentava e justificava a preocupação mais intensa que os vivos tinham com seus defuntos".<sup>462</sup>

Até o século XII, a relação do homem com o morrer tinha um sentido de purificação, acreditava-se na eternidade da alma, o que era reforçado pelo conceito de

<sup>459</sup> Cf. ÁRIES, Philippe. *Historia de la muerte en Occidente: De la Idade Media hasta nuestros días*. Barcelona: El Acantilado, 2000.

<sup>460</sup> MATTOSO, José. *Poderes Invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 109.

<sup>461</sup> SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 18.

<sup>462</sup> SCHMITT, Jean-Claude. *op. cit.*, 1999, p. 18.

ressurreição que faz do morrer um ato de regresso a natureza em que o homem renasceria imortal. Dessa forma, até então no "Ocidente morrer significa simplesmente alcançar a comunidade dos mortos e a ela se unir, anônimo e purificado pela morte, aguardando a ressurreição próxima".<sup>463</sup> Após o ano 1000, a influência material e religiosa da Igreja e dos clérigos aumentaria em relação a sociedade, levando a inserção dos fiéis numa moral religiosa voltada para as noções de pecado, penitência e salvação, que culminou no século XII no "nascimento do purgatório".<sup>464</sup>

A preocupação com o destino das almas dos entes queridos traria uma outra consequência na relação do homem medieval com a morte: o medo dos mortos. Acreditava-se que os mortos poderiam retornar do além, geralmente do purgatório, como fantasmas ou espíritos para perturbar e assombrar os amigos e parentes que não estivessem zelando o suficiente ou movendo os esforços necessários para a sua boa passagem no outro mundo.<sup>465</sup> E é por isso que os vivos preocupavam-se tanto com a salvação eterna de seus finados, pois esta é a garantia do descanso eterno e de que os mortos não voltariam para os perturbar e aterrorizar. O medo dos mortos provocou também o surgimento de variados rituais, o culto aos mortos, como também as próprias práticas de louvor, as oferendas e os cuidados com os túmulos, que poderiam objetivar o desejo de que o finado permanecesse quieto e satisfeito para não perturbar os que viviam.<sup>466</sup>

O medo dos mortos também se relacionaria com as práticas de delimitação da fronteira entre vivos e mortos, levando várias civilizações a situarem seus cemitérios e necrópoles a uma certa distância dos lugares habitados. No Ocidente Medieval prevaleceu o hábito de sepultar os falecidos em igrejas, especialmente aqueles que tinham poder o suficiente para escolher o lugar do seu enterro. A escolha de igrejas corresponderia a procura pela salvação da alma por meio da proximidade a um lugar considerado sagrado. Inicialmente, os lugares de preferência para o enterramento de cristãos eram as basílicas, algumas em que se encontravam relíquias de santos, e se localizavam afastadas dos centros urbanos.<sup>467</sup>

No sepultamento em igrejas, nota-se também a hierarquia daqueles que podiam dotar túmulos nesses recintos do sagrado. Apenas membros da nobreza ou clérigos eram sepultados no interior da igreja, enquanto os comuns eram enterrados na parte externa do lugar, mas que também era considerado recinto sagrado. Essa prática de sepultamento no

<sup>463</sup> URBAIN, Jean-Didier. Morte. In: *Encyclopédia Einaudi - Vida/Morte, Tradições - Gerações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. V. 36, p. 393.

<sup>464</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

<sup>465</sup> SCHMITT, Jean-Claude. *op. cit.*, 1999, p. 19.

<sup>466</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 22.

<sup>467</sup> Ibidem, p. 23.

interior desses lugares se explicaria pela crença de que estar próximo fisicamente ao sagrado traria a garantia da salvação da alma. Desse modo, os variados rituais criados pela Igreja "para envolver os seus mortos com a proteção divina, originou a convicção de que eles faziam parte dos eleitos e, portanto, em vez de ameaçarem os vivos cuidavam da sua proteção".<sup>468</sup> Nota-se então uma mudança na relação do homem com o medo da morte: o medo da morte física transferir-ia-se para o medo da morte espiritual, que apenas os espíritos considerados malignos eram portadores. A partir de então, só aqueles que morreram em pecado seriam realmente ameaçadores.<sup>469</sup>

As atitudes cristãs com relação a morte, ou melhor, das formas como a Igreja Medieval a definiu e impôs, relacionavam-se diretamente pela noção de *memoria*, de "memória dos mortos".<sup>470</sup> Essa concepção era baseada no princípio de uma memória litúrgica sustentada na inscrição dos nomes dos falecidos dignos de serem comemorados nos *libri memoriales*<sup>471</sup>, assim como obituários e necrológios dos conventos e mosteiros. O reforço dessa memória ocorria principalmente em eventos comemorativos por meio de missas e orações pela salvação do morto, que ocorriam geralmente na data de aniversário de seu falecimento. Schmitt afirma que se deve atentar que, neste caso, o uso da palavra memória tende a criar uma espécie de ilusão, pois trata-se do uso da *memoria* objetivando ajudar na separação entre os vivos e mortos, acelerando a sua saída do purgatório para que os vivos pudessem esquecer o falecido.<sup>472</sup>

A prática de uma memória aliada ao esquecimento seria reforçada pela diminuição da quantidade de missas rezadas pela alma do morto ao passar dos anos e também na condição dos túmulos. Nos cemitérios, por exemplo, uma boa parte das sepulturas era anônima e as covas eram periodicamente esvaziadas para abrigar novos corpos. Notamos então a ambiguidade do uso da palavra *memoria*, que nesse caso era carregado pelo significado de "uma memória coletiva, uma técnica social de esquecimento. Tinha por função 'esfriar' a memória sob o pretexto de mantê-la, apaziguar a lembrança dolorosa do defunto até que se esfumasse".<sup>473</sup> A partir do século XI, a concepção de *memoria* ganharia outra

<sup>468</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 23.

<sup>469</sup> Idem.

<sup>470</sup> SCHMITT, Jean-Claude. *op. cit.*, 1999, p. 19.

<sup>471</sup> Uma espécie de livro de códices que contêm as listas dos mortos que devem ser lembrados em oração na liturgia, muitas vezes decorados com arcadas ornamentais, presentes em mosteiros e igrejas. Geralmente essa lista era composta por membros de grupos sociais abastados que faziam donativos para essas instituições, e também por clérigos e monges, por quem os monges de um mosteiro por exemplo deveriam manter as orações por suas almas.

<sup>472</sup> SCHMITT, Jean-Claude. *op. cit.*, 1999, p. 19.

<sup>473</sup> Ibidem, p. 20.

perspectiva, passaria a se pautar na preservação do que "se lembrar", principalmente pelo apoio da escrita, a memória da linhagem e a genealógica seria bem reforçada nos meios aristocráticos, mas especialmente entre a realeza da Baixa Idade Média, como veremos adiante.

O culto dos mortos é uma questão importante para analisar a relação entre memória, morte e poder. De acordo com José Mattoso, podemos agrupar cinco categorias de rituais que nos permitem compreender melhor o sentido dessas práticas que se materializam no culto dos mortos.<sup>474</sup> Conforme o autor, esses grupos de rituais seriam aqueles que evitam a contaminação do reino dos vivos pelo reino dos mortos; os que procuram garantir o descanso final do morto; os que se concentram na passagem da vida para a morte; e os dois últimos que consideramos de suma importância em nossa pesquisa: a tentativa de impedir que a morte afete a transmissão de poder e a procura pela preservação da memória do morto.

A junção entre as noções de transmissão de poder e preservação da memória do falecido ocorre diretamente por intermédio da solenização da morte dos poderosos. Por meio desse processo perpassa a questão do luto coletivo, o temor em relação ao destino das comunidades comandadas por esses indivíduos e também o problema da sucessão. Daí a necessidade do sucessor tomar a iniciativa da solenização das exéquias ou exaltar a memória do antecessor, assim afirmando a continuidade e reivindicando para ele poderes semelhantes, o que traz tranquilidade para a sociedade em que exerce autoridade. Isso explicaria o porquê das cerimônias fúnebres dos poderosos serem na maioria das vezes "manifestações grandiosas e espetaculares de poder, de solenidade, e de participação de grandes multidões".<sup>475</sup>

A afirmação da continuidade ou perpetuidade do poder não se faz apenas por meio de rituais, mas também mediante monumentos. É essa a função dos túmulos, desde os mais simples aos grandiosos templos, como as pirâmides do Egito. A solenização da memória dos mortos por meio de monumentos funerários relaciona-se diretamente com os meios de representação evocados pela sociedade dos vivos, marcando assim nos monumentos funerários também a hierarquização, as diferenças sociais ou de grupos. Esse processo é reforçado na transição da "solenização do poder para a solenização da memória. De facto, as práticas que pretendem lembrar a perpetuidade do poder baseiam-se muitas vezes na celebração da memória".<sup>476</sup>

---

<sup>474</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 23.

<sup>475</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>476</sup> Ibidem, p. 29.

Especialmente quando o poder não é tão evidente, como em caso de governantes ou governos instaurados em meio a crises ou em busca de legitimidade, prevalece a exaltação da celebração da memória, que consiste em boa parte na prática de fazer dos túmulos monumentos comemorativos, como é o caso da Dinastia de Avis em Portugal ao longo do século XV por meio da necrópole régia do Mosteiro da Batalha. Como veremos adiante, a partir de seu fundador, D. João I, a nova casa reinante faria de seu panteão régio um instrumento de propagação de poder evocando a celebração da memória, a partir de monumentos funerários que contêm estátuas que retratam ou evocam os mortos, inscrições em seu louvor objetivando lembrar dos feitos (como os epítáfios encomendados por D. Duarte no túmulo do seu pai), e a representação iconográfica de seus instrumentos ou funções exercidas em vida, ou de suas insígnias e distintivos (como no caso do monarca, a heráldica, o brasão da Casa de Avis gravado em sua sepultura).

A concepção de celebração da memória dos mortos também esteve presente na relação do homem com a "morte dos chefes". A morte do líder de um determinado grupo desde as sociedades antigas implicava em sérias complicações para o seu povo, que permeavam na preocupação com a sucessão, no "luto cósmico", na ideia do chefe morto continuar mesmo após o passamento a proteger os seus subordinados, o temor de que a sua morte significasse o fim da comunidade, e principalmente como essas questões levaram a ritualização e preservação da memória do chefe, desde grandes cerimônias fúnebres à construção de monumentos que tinham por objetivo não apenas a preservação da memória, mas especialmente uma forma de propagação de poder.

Considerando que o desaparecimento de um simples indivíduo causa uma perturbação na sociedade, principalmente aos seus familiares, o mesmo ocorrendo com alguém que exerce autoridade sobre um determinado grupo, atinge-o de maneira mais profunda, afetando a todos os seus membros. Assim, o chefe constitui o polo visível da comunidade, assegurando a sua persistência no tempo, ele é o responsável pela garantia da justiça, da defesa e de todo o processo de governabilidade da sociedade que lhe concedeu a autoridade e lhe entregou o poder.<sup>477</sup>

Dessa íntima relação do "chefe" com a comunidade, entendemos a necessidade da grandiosidade e da solenização dos rituais praticados em causa de seu falecimento, sempre expressivos e de visível manifestação de poder, que exprimiam a ideia de que o chefe permaneceria a exercer o seu poder mesmo após a morte. Dentre as soluções encontradas para

---

<sup>477</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 109.

essa representação, os monumentos fúnebres e os túmulos régios parecem-nos os mais importantes nesse contexto. Esses monumentos, feitos em materiais perduráveis como a pedra ou o bronze, em que geralmente envolviam uma grande parte da comunidade nas suas construções, apresentavam grandiosidade e imponência, além da preservação da memória com a elaboração de epitáfios e inscrições comemorativas.

De acordo com Le Jan<sup>478</sup>, uma parcela da aristocracia europeia na Idade Média utilizou da prática da construção de espaços cemiteriais, ou necrópoles fúnebres, objetivando uma forma de representação de poder, seja da nobreza ou da realeza do período. Desse modo, esses ritos serviriam para a nobreza manifestar a superioridade do seu grupo familiar. Anteriormente ao processo de cristianização, grupos principescos, como também pequenos chefes rurais, recebiam sepultamentos privilegiados, com jazigos de expressão fortemente visível e reconhecível. Após a cristianização de alguns desses povos, e a popularização dos sepultamentos *ad sanctos*, que consistiam no enterro de pessoas em espaços considerados sagrados como as igrejas, demonstram que passou a haver uma clara preocupação com o destino da alma do falecido, pois dentro do imaginário da época, sepultar o corpo nesses recintos sagrados facilitaria o processo de transição da alma no outro mundo.<sup>479</sup> Os nobres detinham suas igrejas privadas, que continham altares com objetos litúrgicos e relíquias, e para as quais "designam a pessoa consagrada para assegurar o culto. A cristianização não modifica o exercício do poder, mas transforma profundamente a ideologia do poder nobre: o sagrado".<sup>480</sup>

A escolha dos locais para a edificação desses monumentos fúnebres e o sepultamento dos reis geralmente envolviam características similares ao do passamento dos chefes. Em relação aos monarcas cristãos do Ocidente medieval, essa escolha se dava especificamente em espaços do sagrado, como igrejas, capelas, mosteiros, etc. Na Península Ibérica, essa era uma prática regular desde a cristianização dos povos e reinos que constituíam a região. Nas histórias dos reis asturianos e leoneses presentes na *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>481</sup>, a partir de Afonso II, aparecem narrativas que apontam para referências a túmulos régios e a sua colocação em recintos sagrados, que se tornavam panteões régios, revelando assim o objetivo de garantir a permanência da "autoridade e de a ligar a um lugar sagrado que

<sup>478</sup> LE JAN, Régine. A ideologia do poder no reino dos francos. Trad. Marcelo Cândido da Silva. In: Néri de Barros Almeida, Marcelo Cândido da Silva (Orgs.). *Poder e Construção Social na Idade Média*. História e Historiografia. Goiânia: Editora UFG, 2012.

<sup>479</sup> ÁRIES, Philippe. *op. cit.*, 2000.

<sup>480</sup> LE JAN, Reginé. *op. cit.*, 2012, p. 37.

<sup>481</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*. ed. crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra [ed.]. Lisboa: Academia Portuguesa da História. A.P.H., 1951-1961.

aparece aos olhos dos súbditos como o testemunho da ligação do poder terreno a um poder invisível, intocável, protegido diretamente por Deus".<sup>482</sup>

No reino português na Baixa Idade Média prevalecia a concepção teocrática do poder régio de providência divina. Dessa forma, os reis eram reis pela "Graça de Deus".<sup>483</sup> Os monarcas consideravam-se os representantes de Deus na terra, afirmando que seu poder vinha de Deus, e assim, somente a Ele deveriam devolvê-lo. Nessa concepção, viria então a necessidade da escolha de um lugar sagrado que estivesse apto a testemunhar essa devolução do poder à Deus. Daí, viria a necessidade de erguer complexos religiosos que servissem como local de descanso eterno para os corpos de membros da realeza, e dentro da proximidade com o sagrado garantissem a salvação de suas almas, e reforçassem também o culto e a preservação da sua memória. A prática de escolher mosteiros como panteões régios em Portugal se arrastaria ao longo dos séculos XII ao XIV.

### **3.2 - Os Panteões Régios portugueses entre os séculos XII e XIV**

Os reis portugueses entre os séculos XII e XIV, com exceção de Afonso IV (1325 - 1357), optaram por mosteiros de ordens monásticas ou conventos de mendicantes, em que atribuíram a função de mediadores legítimos entre os poderes divino e terreno. É importante ressaltar que desde a formação do reino português no século XII, os mosteiros ocuparam um lugar de grande importância na administração política do território. Além do seu papel como instituição clerical, os mosteiros tinham funções na administração e controle dos territórios conquistados, delimitando assim as posses do rei, servindo também como redutos de produção cultural, artística, historiográfica, e enquanto espaços religiosos eram também locais de manifestação do sagrado, de aconselhamento espiritual do rei e do povo, e utilizados como local de memória dinástica e "descanso eterno" da realeza.

Ao escolher os mosteiros como necrópoles régias, os reis desejavam manifestar poder, revelando práticas políticas pessoais com o intuito de deixar um legado simbólico. Percebe-se essa questão na mudança de panteões fúnebres, como ocorreu com os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, de Santa Maria de Alcobaça e o de São Dinis e São Bernardo de Odivelas. Esses panteões régios seriam, conforme Saul António Gomes, panteões quer enquanto estruturas sepulcrais, e como centro simbólicos, espaços microcósmicos de poderes

---

<sup>482</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, pp. 112-113.

<sup>483</sup> VENTURA, Maria Garcez. *A Corte de D. Duarte: política, cultura e afectos*. Lisboa: Verso da História, 2013, p. 35.

régios ou aristocráticos, lugares de sepultamento escolhidos pelos governantes. Assim, poderiam revelar-se como espaços simbólicos de unificação do Reino, e nas variadas circunstâncias históricas, se transformam em lugares de repouso de várias gerações da realeza ou da aristocracia. Estes panteões são espaços de *post-mortem*, portanto, são considerados extremamente sagrados, justificando assim, "dentro de uma tradição cristã, que os monarcas elegessem catedrais e mosteiros para instituição dos seus panteões régios".<sup>484</sup>

O primeiro panteão régio português, fundado entre os anos 1131-32, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, foi ao longo do reinado de D. Afonso Henriques ganhando grande importância político-religiosa. Ao escolher o mosteiro da Ordem de Santo Agostinho, enquanto panteão fúnebre, D. Afonso Henriques estabeleceu no seu reino prática comum aos outros reinos ibéricos, "na então Hispania Cristã, mosteiros como Sahagún ou St.<sup>º</sup> Isidoro de Sevilha haviam-se tornado em prestigiados e magníficos panteões da realeza".<sup>485</sup> Provavelmente, tentando-se encaixar nos moldes das realezas cristãs europeias e igualar-se politicamente aos monarcas vizinhos, o fundador da monarquia portuguesa buscou no seu panteão o símbolo de poder dinástico e de memória sua e de seus descendentes, enquanto senhores do reino português.

Santa Cruz foi durante o século XII e os séculos seguintes grande produtor de cultura e responsável pela narrativa historiográfica acerca da história de Portugal, a construção da história sobre a fundação, a história dos reis e da dinastia e onde ficou boa parte do arquivo português que continha desde produções dos monges a documentos oficiais, como documentos provindos do papado, documentos régios e testamentos. Nos séculos seguintes, o Mosteiro de Santa Cruz foi perdendo espaço e sendo substituído por outros panteões como Alcobaça, Odivelas e Batalha. No final do século XIV e XV, momento em que Portugal passava a ser governado por uma nova Dinastia, a de Avis, o Panteão Afonsino buscou reconquistar seu posto de centro cultural lusitano, remetendo a produção da história portuguesa, dedicando-se a um discurso que valorizava a fundação do reino, a "sagrada" vitória na Batalha de Ourique<sup>486</sup> (1139), o "mito fundador"<sup>487</sup>, e obviamente o rei e pai da "nação", Afonso Henriques, cujo túmulo ali estava em seu panteão fúnebre.

---

<sup>484</sup> GOMES, Saul António. Os Panteões Régios Monárquicos Portugueses nos séculos XII e XIII. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso, v. 4, C.M.G. e Universidade do Minho, Guimarães, 1997b, p. 283.

<sup>485</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1997b, p. 284.

<sup>486</sup> Ocorrida no ano de 1139, a Batalha de Ourique, como relatam diversas produções historiográficas, foi o marco no qual Afonso Henriques se proclamou rei de Portugal, dando inicio ao processo de independência e formação da monarquia portuguesa. Cf. RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A Batalha de Ourique: entre o acontecimento e o mito. In: Néri de Barros Almeida, Marcelo Cândido da Silva (Orgs.). *Poder e construção social na Idade Média*. História e Historiografia. Goiânia: Editora UFG, 2012, pp. 159 - 178.

Com sua construção iniciada por volta de 1170, ainda no reinado de D. Afonso Henriques, o Mosteiro de Santa Maria do Alcobaça, pertencente à Ordem Cisterciense, foi aos poucos ganhando espaço e adquirindo condição de panteão fúnebre, sendo sepultado no mosteiro o terceiro rei da casa de Borgonha, D. Afonso II, que teve seu corpo transferido para o local em 1223. Mesmo com a pretensão de Alcobaça em tomar o espaço de Santa Cruz, os monarcas a partir de D. Afonso II mantiveram os mesmos cuidados com ambos os mosteiros, sendo estes espaços de localização e proteção dos sarcófagos familiares. Nesse contexto, os reis portugueses depositavam seus testamentos, originais ou cópias, por mosteiros crúzios ou cistercienses. Os mosteiros eleitos enquanto *locus mortis*, tornavam-se guardiões e órgãos garantidores da autenticidade dos documentos e das mais sagradas disposições régias.<sup>488</sup>

A mudança de Santa Cruz para Alcobaça deve-se também ao fato de que Santa Cruz se inseria no centro urbano. A partir do século XIII, os monarcas passaram a escolher panteões fúnebres no espaço rural, longe das cidades. A escolha de Alcobaça representa também uma maior ligação dos reis lusitanos, no século XIII, com rituais litúrgicos da ordem cisterciense, especialmente aquele de maior teor fúnebre. Assim, nas últimas décadas do século XIII, a monarquia portuguesa variou os locais escolhidos para as sepulturas régias. No entanto, os mosteiros cistercienses tiveram a preferência da realeza enquanto espaços de permanência *post-mortem*.<sup>489</sup>

O Mosteiro de Alcobaça também teve importante papel na produção cultural portuguesa, possuía uma das maiores bibliotecas monásticas, com centenas de manuscritos acumulados entre os séculos XIII e XV. Explicações sobre o "milagre de Ourique", remetendo a história do mito fundador, foram encontradas e produzidas pelos monges deste mosteiro no final do século XVI. Essa descrição do milagre de Ourique "foi a explicação encontrada para a vitória de Afonso Henriques pelos monges de Alcobaça, cujo registro escrito na *Monarchia Lusitana* data de 1597".<sup>490</sup>

O Mosteiro de Alcobaça, entre os séculos XIII e XIV, dentro de sua produção cultural, destacava-se na escrita do cotidiano do reino português, enquanto Santa Cruz

<sup>487</sup> O "mito fundador" de Portugal e sua construção em torno da figura do rei D. Afonso Henriques, foi um discurso que ganhou força na produção cultural monástica lusitana a partir do século XIV, onde surgem os primeiros relatos do "milagre" e sua busca enquanto símbolo da legitimação da independência portuguesa. Segundo os relatos sobre o "mito fundador", nos momentos anteriores a batalha de Ourique, D. Afonso Henriques haveria sonhado com Jesus Cristo, que havia lhe confiado à vitória na batalha sobre os infieis (muçulmanos), os expulsando do condado, revelando-o seu objetivo de construtor do novo reino e defensor da cristandade. Cf. RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *op. cit.*, 2012.

<sup>488</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1997b, p. 286.

<sup>489</sup> Ibidem, p. 292.

<sup>490</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *op. cit.*, 2012, p. 162.

preocupava-se na idealização da imagem de Afonso Henriques. No século XIV, Alcobaça priorizava o registro de histórias de peregrinações, romarias e milagres. Com ênfase na produção de histórias de cunho santificado, o mosteiro especializava-se como produtor de escritos hagiográficos.<sup>491</sup> No Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foram sepultados os reis D. Afonso II (+1223), D. Afonso III (+1279), suas consortes e outros membros da família real, além do rei D. Pedro I (+1367) junto de D. Inês de Castro (+1357). D. Pedro I foi o último rei português a ser sepultado em um panteão da ordem cisterciense, em Alcobaça, o rei e sua consorte, “jazem ali em esplendorosos túmulos góticos que constituem, simbolicamente, o último e mais luminoso dos sepultamentos reais portugueses debaixo de abóbadas cistercienses”.<sup>492</sup>

No século XIV, acentuou-se a preferência por panteões individuais ou conjugais em Portugal. É nesse contexto que surge o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas enquanto Panteão Régio de D. Dinis. Vairo<sup>493</sup> analisa a mudança de panteão régio, anteriormente posto de Santa Cruz e Alcobaça, passando para o Mosteiro de Odivelas a partir da decisão do rei D. Dinis de torná-lo seu panteão familiar. A decisão de D. Dinis seria pautada na influência de sua esposa e no contexto de preferência por panteões individuais ou conjugais, que representassem a imagem do rei e de seu reinado.<sup>494</sup>

A decisão de tornar o Mosteiro de Odivelas seu panteão teria partido do próprio D. Dinis, que durante os primeiros vinte anos de vida do local, concedeu generosas doações, concessões de privilégios e isenções. Por volta de 1318, Odivelas se tornou o local que deveria acolher os corpos e guardar a memória do rei D. Dinis e de sua linhagem. Nesse mesmo ano, o monarca viria a eleger o Mosteiro beneditino de S. Dinis de Odivelas enquanto seu panteão régio. O Panteão deveria guardar, transmitir e preservar a imagem da Coroa ao longo dos tempos, com a instituição de capelas nas quais deveriam ser realizadas missas e cultos à família real. A eleição de Odivelas enquanto panteão régio nascia da vontade do monarca, sendo partilhada pela rainha, de transmitir ao longo dos tempos uma imagem precisa de seu reinado, assim, mandou erguer um sepulcro monumental, "bem longe das anónimas arcas dos seus antecessores, que lhe correspondesse quer nas feições, embora idealizadas, quer nas expectativas, qual canal privilegiado pela transmissão da vitória".<sup>495</sup>

---

<sup>491</sup> TEODORO, Leandro Alves. *op. cit.*, 2012, p. 45.

<sup>492</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1997b, p. 292.

<sup>493</sup> VAIRO, Giulia Rossi. *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010

<sup>494</sup> VAIRO, Giulia Rossi. *op. cit.*, 2010, p. 1.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 4.

Diferente dos monarcas anteriores, D. Dinis encomendou a realização do próprio monumento funerário. Esse pioneirismo do monarca foi a primeira representação em Portugal da tentativa consciente de um rei de construir um símbolo físico do seu reinado que transmitisse para as próximas gerações o poder e imagem de seu reinado. O rei de forma consciente, expressa e registra por escrito o seu desejo de mandar erguer não apenas uma capela, mas um instituto, por iniciativa própria, que seria um lugar simbólico e guardião da memória da monarquia, portanto, um panteão régio.<sup>496</sup>

Apesar dos esforços de D. Dinis na consolidação de seu Panteão, essa ideia teve vida breve, não resistindo aos conflitos que aconteceram no reinado do monarca, como a guerra civil<sup>497</sup> (1319 – 1324), que colocou em conflito pai e filho (herdeiro e futuro rei de Portugal, D. Afonso IV), marido e esposa, a Rainha D. Isabel de Aragão. Sabe-se que após a morte de D. Dinis, seu herdeiro e então novo rei de Portugal, Afonso IV, e a sua mãe, a rainha D. Isabel foram sepultados em outros lugares, o rei na Sé Catedral de Lisboa e a rainha no mosteiro de Santa Clara de Coimbra. No mosteiro de Odivelas estão sepultados o rei D. Dinis (+1325) e outros membros da família real.

Após o pioneirismo de D. Dinis, seus sucessores da dinastia de Borgonha ampliaram a necessidade de inovar no aspecto da construção da sua memória política e de demonstração de poder régio, e os seguidos conflitos que surgiram nas próximas sucessões, entre reis e herdeiros, criaram nos novos monarcas a necessidade de romper com o passado e consolidar seu próprio reinado. Portanto, os reis da primeira dinastia portuguesa a partir de D. Dinis, como D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, tem como características de governabilidade tomar decisões diferentes das de seus pais, objetivando "criar alguma coisa de novo, de diverso, de sempre maior efeito e de simbólica ruptura com o passado, também na vontade de formar distâncias e de distinguir-se dos seus directos antecessores".<sup>498</sup>

Os mosteiros ocuparam um importante papel cultural, social e político em Portugal ao longo da Idade Média. A sua utilização enquanto Panteão Régio foi prática comum aos monarcas portugueses da casa de Borgonha. A eleição de panteões será acentuada pela Casa de Avis, especialmente na figura de um panteão em específico: o Mosteiro da Batalha.

---

<sup>496</sup> VAIRO, Giulia Rossi. *op. cit.*, 2010, p. 3.

<sup>497</sup> Guerra Civil causada pelos conflitos entre o rei D. Dinis e o herdeiro do trono, o futuro D. Afonso IV. O então infante D. Afonso travou uma guerra contra seu pai devido a divergências causadas por favorecimentos que o monarca estaria fazendo à um filho bastardo. Com a morte de D. Dinis em 1325, D. Afonso tornou-se rei de Portugal. Cf. ANTUNES, José (et. al.). Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. *Revista de História das Ideias*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984. v. 5. pp. 25 - 160.

<sup>498</sup> VAIRO, Giulia Rossi. *op. cit.*, 2010, p. 8.

### 3.3 - A Morte de D. João I

Os cronistas régios portugueses entre os séculos XV e XVI tinham o hábito de dar uma atenção especial a narrativa da morte dos monarcas biografados. A prática de descrever nas crônicas também em detalhes os túmulos da realeza demonstra um claro vestígio da importância ideológica que os homens daquele tempo atribuíam a esses monumentos, enquanto sinais visíveis da memória régia e da permanência do poder.<sup>499</sup> Tomando como grande referência o estudo de Armindo de Sousa<sup>500</sup>, propomos neste trabalho analisar como se construíram memórias idealizadoras da morte de D. João I, especialmente pelo cronista Rui de Pina, ao narrar o passamento do monarca na Crônica de D. Duarte<sup>501</sup>, e, principalmente, tentar entender como a produção dessas memórias contribuiu para um reforço de propagação de poder da Dinastia de Avis.

Rui de Pina dedica os capítulos iniciais da sua *Crônica de D. Duarte* a narrativa dos momentos finais da vida de D. João I, da sua morte até o sepultamento no Mosteiro da Batalha. Como vimos anteriormente, o período da redação da crônica é bem posterior aos acontecimentos narrados, tendo o cronista a redigido mais de setenta anos depois. É importante ressaltar que a visão partilhada pelo autor sobre o monarca biografado partia do princípio que constava no epítáfio do túmulo do finado rei: no texto, ele narraria a morte de D. João I, fundador da dinastia, que em campo de batalha (Aljubarrota) venceu o Rei de Castela, D. Juan I, e ali assegurou seu reino e direito como Rei, rei magnâmico e forte, vencedor e invicto.<sup>502</sup> Ou seja, um rei de tão gloriosa memória dos seus feitos deveria manter tal condição na memória de sua morte (assim como das exéquias, as mais grandiosas até então ocorridas no reino) e assim deveria ser registrado na crônica. Conforme o cronista:

E como quer que ha memoria de suas muy Reaaes exequias deve mais propriamente em sua Cronica sêr registrada: porem porque foram as mais excellentes e mais ceremoniadas que atee seu tempo nestes Regnos a Rey delles se fezeram; e foi jaa obra e officio do muy excellente seu verdadeiro, e legitimo filho, e successor ElRey Dom Duarte.<sup>503</sup>

Uma questão fundamental aparece na narrativa do cronista sobre o passamento de D. João I: o princípio da "Boa Morte". Entendemos que no Ocidente Medieval a ideia de boa

<sup>499</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 114.

<sup>500</sup> SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I* (um tema de propaganda dinástica). Porto: Centro de Estudos Humanísticos. 1984.

<sup>501</sup> PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

<sup>502</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 421.

<sup>503</sup> PINA, Rui de. *CDD*, cap. I, p. 75.

morte relacionava-se a dois modelos essenciais: a morte honrosa em campo de batalha ou a boa morte no leito.<sup>504</sup> No caso do Mestre de Avis, Pina organizou sua narrativa em cima da concepção de boa morte no leito, enquanto o rei, já em idade avançada, e tomando conhecimento do seu estado de saúde e que a morte se aproximava, se prepararia a partir de então para deixar este mundo em direção ao reino do céu, sinal de bem-aventurança, de salvação, que apenas os eleitos possuíam, a ideia do pré-conhecimento da morte.<sup>505</sup>

Observemos o que registrou o cronista

O muyto vitorioso Principe, e de gloriosa memoria El-Rey Dom Joham, dos Reys ho decimo, e deste nome ho primeiro Rey dos Regnos de Portugal, e primeiro Senhor de Cepta, sendo jaa em muyta hydade, e tocado de doença, e paixam perigosa, e mortal foi peros Fisicos aconselhado, e pellos Ifantes seus filhos acordado que alguû mais alongamento de sua vida estevesse, e se curasse no logar d'Alcouchete em Riba-Tejo, que sobre outros ouveram por logar fresco, e se singular desposição para sua saude, honde estando jaa alguûs poucos de dias, sentindosse fraco, e apressado d'accidentes, e fraquezas que ácerqua delle, e de todos testemunhavam bem sua morte, disse, e encomendou aos Ifantes seus filhos, e aa outra nobre gente de seu Conselho: que por quanto se sentia jaa no estremo de sua vida, e para tal Rey como elle não convinha morrer em Aldêas, e desertos, mas na mais principal Cidade, e na melhor Casa de seus Regnos, logo ho levassem aa Cidade de Lixboa, e aposentasse dentro no seu Castello d'Alcaçova, que entam mandava muyto emnobrecer, e asy se comprô. <sup>506</sup>

Nota-se na narrativa dois pontos fundamentais do comportamento do monarca: tomava conhecimento da proximidade da morte e aceitava o seu fim com resignada lucidez.<sup>507</sup> Tomar pré-conhecimento da morte implicava no indivíduo ser avisado de maneira definitiva que o seu fim estava próximo, seja por meios sobrenaturais (intuição, autodiagnóstico ou visão extraordinária) ou naturais (recorrendo ao diagnóstico dos físicos). De todo modo, a notícia de que a morte estava por chegar detinha o caráter de mercê outorgada por Deus, e assim revelava-se a bem-aventurança do moribundo.<sup>508</sup>

Ainda nesse trecho da crônica, o cronista narrou que no ano de 1433, o monarca já em idade avançada, aos 76 anos, estando doente, foi aconselhado pelos físicos e infantes que permanecesse em Alcochete, Riba-Tejo, para descansar e se tratar. D. João, sentindo-se com as fraquezas e sintomas da doença que o afligia<sup>509</sup> e temendo a proximidade da morte, teria

<sup>504</sup> ÁRIES, Philippe. *O Homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

<sup>505</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 424.

<sup>506</sup> CDD, cap. I, pp. 73-74.

<sup>507</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 422.

<sup>508</sup> Ibidem, p. 425.

<sup>509</sup> Conforme Rui de Pina na Crônica de D. Duarte, D. João se encontrava "tocado de doença e paixam perigosa". PINA, Rui de. CDD, cap. I, p. 73. De acordo com Maria H. Coelho, não há maiores informações sobre alguma

afirmado que para ele enquanto rei não caberia morrer em vilarejos ou aldeias, mas sim na sua amada cidade, e na melhor casa de seus reinos, que assim o levassem para Lisboa e que passasse seus momentos finais em seu castelo. A atitude do monarca em recusar o conselho dos físicos e preferir passar seus últimos momentos em Lisboa é muito significativa: outro elemento importante da boa morte é não morrer sozinho, o que não poderia ocorrer com os grandes e honrados, especialmente, como aquele que usufrui do estado de rei. O que justifica D. João querer finar-se em lugar digno do soberano, no Paço de Alcáçova, na melhor casa da melhor cidade do reino, em Lisboa, na sua cidade-mãe-esposa, assim chamada por Fernão Lopes, ao narrar o papel que a cidade representou no auxílio ao seu Messias em tempos de crise dinástica.<sup>510</sup> Falecendo em Lisboa, o Mestre de Avis encerrava um ciclo, consagrando "o desígnio de morrer na maior publicidade com esse impulso secreto, inconsciente, de acabar debaixo do céu e dos astros do sítio onde nasceu".<sup>511</sup>

Em seguida na narrativa de Pina, a pedido do pai, os infantes o levaram a uma peregrinação por igrejas e altares da cidade, muitas dessas construídas a mando do monarca. Conforme Rui de Pina

E passados alguûs dias em que sentio melhoramento, os Ifantes seus filhos por seu mandado, e por sua devaçam o levaram com grande acatamento, e muita obedientia á Capella Mayor da See, e o puzeram em todo seu estado ante o Altar Martyre de Sam Vicente onde seu corpo jaz, por que ElRey por ser delle muyto devoto, ante de sua morte se quiz delle, em sua vida, despedir, e alli ouvio com muita devoçam Missa Solepne em que com grande afficatia encomendou a Deos sua alma. [...] E da See foi de caminho visitar a Igreja de Santa Maria Escada, que elle, pegoada com ho Moesteiro de Sam Domingos, novamente mandou fazer, e em que tinha singular devoçam, e depois, de se despidir da Imagem de Nossa Senhora, e com inteiro conhecimento de sua morte encomendar a ella sua alma.<sup>512</sup>

O cronista relata uma melhora no estado de saúde do monarca. O que isso significaria? Na narrativa, D. João, como predestinado, melhorava antes do falecimento, representação significativa da dádiva celeste para aqueles eleitos por Deus, para que pudessem dispor de suas últimas vontades nos momentos finais de vida.<sup>513</sup> Esse sinal de melhora também não é interpretado como adiamento da partida ao outro mundo, pelo contrário, era sinal de que o fim se apressava. O monarca aproveitou os últimos momentos

"especial doença" que afligiria o monarca, sendo provável que sofresse de desgastes físicos provenientes da idade avançada. COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 369.

<sup>510</sup> CDJ I, Prólogo. pp. 1-3.

<sup>511</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 438.

<sup>512</sup> PINA, Rui de. *CDD*, cap. I, p. 74.

<sup>513</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 375.

para sair em romaria, mas não em uma peregrinação de penitência, mas uma visita de despedida quase entre amigos, como se esse rei, santificado pelo discurso cronístico, se elevasse a altura dos santos a quem dava o seu último adeus. E, por isso, itinerou em todo o seu estado majestático, não pediu saúde, encomendou a sua alma e distribuiu esmolas.<sup>514</sup> Não exatamente como peregrino ou penitente, o rei de Boa Memória despediu-se de São Vicente e da Imagem de Nossa Senhora, do patrono da cidade em que nasceu e jurou defender, e também da Senhora do Reino, com elementos repletos de simbolismos que santificaram o rei antes da partida da sua alma que já apresentava sinais de garantir o seu lugar nos reinos do céu.<sup>515</sup>

Serenidade na hora da morte é outra característica atribuída ao comportamento de D. João antes do falecimento. Após a peregrinação por espaços do sagrado em Lisboa, o rei foi

Levado ao Castello donde partira, onde poucas óras ante de seu fallecimiento, sendo jaa em podér de Religiosos e outros Ministros de sua concientia, poendo por caso as maaõs em sua barba Real, por que a achou alguû tanto crecida, a mandou logo fazer dizendo que nom convinha a Rey, que muitos aviam de vêr, ficar despois de morto espantoso e diforme.<sup>516</sup>

Observemos os significados presentes na atitude e fala atribuída ao rei pelo cronista. Nela, D. João aparece completamente lúcido e sereno em seus últimos momentos de vida, como devem estar aqueles que são eleitos por Deus. A preocupação com a aparência retrata o sinal de luto e dó, quando "renascera" em outra vida na presença do "Rei dos reis". Enquanto soberano daquele povo, não quer se apresentar "espantoso e disforme", características do medo e do pecado, mas por outro lado, pretendia acabar como rei, em todo estado da realeza que muitos haveriam de ver, na consciência do espetáculo da morte régia.<sup>517</sup>

Nota-se também uma contraposição da sua morte com a do irmão e antecessor Rei D. Fernando, que, de acordo com Fernão Lopes, obteve uma "morte escura", solitária, com aparência distante do homem que fora, e uma cerimônia fúnebre muito pouco representativa ao estado de rei.<sup>518</sup> Na crônica de D. Fernando, conforme Lopes, o monarca teria reconhecido o fracasso que foi sua vida enquanto rei, sendo retratado pelo cronista como um agonizante extremamente infeliz, em que aqueles presentes em seu funeral não derramavam lágrimas

---

<sup>514</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 440.

<sup>515</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 375.

<sup>516</sup> CDD, cap. I, p. 75.

<sup>517</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 376.

<sup>518</sup> Ibidem, p. 376.

devido ao passamento do falecido, mas por pena dele.<sup>519</sup> Desse modo, ao contrário do irmão e sucessor, que mantinha a serenidade e características da boa morte nas suas palavras finais, D. Fernando fazia de sua última fala um ato de arrependimento e fé:

E quando lhe contarom os artijgoos da fe, como he costume respomdeo e disse: Todo esso creo como fiel christão, e creo mais que elle me deu estes Regnos para os mamter, em derecho e justiça; e eu por meus pecados o fiz de tal guisa, que lhe darei delles muj maao comto.<sup>520</sup>

A intenção do cronista, ao narrar a ordem que teria sido dada por D. João para que lhe fizessem a barba poucas horas antes do seu falecimento, aparenta ter o objetivo de comprovar que o rei se encontrava perfeitamente lúcido e sereno, assim, enfrentando a última prova de sua vida com a força que é concedida por Deus a seus predestinados, sinal evidente de salvação.<sup>521</sup> É importante ressaltar que dentro do imaginário do homem medieval, cara feia, espantosa, triste ou disforme, tanto nos mortos quanto nos vivos, representava para os primeiros sinais da eterna perdição, e para os outros indicativos de crime e pecado.<sup>522</sup> D. João I, ao contrário, ao demonstrar preocupação com a aparência antes de falecer, demonstrava a harmonia e a serenidade que ficava no semblante dos justos, claros sinais de sua bem-aventurança.<sup>523</sup>

É presente também nas palavras finais do rei a preocupação da aparência física vinculada ao prestígio da realeza. Morrer espantoso e disforme era um mau sinal para os destinos da alma de qualquer pessoa, de tal modo que não convinha a um monarca falecer em tais condições. De acordo com Armindo de Sousa, apesar de parecer plausível a preocupação de D. João com a boa morte, o mais provável é que essas palavras não tenham sido ditas pelo soberano, mas sim inventadas por Rui de Pina. Mesmo levando em consideração que os cronistas geralmente não faziam citações textuais e tem como característica das suas narrativas apresentar diálogos entre os personagens, é considerável a possibilidade de que o cronista, assim como aqueles que exerciam sua função naquele tempo, usasse de sua narrativa para valorizar e traduzir todo o enaltecimento do poder monárquico, e isso justificaria as palavras finais atribuídas ao Mestre de Avis em seu leito de morte.<sup>524</sup>

---

<sup>519</sup> LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1986.

<sup>520</sup> CDF, cap. CLXXII, p. 475.

<sup>521</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 441.

<sup>522</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2005.

<sup>523</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 445.

<sup>524</sup> Ibidem, p. 445.

Em seguida, Rui de Pina apresenta a parte mais carregada de simbolismos na sua narrativa sobre a morte de D. João I. Conforme o cronista

O dicto glorioso Rey acabou logo sua bemaventurada vida com mui claros sinaaes de Salvaçam de sua alma, a quatorze dias d'Agosto, vespera d'Assumpçam da Virgem Maria Nossa Senhora do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos e trinta e tres: e foi cousa assaz maravilhosa, e de singular exemplo de sua devaçam, e de grande pronostico de sua bemaventurança, que em tal dia taõbem naceo, e nelle, compría entam hidade de setenta e sete annos; e em tal dia, em batalha campal, em que se compriam quarenta e oyto annos, vencêo neste Regno ElRey Dom Joham de Castella, com que segurou seus Regnos e Estado: por cuja memoria mandou alli novamente edificar o Moesteiro de Santa Maria da Vitoria, que vulgarmente se diz da Batalha; e em tal dia, em que se compriam dezoito annos partiu de Lixboa, quando em Africa passou e tomou aos imygos da Fee a muy nomeada cidade de Cepta; no qual dia do seu falecimento ho Sol crys em grande parte de sua claridade; e assi tambem ho Sol crys, ho dia em que a Rainha Dona Felipa sua molher falleceo primeiro que elle em Sacavem; e assi o dia em que seu filho ElRey D. Duarte seu filho mayor, e herdeiro falleceo depois em tomar.<sup>525</sup>

Nota-se no discurso do cronista a apresentação de cronologias referentes ao dia do nascimento do monarca, da sua idade (setenta e sete anos), do décimo oitavo ano completo da partida para a conquista de Ceuta, do quadragésimo oitavo aniversário da vitória em Aljubarrota, ou seja, os principais "feitos" do rei coincididos com a data de sua morte. Além do seu falecimento coincidir com a véspera de umas das maiores festas de Nossa Senhora, por quem o soberano nutria grande devoção. Muitas dessas datas não batem, mas o importante aqui é a utilização dessa retórica pelo cronista como discurso legitimador e de propaganda da Dinastia de Avis.

Nesse discurso, D. João morreu no dia em que nasceu, fechando um ciclo. A data de sua morte coincidiria com as grandes conquistas de sua vida, a batalha de Aljubarrota, a independência e a conquista do trono português, e a partida para a conquista de Ceuta. Sabe-se que D. João teria falecido no dia 13 de agosto, mas levando-se em conta a problemática dos diferentes calendários, e a forma como essa questão aparece em diferentes documentos, e principalmente a oficialização da data por D. Duarte, o registro feito pelo monarca marcaria o dia 14 de Agosto como a data da morte do rei, unindo o simbolismo do passamento do monarca com a grande conquista de Aljubarrota (1385). Assim, D. João partiria desse mundo no dia mais "glorioso" de sua vida, exatos 48 anos após a vitória frente à Castela, que trouxe a independência ao reino e lhe garantiu o trono.

---

<sup>525</sup> CDD, cap. I, p. 75.

Qual seria a intenção do cronista em alinhar essas datas, com diversos erros cronológicos, em sua narrativa? É provável que sua intenção era reforçar a bem-aventurança de D. João I, a ponto de quase torná-lo um santo. Analisemos o discurso do cronista ao ligar a data de nascimento do rei com a de sua morte. Ao elaborar essa junção de datas, Rui de Pina teria cometido um erro intencional, provavelmente influenciado pelos registros de Gomes Zurara.<sup>526</sup> Por que o erro do cronista teria sido intencional? Porque ele próprio na *Crônica de D. Afonso IV* teria datado o nascimento do Mestre de Avis no dia 11 de abril, como pode-se perceber no seguinte trecho: D. João "nasceo em Lisboa, aos onze dias de Abril, do anno de Christo de 1357 annos que foy o primeyro anno do reynado de ElRey Dom Pedro seu padre".<sup>527</sup> Sabe-se que o cronista teria redigido essa crônica após ter feito a de D. Duarte, mas é provável que ao narrar a morte de D. João I já teria consultado os escritos de Fernão Lopes e Gomes Zurara, entre outras fontes que lhe serviram como referência.<sup>528</sup>

Errar propositalmente a data de nascimento de D. João para ligá-la a data do seu passamento tem uma importância significativa: o cronista objetivava proclamar que todos os acontecimentos da vida do fundador da Dinastia de Avis teriam sido destinados pelos céus, e sua estadia nesse mundo fora parte de um projeto celestial para a salvação do reino português. Assim como Fernão Lopes, Pina traz em sua narrativa o discurso messiânico personificado no Mestre de Avis, que, como os outros cronistas que insistem em relacionar os feitos do monarca a data de 14 de Agosto, reforça a glória de Aljubarrota. Por quê? Porque permanecia a preocupação em provar que este rei não era um usurpador e que a dinastia que fundara se assegurava não apenas no Direito, como garantiu João das Regras nas Cortes de Coimbra, como também pela vontade divina, uma dinastia sancionada por Deus, por meio da vitória na Batalha de Aljubarrota.<sup>529</sup> Ou seja, D. João I era o rei predestinado.

Outro erro do cronista chama atenção nesse trecho da crônica, D. João teria falecido aos setenta e sete anos de idade. Se o monarca nasceu no dia 11 de abril de 1357 e faleceu entre os dias 13 e 14 de agosto de 1433, ele viveu setenta e seis anos e quatro meses, não setenta e sete como narrou Pina. Outro erro intencional? Um descuido do cronista? De qualquer forma é carregado de significados. Por que alterar a idade que o rei falecera de setenta e seis anos para setenta e sete? Provavelmente isso remete a simbólica dos números, que tanto na Bíblia, como na Cabala, é atribuído ao número sete e seus múltiplos um lugar de grande importância. O número sete teve no mundo semita uma posição privilegiada,

<sup>526</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa, 1792, Tomo II.

<sup>527</sup> PINA, Rui de. *Chronica d'El-Rey D. Afonso IV*. Lisboa: Biblion, 1936, cap. LXI.

<sup>528</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 449.

<sup>529</sup> Idem.

relacionando-se às quatro fases da lua com sete dias em cada.<sup>530</sup> Então, associava-se a ideia do número sete como o período completo e a identificação deste número com o conceito de algo inteiro ou cheio. Com o número sete "se associa, pois, a ideia dum todo acabado e perfeito. O número significa totalidade e, mais que isso, totalidade querida e ordenada por Deus".<sup>531</sup>

Dentro dessa simbologia dos números, D. João teria vivido uma vida completa por propósitos misteriosos desde a sua criação e que iriam se revelando ao longo dos anos. Os cronistas incorporam todo esse simbolismo em suas narrativas, dando ênfase nos sinais reveladores do destino messiânico do monarca. Assim, conforme Pina, o Mestre de Avis nasceu e morreu em Lisboa, assim como nasceu e morreu no mesmo dia. O cronista ao afirmar que o rei faleceu aos setenta e sete anos poderia não ser obra de um descuido, mas de mais um erro intencional.<sup>532</sup>

Chegamos a um ponto crucial da narrativa e em que gira todo o simbolismo por trás da data 14 de agosto de 1433: ali se comemorava 48 anos da vitória na Batalha de Aljubarrota, que para os cronistas representava também o claro sinal de maravilha e prognóstico daquele que assim como em 1385 venceu o castelhanos e livrou Portugal do mal, também haveria de vencer as forças do Mal na sua batalha final. D. João faleceria no dia da maior glória de sua vida, e, portanto, dia de salvação.<sup>533</sup> Observemos que Rui de Pina também reforça que pela memória de Aljubarrota, ali mandou se construir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente conhecido como Mosteiro da Batalha. Na continuação da narrativa, o cronista ainda traria mais detalhes do sepultamento do monarca no seu Panteão Régio.

Assim como a evocação da memória de Aljubarrota, Pina também relaciona a data da morte do monarca à partida para a conquista de Ceuta. Novamente, o cronista comete erros. Como se sabe, a esquadra portuguesa partiu de Lisboa no dia 25 de julho, chegando a costa norte-africana no dia 7 de agosto, conquistando a cidade marroquina no dia 22 de agosto. De acordo com o cronista, naquele 14 de agosto de 1433 completavam-se 18 anos da partida para Ceuta. No epítápio de D. João I, encontra-se grafado que a sua morte aconteceu aos "dezento anos menos oito dias" após a conquista de Ceuta. O que dificultaria o cronista a associar o marco da conquista com a data de 14 de agosto, justificando a sua escolha da partida da frota portuguesa como uma forma de associar os eventos.<sup>534</sup> Qual seria a intenção de Pina ao fazer essa relação de datas? É notável no discurso cronístico que o dia 14 de

<sup>530</sup> Cf. LUCKER, Manfred. *Dicionário de figuras e símbolos bíblicos*. São Paulo: Paulus, 1993, pp. 227 - 228.

<sup>531</sup> HAAG, Herbert; BORN, A. Van den; AUSEJO, Serafín. *Diccionario de la Biblia*. Barcelona, 1967, p. 1858. *Apud* SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 450.

<sup>532</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 450.

<sup>533</sup> Ibidem, p. 451.

<sup>534</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 451.

Agosto era o dia da vitória para D. João I, e ser levado por Deus nessa data só poderia significar a garantia do seu lugar nos reinos do céu. Assim, todo o "relato cronístico é um arranjo ditado por essa intenção. Aljubarrota confirmou o Mestre como Rei; Ceuta atribuiu-lhe a grandeza mítica de vingador da Espanha".<sup>535</sup>

Rui de Pina ainda evocaria a manifestação dos astros no luto pela morte de D. João I. Conforme o cronista, no dia da morte do monarca, o sol teria se tornando cinza. Seja um elipse ou um obscurecimento, na narrativa essa reação do astro à morte do rei só poderia ser pautada como um milagre. Qual a perspectiva do cronista ao narrar esse acontecimento? Aparentemente, o cronista teve a intenção de reforçar que o caráter transcendente do dia da morte do soberano se tratava de um sinal declarativo de que um predestinado acabara de se finar. Entendemos que em diferentes culturas o sol tem uma forte ligação com a representação de reis e rainhas. Desse modo, seria natural aparecer essa característica na retórica do cronista, que põe o maior dos astros em sinal de luto no momento do passamento de um grande rei na terra.<sup>536</sup> Rui de Pina ainda menciona que esse fenômeno também teria ocorrido nos dias da morte de D. Duarte (1438) e D. Filipa (1415).

É provável que a narrativa sobre o eclipse ou obscurecimento do sol no momento da morte de D. João tenha sido criação de Rui de Pina. Fernão Lopes e Gomes Zurara não deixaram qualquer registro relatando tais acontecimentos. O primeiro, inclusive, era bem cético com a relação que os fenômenos naturais pudessem ter com a morte dos reis. De acordo com Lopes, os eclipses aconteciam em determinados tempos e nada tinham a ver com a morte régia.<sup>537</sup> Uma convicção muito diferente da apresentada por Rui de Pina. Vejamos o que o cronista narrou sobre os momentos seguintes à morte de D. João:

Na ora de seu falecimento eram presentes seus filhos, ho Ifante Dom Duarte, primogenito e herdeiro, e ho Ifante Dom Anrique, e ho Ifante Dom Joham, e ho Ifante Dom Fernando: porque ho Ifante Dom Pedro tambem seu filho a este tempo era em Coimbra, e do pranto e lamentações que ao tempo de sua morte os Ifantes seus filhos por mingoa de tal Padre, e os Vassallos por perda de tal Rey deviam fazer, escuso de as specificar: soomente saibase, que em caso que nas mortes dos Reys e Principes geeralmente se fazem sempre synaaes de grandes sentimentos, na deste glorioso Rey, assy em prantos e lagrimas, como na tristeza das vestiduras de todos se fez por muitos com muita spicialidade de dôr. Caa ho Reyno foi todo cuberto de vaso e burel, e nom era sem causa: porque regnou tanto tempo, e cõ vida tão

---

<sup>535</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 452.

<sup>536</sup> Ibidem, p. 453.

<sup>537</sup> CDF, cap. CX.

perlongada, que a nobre gente e povo do Reyno eram ja nelle, e per elle, per criação e bemfeitoria, todos reformados.<sup>538</sup>

Outra característica da boa morte seria a presença de entes queridos durante o passamento do indivíduo. Como nota-se nesse trecho da crônica, Rui de Pina aponta que no momento da morte de D. João I estavam presentes seus quatro filhos homens, o herdeiro D. Duarte, e os infantes D. Henrique, D. João e D. Fernando. A não presença do infante D. Pedro é justificada, o Duque de Coimbra em prantos e luto pela morte do pai não teria conseguido deixar seu ducado a tempo para acompanhar os momentos finais da vida do seu progenitor.

O que significa esse reforço da presença dos filhos na hora da morte? A presença dos descendentes no leito de morte representava para o moribundo sinais de benção divina e penhor do mérito, ideia reforçada pela própria bíblia sobre a ideia de que os filhos são sinal de benção divina para os pais. Desse modo, os filhos representam a concepção de realização humana, e também a ideia de garantia de sobrevivência para além da morte, e no caso dos infantes, a certeza da continuidade da dinastia, por isso é tão significativo destacar a presença dos infantes ao lado do pai nos seus instantes finais.<sup>539</sup>

É interessante observar a omissão do cronista sobre a presença de filhos bastardos ou filhas mulheres. Não há menção a presença da filha D. Isabel, Duquesa de Borgonha, e única filha legítima do monarca, como de seus filhos bastardos, D. Afonso, Conde de Barcelos e que provavelmente estava presente no momento, além da outra filha, D. Beatriz, Condessa de Arundel. Entende-se que a presença dos filhos bastardos, nascidos fora do casamento, e, portanto em pecado, poderia trazer uma imagem negativa para a sacralidade que envolve o momento da morte do rei, por isso conviria para o cronista omitir as suas presenças. Quanto às filhas mulheres, estas são apagadas dos registros memorialísticos comuns nessas sociedades masculinas.<sup>540</sup>

Uma questão fundamental para entender as evocações de memórias idealizadoras da morte de D. João também está centrada no uso da data 14 de Agosto de 1433 como dia da sua morte. Diversas fontes oriundas dos séculos XV e XVI reforçam o dia 14 como o marco do falecimento do monarca, como o próprio Rui de Pina, mas o mais provável é que o soberano tenha falecido no dia anterior, e para relacionar o seu passamento a Aljubarrota, tanto D. Duarte, como os cronistas posteriormente, daria ênfase no dia 14 objetivando engrandecer ainda mais a memória da morte do rei.

---

<sup>538</sup> CDD, cap. I, pp. 75-76.

<sup>539</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 436.

<sup>540</sup> Ibidem, p. 438.

Um dos testemunhos mais próximos ao acontecimento foi registrado por Gomes Eanes de Zurara no capítulo 30 da *Crônica de D. Pedro de Meneses*. Conforme o cronista

E foy esto no anno do nascimento de christo de mil iiiij<sup>c</sup> xxxij no qual se foy  
deste mundo o muy excellete principe elRey dom Joham Rey magnanymo e  
de gramde uertude o qual se finou na cidade de lixboa a xiiij<sup>o</sup> dyas dagosto  
dagosto uespera da assunçom de sancta Marya em tal dya como elle nacera.  
E em tal dya ouue uencimento delRey de castella na batalha que com elle  
ouue acerca dalJubarrota.<sup>541</sup>

Assim como Rui de Pina, que como já vimos foi bastante influenciado pelos registros de Zurara, o cronista também relaciona o dia da morte de D. João com a comemoração de dois aniversários: a do nascimento e o da vitória em Aljubarrota. Zurara também comete o erro de colocar a data de nascimento do rei nesse dia, provavelmente de forma voluntária. A intenção do cronista é clara: o esforço de coincidir a morte do soberano com o marco de Aljubarrota.<sup>542</sup>

Um outro testemunho importante sobre essa questão é aquele registrado nos epitáfios do túmulo de D. João I. No monumento fúnebre foram registrados dois epitáfios em latim, um em verso na cabeceira, e outro em prosa na sua lateral esquerda. Nesses, se encontra toda a glorificação a memória de um rei que se pretendia imortalizar por meio desse gênero literário que é extremamente apropriado para isso. Os epitáfios são obviamente textos de "propaganda dinástica como, de resto, a capela onde encontra, todo o mosteiro, erigido para perpetuar um sucesso militar e servir de panteão real, e, em suma, o lugar - a *Batalha* por antonomásia."<sup>543</sup>

No túmulo conjugal que abrigou os corpos do rei e da rainha, o sucessor do Mestre de Avis mandou colocar dois epitáfios, unindo memória escrita e memória em pedra. Ambos foram redigidos em 1434, e mesmo se não forem de autoria de D. Duarte, é certo que no mínimo teve o seu texto orientado pelo rei sucessor. Nesses, registrou os feitos virtuosos de seus pais: D. João, o rei invicto, primeiro rei cristão que depois da "invasão" muçulmana para a Espanha foi senhor da famosa cidade de Ceuta na África, ressaltou também a vitória no Cerco de Lisboa e a grande vitória em Aljubarrota, exaltando as suas qualidades enquanto pai, não apenas da virtuosa linhagem de Avis, mas como "pai do povo português". O rei herdeiro então objetivava gravar em pedra uma memória idealizada por características da superioridade do percurso de vida do seu pai, baseado na invencibilidade e seus altos feitos. Reforça-se

<sup>541</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa: 1792, Tomo II, cap. XXX.

<sup>542</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 457.

<sup>543</sup> Ibidem, p. 458.

também o ideal cruzadístico, que seria adotado no reinado de D. Duarte com a tentativa de novas conquistas no norte da África.<sup>544</sup>

Nota-se novamente o recurso a memória de Aljubarrota. No texto laudatório reforça-se que D. João, após a morte de D. Fernando, tomou a defesa da cidade de Lisboa e do Reino para si, defendendo a primeira do cerco castelhano, sendo levantado rei em Coimbra e depois, em campo de batalha, derrotou em minoria de homens a poderosa armada de Castela. Há também a evocação da intervenção divina em prol desse rei tido como predestinado, que graças a ajuda da Virgem, na véspera da sua festa de Assunção no mês de Agosto, e seria em sua honra e louvor e pela memória da batalha, que mandou erguer ali aquele convento, o Mosteiro da Batalha, que "é a melhor obra de toda Espanha".<sup>545</sup>

O monumento é obviamente um elemento propagador do que a Corte considerava importante reforçar e evocar sobre a memória de D. João, e é também o documento mais antigo no que se refere a datação da morte do soberano.<sup>546</sup> No epitáfio, foi registrado que o Mestre de Avis, no mês e vigília citados (agosto e Véspera de Assunção no ano de 1433), este *gloriosíssimo* Rei acabava de forma bem-aventurada a sua vida terrena.<sup>547</sup> Notamos duas questões relevantes no texto laudatório: o reforço da boa morte e também a omissão da identificação numérica do dia em que o ocorreu o falecimento. Mas é provável que no epitáfio já havia a intenção de reforçar o dia 14 como a data da morte de D. João I.

Outro testemunho que aponta a data da morte do monarca em 14 de agosto é o relato da *Certidão do Milagre da Cera*. A Certidão é um documento público e oficial, que passou por avaliação régia e do Arcebispo de Lisboa. No documento é conferido a legitimidade do milagre que teria ocorrido nos dias 13 e 14 do mês citado. Esse milagre consistia no seguinte: no quarto ano do aniversário da morte de D. João I, a cera dos círios e tochas que queimavam nas cerimônias comemorativas do evento não se consumiram, pelo contrário, teriam crescido. E isso foi tido como um milagre e a comprovação de que o rei falecido encontrava-se no reino do Céu. O que o acontecimento desse fenômeno poderia representar para os seus contemporâneos? Obviamente causaria um alvoroço entre as pessoas, e relacione-se isso ao fato de que toda Lisboa comemorava também o aniversário da vitória em Aljubarrota. Assim, passava-se a imagem de que esse rei e herói era também um santo,

---

<sup>544</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 390.

<sup>545</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 390.

<sup>546</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 458.

<sup>547</sup> Cf. SOUSA, Fr. Luís de. *História de S. Domingos*. Porto: LELLO & IRMÃO. 1977. (Vol. I)

pelo menos era o que garantiria a Igreja ao soar os sinos. Aquela tarde de quarta-feira, dia 14 de Agosto de 1437, "teria reunido todas as condições duma real apoteose".<sup>548</sup>

Voltemos a discussão sobre a relação da comunidade com a morte dos chefes, ou melhor, a morte régia. Parte significativa dessa relação entre morte e poder, e o culto e celebração ao passamento dos reis é baseada na crença e na garantia de que o finado soberano continuasse a olhar e proteger o seu povo para além da vida.<sup>549</sup> O relato desse suposto milagre, ao imaginário do povo, e obviamente reforçado por aqueles que tinham o monopólio do sagrado (o clero), só poderia significar que D. João I, que se encontrava ao lado do criador, continuava a proteger Portugal. E é essa concepção que poderia ter sido utilizada por D. Duarte para legitimar a partida para Tânger em 1437. O monarca ainda associaria a expedição como um dos últimos desejos do seu pai, assim, o acontecimento desse fenômeno também seria uma manifestação do falecido, reivindicando do outro mundo que se cumprisse sua vontade final.<sup>550</sup> A Certidão do Milagre da Cera retoma a evocação a data 14 de agosto, e mais, oficializava que D. João estava no céu, e por ele, seu filho lançaria empresa em Ceuta.

Outros dois documentos redigidos entre as décadas de 1430 e 1450 trazem uma nova questão para o dia da morte de D. João, pois ambos reforçam o dia 14 de Agosto, mas dessa vez indicando a hora do falecimento, que teria ocorrido às duas horas da manhã. Esses documentos são o *Testemunho do Manuscrito 80*<sup>551</sup> e o *Testemunho do Livro de Conselhos de El-Rei D. Duarte*. O primeiro documento, uma cópia já tardia, provavelmente redigido na década de 1450, teria baseado-se no segundo relato. Observamos o relato sobre a morte do rei no Manuscrito 80:

Jtem na era de mil E iiiij<sup>c</sup> xxx e Tres anos quatorze dias do mes d(e) agosto  
Em sesta feira depois da mea noyte duas oras se finou o muy llouvado e  
glooriosa E Jmmortal fama EllRey dom Joaõ que vemceo a batalha a EllRey  
de castella Em vespera de samta marya d(e) agosto e finouse no castello da  
çidade de llyxboa.<sup>552</sup>

Novamente nota-se a evocação a vitória em Aljubarrota e a morte na véspera de Assunção. Chama a atenção o detalhe dado a hora do passamento como sendo as duas da manhã. A possibilidade do monarca ter morrido nas últimas horas do dia 13 ou nas primeiras do dia 14 também poderia relacionar-se a uma pequena confusão feita pelas diferenças entre

<sup>548</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 459.

<sup>549</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001.

<sup>550</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 463.

<sup>551</sup> *Testemunho do Manuscrito 80*. Biblioteca Municipal do Porto, *Códice 80*, F. A., Fls. 114-118 v.º. In: SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 482.

<sup>552</sup> Ibidem, p. 483.

os calendários litúrgico e civil. Assim, poderíamos separar duas datas da morte do rei, a que teria mesmo ocorrido, no dia 13, e uma comemorativa, a do dia 14. Qual fonte poderia induzir que o monarca teria mesmo falecido no dia 13 de agosto de 1433? O *Código de 1687 do Arquivo Distrital do Porto*<sup>553</sup> traz em parte do seu conteúdo a descrição de uma carta régia outorgada por D. Afonso V, que seria de autoria de D. Pedro enquanto regente do reino. O regente do reino registrou que:

Com esta declaraçom e Jnterplicaçam mandamos que a dita ley se goarde para sempre como em ella he contheudo E por nom vijr em duujda o dito senhor Rey dom Joham se finou treze dias d(e) agosto do nasçimento de nosso senhor Jhesu Christo de mjll iiij<sup>c</sup> e xxxiij anos.<sup>554</sup>

Com essa declaração, para não deixar dúvidas, o regente confirmava que o monarca faleceu no dia 13 de Agosto de 1433. O que leva a crer que essa fonte tem mais credibilidade que as demais sobre essa questão? Em primeiro lugar trata-se de um texto legal, que possivelmente foi decidido em uma reunião de D. Pedro com o clero, marcada por volta de agosto do ano de 1447. Tratava-se de uma lei que visaria beneficiar instituições religiosas em doações provindas de heranças, com a garantia da posse de seus bens adquiridos no período que abarcava até o falecimento de D. João.

O documento é um texto de natureza jurídica, portanto, um instrumento legal que se destinava a divulgação por todo o reino em ocasião de litígios judiciais.<sup>555</sup> O seu conteúdo ganha maior credibilidade por ser apêndice declarativo da lei, proferido por um legislador, objetivando a acabar com dúvidas e prevenir más interpretações. Por isso, enquanto lei redigida, visava evitar ambiguidades e equívocos. Daí o seu *status* de declaração oficial que não deixava qualquer dúvida de que D. João I morreu no dia 13 de agosto.<sup>556</sup>

Partimos do pressuposto que a "memória busca suportes para reter e evocar. Quando se trata de datas, os suportes mais firmes são os de natureza social: festas e celebrações cíclicas".<sup>557</sup> De tal modo, por isso era maior a probabilidade que o rei teria morrido no dia 14 de agosto, no caso de dúvida, do que poderia ter ocorrido no dia anterior. Há registros que revelam que a morte do monarca foi solenemente comemorada na cidade de Lisboa, por decreto, entre os anos de 1435 e 1438. Sabe-se que a relação de D. Pedro com o

<sup>553</sup> *Carta Régia de D. Afonso V* de 21 de Março de 1448. Arquivo Distrital do Porto, Livro 29 (Código 1687), fl. 67. In: SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, pp. 484 - 487.

<sup>554</sup> *Carta Régia de D. Afonso V* de 21 de Março de 1448. Arquivo Distrital do Porto, Livro 29 (Código 1687), fl. 67. In: SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 486.

<sup>555</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 469.

<sup>556</sup> Ibidem, 470.

<sup>557</sup> Idem.

seu pai não era das melhores. O infante constantemente reclamava que o monarca não lhe dava o protagonismo que merecia, e por isso teria saído do reino em algumas ocasiões em busca do valor que achava merecer. Então, é crível que o regente não teria motivações pessoais para alimentar o mito em cima da morte do progenitor pela sua data comemorativa e simbólica. Portanto, qual seria o interesse do Duque de Coimbra em contrariar a tradição sobre o dia da morte do seu pai? Provavelmente não haveria esse interesse, levando em consideração que ainda não existia tal tradição. As crônicas que a alimentariam ainda estavam por ser escritas. As exéquias anuais de Lisboa que poderiam consistir na origem das comemorações na data simbólica acabam ainda em 1438, ano do falecimento de D. Duarte, o que daria maior credibilidade para o documento e a possibilidade do Mestre de Avis ter falecido no dia 13 de agosto.<sup>558</sup>

Chegamos a algumas hipóteses importantes: o dia 14 de Agosto seria a data comemorativa da morte do rei, dentro do calendário litúrgico, enquanto o dia 13 de agosto seria o provável dia do falecimento de D. João I, dentro do calendário civil. A própria datação das horas e dos dias na diferença entre os calendários já traz esse problema de conotação da data. Se o monarca morreu na noite do dia 13, nas proximidades da meia noite, no calendário litúrgico já poderia ser considerado dia 14, pois o dia nessa concepção era do nascer ao por do sol, e assim, poderia não ser um erro intencional, mas apenas a interpretação religiosa do tempo.<sup>559</sup> Obviamente, a Igreja demandava que se usasse o seu calendário, enquanto os oficiais judiciários régios, que fosse utilizado o calendário civil. Essa dicotomia abriria caminho para fraudes, e foi essa situação que D. Pedro quis evitar ao registrar que não ficasse dúvida de que seu pai faleceu no dia 13 de Agosto de 1433.<sup>560</sup>

A morte de D. João I teria ocorrido no dia 13, após o pôr do sol, mas anteriormente a meia noite. Pelo calendário civil considerava-se dia 13, pelo eclesiástico, dia 14 e véspera da Assunção de Virgem Maria. Pelas evocações da boa memória do rei e visando dar prestígio ao seu reinado, evocava-se na morte a vitória em Aljubarrota, e por isso, tornava-se necessário o marco do dia 14 como data do seu falecimento.<sup>561</sup> Levando em consideração o imaginário político-religioso da época, faz-se crer que o objetivo da construção dessas memórias centralizadas em Aljubarrota e na associação da morte do monarca com essa data, desde a sua gravação em pedra nos epitáfios ao primeiro capítulo da

---

<sup>558</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 471.

<sup>559</sup> Cf. ÁRIES, Philippe. *O tempo da História*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

<sup>560</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 473.

<sup>561</sup> Ibidem, p. 478.

crônica escrita por Rui de Pina, era primordialmente dar legitimidade não apenas ao reinado do seu fundador, mas de toda a dinastia.

No capítulo 5 da *Crônica de D. Duarte*, Rui de Pina narra a trasladação do corpo de D. João I e o seu sepultamento no Mosteiro da Batalha. Seguido o falecimento do rei, D. Duarte, os infantes e o conselho régio se reuniram para decidir sobre a cerimônia e o sepultamento de D. João. O conselho primava pelo cumprimento da vontade registrada em testamento pelo monarca, de ser sepultado no Mosteiro da Batalha, mas parte dos membros sugeriram que o fizessem na Sé de Lisboa, devido ao estado do corpo e a preocupação com a sua deterioração, e que depois fizessem a trasladação para o mosteiro. Depois de um intenso debate, decidiram que o corpo do rei fosse colocado em um ataúde de chumbo bem soldado que garantiria a sua conservação.

Posteriormente, os infantes, condes e grandes senhores do reino, em uma procissão solene, carregaram sobre os seus ombros o ataúde do castelo até a Sé de Lisboa, deixando-o sob o cuidado de religiosos, de toda a clerecía da Sé e ordens da cidade no altar de São Vicente e ali se realizaram várias cerimônias, missas e orações pela sua alma durante os dois meses que se seguiram.<sup>562</sup>

Após dois meses de exposição para os súditos na Sé de Lisboa, iniciava-se nos últimos dias de outubro o processo de trasladação do corpo do monarca para o Mosteiro da Batalha. No dia 26, liderados por D. Duarte, os infantes, alguns senhores e religiosos escoltaram o ataúde pelas ruas de Lisboa, para que os habitantes da cidade se despedissem do seu rei, que tinha forte ligação com ela. Partindo da cidade, o cortejo fúnebre seguiu em itinerário por outros importantes espaços do sagrado no reino, como os mosteiros de Alcobaça e Odivelas até, em um período de quatro dias, chegar ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória.<sup>563</sup>

No panteão batalhino, o cortejo foi recebido por todos os bispos em trajes pontificais e os demais membros da clerecía munidos de suas vestes mais ricas e hasteando cruzes. A tumba de D. João foi carregada novamente nos ombros dos infantes. O sermão da cerimônia principal ficou ao cargo do confessor de D. Duarte, o dominicano Frei Fernando de Arroteia, que seguiu as recomendações do novo monarca para essas exéquias. A parte da pregação baseada em escritos duartinos focou na idealização da família de Avis, principalmente no exemplo que deveria se retirar das virtuosas vidas de D. João I e Dona Filipa, além de ressaltar também seus descendentes, o rei herdeiro, os infantes, netos e

---

<sup>562</sup> CDD, cap. I.

<sup>563</sup> CDD, cap. I

bisnetos.<sup>564</sup> O sucessor do trono pretendia, sobretudo, reforçar a imagem da família real e da nobreza senhorial portuguesa, e assim, como ordenado pelo pai no seu testamento, D. Duarte cumpriu a risca as suas obrigações para com as cerimônias fúnebres do casal real e os cuidados dedicados ao Mosteiro da Batalha.

### 3.4 - As memórias da morte régia: D. Filipa e D. Duarte

Não apenas ao Rei de Boa Memória foram destinados registros da sua boa morte, ou edificadas memórias idealizadoras do passamento. À D. Filipa de Lencastre e D. Duarte, Gomes Zurara e Rui de Pina dedicariam uma parte das suas narrativas para descrever os momentos finais e o sepultamento desses membros da Casa de Avis. A principal narrativa sobre a morte da Rainha Dona Filipa foi redigida por Gomes Eanes de Zurara na sua *Crônica da Tomada de Ceuta* entre os capítulos 39 e 46.<sup>565</sup> O cronista, como não poderia ser diferente, liga os momentos finais da soberana como decisivos no sucesso que a empresa marroquina viria a ter, desde a consagração dos infantes aos sinais da boa morte, da santidade e da bem-aventurança que a rainha teria demonstrado antes de morrer.

Como vimos anteriormente, conforme Zurara, a Rainha Dona Filipa viria a desempenhar um papel muito importante nos momentos que antecederam a expedição portuguesa. D. João consultou a sua esposa sobre a empresa, e a soberana que era partidária entusiasmada da ideia cruzadística de expansão da fé cristã e combate aos infiéis, acabou por dar o seu consentimento. Mais ainda, como cabeça do séquito feminino da corte (e do Reino), Dona Filipa usufruía de muita influência com as esposas dos vassalos de seu marido e seu apoio seria fundamental nessa questão. Sabe-se que a dama já há algum tempo manifestava a vontade de armar seus filhos cavaleiros e assim via nessa expedição uma grande oportunidade também para fazê-lo, mesmo afirmando que por ser a mãe, temia o perigo que tal empreendimento traria a seus descendentes.<sup>566</sup>

Apesar do consentimento, a rainha se desagradou ao saber a intenção de seu marido em participar da expedição. Dona Filipa alegou que entendia a necessidade de seus filhos, ainda jovens (os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique tinham por volta de 20 anos de idade), participarem de tal aventura para ganhar honra, e igualarem-se aos grandes príncipes e senhores de quem descendiam, mas quanto ao rei, já não havia a necessidade de

<sup>564</sup> CDD, cap. V.

<sup>565</sup> ZURARA, Gomes Eannes. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, caps. XXXIX - XLVI.

<sup>566</sup> CTC, cap. XX, p. 63.

realizar tais feitos, pois já havia conquistado tamanha honra, além da sua avançada idade, que já passava dos 50 anos. A soberana ainda reforçou que uma eventual derrota poderia manchar a memória invicta do seu passado e que era melhor que o monarca permanecesse no Reino.<sup>567</sup> D. João respondeu a sua esposa que a sua motivação não viria da busca por honra, mas da redenção pelo sangue cristão que derramou na luta contra os castelhanos, que haveria de ser conquistado ao fazer o serviço de Deus no combate aos infiéis, recorrendo ao ideal da guerra justa, argumento que teria persuadido a Rainha.<sup>568</sup>

Os três anos seguintes foram de preparativos, juntar a frota e armada necessária, além de formas de conseguir o financiamento da empresa. No início da expedição, 1415, enquanto o monarca e os infantes se preparavam para a viagem a Ceuta, chegava a notícia de que a rainha estava doente, atingida pela peste. Zurara reforça ainda que a senhora, uma das "princesas de maior devoção do mundo", estava fragilizada também devido aos jejuns, orações e vigílias que tinha como prática, apesar das recomendações dos físicos de que os exagerados jejuns fariam mal para a saúde.<sup>569</sup>

No mês de julho, a rainha se retirou ao Mosteiro de Odivelas, onde passou seus últimos dias de vida. Temendo o pior, a rainha mandou chamar seus filhos com a intenção de armá-los cavaleiros de Cristo. Aos infantes D. João e D. Fernando, ainda muito jovens, com 15 e 12 anos respectivamente, não foi permitido que permanecessem próximo a mãe, devido ao grande risco de contágio da doença. Mas os filhos mais velhos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique permaneceram ao lado da mãe, especialmente o herdeiro, que buscou os melhores físicos e cirurgiões do reino.<sup>570</sup>

D. Filipa, tomando conhecimento que a morte se aproximava, na prosa do cronista, mandou trazer uma cruz de madeira, que na época acreditava-se ser o crucifixo do Lenho da Cruz e o partiu em quatro pedaços, dando cada parte para os três infantes e a parte restante guardou para o marido, "El Rey seu senhor". A soberana então teria rogado aos filhos que recebessem essa preciosa joia, que ela os dava com grande doação, que essa por vontade de Deus, seria um perfeito escudo e defesa para os perigos da alma e do corpo, contra qualquer inimigo temporal ou espiritual, especialmente os infiéis que enfrentariam em África.

O presente que a mãe lhes dava, para ela, não era apenas defesa contra seus inimigos, mas também "segundo se compta no seu officio o quall diz. ffugij partes auersas, ca

<sup>567</sup> CTC, cap. XX, p. 64.

<sup>568</sup> CTC, cap. XX, p. 65.

<sup>569</sup> CTC, cap. XXXVII, p. 117.

<sup>570</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 79.

uemçeo ho liam, o quall je Jesu Christo, que nella padeçeo".<sup>571</sup> Este ato profundamente simbólico, em vésperas da "cruzada" de Ceuta, tornava os infantes em Cavaleiros de Cristo, com o dever de lutar contra aqueles que O renegavam, assim, "a sua empresa militar legitimase na defesa e expansão da fé cristã. E sempre as relíquias da cruz acompanharão os infantes até ao fim dos seus dias".<sup>572</sup>

Quando as espadas que a Rainha encomendou finalmente chegaram, ela armou seus filhos e designou-lhes as "nobres" funções que deveriam representar no reino. À D. Duarte, o herdeiro do trono, caberia a justiça para a governança do povo português, que ele fosse a "espada de justiça pera reegerdes os gramdes e os pequenos destes rregnos, depois que a Deos prouver que seiam em uosso poder".<sup>573</sup>

Ao infante D. Pedro, deixou o serviço de cuidados e honra das donas e donzelas do reino, dizendo ser uma das grandes responsabilidades de um cavaleiro. À D. Henrique, deixava a função de cuidado de "todollos senhores, caualleiros fidallgos e escudeiros destes rregnos", que o filho zelasse pela relação de lealdade com os vassalos e a nobreza portuguesa.<sup>574</sup> Ao herdeiro da Coroa, a soberana pediu ainda que fosse responsável pela boa concórdia dos irmãos e aos outros dois que acatassem as suas ordens, insistindo na "união da linhagem como suporte do Reino".<sup>575</sup> Os filhos, em lágrimas, nos dizeres de Zurara, beijavam a mão de sua mãe e recebiam as bênçãos que dela vinham, assim acatando prontamente os seus mandamentos.

O discurso construído em cima do modelo de rainha exemplar em volta de D. Filipa, tanto por D. Duarte, como por Fernão Lopes, de uma virtuosa cristã, mãe, esposa e educadora, acumulava-se na narrativa de Zurara com "o carisma da incentivadora do projecto expansionista e da distribuidora das missões a desempenhar pelos infantes. D. Filipa consagrava-se como agente fundamental da legitimação da dinastia avisina".<sup>576</sup>

Na narrativa do cronista, a rainha, com sua determinação e atitudes, trazia uma predestinação da conquista que viria a ser atingida em Ceuta, dando a soberana um importante papel também como anunciadora do sucesso da expedição. Com a sua morte, a empresa ao norte africano foi adiada por algumas semanas, e no começo de agosto, os portugueses embarcariam para a sua aventura em terras marroquinas. Entre os capítulos 37 a 43, Zurara constrói uma narrativa centrada na intervenção da monarca nos destinos do reino e da

<sup>571</sup> CTC, cap. XL, p. 125.

<sup>572</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 80.

<sup>573</sup> CTC, cap. XLI, p. 127.

<sup>574</sup> CTC, cap. XLI, p. 129.

<sup>575</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 81

<sup>576</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 238.

dinastia. Cumprida as suas missões terrenas, a rainha teria declarado que a partida para o norte africano se realizaria no dia de Santiago e que do Além contemplaria essa partida.<sup>577</sup>

O cronista ainda dedicou-se a comentar sobre a relação do homem com a hora da morte. Conforme Zurara, esse momento era uns dos mais difíceis e terríveis entre todas as coisas do mundo, "homde teem mujtos que as almas ssom assy apressadas com as imfernais uiissões, que lhe alli apareçem, que o espamto lhe faz perder a uerdadeira fortalleza".<sup>578</sup> Assim, a hora da morte era a coisa mais terrível entre todas as do mundo, pois ela era geralmente seguida de "visões infernais" do moribundo. Essa rainha santa, enquanto bem-aventurada e eleita por Deus, obviamente não compartilharia de tal situação. Portanto, o cenário de sua morte completava-se ainda com a visão da Virgem, que lhe traria a certeza de sua salvação:

Esta Rainha Dona Fellipa, que estamdo naquelle pomto que ja ouuiestes, lhe apareçeo nossa Senhora pera lhe dar uerdareyro esforço pera passagem daquela hora forte, ca depois destas cousas que ja dissemos, ella emdemçou seu rrostro pera çima, teemdo seus olhos dereitamente comtra o çeo, sem nenuã mudamento de comtenença e foy uisto que ella huñ arr todo cheo de graça, o quall todos uiisuellmente conheciam que era spirituall, jumtamdo suas maãos, como teemos em costume de fazer quamdo ueemos o corpo do Senhor, e disse. Gramdes louuores seiam dados a uos minha Senhora, porque uos prouue do alto me uijrdes uisitar. E assy filhou a rooupa que tijinha sobre ssy, e a beyiou, como sse beyasse huña paz.<sup>579</sup>

Dona Filipa comungou e foi ungida, pois os físicos determinaram que restava para a rainha apenas mais um dia de vida. Em seu último dia de vida, 18 de julho de 1415, a monarca ordenou que se realizasse a reza dos ofícios dos mortos, no qual seguiu atenta, corrigindo os erros dos clérigos.<sup>580</sup> Findando o ofício, entregou sua alma à Deus, com "um sorriso nos lábios", representando a teoria dos Doutores da Igreja de que "o homem que dereitamente da de uiuer, uenha a este mundo chorando, e se parta delle rrijmndo".<sup>581</sup> Assim, o cronista objetivava enfatizar a "boa morte de uma rainha exemplar e a intervenção da rainha nos destinos de Portugal e no futuro da Dinastia de Avis".<sup>582</sup>

Devido as condições climáticas, e como era prática no verão, além do estado em que se encontrava o corpo devido aos avanços da peste (bubônica), o enterro foi apressado e feito logo na noite do dia de seu falecimento. Na narrativa do cronista, o sepultamento aparece como feito de forma rápida e discreta, algo não condizente com a morte de uma rainha. Os

<sup>577</sup> CTC, caps. XLIV - XLV.

<sup>578</sup> CTC, cap. XLIV, p. 136.

<sup>579</sup> CTC, cap. XLIV, pp. 136-137.

<sup>580</sup> CTC, cap. XLV.

<sup>581</sup> CTC, cap. XLV.

<sup>582</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2011, p. 82.

infantes e os grandes senhores do reino acompanharam a cerimônia, todos vestidos de burel em sinal de luto e de dor. O simples cortejo, justificou Zurara, "não seria tão grande em este mundo como lhe seria feito no outro".<sup>583</sup>

A simplicidade da cerimônia fúnebre da rainha foi um dos motivos que levariam no ano seguinte, em 1416, o Rei D. João mandar fazer a transladação dos restos mortais de Dona Filipa para o Mosteiro da Batalha. O escrivão da puridade de D. Afonso V, Gonçalo Lourenço, narrou a cerimônia de transladação da soberana para a Batalha,

Estando hi o muito alto, ilustriximo dom Joham pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Çepa e com el os muitos altos e nobres senhores Ifantes seus filhos e os nobres condes e cavaleiros e ricos homees e fidalgos dos seus senhorios e outrossi muitos muitos honrrados e discretos bispos e abades e priores de sua terra e muito clérigos e religiooes dos seus Regnos que por seu mandado foram chamados pera traladarem aa mujo alta e nobre ilustrixima sua molher dona Philipa Rainha dos dictos Regnos em cuja gloria Deus acrecente, do Moesteiro d Odivelas onde primeiramente foy sopultada ao dicto Moesteiro de Sancta Maria da Batalha.<sup>584</sup>

Em um momento em que o rei já havia conquistado Ceuta e legitimado seus filhos pelas armas, uma grande cerimônia fúnebre para a sua consorte, que teria desempenhado um papel fundamental nessas questões, e mais, utilizaria dessa ceremonialização como propaganda do poder político de forma a inaugurar o seu precioso panteão da Batalha.

Ao contrário do discurso da boa morte construído na narrativa de Gomes Zurara sobre o passamento de Dona Filipa e por Rui de Pina na narrativa do falecimento de D. João I, o cronista registrou o falecimento de D. Duarte, o rei biografado, sob outras perspectivas: na crônica, diferente do seu pai, D. Duarte morreu em tristeza, abatido pelos erros cometidos em vida, a melancolia que o afetara em parte de sua vida seria retomada nos seus momentos finais. A sua narrativa é centrada na concepção da História *Magistra Vitae*, e seu texto enquanto reforço da ideia de uma história mestre da vida busca levar as más decisões do monarca, ou pecados, na concepção do autor, que seriam a indecisão, a pusilanimidade e a tibieza, como exemplos a serem evitados para os futuros soberanos de Portugal.<sup>585</sup>

É provável que Rui de Pina, acostumado a narrar sucessos e feitos memoráveis, como aqueles que deveriam unicamente ser registrados em crônica, e assim tomando como

<sup>583</sup> CTC, cap. XLIV.

<sup>584</sup> A.N.T.T. - Santa Cruz de Coimbra, 2.º incorp., Mº 18, Doc. "Alm. 34, Mº 3, Nº 22". In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 93.

<sup>585</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 420.

<sup>585</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, p. 420.

exemplo as conquistas em África de D. João I e, principalmente, posteriormente com D. Afonso V, não por acaso chamado o Africano, não poderia deixar de construir sua narrativa em cima do feito, ou do episódio infortúnio que marcou o reinado de D. Duarte: o desastre de Tânger. Assim, o cronista ocupa-se desse evento como se nenhum outro acontecimento entre os anos de 1433 e 1438 fossem dignos de registro para a memória, e dentro de um conceito laudativo de crônica, tenta eximir o monarca da sua responsabilidade quanto a autoria da empresa marroquina, o que empobrece mais a imagem construída do soberano.<sup>586</sup>

Sabe-se por meio dos próprios registros do monarca que D. Duarte tinha medo da peste.<sup>587</sup> A preocupação com a morte e a "pestilência" aparecem associadas nos escritos do rei. Assim como faz com outros temas, o sucessor de D. João formula interpretações e busca entender a doença e a relação com a morte para além da explicação dos físicos ou mesmo das teorias da Igreja, encarando os seus medos para tentar vencê-los.<sup>588</sup> Essa questão foi reforçada ainda no comportamento do monarca quando foi tomado pelo estado de melancolia após D. João lhe atribuir importantes tarefas e ofícios e nos momentos ao lado do leito de morte da mãe. Para tentar vencer o medo da doença e da morte, buscou nas "boas folganças" ou "divertimentos honestos" a solução ou cura para os males que lhe afigiram. Mas como um bom amante das ciências, como reforça Pina, o soberano entendia que a peste, por se tratar de uma enfermidade endêmica, necessitava também ser tratada por medicamentos, os quais sempre buscava a produção de novas receitas por meio dos físicos (muitos desses eram judeus) e botânicos que mantinha em sua corte.<sup>589</sup>

Em o *Leal Conselheiro*<sup>590</sup>, podemos observar que quando se tratava da sua vida, D. Duarte deu preferência para o segundo modelo de tratamento. O monarca afirma em seus escritos que não é prudente para um homem permanecer em locais de perigo de contágio, onde pessoas morrem por causa da doença. O rei reforça ainda que o homem deve se servir da razão "lume de entendimento", que entende por dom divino, para definir o que faz bem e o que é prejudicial para a sua saúde.<sup>591</sup> Em agosto de 1438, o reino português encontrava-se tomado pela pestilência, é seguindo os conselhos dos seus físicos que D. Duarte se retiraria

<sup>586</sup> SOUSA, Armindo de. *op. cit.*, 1984, pp. 420-421.

<sup>587</sup> Cf. D.DUARTE (Obras). Introdução e Seleção de Afonso Botelho. Edição comemorativa aos 600 anos do nascimento do rei. Lisboa: Verbo, 1991.

<sup>588</sup> VENTURA, Margarida Garcez. *op. cit.*, 2010, p. 535.

<sup>589</sup> Ibidem, p. 535.

<sup>590</sup> Cf. D. DUARTE (Rei de Portugal). *Leal conselheiro e Livro da ensinância de bem cavalgar toda sella, escritos pelo senhor Dom Duarte ...: fielmente copiados do manuscrito da Bibliotheca real de Paris. Na typographia Rollandiana, 1843.*

<sup>591</sup> VENTURA, Margarida Garcez. *op. cit.*, 2010, p. 535.

junto com a rainha e o Infante D. Afonso para Tomar<sup>592</sup>, tentando fugir dos focos da doença, mas por uma ironia do destino, o monarca viria a falecer no dia 9 de setembro com a mesma doença que lhe levou a mãe e que temeu sofrer por boa parte de sua vida. É nessa perspectiva que Rui de Pina narra os momentos finais da vida de D. Duarte. Os dois últimos capítulos da *Crónica de D. Duarte* são dedicados a narrativa da morte do monarca.

D. Duarte ao retirar-se para os Paços da Ribeira, veio logo a adoecer e contraiu uma febre "mortal" que o acompanhou por doze dias. No dia seguinte, 9 de Setembro de 1438, veio a óbito após já ter encomendado sua alma a Deus no convento em que se encontrava. Novamente, Pina reforça as virtudes cristãs do monarca, o arrependimento dos pecados, a grande devoção e o recebimento de todos os sacramentos. Três questões chamam a atenção nesse trecho: em primeiro lugar, assim como fez com D. João I, o cronista afirma que no momento da morte do rei aconteceu de "grande parte do Sol se acinzentar", ou seja, um eclipse ou obscurecimento do sol, os astros manifestavam seu luto pelo passamento do grande soberano. Em um segundo momento, passa-se a impressão que a morte do sucessor do Mestre de Avis pegou a todos de surpresa, uma morte inesperada e prematura. Afinal, falecia aos 47 anos, quase 30 anos mais jovem que o pai no seu momento de partida e com um curtíssimo período de reinado, ainda mais quando comparado ao do seu progenitor. Em terceiro, o luto e a lamentação dos que o cercavam e que poderiam ser também transmitidos aos membros do reino, que em prantos, pareciam que com o rei partiriam juntos deste mundo.<sup>593</sup>

Vários seriam os rumores das causas do falecimento de D. Duarte, como um deslocamento do braço, que seguido de uma provável infecção (o que justificaria a febre), teria tirado a vida do monarca. Outra causa, de maior possibilidade, é que o soberano foi infectado pela peste. Para o cronista, nenhum desses males físicos teriam roubado a vida do Rei-Filósofo, mas que este morreu tomado pela tristeza, sentimento esse que muito o abateu e não teria conseguido superar a aflição e dor que ainda lhe causava a "desaventura do cerco de Tanger", não apenas pelo fracasso da expedição em si, mas por causa dos erros que teria cometido no planejamento e que foram cruciais para a má sorte em terras marroquinas.<sup>594</sup>

---

<sup>592</sup> De acordo com Rui de Pina, "porque no Regno geeralmente avia pestenança, specialmente naquellas Comarcas, e a Corte pelas necessidades passadas andavam mais acompanhada, do que ho tempo requeria; por se evitarem os perigos contagiosos, que se podiaom seguir, acordou ElRey com os Ifantes, e Senhores, que cada huum se apartasse onde quizesse, pera melhor de poderem guardar. Ho Iffante Dom Pedro Foy a Coimbra, e o Ifante Dom Joham a Alcacer do Sal, onde tinham suas molheres: e ElRey no fim d'Agosto do dito anno de mil quatrocentos trinta e oyto se partio d'Aviz com a Rainha sua molher e filhos, e foy a ponte do Soor, onde pera repayro dos caminhantes, e alguma segurança do Regno mandava fazer huma cerca que ainda ora está começada, e dahy se foy a Tomar". PINA, Rui de. CDD, cap. XLIII, p. 205.

<sup>593</sup> CDD, cap. XLIII, p. 205.

<sup>594</sup> CDD, pp. 205 - 206.

Em seguida o cronista aponta os erros cometidos pelo monarca que lhe causaram tamanha tristeza que o faria partir prematuramente desse mundo. D. Duarte teria acatado as vontades dos infantes em partir para a expedição sem seguir as recomendações de seu conselho, e mais, teria seguido contra a vontade de seus conselheiros. Pina ainda reforça que "a lembrança desta culpa lhe deu tante pena e tormendo, que seu coraçom com rebates de door, que continoadamente recebia, se apostemou em tanto graao de que acabou sua vida".<sup>595</sup> O tormento e a culpa que afligiram o coração do rei se justificaram nas consequências do conflito em Tânger, que o colocou em "dous estremos mortaaes", ou entregava Ceuta para os mouros, "pedra" tão preciosa da Coroa ou mantinha o território em seu poder, deixando morrer em desesperado e desamparado D. Fernando, o "Ifante seu Irmaaoom, que por seu serviço e por salvaçom de seus Vassalos se oferecerá e posera em tamанho perigo".<sup>596</sup>

Como se sabe, em meio a esse trágico impasse, D. Duarte, seguindo também a recomendação de seu conselho, optou por não acatar as exigências dos islâmicos que mantinham seu irmão em cativeiro em Tânger, mantendo a posse de Ceuta, que representava não só a importância de um território do reino no além-mar, mas era um grande símbolo de prestígio do reino perante e para a cristandade, garantir a posse de uma terra cristã em meio aos infieis.<sup>597</sup> O cenário da morte melancólica do rei se encerrou como um exemplo e uma lição para que os futuros príncipes não cometesse os mesmos "pecados" que o rei biografado. O monarca teria se nutrido de profundo desgosto ao saber que o culpavam publicamente pelo desastre de Tânger, ainda mais porque a decisão de manter o território sacrificando a vida do irmão teria sido sem seu consentimento, forçado pelos "maus" conselhos da Rainha. Assim, a tristeza que o levou a morte, teria sido causada por sua desobediência e desprezo ao seu conselho, ficando como "claro exemplo aos que couzas publicas regem, que mais espeança de bem, e moor descanço teeram suas vidas, pera com honrra e louvor viverem, errando-se o fim que conseguylo sem elle per comissam de fortuna ou per appetitosa vontade".<sup>598</sup>

A doença da melancolia que acompanhou o monarca durante a sua vida, é registrada por ele em suas obras, e também reforçada por Rui de Pina ao biografar o monarca, ganharia uma nova perspectiva na morte de D. Duarte. Nos seus últimos dias, a melancolia se tornava tristeza, um abatimento causado pelas más escolhas que levaram ao desastre de Tânger, que mais que a aflição que a peste causava ao corpo, os males físicos, era a tristeza da alma que levaria D. Duarte desse mundo. Pelo menos essa é a memória da morte do monarca

<sup>595</sup> CDD, cap. XLIII, p. 206.

<sup>596</sup> CDD, cap. XLIII, p. 206.

<sup>597</sup> Cf. VENTURA, M. G. *op. cit.*, 2013.

<sup>598</sup> CDD, cap. XLIII, p. 207.

construída pelo cronista. Mais do que os chamados "vestígios de memória escrita", a memória da morte régia dos reis de Avis estariam também gravadas em pedra, em túmulos, monumentos, mas principalmente no Panteão da Batalha. É nessa perspectiva que analisaremos os monumentos fúnebres do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

### **3.5 - A memória da morte em pedra: os monumentos fúnebres da Batalha**

O panteão batalhino deveria ser a memória e propaganda da dinastia, que se formou no interior do reino, mas que se fazia reconhecer para além das fronteiras. Assim, enquanto maior monumento até então construído em solo hispânico<sup>599</sup>, com toda sua magnitude artística e arquitetônica, esse complexo monástico espelhava a emergência e consolidação simbólica da Casa de Avis, representando seus fundamentos e raízes dentro da concepção de unidade, santidade e lealdade.<sup>600</sup> O Mosteiro ainda transcenderia a memória política de D. João I e seus descendentes, pois ao abrigar os corpos do rei fundador e demais membros da família real, ganhava um fator sacralizante, reforçado também como a memória fúnebre da realeza avisina em pedra. Portanto, Santa Maria da Vitória, enquanto espaço do sagrado era morada de Deus e de glorificação da corte celestial, "mas era também a casa do rei e celebração da corte terrestre. O monumento, sua arquitectura, escultura, pintura e ornamentos, erguia-se num protesto de louvor e glória à rainha do céu e aos reis da terra".<sup>601</sup>

Os monumentos no interior do mosteiro foram erguidos com a intenção de se propagar ou evocar memórias idealizadoras da Dinastia de Avis. As obras, que se já não se iniciaram com esse objetivo, com o passar dos anos foram sendo reapropriadas e resignificadas no sentido de idealizar a memória da nova casa reinante. Como partimos dessas premissas? O Testamento de D. João I apresenta claros indícios da possibilidade de que o monarca ainda em vida demonstrou preocupações com a preservação do seu legado com a pretensão de propagá-lo para a posteridade. A atitude do soberano, como as obras da Batalha, faz parte de uma série de indícios que os monumentos arquitetônicos e artísticos do panteão trariam novas práticas em Portugal, que se diferenciariam daquelas realizadas até o século XIV.

---

<sup>599</sup> Cf. GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV* Subsídios para a História da arte portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras. 1990.

<sup>600</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 355.

<sup>601</sup> Idem.

O primeiro desses indícios seria o próprio testamento do rei, que definiu ali a construção do seu monumento sepulcral de forma extremamente detalhada.<sup>602</sup> D. João deu grande ênfase em seu testamento às missas e ritos a serem realizadas em memória do rei e da rainha após a sua morte. Esta preocupação dos monarcas da Casa de Avis com a memória *post-mortem* reflete em possibilidades da idealização do poder dos reis por meio do seu panteão régio. As diversas preocupações perante a morte reforçam a demonstração pública de poder real, portanto, o monumento expressava a dimensão da importância da nova casa reinante.<sup>603</sup>

Dessa forma, a relevância destinada a presevação da memória do rei após a sua morte está intimamente ligada a continuidade do seu poder. De acordo com José Mattoso, a íntima relação entre o culto a morte do rei, a preservação da memória e a propagação do poder político existente na escolha de um panteão régio, revela o objetivo de garantir a permanência da autoridade ligando-a a um lugar sagrado, "aparece aos olhos dos súbditos como o testemunho da ligação do poder terreno a um poder invisível, intocável, protegido diretamente por Deus e que, por isso, garante a permanência da comunidade".<sup>604</sup> A importância dada pelo monarca a realização dessas missas, provavelmente, transcende a preocupação com os destinos de sua alma, pois envolve também a memória e o ato de cultuar o seu reinado. Em seu testamento, D. João I exige que

Nos dias dos finamentos da dita rrainha e meu, os frades d Alcobaça e os do dicto Moesteiro e outros quaaesquer frades e cleriguos que hy venham digam hum trimtayro rrezado em cada humm sahimento aalem das missas e Oras que ham de dizer. E sejam sempre pagadas as ditas mysas pello proveedor e scrivam do Moesteiro, segundo se custumarem de pagar as missas rrezadas aaquelles tempos que se fezerem os ditos saymentos.<sup>605</sup>

O ato de se realizar missas para propagar a memória dos reis falecidos também era comum no mosteiro. Essa solenização da morte dos reis representava uma afirmação pública do poder monárquico e de propaganda política.<sup>606</sup> No ano de 1438, cinco anos após a morte do Mestre de Avis, e último ano de reinado de seu filho e sucessor, D. Duarte, nota-se no

<sup>602</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. O retrato de D. João I – um novo paradigma de representação. *Revista de História da Arte*, nº 5. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa. 2008, pp. 76 - 95, p. 77.

<sup>603</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de S. A expansão da Cristandade no século XV: sacrilidade e legitimidade do projeto político da Casa de Avis. In: FERNANDES, Fátima Regina. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 256

<sup>604</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, pp. 112 - 113.

<sup>605</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 137.

<sup>606</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 145.

registro do frade dominicano Mestre Gonçalo Mendez, que o ordenamento de se realizar as missas cultuando o aniversário da morte do casal real (D. João I e D. Filipa) feito no testamento régio continuava a ser cumprido. Conforme o Frei

Asy he que de domingo que foy aos nove dias andados do mes de Novembro  
Era de myl quatrocentose xxxbiii anos sse ffez huum ssolene anyversaryo  
por os senhores do muy notavel e grande memorrea el Rey dom Joham e a  
Raynha dona Fylipa cojas aalmas Deus aja em o qual dia eu Mestre Gonçalo  
prior e provynçyall da ordem de Ssam Domingos disse a mysa do dicto  
anyversario.<sup>607</sup>

No testamento, D. João também deixou a quantia e como deveriam serem feitas as missas e rezas pela sua alma e a de D. Filipa, a serem realizadas pelos frades dominicanos. Além das rezas e missas habituais feitas pelos frades no mosteiro, o rei ordenou que parte destas deveriam ser destinadas a sua alma e a da rainha, cabendo também a seus sucessores fazerem ordenamentos de missas para o casal real. O rei ordenou que fizessem "sahymientos por mynha alma e da rrainha mynha molher [...] acreçemtando por mynha alma, depois do nosso enterramento, aquellas myssas e oras".<sup>608</sup>

As demais missas e orações deveriam ser feitas a partir da ordenação dos infantes ou do rei. Assim, os frades deveriam, pelas esmolas que receberiam da família real, estar encarregados de "dizerem por mynha alma e da dita rrainha mynha molher em cada humm dia duas missas rrezadas, a saber: huuã de Samto Sprito e outra e Santa Maria".<sup>609</sup> O Mestre de Avis ordenou também que os seus sucessores fiscalizassem essas missas e orações em seu nome. Ele exigiu ainda que D. Duarte, e aqueles que vinhessessem a se tornarem reis de Portugal, conhecessem bem a rotina das missas/rezas e a vida dos frades, e que caso achasse necessário, que estes interfirissem e corrigissem ao encontrar erros nos atos dos frades, para que se fizessem as orações da melhor maneira pelas suas almas.

A eleição do Mosteiro de Santa Maria da Vitória para se tornar o local de descanso após a morte, como já vimos, foi definida também no testamento do monarca, onde apresentou diversos indícios de que objetivava utilizar o monumento na preservação da memória do seu reinado. O mosteiro foi erguido em um ceremonial em torno da morte, no caso, o passamento régio, e do passamento régio, assim, "o panteão batalhino acabou por transformar-se num centro modelar dos rituais fúnebres do reino. Nele, as cerimônias

<sup>607</sup> A.N.T.T. - Santa Cruz de Coimbra, 2.<sup>a</sup> incorp., M.º 13, Doc. do "Alm. 28, Mº 2, Nº 7". In: GOMES, Saul António. op. cit., 2002, p. 226.

<sup>608</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. op. cit., 2002, p. 136.

<sup>609</sup> Ibidem, p. 137.

ganharam o brilho próprio das grandes Cortes europeias".<sup>610</sup> Portanto, a necrópole real e o espaço onde permanecem os corpos dos reis, devem ser cultuados, pois o rei é sagrado, seu cargo é fruto da “escolha divina”, o Mosteiro da Batalha, assim, é um espaço do Sagrado.

De acordo com Mircea Eliade, todo espaço do sagrado "implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente".<sup>611</sup> O Mosteiro da Batalha seria um espaço do sagrado, ou melhor, uma hierofania, um espaço onde ocorre a manifestação do sagrado. Pois ali estão os corpos de membros da realeza, que possuem poderes de “origem divina”, portanto, sagrados, e este espaço, um local de memória, que pode ser representada por uma ponte que liga os vivos aos mortos.<sup>612</sup>

D. João deixou em seu testamento também o ordenamento de quais pessoas poderiam dotar de jazigos e capelas no seu Mosteiro da Batalha. A preocupação do rei com seu túmulo e também dos seus sucessores exprime a necessidade de manifestar o seu poder após a sua morte. A indicação do lugar do túmulo pelo rei representa o testemunho da eterna proteção dos monarcas sobre o seu reino. Os túmulos se apresentam como a prova física e visível de que os soberanos falecidos continuam a zelar e proteger seu povo e seu reino "de uma maneira silenciosa e invisível, inspirando aos seus sucessores as boas ações, a força e o poder que lhes permite manter a paz e a justiça, vencendo todos os inimigos e afastando todas as perturbações".<sup>613</sup> Dentro dessa relação entre os túmulos, a sucessão e a continuidade do poder régio, D. João reforça que apenas aqueles que fossem reis de Portugal (ou filhos e netos de rei) poderiam dotar de jazigos na Capela do Mor do mosteiro. Como ordenou o monarca

Mandamos e emcomendamos ao dicto iffante e a outro qualquer que for Rey destes regnos que nom comsymtam quenymguem se lamçe nem soterre demtro no jazigo que nos mandamos fazer em a nossa capella, em alto nem no chāao, salvo se for Rey destes regnos. E mandamos que pellos jasyguos das paredes da capella todas em quadra, asy como sam feytas se posam lamçar filhos e netos de rreix e outros nom.<sup>614</sup>

O rei ao ordenar que “nom lamçe nehuum de qualquer estado e comdiçam que seja na capella primçipall e mayor do dito Moesteiro” definiu o espaço de sacralidade régia que se tornaria a principal Capela do Mosteiro da Batalha. Nesta, apenas os reis e seus

<sup>610</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 353.

<sup>611</sup> ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 30.

<sup>612</sup> Cf. NASCIMENTO, Renata Cristina de S. As exéquias fúnebres no Mosteiro da Batalha. *Mirabilia - Revista de História da UFES*, 2013, p. 248 – 259.

<sup>613</sup> MATTOSO, José. *op. cit.*, 2001, p. 144.

<sup>614</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 138.

descendentes poderiam dotar de jazigos, assim constituindo-se monumentos fúnebres para o culto a memória do seu fundador e da dinastia de Avis. Os sucessores de D. João I, D. Duarte e posteriormente D. Afonso V, além de outros infantes, também manifestaram em seus testamentos o desejo de serem sepultados no Mosteiro da Batalha, e nesses documentos reforçaram a sacralidade do panteão batalhino.

É um túmulo régio, ou melhor, um túmulo conjugal, o monumento sepulcral de D. João I e Dona Filipa de Lencastre que representou o segundo indício de originalidade na arte e arquitetura fúnebre portuguesa no início de quatrocentos. Não apenas o monumento e os simbolismos que nele contêm, mas a sua própria localização na Capela do Fundador, obra executada pelo Mestre Huguet, traria novas perspectivas nesse contexto. Contendo influências estéticas tardo-góticas que vinham se desenvolvendo na Europa, a sua planta quadrangular, desenvolvendo-se do centro à um octógono, originava a elevação de uma arcada estrelada que no seu centro dava ênfase as armas de D. João I, de modo que, "assim disposta sobre o túmulo conjunto dos dois esposos régios, essa abóbada transformara em autêntico dossel glorificador das suas pessoas".<sup>615</sup>



**Figura 3 - Arca Tumular de D. João I e Dona Filipa de Lencastre na Capela do Fundador.**  
Disponível em: <<http://www.mosteirobatalha.pt>>

<sup>615</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. O retrato de D. João I – um novo paradigma de representação. *Revista de História da Arte*, nº 5. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa. 2008, pp. 76 - 95, p. 79.

O monumento funerário encomendado por D. João I possui em suas dimensões 375cm (de comprimento) X 170 cm (de largura) X 107cm (de altura), ignorando os suportes que acrescentam a arca tumular cerca de 77cm.<sup>616</sup> A arca possui dois ataúdes distintos, como determinado pelo rei no testamento, mas que por suas características estéticas passa a impressão de ser um ataúde único.

Observamos na imagem acima uma questão fundamental representada no monumento: o toque das respectivas mãos direitas do rei e da rainha. O gesto gravado em pedra traz a representação da comunhão que se objetiva a sublinhar, que no simbolismo iconológico, o casal régio une suas mãos direitas, reforçando a *maritalis affectio* da união matrimonial, "no significante do casal perfeito, que deu vida a uma linhagem real, igualmente modelar e virtuosa, que os acompanha no espaço sagrado do descanso eterno".<sup>617</sup> O gesto esculpido no monumento reforça o que se pretende deixar para a posteridade, preserva e idealiza as memórias do Rei fundador e de sua rainha.

Sob a perspectiva iconográfica, a decoração da arca tumular foi realizada ligada aos temas heráldico e vegetalista, que se concretizava na Ordem Inglesa da Jarreteira e os desenhos de caules bastante folhados.<sup>618</sup> Sobre a tampa, encontra-se os jacentes de D. João I e de Dona Filipa de Lencastre. O monarca mostra-se coroado, trajado com armadura completa, vestido de um tabardo com as armas reais, segurando a espada com a mão esquerda, em clara alusão a imagem do rei guerreiro. Dona Filipa, também coroada, é vestida com uma túnica cintada, segurando na mão esquerda um livro, simbolizando suas habituais leituras de livros de horas e orações, além da sua elevada cultura.<sup>619</sup>

O jacente de D. João I ao envergar a armadura completa trouxe mais uma originalidade ao túmulo do monarca. Essa foi a primeira vez que a estátua do rei em um túmulo se apresenta completamente revestida de armadura, o que correspondia à novidade da introdução no reino do arnês integral, de influência da nobreza inglesa, fenômeno que se verificará aos finais do século XIV e início do século XV.<sup>620</sup> O tabardo vestido sobre a armadura possui no peito e nos braços as armas de Portugal (repetidas três vezes), formadas pela cruz de influência da Ordem de Avis, as quinas e os castelos, em uma forte representação da heráldica régia, que foi uma questão que o monarca dera importância em vida, conforme

<sup>616</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 80.

<sup>617</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010b. p. 61 – 79, p. 76.

<sup>618</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 81.

<sup>619</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 388.

<sup>620</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 81.

Fernão Lopes, D. João foi o "Rey que enhadeo a cruz nas armas de Portugual, porque a ordem de que elle era Mestre traz huña cruz verde em campo branco por armas".<sup>621</sup>

Outra representação fundamental presente na escultura do túmulo régio de D. João e Dona Filipa é a idealização dos rostos dos monarcas, visando bem retratar os fundadores da Dinastia de Avis.<sup>622</sup> Ambas as faces do rei e da rainha não se aproximam do seu estado no momento do passamento. Sabe-se que Dona Filipa faleceu por contágio da peste, aos 55 anos, o que implica a dizer que o estado do seu rosto estaria longe do esculpido no momento. A face de D. João também não condiz com o seu estado de saúde e a idade avançada, 76 anos, na época em que morreu. Reforçando que no período, em outros reinos da Cristandade, como na França, já se fazia uso das máscaras mortuárias, principalmente entre a realeza e a aristocracia, buscando uma maior fidelidade na representação dos jacentes dos mortos.<sup>623</sup>



**Figura 4 - Jacentes de D. João I e Dona Filipa de Lencastre na Arca Tumular da Capela do Fundador.**  
Disponível em: <<http://www.mosteirobatalha.pt>>

A idealização da imagem do rei na escultura tumular, dentro de suas qualidades estéticas, expressa a figura de um homem de meia idade, maduro, representado com detalhes

<sup>621</sup> CDJ II, Prólogo, p. 2.

<sup>622</sup> CORREIA, Vergílio. *A Arte do Século XV - Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949, p. 126.

<sup>623</sup> Cf. ÁRIES, Philippe. *O Homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

que lhe dão um grande sentido de vida, demonstrando também uma evolução no tratamento facial nos jacentes do século XIV, mesmo naqueles de maior qualidade.<sup>624</sup> Esculpiu-se no monumento a imagem de um rei que expressa grande serenidade, humanidade e maturidade de decisão, aquilo que deve se transparecer no rosto real, na face de um líder, como o monarca foi descrito por Fernão Lopes, um homem que "não era sanhudo nem cruell, mas mança e bynamente castiguava: asy que ambas as virtudes que no Rey deve daver, a saber, justiça e piedade, eraõ em elle compridamente".<sup>625</sup> As palavras do cronista, talvez um dos principais vestígios escritos sobre a personalidade do monarca, entram em sintonia com a imagem e representação esculpida na mais significativa memória material deixada de D. João I para a posteridade.

A veste militar presente no jacente do Mestre de Avis também simboliza a nova imagem de rei. Em uma forte evocação a memória de Aljubarrota, a figura de D. João representa o chefe militar, que em campo de batalha, garantiu o trono português e lhe deu legitimidade ao vencer as armadas de Castela. A imagem do rei soldado ainda se amplia pela conquista de Ceuta, ela se aprofunda na concepção de *miles christianus*, o monarca que atuou na luta em defesa da fé cristã, nos conflitos e conquistas em cima dos infieis no norte africano.<sup>626</sup> Portanto, é nesse contexto que se inicia um novo modelo de representação de jacentes masculinos em Portugal quattrocentista, e que viria a ser copiado por membros da nobreza e da própria realeza, em uma espécie de retomada de um ideal de cavalaria tardomedieval.<sup>627</sup>

De acordo com Silva, a figuração dos jacentes é realizada por meio "de uma imagem que procura fornecer a idealização que cada uma dessas personagens entende ser, perante os olhos da sociedade, a mais adequada a si própria e ao grupo a que pertence".<sup>628</sup> Portanto, a escultura dos monarcas no túmulo régio perpassa a caracterização social, é uma imagem evocativa de poder e de memória, é assim que a obra é eternizada.

O jacente feminino colocado a direita de D. João I, o de Dona Filipa, também é carregado de simbolismos que se centralizam em uma concepção bastante evocada nas memórias construídas sobre a soberana: o ideal de rainha cristã. A escultura da monarca traz em si uma novidade na arte fúnebre de até então, no lugar do habitual véu que cobria a cabeça

<sup>624</sup> SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 82.

<sup>625</sup> CDJ II, Prólogo, pp. 2-3.

<sup>626</sup> RAMÔA, Joana e SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 87.

<sup>627</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>628</sup> SILVA, José Custódio Vieira da. Memória e Imagem - Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV). *Revista de História da Arte*, nº 1. Lisboa: Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005, pp. 55-57.

das rainhas, ela aparece coroada, o que permite também a visibilidade dos seus cabelos curtos.<sup>629</sup> A expressão de seu rosto, segue o mesmo padrão da face do marido, no sentido de serenidade. Os traços faciais de Dona Filipa e a articulação do rosto com o tronco, que são ligados por um pescoço comprido que indicaria a ascendência britânica da monarca, pois, a sua cabeça, "pequena e regular, enquadrada por massas de cabelo ondeado descidas até a nuca, emerge sobre um pescoço alto de britânica, a face simpática e uma serenidade amável, como que contendo um sorriso".<sup>630</sup> Em suma, a representação da rainha no túmulo segue o padrão das memórias construídas por Fernão Lopes e Gomes Zurara, esposa devota e fiel, as duas maiores virtudes da rainha cristã, imortalizadas na escultura ao segurar o livro de orações com a mão esquerda, indício da sua devoção piedosa, e na mão direita tocar a mão do marido, simbolizando a fidelidade conjugal.<sup>631</sup> O túmulo conjugal de D. João I e Dona Filipa teria sido uma escolha deliberada com finalidades propagandísticas, na afirmação do casal régio enquanto exemplo de virtude e base sólida de uma dinastia. A virtuosidade também estaria nos reis que continuariam a tutelar seu reino depois da morte, por meio da sua reunião na capela do fundador no Mosteiro da Batalha.<sup>632</sup>

Como vimos anteriormente, D. Duarte ao longo de seu reinado tentou manter algumas políticas e práticas de seu pai, mas também buscou garantir uma autonomia e marcas pessoais de sua governabilidade. Essas atitudes do monarca também estiveram presentes na escolha de seu monumento fúnebre. O sucessor de D. João I rompeu com a indicação de seu pai em testamento que os reis de Portugal fossem sepultados na Capela do Fundador, e mandou construir para si e para esposa um túmulo conjugal em uma capela individual, que viria a ficar conhecida como a Capela Imperfeita.<sup>633</sup>

A arca tumular de D. Duarte possui características similares a de seus pais. A representação do monarca segue características próximas ao do seu progenitor, vestido de traje militar, as armas de Portugal, a espada na mão esquerda, a coroa na cabeça e mão direita segurando a mão da Rainha Dona Leonor. A sua expressão facial traria um semblante de inexpressividade, passiva frieza e de tristeza, características que teriam sido registrada sobre o monarca, como o fez Rui de Pina em sua crônica. Possivelmente a expressão facial do rei

<sup>629</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 83.

<sup>630</sup> CORREIA, Vergílio. *op. cit.*, 1949, p. 126.

<sup>631</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 84.

<sup>632</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>633</sup> Aa capelaa que D. Duarte mandou construir, especialmente a erguida para abrigar o seu túmulo conjugal com Dona Leonor, não vieram a ser concluídas, devido as mortes quase simultâneas do monarca e do arquiteto responsável pelo obra, o Mestre Huguet, ambos no ano de 1438. Assim, essa capelas ficaram incompletas ou *imperfeitas*, como ficariam conhecidas na história. Cf. RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 93.

simboliza a melancolia que sofrera em vida e a tristeza com que partiu desse mundo pelo desastre de Tânger. O jacente de Dona Leonor também se assemelha a imagem do de Dona Filipa, segurando o livro de oração com a mão esquerda, veste e túnica única e a coroa na cabeça.<sup>634</sup> Apesar das características que o torna quase uma réplica da arca tumular do rei fundador da dinastia de Avis, o monumento, conforme Vergílio Correia, seria uma "imitação pouco feliz, réplica incaracterística que não depõe a favor da continuidade ou progresso artístico da escultura da Batalha".<sup>635</sup>



**Figura 5 - Túmulo com os jacentes dos reis D. Duarte e Dona Leonor de Aragão na Capela Imperfeita do Mosteiro da Batalha.**

Disponível em: <<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/94592691>>

Um elemento essencial no túmulo e no jacente de D. João I é a gravação em pedra do seu brasão com as armas de Portugal. É importante ressaltar que a simbólica heráldica transforma-se e consolida-se em cânones rigorosos, estabelecendo também hierarquias sociais, compondo e divulgando signos que identificam o poder real. Com esses símbolos se consolida em um primeiro momento a relação de um rei com o seu reino, posteriormente a assimilação do reino com a dinastia, levando a consciência de uma comunidade política.

<sup>634</sup> RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *op. cit.*, 2008, p. 95.

<sup>635</sup> CORREIA, Vergílio. *op. cit.*, 1949, p. 126.

Desse modo, espadas e escudos, objetos bélicos, identificam o monarca e o seu reino em batalhas, coroas, brasões e armas de Portugal apresentam-se em pinturas e ganham destaque sendo gravadas em pedra em igrejas, mosteiros e túmulos. Une-se então a sacralidade escolástica a sacralidade régia.<sup>636</sup>

A figuração das hierarquias codificada e representada pela heráldica permeava a vida cortesã no cotidiano, principalmente em eventos festivos. Na corte de D. João I, ainda em um tempo de características cavaleirescas e galantes, sobressaia-se uma cultura de aparato, de forte costume inglês provavelmente influenciada pela Rainha Dona Filipa. Consequentemente, "se as armas codificavam os símbolos de uma linhagem a divisa era identificadora e personalizante, na expressão ideológica e simbólica da vontade e aspirações de cada indivíduo".<sup>637</sup> É nessa perspectiva que o Mestre de Avis adotaria a sua heráldica, que também viria a se tornar o brasão das armas de Portugal.



**Figura 6 - Escudos de Armas de D. João I e Dona Filipa de Lencastre na arca tumular na Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha.**

Disponível em: <<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/100344833>>

O brasão adotado pelo monarca foi produzido com as cores vermelho e azul. Ele escolheu como um dos símbolos uma cruz verde florenciada, representando a Ordem de Avis,

<sup>636</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010b, p. 66.

<sup>637</sup> Ibidem, p. 67.

em que foi mestre, com um campo de prata carregado com cinco escudetes de azul, com onze besantes de prata, além de uma bordadura de vermelho carregada com castelos de ouro (que o número foi sendo alterado ao longo dos reinados de D. Duarte e D. Afonso V). No túmulo conjugal de D. João e Dona Filipa, o escudo com as armas de Portugal aparece repetidas vezes gravado no monumento. Como vimos anteriormente, os brasões foram colocados sobre as vestes militares do rei, como também em tamanho grande em uma das laterais do monumento.

Observemos os simbolismos presentes no brasão de D. João I. O monarca escolheu o pilriteiro como árvore simbólica, representando os espinhos e adversidades que teve de vencer.<sup>638</sup> Nota-se novamente a evocação a memória de Aljubarrota, e também aos demais conflitos contra os castelhanos. A árvore carregada de espinhos remete as dificuldades que o soberano enfrentou para garantir não apenas o trono, mas a independência de seu reino. A escolha das cores azul e vermelho carrega o simbolismo da hierogamia entre o céu e a terra, é o poder régio, que em si mesmo unia o sagrado e o terreno.<sup>639</sup> O monarca adotava como lema em suas armas a frase "por bem", e depois da conquista de Ceuta teria utilizado outros símbolos em que o corpo era constituído por uma pedra penetrada por uma espada empunhada por uma mão saída de uma nuvem, se apresentando com a frase "*Acuit ut penetret*" ("para vencer agucei a minha espada"), simbolizando a dureza dos conflitos que enfrentou na expedição ao norte da África.<sup>640</sup>

A maior parte dos monumentos e esculturas no panteão da Batalha é carregado de simbolismos que unem sagrado e profano, poder sacralizado e terreno, e não poderia ser diferente também na arquitetura externa do mosteiro, ou melhor, no monumento de entrada, os portais do templo, ou o Portal da Glória, como foi apelidado por Vergílio Correia.<sup>641</sup> Assim como em outros monumentos e em esculturas no mosteiro, no portal também está presente a heráldica, revestindo-se de "um profundo significado de legitimação e afirmação do poder real e da plena autonomia e consolidação de um reino".<sup>642</sup> Em túmulos, pinturas e portais se repete exaustivamente a figuração das armas do reino e os brasões do rei e da rainha, evocando-se a memória da grandiosidade de uma dinastia que o monumento pretende idealizar.

---

<sup>638</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2010b, p. 67.

<sup>639</sup> Idem.

<sup>640</sup> Idem.

<sup>641</sup> Cf. CORREIA, Vergílio. *Batalha – II. Estudo Histórico-Artístico da Escultura do Mosteiro da Batalha*. Porto: Litografia Nacional, 1931.

<sup>642</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 360.

O Portal da Glória, desenhado por Afonso Domingues e projetado por um dos primeiros arquitetos responsáveis pelas obras do mosteiro, o Mestre Huguet, é um monumento que também é carregado de simbolismos no diálogo entre elementos sagrados e terrenos. O portal contém seis arquivoltas, que assentam colunas finas com estátuas de apóstolos coroadas de baldaquinos, envolvendo também alegoria a figuras mitológicas, a simbologia real e representações religiosas. No monumento, são esculpidos dois frades e duas freiras dominicanas, que seguram seus livros de saber e oração, sob dois centauros, seguidos pelos apóstolos Pedro e Paulo, surgindo de novo os brasões de D. João I e Dona Filipa, colocados na parte mais alta e rodeados por seres angelicais.<sup>643</sup>



**Figura 7 - Portal da Glória, portais do templo da Batalha.**  
Disponível em: < [www.mosteirobatalha.pt](http://www.mosteirobatalha.pt) >

<sup>643</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 360.

O ápice do sagrado presente no monumento encontra-se na iconografia de Deus sentado no trono, na parte de cima e no meio do portal, dando bênçãos com a mão direita enquanto segura na mão esquerda o globo, que simboliza o mundo e a Igreja, cercado de evangelistas que carregam em mãos seus livros. Na parte mais alta se apresenta a coroação da Virgem por Deus, marcando simbolicamente o templo que D. João consagrara a Santa Maria pela vitória em Aljubarrota. Todo o monumento e suas características artísticas e arquitetônicas transformam-se em um "manifesto de propaganda política da teologização do poder régio, nele se patenteando uma assimilação do rei padroeiro aos famosos reis veterotestamentários".<sup>644</sup> Toda a iconografia do Portal da Glória remete a imagética e hierarquia litúrgica que simbolizam a glorificação da corte terrena, centrada em D. João I, rei fundador da dinastia de Avis, que se estende também pelos seus eleitos, a Rainha Dona Filipa, os infantes e sucessores do trono dessa longa e prestigiada geração.<sup>645</sup>

Os monumentos, túmulos e esculturas no Mosteiro da Batalha remetem a petrificação da memória da vida e morte do rei fundador da casa de Avis e seus descendentes, mas não apenas isso evocaria a construção simbólica da dinastia. O Panteão da Batalha se tornaria por meio de outros elementos também o maior símbolo de poder e memória de D. João I e seus descendentes.

### **3.6 - O Panteão da Batalha: Lugar de Memória**

Os chamados lugares de memória são, antes de tudo, restos, vestígios do "se lembrar" do passado, a forma em que subsiste uma consciência comemorativa em uma história que a evoca. Esses lugares são parte de um processo de desritualização do mundo, no que se secreta, estabelece, constrói e decreta, mantidos pela vontade e o artifício da coletividade envolvida na sua transformação e renovação. Portanto, os lugares de memória "são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. [...] Sinais de reconhecimento e de pertencimento do grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos".<sup>646</sup>

De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, é necessário a criação de arquivos, a organização de celebrações, o pronunciamento de elogios fúnebres, manter aniversários, ou

---

<sup>644</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *op. cit.*, 2008, p. 361.

<sup>645</sup> Idem.

<sup>646</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, 1993, p. 7 - 28, p. 13.

seja, realizar comemorações objetivando preservar e evocar a rememoração dos fins que pretende-se propagar por meio do local.<sup>647</sup> Como já discutido anteriormente, D. João ordenou que se construísse uma "casa de oração" no local da vitória de Aljubarrota, como forma de agradecimento a Virgem e mais tarde, de uma pequena igreja. A construção se tornou um grandioso complexo monacal, que tinha a função não apenas de propagar a memória da batalha contra os castelhanos, mas de abrigar os restos mortais do Rei fundador da dinastia de Avis e seus descendentes. No seu próprio testamento, o monarca se preocupou em deixar por escrito a exigência da realização de rituais, celebrações e comemorações da data da sua morte e da rainha, eventos que reforçariam o status do seu panteão régio enquanto lugar de memória, e também propagariam no imaginário coletivo dos seus súditos as memórias que o mosteiro deveria evocar.

Os lugares de memória pertencem a dois domínios: o natural e o artificial. O primeiro são lugares que vão ganhando a condição de memoráveis naturalmente por meio da consciência coletiva sem a criação direta do homem em um primeiro momento e geralmente parte da iniciativa popular dar significado e tornar esses locais dignos de algo a se lembrar. Já os lugares de memória do domínio artificial são construídos com o objetivo de se evocar a memória de algo, de um evento, de uma batalha, de uma determinada situação. Tem-se o objetivo do "se lembrar do passado" bem definido, e geralmente não é absorvido naturalmente pelo imaginário coletivo da população, sendo necessário o repetido exercício de propagação e rememoração.<sup>648</sup> Partimos da premissa que o Mosteiro de Santa Maria da Vitória se encaixa como um lugar de memória artificial, que foi mandado ser edificado pelo rei português com objetivos pré definidos, e ganhou novos significados ao longo do próprio século XV, ainda tendo nesse lugar memórias evocadas séculos mais tarde.

Três aspectos coexistem na caracterização do lugar de memória: ele é material, funcional e simbólico. Assim, o panteão da Batalha é material, é uma construção arquitetônica, monumento e memorável. Por que memorável? Reforçamos que o monumento, as pedras em si não são portadoras de memória, e sim se tornam memoráveis a partir de uma rede de significados atribuídas ao monumento pelo homem, ele só é lugar de memória "se a imaginação o investe de uma aura simbólica".<sup>649</sup> Santa Maria da Vitória também é funcional, é um local constituído por e portador da realização de rituais, atos de rememoração, que garantem ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e a sua transmissão. O monumento à

---

<sup>647</sup> NORA, Pierre. *op. cit.*, 1993, p. 13.

<sup>648</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>649</sup> Idem.

vitória em Aljubarrota é uma estrutura física, mas também simbólica, carrega em si, pela interpretação humana, um recorte material de uma unidade temporal, também servindo como uma chamada concentrada da lembrança. O mosteiro é, portanto, simbólico, pois é por definição caracterizado por um acontecimento ou um evento, como a grande batalha que derrotou Juan I de Castela, garantiu o trono ao Mestre de Avis e a independência do reino. Uma experiência que evoca a lembrança de um pequeno número ou uma maioria que dela não participou.<sup>650</sup>

Entendemos que no processo para se tornar um lugar de memória na primeira metade do século XV, ocorreram vários atos de reforço e propagação do poder régio, como também a evocação da memória idealizada da dinastia. Nessa perspectiva, três ritos foram essenciais para essa questão: as viagens, itinerâncias régias ou de outros ao mosteiro, assim como as cerimônias fúnebres e sepultamentos de membros da realeza no interior do monumento, como também a realizações de celebrações e eventos comemorativos que ocorreram em Santa Maria da Vitória.

Definida a sua condição como panteão régio, o Mosteiro da Batalha assumiu ainda nas primeiras décadas do século XV diferentes significados entre os diversos viajantes e peregrinos que frequentaram o local, por vários motivos, fossem aqueles que iam pelo trabalho cotidiano (as centenas de homens envolvidos na construção do monumento que se arrastou por aquele século), presenças motivadas pelo complexo monacal ser um ponto de parada de itinerário, ou deslocações intencionais ou propositadas, por motivos ligados a esfera religiosa, econômica ou política.<sup>651</sup>

Essas viagens ou peregrinações ao panteão poderiam ser realizadas em função de acontecimentos importantes, para além do simples e habitual cotidiano, poderiam despertar num grupo populacional um grande sentimento de unidade, uma noção de "psique" coletiva incentivadora de práticas e rituais sacralizantes. Os saimentos, ou trasladações de corpos da realeza para o mosteiro, como vimos nos casos de D. João I, Dona Filipa e D. Duarte, se constituiriam em momentos chave da projeção de Santa Maria da Vitória não apenas como panteão régio, mas como um santuário especialmente associado a uma interpretação humana que o torna divino, e também um lugar de memória. Portanto, esses eventos e as narrativas

---

<sup>650</sup> NORA, Pierre. *op. cit.*, 1993, p. 22.

<sup>651</sup> GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV* Subsídios para a História da arte portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras. 1990, p. 341.

sobre eles se tornam "testemunhos simbólicos securizantes e comprovadores, quiçá, da aliança entre a vontade divina e a dialéctica histórica que o reino atravessava".<sup>652</sup>

Santa Maria da Vitória era de certo modo uma espécie de glorificação do trabalho físico ou pela presença metafísica<sup>653</sup>, entendendo "físico" como *locus* sagrado, lugar que atua como guardião de corpos que iriam legendariamente se tornaram objeto de culto dentro do imaginário coletivo, consagrado e desenvolvido em diferentes ritmos festivos, em procissões, celebrações religiosas que coexistiam com os festejos populares, se traduzindo nas ofertas de ex-votos e nas luxuosas necrópoles dos membros da realeza sepultados no lugar.<sup>654</sup> Na segunda metade do século XV, a trasladação dos restos mortais de D. Fernando, o Infante Santo, junto as santas relíquias depositadas na Batalha fariam do local um dos grandes lugares de peregrinação na Europa. No final do mesmo século, em 1499, era trasladado para o mosteiro os restos mortais do Rei D. João II (1481 - 1495), completava-se assim a viabilização do complexo monacal "dominикано como 'sacrario de santidade Real', traduzindo num plano espiritual-simbólico, a concreta afirmação da dinastia de Avis e a unidade e independência do reino".<sup>655</sup>

Os itinerários de D. João I<sup>656</sup> demonstram que o monarca nas várias deslocações feitas para a realização de conselhos entre Santarém e Coimbra, provavelmente não realizava paradas nas vilas de Porto de Mós e Ourém, pelo menos a ponto de emitir diplomas dali. Assim, leva-se a suposição que a estrada de maior preferência utilizada na deslocação do rei era a que conduzia a Leiria, o que tornava o Mosteiro da Batalha local de parada obrigatória.<sup>657</sup> Dois motivos levariam D. João I a realizar itinerários a Leiria: nessa vila havia paços reais que o próprio soberano mandara construir e que ofereciam plenas condições de estadia, além de que é provável que também lhe interessaria observar de perto o andamento das obras do Mosteiro da Batalha, o que justificaria suas passagens pelo lugar.<sup>658</sup> Conforme os itinerários, o Mestre de Avis teria permanecido no local em três ocasiões, nos dias 8 de Março de 1396, 24 de Outubro de 1416 e 22 de Agosto de 1420.<sup>659</sup>

O registro das presenças do monarca no panteão batalhino em diplomas de caráter público indica que a suas visitas ao monumento provavelmente estão ligadas à resolução de

<sup>652</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 342.

<sup>653</sup> DUPONT, Alphonese. *Du Sacré: Croisades et pélerinages - Images et langages*. Paris: Editora Gallimard, 1987, p. 88.

<sup>654</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 342.

<sup>655</sup> Idem.

<sup>656</sup> MORENO, Humberto Baquero. *Os Itinerários De El'Rei Dom João I (1384 - 1433)*. Lisboa, 1988.

<sup>657</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 344.

<sup>658</sup> Ibidem, p. 345.

<sup>659</sup> MORENO, Humberto Baquero. *op. cit.*, 1988, pp. 69, 167, 274, 351.

assuntos burocráticos. A estadia de D. João no mosteiro no dia 24 de Outubro de 1416 se deve a cerimônia de transladação dos restos mortais da Rainha Dona Filipa para o túmulo conjugal na Capela do Fundador. O fato do saimento da rainha ocorrer num sábado também indica a escolha do dia pela proximidade com a realização de festas e cerimônias religiosas, principalmente aquelas ligadas ao culto mariano, significante do ponto de vista que o monumento foi consagrado a Santa Maria da Vitória.<sup>660</sup>

Os sucessores de D. João I, respeitando o pedido do monarca para que zelassem por seu panteão, mantinham visitas frequentes ao mosteiro. D. Duarte esteve na Batalha em duas ocasiões, a primeira em 29 de Outubro de 1433 na cerimônia de saimento de D. João I<sup>661</sup>, e a segunda entre os dias 14 e 15 de Outubro de 1434<sup>662</sup>, sábado e domingo, na celebração do aniversário de um ano da morte do monarca e também 49 anos da vitória em Aljubarrota. O Infante D. Pedro esteve na Batalha no final de Outubro de 1437, onde organizou e assistiu exéquias de D. Duarte.<sup>663</sup> Enquanto regente do reino, teria ido ao panteão nas vésperas da Batalha de Alfarrobeira<sup>664</sup> (20 de maio de 1449), aproveitando para recrutar homens para a sua armada e assistir a algum ato religioso e simbólico.<sup>665</sup> Entre as décadas de 1450 e 1470, D. Afonso V (1438 - 1481) teria permanecido no panteão em diversas ocasiões, como era costume, em paradas em meio a viagens ou para a realização de alguma cerimônia fúnebre. Podemos destacar a sua presença nas exéquias fúnebres da sua esposa, a Rainha Dona Isabel de Coimbra em dezembro de 1455, e no começo desse mesmo ano na transladação das ossadas do Infante D. Pedro para o monumento.<sup>666</sup>

---

<sup>660</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 348.

<sup>661</sup> CDD, cap. V.

<sup>662</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 345.

<sup>663</sup> CDD, cap. XLIV.

<sup>664</sup> Após a morte de D. Duarte, devido a pouca idade do seu filho e sucessor D. Afonso, ainda aos seis anos de idade, sua esposa, a Rainha Dona Leonor, assumiu a regência do reino como o monarca ordenara em seu testamento. Esse fato desagradou os outros infantes, parte da nobreza e do povo que viam com desconfiança a governabilidade do reino nas mãos de uma mulher estrangeira. Buscaram no Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, segundo filho de D. João I e irmão mais velho de D. Duarte, a figura para reinar Portugal até que D. Afonso atingisse a maioridade. A princípio tentara-se acordos e a divisão da regência entre a Rainha e o Duque de Coimbra, mas o segundo acabou por tomar o poder e assumir a regência. Em 1446, D. Afonso completou 14 anos e assumiu o reinado em Cortes de Lisboa, cabendo ao tio auxiliá-lo. Devido à disputas internas e pressões de seus tios, D. Henrique, Conde de Ourém, e D. Afonso, Duque de Bragança, o monarca acabou por dispensar o regente de suas funções em 1448, fazendo com que D. Pedro se retiresse para o seu ducado. As tensões e conflitos entre o sobrinho e seu tio foram aumentando com o passar dos meses até desencadear na guerra civil de 1449, tendo como desfecho a Batalha de Alfarrobeira, em que o então D. Afonso V com as tropas reais derrotou a armada de seu tio, que morreu na batalha. Cf. MORENO, Humberto Carlos Baquero. D. Afonso V (1438 - 1481). In: MENDONÇA, Manuela. (Org.) *História dos Reis de Portugal: Da Fundação à perda da independência*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2010a. pp. 539 - 584.

<sup>665</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 346.

<sup>666</sup> Idem.

Os itinerários régios ao mosteiro podem ser contextualizados nas estadias dos monarcas na sede do Concelho de Leiria, localizado acerca de treze quilômetros do complexo monacal. Partindo dessa premissa, podemos entender que as presenças na Batalha estão diretamente associadas a estadias em Leiria. Seria um processo natural, considerando que nessa vila as questões relacionadas a hospedagem seriam mais fáceis de se resolver do que no mosteiro, tanto para os soberanos como para aqueles que os acompanhavam. É importante ressaltar que com os reis vinha todo um séquito de oficiais da sua Câmara e da Corte. Como se sabe, nas cerimônias fúnebres de membros da realeza era costume a presença de todos os mais altos estratos sociais do reino, acompanhados de membros da sua Casa e auxiliares e dependentes, tanto ao nível do clero como da nobreza.<sup>667</sup>

As itinerâncias régias ao panteão batalhino não permeavam apenas a esfera religiosa, em boa parte, os monarcas durante a sua estadia no monumento se atentavam às questões governativas e administrativas. Nesse contexto, a relação com o monumento volta-se para um teor apenas de local de parada e descanso pelas viagens. As deslocações ao monumento voltadas por acontecimentos como cerimônias fúnebres e saimentos reais ou as peregrinações moviam ao mosteiro não apenas membros de altos estratos sociais, mas diversas camadas da sociedade se dirigiam ao panteão por motivos religiosos e também de culto a morte dos reis, o que reforçava a memória que o monumento deveria evocar.

Esses momentos de ápice de manifestação de culto dos mortos se espalharam pela Europa quattrocentista e nessas ocasiões, a "igreja batalhina via reconhecido o seu papel-função de templo adequado as grandes peregrinações, de santuário mariano ao serviço dos interesses e necessidades da casa dinástica de Avis".<sup>668</sup> Todas essas questões revelam a necessidade da propagação de uma mensagem que liga o terreno ao divino, sacraliza os membros da realeza, construída no âmbito do religioso por parte dos grupos dominantes próximos ao poder real, e que por meio desses, ganha a capacidade de adesão dos demais grupos sociais envolvidos na comunidade que cerca o complexo monacal.

É nessa estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder, que o âmbito religioso cumpre "uma função de legitimação da ordem estabelecida na medida que contribui diretamente para a manutenção da ordem política".<sup>669</sup> Portanto, é também mediante a esfera religiosa que se constrói o processo de legitimação da nova casa reinante, e assim cristalizada no monumento da Batalha, evoca as grandiosas memórias da dinastia, representa

---

<sup>667</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, pp. 348-349.

<sup>668</sup> Ibidem. p. 350.

<sup>669</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 69.

e simboliza o apogeu do poder régio de D. João I e seus sucessores. Edificado para um ceremonial em torno da morte régia, no panteão da Batalha as cerimônias fúnebres ocorridas ganhavam o *status* das grandes Cortes europeias, e o monumento "acabou por transformar-se num centro modelar de rituais fúnebres do reino [...] ambiente sacrossanto em que a adulção pela figura real passada era a tónica predominante".<sup>670</sup>

Como já vimos, em seu testamento, D. João I definiu hierarquicamente quem poderia ser sepultado na sua Capela do Fundador, que naquele local se sepultassem "em alto" ou no "chão" apenas aqueles que fossem reis de Portugal, e nas paredes da Capela poderiam ser colocados jazigos apenas de filhos e netos de reis e "outros nom".<sup>671</sup> O registro das últimas vontades do soberano também incluíam missas e orações a serem realizadas esporadicamente pelas almas dos membros da realza ali sepultados, uma vigilância espiritual feita de acordo com rituais específicos e pré estabelecidos. Assim, no mosteiro, eram guardados os passados que estavam bem definidos por genealogia, vista como vontade divina, e o reforço de uma hierarquia que era constantemente propagada e lembrada nas preces e missas realizadas pelos frades dominicanos próximos aos jazigos, assim como o Mestre de Avis ordenara.

Os saimentos, ou funerais régios, tratavam quase de forma teatral os mais importantes elementos da alta nobreza e clerezia portuguesa, cobertos de insígnias simbólicas, fazendo parte dos cortejos todo um exército de familiares, amigos, criados, conhecidos e demais súditos e pessoas do reino.<sup>672</sup> Na cerimônia de transladação de D. João I para o Mosteiro da Batalha, conforme Rui de Pina, não poderia deixar de faltar na narrativa a presença de membros dos mais altos estratos da sociedade. De acordo com o cronista, no momento da transladação do corpo do monarca, que teria sido feito em Lisboa no dia 25 de Outubro de 1433, acompanharam o Rei D. Duarte no cortejo fúnebre todos os "Prelados, e Abbades Beentos, e muitas Ordens, e Cabydos, e infinda Clerezia do Regno, e assy todoolos Ifantes"<sup>673</sup>, D. Afonso, Conde de Barcelos e seus filhos, e outros "grandes nobres e outra muita gente do Regno [...] e outras grandes Senhoras e Donas do Regno".<sup>674</sup>

No capítulo 154, Rui de Pina encerra a *Crônica de D. Duarte* com uma breve narrativa do discreto sepultamento de D. Duarte e a cerimônia que alçou seu filho D. Afonso (ainda aos seis anos de idade) como Rei de Portugal. D. Pedro, que partiu de Coimbra para o lugar em que finava o monarca, foi o responsável pelas cerimônias fúnebres do irmão. O

<sup>670</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 353.

<sup>671</sup> Testamento de D. João I (1426). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, pp. 137 - 138.

<sup>672</sup> GOMES, Saul António. *op. cit.*, 1990, p. 356.

<sup>673</sup> CDD, cap. V, p. 89.

<sup>674</sup> CDD, cap. V, p. 89.

cronista narrou que o corpo "d'ElREy loguo foi metido em huuma tumba, e com tochas e cruzes e Religiosos e Clerigos e com outra nobre companhia levado a sepultar ao Moesteiro da Batalha, onde foy sepultado junto com o Altar Moor."<sup>675</sup> D. Pedro não teria acompanhado o sepultamento, pois ocupava-se também da cerimônia que alçou seu sobrinho rei. É interessante observar que Rui de Pina, em outra crônica, a de D. Afonso V, traria uma narrativa um pouco diferente sobre a trasladação do corpo de D. Duarte para o Mosteiro da Batalha. Observemos o que registrou o cronista sobre esse momento

E por estas Cerimonias de Saymentos, que aos Reis e Pryncepes, depois de suas mortes, em suas Reaes sepulturas se fazem, serem tam geraaes e costumadas em Espanha, e assy nestes Reynos de Portugal, que pela moor parte todos ham delas notycias [...] nas pompas e Cerymonyas de suas Exequyas, se guardou e compryo todo o que, ao Estado de hum tam alto Pryncepe, em tal Auto compria; e nos burees, e lutos dos corpos de todos, e nas lagrimas geraaes de todollos olhos, e na comum tristeza de todollos rostos, em todo o Reyno claramente parecia quanto sem sua vyda ra de todos amado, e a grande perda e desamparo que, por sua morte e pello perder, todos recebyam.<sup>676</sup>

Nesse trecho, nota-se uma maior riqueza de informações que na descrição da cerimônia fúnebre de D. Duarte feita por Rui de Pina na crônica em que biografou esse monarca. Nessa descrição, o cronista afirma que esse rei teve todas as homenagens e ritos que se devem prestar aos homens de estado e condição, além de novamente reforçar o "luto cósmico"<sup>677</sup> que tomava conta daqueles que seguiam o cortejo, como também de "todo o Reyno".

É também de Rui de Pina a narrativa do saimento do Infante D. João. Conforme o cronista, no final de outubro de 1442, o infante acabou falecendo devido a uma forte febre, sendo o seu corpo levado e sepultado no Mosteiro da Batalha na Capela do Fundador, onde está o túmulo "d'El Rey Dom Johan seu Padre, e foy sua morte com dor e trysteza de muytos sentida; Porque era Pryncepe de grande casa, e em que avya muytas bondades e virtudes"<sup>678</sup>, e em especial era muito amigo do povo do reino, que teria demonstrado claros sinais de luto pela sua perda. Em uma Carta Régia datada de 1443, outorgada por D. Afonso V sob a regência de D. Pedro, a pedido de sua tia, a Infanta Isabel, o soberano ordenava a realização de cerimônias religiosas pela alma do Príncipe D. João, o que reforça que a realização de

<sup>675</sup> CDD, cap. XLIV, p. 208.

<sup>676</sup> PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Afonso V*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 1930-32, cap. IX.

<sup>677</sup> Cf. MATTOSO, José. *Poderes Invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

<sup>678</sup> PINA, Rui de. *Crônica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escritorio, 1901, cap. LXXXI.

missas e orações se estendia não apenas aos reis, mas também a membros da realeza. D. Afonso V ordenou que

A quantos esta nossa carta for mostrada saude. Ssabe que a infanta dona Issabell minha muyto preçada e amada tia nos enviou dizer que ella tynha teençom de mandar continuadamente cantar senpre no Mosteiro da Batalha dous capellaes ou fraires hordenados pelo dicto mosteiro pella alma do ifante dom Joham meu muyto prezado e amado tio que Deus aja e emtendia de mandar comprar certos bens e os dar a apropiar ao dicto Mosteiro que lhe ajom de render pera ssatisfaçom do trabalho e meriçimento dos que esto ouverem de cantar.<sup>679</sup>

Em 1455, a pedido da Rainha Dona Isabel de Coimbra, seu marido, o Rei D. Afonso V, autorizava a trasladação dos restos mortais do Infante D. Pedro, seu tio e pai da soberana, ao Mosteiro da Batalha. Com a sua morte na Batalha de Alfarrobeira (1449) em conflito com a hoste real, naquele momento ao Duque de Coimbra não foi permitido ser sepultado no panteão de Avis, na Capela de seu pai, como o rei fundador ordenara em seu testamento. Conforme Rui de Pina,

E no ano de mil e quatrocentos cinquenta e cinco anos El Rey se foy a Lixboa, onde a Raynha acabou com elle, assy por interesam do Papa, e d'outros Reis e Pryncepes que sor'yo tinham a El Rey afycadamente requerydo, como principalmente por seu amor della, que com devidas exequias e cirimonias se fesse ao Iffante Dom Pedro a sepultura, que na Capela d'El Rey Dom Joam seu Padre lhe fora apropiada, e que seus ossos fossem a ella tresllados com aquella honrra e sollenydade, que sem a desaventura de sua morte merecia.<sup>680</sup>

Narra o cronista que o Duque de Coimbra deveria ter as suas exéquias fúnebres dignas de seu estado, príncipe de Portugal e filho de D. João I, portanto, deveria dotar de um jazigo na Capela do Fundador, para o descanso eterno ao lado dos seus pais. Reforça-se na narrativa também a importante menção a morte que teve em campo de batalha, que deveria ter uma cerimônia fúnebre digna, diferente do sepultamento que teve em 1449 após a sua morte em "desaventura" na guerra contra o sobrinho. Na trasladação de Lisboa para o Mosteiro da Batalha, seguia o cortejo altos estratos da nobreza e clerezia, encabeçados pelo Rei D. Afonso V, a Rainha Dona Isabel e o Infante D. Henrique. Se realizava ali o saimento "com toda

---

<sup>679</sup> A.N.T.T. - *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 27, fl. 132. In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 263.

<sup>680</sup> PINA, Rui de. *Crônica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901, cap. CXXXVI.

perfeiçam e solenidade que se podia e devia fazer a hum tal Pryncipe natural, sem alguma magoa fallecido".<sup>681</sup>

A preocupação com a ritualização do luto parece ter sido constante no período da regência de D. Pedro. Foram diversos os pedidos de membros da família real para a edificação de jazigos pessoais em Santa Maria da Vitória. Nota-se essa situação, evidenciando a importância do Mosteiro da Batalha enquanto Panteão Régio, que é registrada também no testamento do Infante D. Fernando, que, datado de 1437, reforça sua vontade de ser sepultado no panteão batalhino. Em uma das clausulas, o infante manifestou o desejo de que o

Levem ao Mosteiro de Santa Maria da Vitoria, onde escolhi minha sepultura, e esto seja sem nehua pompa, nem outra sobreja despeza, mas assim chamente, como leverião hum simples cavaleiro, e ali me ponhão na Capella de El Rey meu Senhor e padre, no derradeiro arco, na outra parece que esta junto com ele por altar e seja posto em hum moimento de pedra alto e *cham*, *sem* nemhum lavor nem pintura, salvo com hum escudo de minhas armas, e hum tituleiro escripto em ele que diga asim aqui jaz o Infante D. Fernando Filho do muy alto e mui poderoso Principe El Rey D. João de Portugal e do Algarve, e Senhor de Cepta, e da muy nobre e excelente Rainha D.Felipa sua mulher, que jazem em esta Capela.<sup>682</sup>



**Figura 8 - A "Ínclita Geração": os túmulos dos infantes D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando na Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha.**

Disponível em: <<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/94650860>>

<sup>681</sup> PINA, Rui de. *Crônica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901, cap. CXXXVII.

<sup>682</sup> Testamento do Infante D. Fernando (1437). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 210.

D. Fernando demonstrou a importância do Mosteiro enquanto necrópole real e o seu desejo de ser sepultado junto ao seu pai. A sua preocupação se estendia também a necessidade das missas e cerimônias a serem realizadas para sua alma, então o infante ordenou que "no dia que eu ali for trazido me fação minhas exequias simpresmente e o trintario de missas rezadas, e outras cinco oficiadas, como no dia de minha sepultura".<sup>683</sup>

É importante ressaltar que nenhum outro rei escolheu sepultura na Capela do Fundador. Os sucessores de D. João I (+ 1433), D. Duarte (+ 1438), D. Afonso V (+ 1481) e D. João II (+1495)<sup>684</sup> optaram por seus sepultamentos em outras capelas e conventos de Santa Maria da Vitória.<sup>685</sup> Na Capela onde se encontra o túmulo conjugal do rei fundador e a Rainha Dona Filipa foram sepultados os Infantes D. João (+ 1442) e sua mulher, Isabel de Bragança, D. Pedro (+ 1449)<sup>686</sup> e Isabel de Aragão, D. Henrique (+ 1460) e D. Fernando (+ 1437)<sup>687</sup>, todos nas paredes da capela como ordenado pelo Mestre de Avis em testamento. Já no século XVI, os últimos monarcas da dinastia optaram pelo Mosteiro de Jerônimos como Panteão Fúnebre, D. Manuel I (1495 - 1521), D. João III (1521 - 1557), suas consortes e seus descendentes.

As cerimônias fúnebres, itinerâncias e saimentos régios realizados no Mosteiro de Santa Maria da Vitória na primeira metade do século XV tiveram um papel decisivo na rememoração e consolidação do panteão batalhino enquanto lugar de memória. Esses eventos ajudavam no reforço e na propagação da memória da Dinastia de Avis, principalmente na absorção pelo imaginário coletivo do povo do reino e da comunidade que cercava o complexo monacal. Enquanto lugar de memória, o mosteiro perpassava a sua demonstração física de poder pelos monumentos e a sua arquitetura, tornava-se também poder simbólico, pois o panteão régio era a mais grandiosa manifestação da idealização da autoridade régia, assim se tornando uma forma de poder visível e invisível, contribuindo para a manutenção da ordem vigente, um mecanismo de poder que reforça as hierarquias, que sujeita grupos dominados

<sup>683</sup> Testamento do Infante D. Fernando (1437). In: GOMES, Saul António. *op. cit.*, 2002, p. 210.

<sup>684</sup> Morto em 1495, no ano de 1499 D. João II teve as suas ossadas trasladadas para o mosteiro.

<sup>685</sup> Os jazigos destinados aos reis na Capela do Fundador permaneceram vazios, até que no início do século XX, a mando do Rei Carlos I (1889 - 1908), foram construídas três arcas funerárias no lado poente da Capela do Fundador e para lá foram levados os restos mortais dos reis D. Afonso V, D. João II e seu filho, o Infante herdeiro D. Afonso. Cf. GOMES, Saul António. *Vésperas Batalhinas: Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997a.

<sup>686</sup> Falecido em 1449, no entanto, o Duque de Coimbra teve os seus restos mortais trasladados para a Batalha apenas no ano de 1455.

<sup>687</sup> Morto em cativeiro em Tânger no ano de 1437, no ano de 1472, o Infante Santo teve os restos mortais levados ao panteão de Avis.

sob dominantes,<sup>688</sup> e mais, tornou-se instrumento da legitimação e consolidação simbólica de D. João I e seus sucessores.

---

<sup>688</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma pesquisa dessa complexidade traz consigo diversas dificuldades para a sua realização, especialmente no que se diz respeito a análise das fontes e aos problemas que encontramos ao longo do percurso. Muitos dos objetivos e hipóteses lançados ainda no projeto de pesquisa que resultou nessa Dissertação de Mestrado foram alcançados, outros foram descartados ou ganharam novas perspectivas a partir de um maior acesso à documentação e a bibliografia que nos permitiu expandir nossos horizontes e chegar a novas possibilidades.

A nossa proposta inicial de entender como se deu o processo de construção simbólica e legitimação da Dinastia de Avis nas primeiras décadas do século XV foi aos poucos ganhando uma maior definição até chegarmos a nossa principal hipótese: o principal recurso utilizado pelos monarcas da nova dinastia foi a evocação de memórias, ou os usos do passado, objetivando idealizar e evocar poder para os membros da Casa de Avis. Entendemos que esse processo se inicia ainda no reinado de D. João I, sendo o indício mais forte o testamento do monarca, que, como já vimos, deixou registrado em suas últimas vontades a preocupação com a memória que queria preservar para a posteridade. Mas seria seu sucessor, D. Duarte, o principal responsável pela construção das memórias idealizadas de seu pai, desde as edificações de monumentos no Mosteiro da Batalha e os epitáfios colocados no túmulo conjugal de seus pais à contratação de Fernão Lopes para redigir a crônica do seu progenitor.

Como vimos, os cronistas régios exerceram um papel fundamental na evocação e cristalização das memórias da Dinastia de Avis. Fernão Lopes, Gomes Zurara e Rui de Pina trazem em suas crônicas discursos idealizadores que tem o claro objetivo de engrandecer os monarcas biografados. Na análise desses discursos e das memórias evocadas, desde a narrativa de Fernão Lopes sobre o final do reinado de D. Fernando e início da crise sucessória ao discurso construído por Rui de Pina sobre a morte de D. João I, todas essas memórias tem um ponto crucial em comum: todas evocam Aljubarrota. A batalha contra os castelhanos em 1385 é o elemento central dessas narrativas.

Fernão Lopes construiu sua narrativa sobre a crise sucessória em cima da predestinação e de um messianismo a que atribuía a imagem de D. João, e toda essa idealização tinha um objetivo principal: levar esse "rei predestinado" a cumprir aquilo que Deus o teria enviado na terra para realizar, ou seja salvar Portugal das "mãos" castelhanas, e esse feito se realizaria com a "milagrosa" vitória em Aljubarrota. Assim, o cronista constrói

cenários e traz elementos que, na sua concepção, seriam sinais da predestinação do rei. Elementos que, como já vimos, vão desde o sonho que o Rei D. Pedro I teve sobre o "futuro glorioso" de seu filho bastardo, aos indícios que apontavam que D. João era o escolhido para defender a honra de D. Fernando no episódio da morte do Conde de Andeiro, ao sofrimento que enfrentou no Cerco de Lisboa até a eleição em Cortes de Coimbra. Todos esses eventos narrados, e também vistos pelo cronista como provações e dificuldades em que os "eleitos" devem passar antes de serem contemplados pela graça divina, culminariam em Aljubarrota. É na grande batalha contra a armada de D. Juan I que o Mestre de Avis cumpriu o seu destino, salvando Portugal do reino vizinho.

A evocação de Aljubarrota no discurso cronístico não estaria apenas nas narrativas dos eventos que antecederam a batalha, mas também ao longo do reinado de D. João, e principalmente na idealização da memória da sua morte. Gomes Zurara evoca Aljubarrota em diversos momentos da sua narrativa sobre a conquista de Ceuta, assim como as demais fontes que registram esse evento histórico. Zurara alia a evocação de Aljubarrota ao discurso cruzadístico para justificar o porquê D. João decidiria partir para o combate ao infiél em África, atribuindo ao monarca a motivação de "lavar as mãos" do sangue cristão derramado nos conflitos contra Castela. É também o exemplo de Aljubarrota que deu o trono pelas armas ao Mestre de Avis, que seria evocado na legitimação dos infantes. Assim como o pai teve seu grande feito em campo de batalha, os príncipes assim o fariam, enquanto cavaleiros de Cristo, no combate aos muçulmanos em Ceuta. Da mesma forma, Rui de Pina também evoca Aljubarrota e Ceuta para justificar as motivações de D. Duarte para a expedição à Tânger.

Aljubarrota é também o centro da maioria das memórias construídas sobre a morte de D. João I. O seu primeiro registro no epítafio que D. Duarte mandara colocar no túmulo do rei, sugere que o rei morrera no dia da batalha, como já vimos. O monumento, a memória cristalizada em pedra evoca a memória da vitória de 14 de agosto de 1385. Posteriormente, desde a menção da morte do monarca por Gomes Zurara, como em outros documentos, e principalmente na narrativa de Rui de Pina nos capítulos iniciais da *Crônica de D. Duarte*, toda a idealização da morte de D. João é construída em cima da coincidência da data da sua morte com a data da vitória sobre Castela. Se os documentos oficiais, como a certidão emitida pelo Infante D. Pedro enquanto regente do reino, com o objetivo de "não deixar" dúvidas, atestava que o pai falecera em 13 de agosto, quase todas as demais fontes, como os eventos comemorativos, e o reforço do calendário lirtúrgico, atestariam que o rei morrera em 14 de Agosto, era a predestinação desse rei que se cumpria também no discurso sobre a sua morte. Assim, na perspectiva dos cronistas, se Aljubarrota confirmara que esse rei era predestinado, a

sua morte coincidir com o evento implicava na sua maior prova, e que esse rei agora, sagrado, encontrava-se também no reino do céu, lugar destinado aos eleitos por Deus.

A memória de Aljubarrota também foi evocada nos monumentos do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Aliás, o próprio mosteiro carrega no nome, apelidado de Mosteiro da "Batalha", a evocação da Batalha de Aljubarrota. O panteão de Avis enquanto monumento, "memória da guerra em pedral e cal", tem representado em sua arte fúnebre e esculturas todo um aparato simbólico de demonstração física de poder da dinastia. A memória do conflito contra os castelhanos é evocada no monumento já nos objetivos iniciais da sua construção, agradecer a Virgem pela ajuda na batalha, mas também ser um monumento a sua vitória. O objetivo inicial era o de edificar o monumento, ou uma "casa de oração" no local do combate, mas devido às más condições do terreno, como já vimos, buscou-se a localização mais próxima, em Leiria, para a construção daquele que viria a ser um grande complexo monacal.

No interior do mosteiro, num monumento em especial foi gravado a memória da batalha, o túmulo conjugal de D. João I e da Rainha Dona Filipa. Desde os epítáfios, que dão um grande destaque à conquista contra os castelhanos, e principalmente, ao traje militar em que a escultura jacente de D. João traz, uma veste militar completa, que reforça o caráter *bellator* desse monarca que conquistara seu trono em campo de batalha, e é essa a representação que o monumento transmite, é a memória que se evoca. Assim, a memória gravada em pedra alia-se aos discursos cronísticos sobre a morte do rei fundador da Casa de Avis.

É também em torno da batalha de agosto de 1385 que se evoca uma das estratégias legitimadoras da dinastia, o Tratado de Windsor com os ingleses e a sua consolidação com o matrimônio de D. João e D. Filipa. Sabe-se que uma das primeiras ações de D. João quando se tornou defensor do reino, ainda em meio à crise sucessória, foi formar uma aliança com o Reino da Inglaterra. No conflito em Aljubarrota já houvera a participação de muitos soldados ingleses do lado português, e mais tarde, representando o Rei Eduardo III, o Duque de Lancastre assinaria o tratado com D. João. Essa aliança foi fundamental em relação às pretensões de legitimidade que o novo monarca necessitava, especialmente em relação ao papado romano. Lembrando que no momento conflituoso que vivia a Europa e a Cristandade, em meio à Guerra dos Cem Anos e ao Cisma do Ocidente, aliar-se aos ingleses, era aliar-se a Roma. E, portanto, traria um apoio significativo para o reinado do Mestre de Avis.

Essa legitimidade viria, como já vimos, anos após o matrimônio com Filipa de Lancastre mediante uma bula papal, outorgada pelo Papa Bonifácio IX (1389 - 1404), que

dispensava D. João dos seus "defeitos de nascença" e dos votos e compromissos com a Ordem de Avis. O casamento com a neta de um rei inglês também traria um grande prestígio internacional ao seu reinado. No discurso cronístico, D. Filipa aparece sempre como o modelo de rainha cristã "perfeita", e a ela foi atribuído um papel fundamental na atuação política no reinado do marido. Inclusive na monumentalização da memória, como o brasão e a heráldica de Avis, e a arquitetura do mosteiro da Batalha, pois alguns historiadores atribuem a influência da monarca na construção desses monumentos. Mas, principalmente, os cronistas evocam em Dona Filipa o ideal da garantia da continuidade da dinastia, em meio a guerra, a rainha cumpriu o seu papel e gerou ao reino cinco filhos homens, garantindo assim a sucessão, também em contraposto a um dos problemas que gerou a crise sucessória.

A legitimação do reinado de D. João I se deu apenas em 1431, dois anos antes da morte do rei, com a assinatura do tratado de paz definitiva com os castelhanos. O reconhecimento do papado, como também de outros reinos, viria a colaborar para a consolidação política da dinastia. Mas é importante ressaltar que a instabilidade causada após a morte de D. Duarte e o período de regência de D. Pedro, até a ascensão de D. Afonso V ao trono, poderia trazer questionamentos quanto aos direitos ao trono português. Muitos membros da alta nobreza portuguesa, que tomaram o partido do Rei Juan I, se exilararam em Castela após D. João se tornar rei, e muitos desses, além dos próprios descendentes do rei castelano, poderiam incitar e apoiar uma nova disputa pelo reino lusitano. Por isso, a realeza de Avis, ao longo do século XV, continuou a lançar mão de recursos que evocavam memórias que comprovavam o porquê de serem a casa reinante, e obviamente reforçavam a autoridade e poder em volta da dinastia.

Finalizamos nosso estudo com algumas indagações sobre o processo de construção simbólica da Dinastia de Avis respondidas, e outras em aberto, que tentaremos responder na continuidade dessa pesquisa. Nos nossos resultados alcançados, entendemos que a "boa memória" de D. João I foi construída na evocação de memórias na relação entre a "batalha e o mosteiro", é na idealização de Aljubarrota e posteriormente, no seu principal monumento, o Panteão da Batalha, lugar de memória, que se centralizam os discursos idealizadores do rei e da dinastia. Entre as memórias da batalha e do mosteiro, evocam-se poder, e se constroem mecanismos de legitimação, capazes de transformar um filho bastardo de um rei, que estava longe de ser considerado na linha sucessória, no rei escolhido, por direito, pela espada, e principalmente pela "boa memória" evocada ao longo do século XV, nesse processo de consolidação política da Casa de Avis.

## REFERÊNCIAS

### FONTES IMPRESSAS:

AYALA, Pero López de. *Crónicas*. Edição prepara por José-Luis Martin. Barcelona: Editorial Planeta, 1991.

*CRÓNICA Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951-1961.

D.DUARTE (Obras). Introdução e Seleção de Afonso Botelho. Edição comemorativa aos 600 anos do nascimento do rei. Lisboa: Verbo, 1991.

D. DUARTE (Rei de Portugal). *Leal conselheiro e Livro da ensinanza de bem cavalgar toda sella, escritos pelo senhor Dom Duarte ...*: fielmente copiados do manuscrito da Biblioteca real de Paris. Na typographia Rollandiana, 1843.

GOMES, Saul Antônio (org.). *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha: Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR. 2002. (Volumes I- IV)

LIVRO dos arautos (*De Ministerio Armorum*). *Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico de Aires Augusto Nascimento*. Lisboa: [s.n.], 1977.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1986.

\_\_\_\_\_. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro, 1977. Tomo I.

\_\_\_\_\_. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990. Vol. 2

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

\_\_\_\_\_. *Chronica d'El-Rey D. Afonso IV*. Lisboa: Biblion, 1936.

\_\_\_\_\_. *Crônica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

\_\_\_\_\_. *Chronica de El-Rei D. Afonso V*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 1930-32.

MATEUS DE PISANO. *Livro da Guerra de Ceuta escrito por Mateus de Pisano em 1460*. Organização e tradução de Roberto Correa Pinto. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

MURPHY, James C. *Viagens em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte [ed. Original: Travels in Portugal, 1795], 1998.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Nota de apresentação de Mario Júlio de Almeira Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 5 vols.

SÃO LUIZ, D. Francisco de. *Memória Histórica sobre as Obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória, chamado vulgarmente da Batalha, Obras Completas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1827. Tomo I e X.

SOUSA. Fr. Luís de. História de S. Domingos. Porto: LELLO & IRMÃO. 1977. (Vol. I)

- ZURARA, Gomes Eannes. *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa, 1792, Tomo II.
- \_\_\_\_\_. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

## LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mousinho de. *Memória Inédita Àcerca do Edifício Monumental da Batalha*. Leiria: Tip. Leiriense, 1854.

ALBUQUERQUE JR., Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2007.

ANDRADE, Sérgio Guimarães de. *Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1989.

ANTUNES, José (et. al.). Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. *Revista de História das Ideias*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984. v. 5. pp. 25 - 160.

ÁRIES, Philippe. *Historia de la muerte en Occidente: De la Idade Media hasta nuestros días*. Barcelona: El Acantilado, 2000.

\_\_\_\_\_. O Homem diante da morte. Trad. Luiza Ribeiro. 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_: *O tempo da História*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARNAUT, Salvador Dias. *A crise nacional dos fins do século XIV (A Sucessão de D. Fernando)*. Tese de Doutoramento, Coimbra, 1960.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BELMONT, Nicole. Vida/Morte. In: *Enciclopédia Einaudi - Vida/Morte, Tradições - Gerações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. V. 36.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRAET, Herman e VERBEKE, Werner. *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CAETANO, Marcelo. As Cortes de 1385. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1951, v. 2. pp. 5 - 86.

CARMO, José António Rodrigues do. *A Batalha de Aljubarrota: uma explicação geográfica.* 112p. Dissertação de Mestrado - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2006.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. *O Céu da Memória - cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal 1756 - 1911.* Coimbra: Editora Livraria Minerva, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história.* Coimbra: Editora Almedina, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1987.

CHÉDEVILE, André. Chartres et ses campagnes (XIe-XIIIe s.). In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.* 29<sup>e</sup> année, n° 6, 1974.

CHICÓ, Mário Tavares. *A Arquitectura Gótica em Portugal.* 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

\_\_\_\_\_. *Arquitectura da Idade Média em Portugal. Dois Estudos acerca da Igreja do Mosteiro da Batalha.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. Filipa de Lencastre. A inglesa Rainha, 1360-1415.* 1. ed. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

\_\_\_\_\_. D. João I. In: MENDONÇA, Manuela. (Org.) *História dos Reis de Portugal:* Da Fundação à perda da independência. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2010a. p. 440-490.

\_\_\_\_\_. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória.* Lisboa: Temas e Debates, 2008.

\_\_\_\_\_. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade.* São Paulo: Alameda, 2010b. p. 61 – 79.

CORREIA, Vergílio. A Arte do Século XV: Obras. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949.

\_\_\_\_\_. *Batalha – II. Estudo Histórico-Artístico da Escultura do Mosteiro da Batalha.* Porto: Litografia Nacional, 1931.

\_\_\_\_\_. *Batalha. Estudo Histórico - Artístico – Arqueológico do Mosteiro da Batalha.* Porto: Litografia Nacional, 1929.

CRUZ, António. *Crônicas e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra.* Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

DELGADO, Ana Carolina. Três reis e um cronista: discursos e imagens nas crônicas de Fernão Lopes. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade.* São Paulo: Alameda. 2010. p. 81 – 90.

DESROCHE, H. *Dicionário de messianismos e milenarismos.* São Bernardo do Campo, SP: Unesp, 2000.

DUPRONT, Alphonese. *Du Sacré: Croisades et pélerinages: Images et langages.* Paris: Editora Gallimard, 1987.

- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história. *Revista Textura – Periódicos ULBRA*, 2004. pp. 49-56.
- FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85) in: Marcella L. Guimarães e Renan Frighetto. (Coord). *Instituições, Poderes e Juridições na Baixa Idade Média Portuguesa*. Curitiba: Juruá, 2007.
- GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- GOMES, Saul Antônio. Alguns documentos para a história da Batalha e do "Mosteiro" de Santa Maria da Vitória. In: *Cadernos da Vila Heróica*. Nº 5. Leiria, ed. de José Travaços Santos, 1984, pp. 11-35.
- \_\_\_\_\_. Entre Memória e História. Os primeiros tempos do Mosteiro de Alcobaça. In: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, Nº 2, 2002, pp. 187-256.
- \_\_\_\_\_. Ética e Poder em Torno do Mosteiro da Batalha. (O Século XV — Materiais para o seu Estudo). In: *Actas do III Encontro Sobre História Dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1991, Vol. IV/1, pp. 95-188.
- \_\_\_\_\_; Redol, Pedro (Dir.). *Mosteiro da Batalha: centro de interpretação*. 1º ed. Lisboa: Direção Geral do Patrimônio Cultural, 2014.
- \_\_\_\_\_. O Mosteiro da Batalha e os seus túmulos e capelas particulares. In: *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2012, pp. 11-25.
- \_\_\_\_\_. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV: Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras. 1990.
- \_\_\_\_\_. Os Panteões Régios Monárquicos Portugueses nos séculos XII e XIII. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso, v. 4, C.M.G. e Universidade do Minho, Guimarães, 1997.
- \_\_\_\_\_. Percursos em Torno do Panteão Dinástico de Avis. In: *Biblos, LXX*. Coimbra, 1994, pp. 197-243.
- \_\_\_\_\_. Três Ensaios de História Monástica Medieval Portuguesa. In: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº. 8, 2009. pp. 45-95.
- \_\_\_\_\_. Um estaleiro medieval de excelência: o Mosteiro da Batalha. In: *A História da Construção em Portugal. Alinhamentos e Fundações* (Ed. João Mascarenhas Mateus). Coimbra, 2010, pp. 49-78.
- \_\_\_\_\_. *Vésperas Batalhinas: Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Marcella Lopes Guimarães (Org.). – Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 121 – 156.
- \_\_\_\_\_. *Capítulos de história: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymará Educação, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Estudo das Representações de Monarca nas Crônicas De Fernão Lopes (Séculos XIV e XV) - O espelho de rei “Decifra- me e te devoro”*, Curitiba: Tese (de Doutorado). UFPR, 2004.

\_\_\_\_\_. O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica. In: *A Idade Média: entre a história e a historiografia* / Dirceu Marchini Neto, Renata Cristina de Sousa Nascimento. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei*: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. *História e memória*. 7º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval* (Lugar da História). Lisboa: Edições 70, 1985.

\_\_\_\_\_. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

LE JAN, Régine. A ideologia do poder no reino dos franceses. Trad. Marcelo Cândido da Silva. In: Néri de Barros Almeida, Marcelo Cândido da Silva (Orgs.). *Poder e Construção Social na Idade Média. História e Historiografia*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

LUCKER, Manfred. *Dicionário de figuras e símbolos bíblicos*. São Paulo: Paulus, 1993.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol. II: *A monarquia feudal (1096-1480)*. Dir. José Mattoso. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores, 1992.

\_\_\_\_\_. *Poderes Invisíveis*: o imaginário medieval. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. *História. Revista da Faculdade de Letras*, n. 4, 1987.

\_\_\_\_\_. D. Afonso V (1438 - 1481). In: MENDONÇA, Manuela. (Org.) *História dos Reis de Portugal*: Da Fundação à perda da independência. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2010a. pp. 539 - 584.

\_\_\_\_\_. *Os Itinerários De El'Rei Dom João I (1384 - 1433)*. Lisboa, 1988.

NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *As duas faces da moeda: a influência da nobreza (1367-1373) e da alta burguesia (1374-1383) na política de D. Fernando*. 192 p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998.

\_\_\_\_\_. A expansão das fronteiras da Cristandade no século XV: sacralidade e legitimidade do projeto político da casa de Avis. In: FERNANDES, Fátima Regina. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

\_\_\_\_\_. As exequias fúnebres no Mosteiro da Batalha. *Mirabilia, Revista de História* da UFES, 2013, p. 248 – 259.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, 1993, p. 7 - 28.

ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Tomada de Ceuta: uma Batalha em fim de época. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Marcella Lopes Guimarães (Org.). – Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 157 - 195.

PERES, Damião. *D. João I*. 2º ed. Porto: Vertente. 1983.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n°29, 1995.

RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. O retrato de D. João I – um novo paradigma de representação. *Revista de História da Arte*, nº 5. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa. 2008, pp. 76 - 95.

REDOL, Pedro. Os vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha (1ª parte). *Cadernos de Estudos Leirienses*, Leiria, Textiverso, v. 1, p. 159-169, Maio/2014;

\_\_\_\_\_. Os vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha (2ª parte). *Cadernos de Estudos Leirienses*, Leiria, Textiverso, v.2, p.107-121.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A Batalha de Ourique: entre o acontecimento e o mito. In: Néri de Barros Almeida, Marcelo Cândido da Silva (Orgs.). *Poder e Construção Social na Idade Média. História e Historiografia*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

ROSA, Maria de Lurdes. *Santos e Demónios no Portugal Medieval*. Porto, Fio da Palavra, 2010.

RUSSEL, P. E. *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

SARAIVA, José Hermano. D. Duarte: A, B, C da Lealdade. In: *A Alma e a Gente*. Documentário, 30min. Videofono, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nzaXP-GJFTE>>. Acesso em: 26/05/2016.

SÉRGIO, Antônio. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Vol. IV.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo, os ritos, os sonhos: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SILVA, José Custódio Vieira da. Para um entendimento da Batalha: a influência mediterrânea. *Actas do III Encontro sobre a História Dominicana*. Porto: Dominicanos, 1991.

\_\_\_\_\_. *Arte Gótica, História da Arte Portuguesa, Época Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

\_\_\_\_\_. Memória e Imagem - Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV). *Revista de História da Arte*, nº 1. Lisboa: Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005.

- SILVA, Manuela Santos. A construção coeva da imagem de Filipa de Lencastre como uma "santa rainha". In: Representações do mito na História e na Literatura. Évora: Universidade de Évora, 2014, pp. 197 - 147.
- \_\_\_\_\_. *A Rainha Inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.
- \_\_\_\_\_. Filipa de Lencastre e o ambiente cultural na Corte de seu pai (1360-1387) In: *Clio*, Nova Série, volume 16/17 (Nº duplo), 2007, pp.245-258.
- SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII–XVI)*. (Textos de Apoyo.) Madrid: EUDEMA, 1988.
- SOUZA, Armindo de. *A morte de D. João I* (um tema de propaganda dinástica). Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.
- \_\_\_\_\_. Imagens e Utopias em Portugal nos fins da Idade Média: A Imagem Consentida de Rei. In: *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI, Volume II, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Econômica e Social, 1996. p. 1 - 18.
- TEODORO, Leandro Alves. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV*. São Paulo: UNESP, 2012.
- ULLMANN, Walter. *Principios de gobierno y política en la Edad Media*. Madrid: Alianza Universidad, 1985.
- URBAIN, Jean-Didier. Morte. In: *Enciclopédia Einaudi - Vida/Morte, Tradições - Gerações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. V. 36.
- VAIRO, Giulia Rossi. *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- VENTURA, M. G. *A Corte de D. Duarte*: política, cultura e afectos. Lisboa: Verso da História, 2013.
- \_\_\_\_\_. D Duarte 1433-1438 In: MENDONÇA, Manuela. (Org) *História dos Reis de Portugal – Da Fundação à perda da independência*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2010, pp. 491 - 538.
- \_\_\_\_\_. *O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1385-1415)*. Lisboa: Cosmos, 1992.
- VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ZBYSZEWSKI, Georges; MANUPPELLA, Manuppella; FERREIRA, O. da Veiga, et alli. *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50.000*: notícia explicativa da folha 27-A, Vila Nova de Ourém: rochas eruptivas. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1974.
- ZIERER, A. M. de S. O Messianismo na Legitimação Simbólica de D. João I (1383-85/1433). *Politéia* (UESB), v. 6, p. 123-148, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.